

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

NAIRA LUAN SOUSA E SILVA

O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ:
uma análise do fórum estadual

Teresina-PI
2016

NAIRA LUAN SOUSA E SILVA

O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ:
uma análise do fórum estadual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do grau de mestre em sociologia.

Área de Concentração: Atores, Processos e Desigualdades Sociais.

Linha de Pesquisa: Estado e Sociedade: trabalho, educação, atores políticos e desigualdades sociais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira.

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S586m Silva, Naira Luan Sousa e.

O movimento de economia solidária no Piauí: uma análise do fórum estadual / Naira Luan Sousa e Silva. – 2016.

182 f. il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira.

1. Economia Solidária. 2. Movimentos Sociais. 3. Fóruns. 4. Redes de Articulação. I. Título.

CDD 338

NAIRA LUAN SOUSA E SILVA

O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ:
uma análise do fórum estadual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do grau de mestrado em sociologia. Área de Concentração: Atores, Processos e Desigualdades Sociais. Linha de Pesquisa: Estado e Sociedade: trabalho, educação, atores políticos e desigualdades sociais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPI

Prof. Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva (examinador externo)
Programa de Pós-Graduação Políticas Públicas – UFPI

Prof. Dr. Samuel Pires Melo (examinador interno)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPI

Prof. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa (suplente)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPI

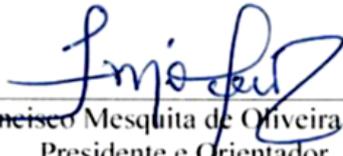


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de **NAIRA LUAN SOUSA E SILVA**, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Ao décimo sétimo dia do mês de junho de dois mil e dezesseis, as nove (9) horas, na Sala 347, no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, reuniu-se em sessão pública os membros da banca examinadora da dissertação de **NAIRA LUAN SOUSA E SILVA**, sob o título: **O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ: uma análise do fórum estadual**. A banca examinadora foi constituída pelos/as Professores/as Doutores/as **Francisco Mesquita de Oliveira (presidente e orientador)**, **Maria do Rosário de Fátima e Silva (membro titular externa)**, **Samuel Pires Melo (membro titular interno)**. Iniciando os trabalhos o presidente Prof. Dr. **Francisco Mesquita de Oliveira** informou aos presentes, à candidata ao título de mestre e aos membros da banca examinadora o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente e dos procedimentos a serem seguidos: até (30) trinta minutos para apresentação da dissertação pela candidata, até (30) trinta minutos para cada arguidor e o mesmo tempo para resposta da candidata. Em seguida a candidata foi convidada a fazer a exposição da dissertação no tempo que lhe foi concedido. Após a exposição o presidente passou a palavra aos demais membros da banca para suas arguições. Na sequência e após as respectivas respostas da candidata, a banca examinadora retirou-se para, em secreto, deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem o Prof. Dr. **Francisco Mesquita de Oliveira**, presidente da mesa e orientador da aluna, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da banca examinadora de Aprovada. Após congratulações com a candidata e agradecimentos pela presença de todos/as, a sessão foi encerrada às 11: horas 20 minutos. E, para constar foi lavrada a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Teresina, 17 de junho de 2016.



Prof. Dr. **Francisco Mesquita de Oliveira** – PPGS/UFPI
Presidente e Orientador



Prof.^a Dr.^a **Maria do Rosário de Fátima e Silva** – PPGPP/UFPI
Examinadora Externa



Prof. Dr. **Samuel Pires Melo** – PPGS/UFPI
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Ser grata é testemunhar os benefícios recebidos pelas pessoas que, de perto, acompanham e ajudam na dedicação e na realização de um trabalho. Portanto, em primeiro lugar, testemunho a bondade do Deus Todo Poderoso, que me quis abençoar com a obtenção deste título de *mestra*, muito precioso para mim.

Registro aqui que minha mãe, Maria da Conceição; e minha filha, Sofia, foram minhas maiores motivações para a conclusão deste trabalho. Senti-las como parte de mim foi indispensável para que nos momentos de desânimo, tristeza e medo eu pudesse vencer as aflições da minha alma. Obrigada Mãe! Obrigada Filha!

Agradeço as minhas tias Josilda Nunes e Conceição Nunes, verdadeiras amigas com as quais obtive apoio e conforto em todas as situações adversas que enfrentei. Grata pela confiança e torcida da minha irmã Ana Kelly, da minha avó Gilda Mendes, meus tios Antônio Mendes, Tim Mendes, Vicente Mendes e Vartene Mendes.

Reconheço aqui todo o suporte material e o companheirismo do meu esposo, Estefânio Dantas. Obrigada! Agradeço também a minha sogra, Dalva de Oliveira; e a minha cunhada, Danielle Dantas, pelo carinho e amizade. Agradeço as minhas novas “irmãs”, Rachel Rodrigues e Jesus Andrade, as pessoas mais encantadoras que conheci durante minha passagem por Teresina, companheiras nas horas de prazer e sufoco! Agradeço aos meus amigos de luta acadêmica: Ione Cristina, Thayana, Alencar, Edgar, Bruna, Thiago e Barroso.

Grata pelas orientações do Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira, que sempre se mostrou disponível e pronto para me ensinar os desafios de uma construção científica. Agradeço aos professores e professoras do PPGS, intelectuais competentes e elegantes: Francisco Junior, Samuel Pires, Eriosvaldo Barbosa, Ferdinah Cavalcante, Buenos Aires, Francineide Pires e Lila. Agradeço ao Anderson, jovem eficiente e amigo, na secretaria do mestrado. Grata pelo incentivo do professor Douglas Moraes Bezerra.

Meus agradecimentos à FAPEPI e ao CAPES pelo auxílio financeiro concedido através da bolsa de estudo, por meio da qual pude me dedicar integralmente à pesquisa. Agradeço à UFPI pela oportunidade de participar da história dessa grandiosa instituição.

Registro também minha gratidão às pessoas maravilhosas do FEEPSPI, que me ajudaram na pesquisa: Solange do Nascimento, Francinete Andrade, Durval Gomes, Rubervam do Nascimento, João Evangelista e Carlos Reis. Obrigada!

Meus sinceros agradecimentos àqueles que despertaram em mim sentimentos maiores: a solidariedade, o respeito e amizade! Obrigada à “Família” da *Economia Solidária*!

RESUMO

O presente estudo analisa o movimento de economia solidária no estado do Piauí a partir das práticas dos sujeitos coletivos organizados no Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária – FEEPSPI. Partimos de três hipóteses: primeira, o fenômeno da economia solidária, além da forma econômica de produção não capitalista, incorpora um sujeito político que estrutura o movimento de economia solidária; segunda, esse movimento da economia solidária se insere na perspectiva dos novos movimentos sociais, em um contexto de proposta contra-hegemônica de globalização; terceira, o movimento de economia solidária está organizado em rede de movimentos sociais e conta com o fórum para o fortalecimento do próprio movimento. Diante de tais premissas, esta pesquisa utiliza como aporte teórico-metodológico de análise as categorias “capitalismo” e “globalizações”, nos referenciais teóricos de Boaventura de Sousa Santos, Milton Santos, Antony Giddens, Paul Singer, Boltansky e Chiapello; para a categoria “movimentos sociais”, “redes de movimentos sociais” e “fóruns”, nós utilizamos a teoria dos Novos Movimentos Sociais na perspectiva de Alain Touraine, Alberto Melucci, Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren; para a categoria “economia solidária” as abordagens de Jean-Louis Laville, Alain Caillé, Paul Singer, Marcos Arruda, Gildásio Santana Júnior e Emanuele Brasil. A pesquisa utiliza metodologia qualitativa na análise dos três segmentos que atuam na economia solidária no fórum: os empreendimentos econômicos solidários, as entidades de apoio e fomento, e os gestores públicos. Os instrumentos de coleta de dados foram: análise de documento, observação participante e entrevista não estruturada com os participantes do fórum. Os achados da pesquisa indicam que o movimento da economia solidária se apresenta para além do estabelecimento de uma política pública, apesar do relativo grau de dependência dos empreendimentos econômicos solidários às ações governamentais, caminhando assim em uma dinâmica de mobilização que vai do local ao global. O resultado é a defesa da possibilidade de uma outra globalização e economia. A conclusão a ser apreendida, é que o FEEPSPI vem se mostrando o locus privilegiado para a construção do movimento da economia solidária no Piauí, uma vez que nele são definidas as diretrizes de ação dos protagonistas do movimento, as entidades de apoio e fomento, e os empreendimentos econômicos solidários em redes de articulação que lutam contra a exclusão social.

Palavras-chave: Economia solidária. Movimentos sociais. Fóruns. Redes de articulação.

ABSTRACT

This study to explain's the movement of solidarity economy in the state of Piauí. The focus is the practices of organized collective subjects in the State's Forum of Popular Solidarity Economy - FEEPSPI. We assume three assumptions: first, the phenomenon of solidarity economy, beyond the economic's form of no capitalist production, incorporates a political subject that structures the movement of solidarity economy; second, this movements of solidarity economy is part of the perspective of the new social movements in the context of counter-hegemonic globalization; third, the movement of solidarity economy is organized in network of the social movements and have the forum's suport towards the strengthening the movement itself. Given these assumptions, this research use the theoretical and methodological account from capitalism's analysis and globalisation, the references to Boaventura de Sousa Santos, Milton Santos , Antony Giddens, Paul Singer, Boltansky and Chiapello; for the social movement's category, network of social movements and forum, the theory of the New Social Movements in perspective of Alain Touraine, Alberto Melucci, Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren; for the economy solidarity's category the approach of Jean-Louis Laville, Alain Caillé, Paul Singer, Marcos Arruda, Gildásio Santana Júnior and Emanuele Brasil. The research use qualitative methodology in the analysis of the three segments that act in solidarity economy in the fórum: the solidarity economy enterprises, support entities and promotion and public managers. The instruments of data collection were document analysis, participant observation and unstructured interview with forum participants. The thing found indicate that the solidarity economy movement is presented beyond to the establishment of a public policy, despite to the relative degree of dependence the economic developments to the government actions, go on a dynamic of mobilization that goes from local to global, defending another globalization and other possible economy. Thus, the FEEPSPI is proving as a privileged locus for the construction of the solidarity economy movement in Piauí, since it defines the action guidelines of the movement's protagonists, support entities, fomentation and economic developments solidarity networks joint fighting against social exclusion.

Key words: solidarity economy; social movements; Forum; Network articulation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As duas dimensões da Economia Solidária.....	73
Figura 2 - Desenho da Economia Solidária no Brasil.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Organização do campo de economia solidária no Brasil e sua transformação em movimento social.....	81
Quadro 2 -	Eixos de lutas do Movimento de Economia Solidária.....	85
Quadro 3 -	Empreendimentos Econômicos Solidários com assento no FEEPSPI.....	111
Quadro 4 -	Entidades de apoio e fomento com assento no FEEPSPI.....	114
Quadro 5 -	Representantes do Poder Público com assento no FEEPSPI.....	117
Quadro 6 -	Registros de reuniões do FEEPSPI.....	120
Quadro 7 -	Organização Política do Movimento de Economia Solidária no Piauí.....	123
Quadro 8 -	Perfil dos entrevistados – EES.....	129
Quadro 9 -	Perfil dos entrevistados – EAF.....	137
Quadro 10 -	Perfil dos entrevistados dos representantes do Poder Público.....	140

LISTA DE SIGLAS

ACCMV	Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida
ADS-CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário-Central Única dos Trabalhadores
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias
CAPES	Centro de Aperfeiçoamento Pessoal do Ensino Superior
CEES-PI	Conselho Estadual de Economia Solidária do Piauí
CFES-NE	Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
COSPE	Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAF	Entidades de Apoio e Fomento
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
Faces do Brasil	Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil
FAMCC-PI	Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEES	Fóruns Estaduais de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
FEEPSPI	Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Piauí
FETAG-PI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí
FMEPST	Fórum Municipal de Economia Popular e Solidária de Teresina
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MNCR	Movimento Nacional de Catadores Recicláveis
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NMS	Novos Movimentos Sociais
NUPEES	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária
NES/SRTE/PI	Núcleo de Economia Solidária/Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/Piauí
SASC	Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania
SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMEST	Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina
SENAES/MTE	Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e

	Emprego
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SETRE	Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo
SIES	Sistema de Informação de Economia Solidária
SRTE/PI	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Piauí
ONGs	Organizações Não Governamentais
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PEFES	Política Estadual de Fomento à Economia Solidária
PNES	Política Nacional de Economia Solidária
PT	Partido dos Trabalhadores
PP	Poder Público
PROFAES	Programa de Formação e Assessoria em Economia Solidária
TMR	Teoria da Mobilização dos Recursos
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UMP	União das Mulheres Piauienses
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	CAPITALISMO, “GLOBALIZAÇÕES” E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	22
1.1	A economia de mercado e o capitalismo.....	24
1.2	As “globalizações”: realidades e possibilidades.....	34
1.3	A crise do trabalho assalariado e a força da organização dos trabalhadores.....	39
1.4	Movimentos sociais e suas redes.....	45
1.5	Fóruns de movimentos sociais.....	59
2	ECONOMIA SOLIDÁRIA: conceito e perspectivas teóricas.....	63
2.1	Solidariedade, dádiva e mobilização política.....	74
2.2	O Movimento de Economia Solidária no Brasil.....	78
2.3	As articulações da Economia Solidária no Brasil e a importância do FBES.....	90
3	O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ: realidade, possibilidades e limites.....	97
3.1	A Economia Solidária no Piauí: distintas leituras.....	98
3.2	O Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Piauí – FEEPSPI.....	109
3.2.1	O FEEPSPI e a economia solidária: um movimento em construção.....	128
3.2.2	As articulações, os limites e as possibilidades no FEEPSPI.....	143
	CONCLUSÃO.....	148
	REFERÊNCIAS.....	152
	APÊNDICES.....	161

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa *o processo de atuação do movimento de economia solidária no estado do Piauí, a partir de interações entre os sujeitos sociais dos segmentos dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e poder público*, que participam das articulações no fórum estadual de economia solidária, em Teresina, capital do estado. O estudo discute o processo de construção do movimento de economia solidária no interior do fórum e as especificidades dos sujeitos sociais coletivos no âmbito da teoria dos movimentos sociais no século XXI.

Partimos de três hipóteses: primeira, o fenômeno da economia solidária, além da forma econômica de produção não capitalista, incorpora um sujeito político que estrutura o movimento de economia solidária como atores sociais pertencentes ao segmento dos empreendimentos solidários e entidades de apoio e fomento; segunda, este movimento de economia solidária se insere na perspectiva dos novos movimentos sociais, em um contexto de proposta contra-hegemônica de globalização e; terceira, o movimento de economia solidária está organizado através de redes de movimentos sociais, contando com os espaços do fórum de economia solidária como instrumento de fortalecimento do movimento.

Para adequada compreensão acerca das especificidades do movimento de economia solidária, é preciso entender a realidade desse fenômeno, partindo do pressuposto teórico de economia plural desenvolvido por Karl Polanyi, pelo qual é possível perceber que nas sociedades globalizadas a produção de bens e serviços se dá a partir de variadas racionalidades de trabalho e princípios econômicos, tais como: mercado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade (SANTANA JÚNIOR, 2007). Logo, assimilamos, neste trabalho, que a economia solidária representa uma manifestação de atividade econômica orientada pelos princípios de reciprocidade e domesticidade, também orientada por uma racionalidade de trabalho do tipo associativa, mas que nas sociedades modernas se submete à sociabilidade capitalista. Essa submissão, por sua vez, transforma-se, frequentemente, na invisibilização das formas de economia solidária operada na própria modernidade pela ruptura entre o econômico e o social, operacionalizada pela ciência econômica e pela economia de mercado (CUNHA, 2012).

O movimento de economia solidária, na sua origem, gerou-se em diferentes contextos, num crescente das atividades econômicas do tipo popular do mundo associativo, com marcante natureza reivindicativa e com um projeto socioeconômico próprio. As articulações dos movimentos sociais, das redes e das organizações da sociedade civil dão forma ao

“processo multidimensional” da economia solidária em âmbito mundial (LAVILLE, 2009). Portanto, neste estudo, o movimento de economia solidária é compreendido como conjunto de ações coletivas organizadas pela sociedade civil em favor do fortalecimento da economia solidária, enquanto prática de produção econômica não capitalista para a geração de trabalho e a promoção das solidariedades humanas.

No Brasil, as práticas associativas que relacionam solidariedade foram difundidas com a chegada das ideias da Revolução Francesa, ganhando maior notoriedade no fim do século XIX, quando por aqui chegaram as primeiras ideias dos socialistas utópicos, com os imigrantes europeus, que trouxeram também o pensamento do anarco-sindicalismo desenvolvido em seus países, na Europa. A partir daí, ao longo do século XX, formaram-se os sindicatos, as cooperativas, as ligas camponesas e movimentos sociais urbanos (ARROYO; SCHUCH, 2006). Apesar da diversidade dos sujeitos sociais coletivos supracitados, percebe-se que a questão do trabalho perpassa os conflitos gerados nesse contexto.

Passado algum tempo, as mudanças socioeconômicas ocorridas entre os anos de 1970 e 1990, incluindo as crises financeiras do modo de produção capitalista e a internacionalização das economias mundiais, também se coloca como elemento no desenvolvimento econômico a economia solidária, enquanto alternativa ao desemprego (ARROYO; SCHUCH, 2006). Dessa forma, a economia solidária, numa concepção ampla, corresponde ao conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito, organizada e executada solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras, na forma de trabalho coletivo e autogestionário (ANTEAG, 2009).

Recentemente, esta perspectiva do surgimento de um movimento de resistência às novas formas de exploração e dominação do capital sobre os seres humanos, em nível internacional, conduz-se experiências dos movimentos alterglobalização, dos fóruns sociais mundiais, das redes de protestos (VIEIRA, 2014). E parece mediar, também, o desenvolvimento dos discursos no campo da construção de um movimento da economia solidária que conjugue identidades de atores sociais diversos, para o estabelecimento de um ideal de economia oposto à lógica de acumulação capitalista.

Dessa forma, as transformações no mundo do trabalho, nas sociedades capitalistas, apontam números preocupantes em relação ao desemprego e à informalidade, até de trabalhadores tidos como “qualificados”. Isso tanto em épocas de crise como em épocas mais

prósperas. A tendência “destrutiva e excludora” do capitalismo¹ são percebidas, sem muito esforço, pelos indivíduos (SINGER, 1998, p. 117). É esse cenário que obriga os trabalhadores afastados do mercado de trabalho a buscarem alternativas para reinserção, as quais podem vir por vias do empreendedorismo individual ou coletivo, ou através das lutas reivindicatórias de ampliação das práticas solidárias entre homens e mulheres no âmbito local.

Diante disso, uma solução para o enfrentamento da exclusão social e do desemprego, que recebe determinada parcela de investimento governamental na atualidade, vem sendo o empreendedorismo coletivo (em grupo), que pode ser reconhecido como atividade econômica solidária, desde que as relações entre patrão e empregado, em busca de lucro, desfaçam-se, e os trabalhadores protagonizam a forma de produção que se estabelece sobre os alicerces da solidariedade e da democracia. Nessa perspectiva, nosso estudo se interessa pelo empreendedorismo coletivo, forma de produção que se contrapõe à economia tradicional² e se orienta pelos princípios de autogestão e repartição igualitária dos “lucros”, seguindo os princípios da economia solidária.

É preciso salientar que para os fins aos quais se compromete este estudo, a análise do movimento de economia solidária no estado do Piauí, são considerados não apenas os elementos ou contradições estruturais que contribuíram com a formação do movimento, por exemplo, as crises econômicas capitalistas; mas, também, partindo da concepção na qual os movimentos sociais são “sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites” (MELUCCI, 1989, p. 53), cujas orientações intencionais dos atores definem a forma pela qual se organizam e, portanto, esta forma de organização deve ser o ponto crítico da análise sociológica (*Idem*).

Nosso interesse pelo fenômeno da economia solidária e, mais precisamente, pelo movimento de economia solidária, vem de um olhar que quer compreender as relações sociais que se realizam na contramão da lógica de acumulação capitalista protagonizada pela sociedade civil. Um primeiro esforço foi concebido durante a elaboração do trabalho de conclusão do curso de graduação em Administração³, realizado no Campus Senador Helvídio

¹ Paul Singer (1998) observa a capacidade do sistema capitalista se autodestruir a cada ciclo de crise, durante as crises os ofícios consolidados pelos homens, como aconteceu depois da Revolução Industrial, em que trabalhos manuais foram substituídos por máquinas (tendência destruidora). A tendência excludora, por sua vez, refere-se à acentuação do desemprego e, com ele, da pobreza, o que conseqüentemente amplia a exclusão social.

² Aqui nos referimos à economia tradicional no sentido das práticas econômicas hegemônicas, ou seja, correspondem às atividades exercidas pelos agentes econômicos no modo de produção capitalista (ARROYO; SCHUCH, 2006).

³ A ciência da Administração surgiu vinculada ao conceito de organização industrial no cenário da Revolução Industrial, seus precursores, Taylor e Fayol, eram engenheiros preocupados inteiramente com o processo de produção dentro das indústrias. Dessa forma, a epistemologia e a sociologia da ciência da administração demarcam o contexto em que essa ciência foi produzida para auxiliar o processo de desenvolvimento produtivo.

Nunes de Barros – Picos, da Universidade Federal do Piauí, em 2012, no qual nos empenhamos em analisar a proposta do Fórum Social Mundial (FSM), espaço de articulação dos movimentos sociais que atuam em âmbito nacional e internacional, em favor da globalização contra-hegemônica ou alternativa, orientando-nos pelas formulações teóricas de Boaventura de Sousa Santos e Milton Santos. "Um outro mundo é possível!", lema que convoca os participantes do FSM a acreditarem numa globalização alternativa ao modelo de globalização neoliberal hegemônico.

Ao ingressarmos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e fixarmos domicílio em Teresina, no ano de 2014, continuaram as nossas inquietações para desvendar os caminhos desta “globalização alternativa” aqui no Piauí. Tínhamos interesse em descobrir práticas sociais que se propusessem a afligir as experiências sociais impostas pela globalização neoliberal. Como já tínhamos produzido um trabalho de monografia sobre o Fórum Social Mundial, fomos convidados a conhecer o fórum estadual de economia solidária, e então, achamos oportuno realizar um estudo o movimento de economia solidária a partir das interações entre os sujeitos sociais que participam do Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Piauí (FEEPSPI), espaço de articulação dos empreendimentos solidários, entidades de apoio e fomento e de gestores públicos, com o propósito de estabelecer e fortalecer uma outra economia, através da participação e do controle social da sociedade civil, nos municípios do estado do Piauí. Portanto, no espaço do FEEPSPI se articulam as bases do movimento de economia solidária – os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio e fomento – e órgãos públicos que executam as políticas públicas voltadas para a economia solidária no Piauí.

O FEEPSPI se situa em Teresina e foi instituído no ano de 2004⁴. É criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representa um dos vinte e sete Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES) presentes em todo o país; esses FEES são as instâncias estaduais de sustentação do FBES que, por sua vez, representam o próprio movimento brasileiro de economia solidária (OLIVEIRA, 2006), composto por mais de 3 (três) mil empreendimentos econômicos solidários e mais de 500 (quinhentas) entidades de assessoria (FBES, 2014a).

As mudanças econômicas, políticas e sociais provenientes da crise do final dos anos 70 e 90, nos países industrializados, vêm contribuindo para a instauração da reflexão crítica no campo da administração (SERVA, 2013).

⁴ Além do FEEPSPI, a capital abriga também o Fórum Municipal de Economia Popular e Solidária (FMPEST), esse instalado mais recentemente, em 2014, a partir de demanda da própria Secretaria Municipal de Economia Solidária em Teresina (SEMEST), que provocou a discussão inicial frente aos movimentos sociais dessa área, no sentido da criação do fórum municipal. O FMPEST não integra o nosso objeto de estudo porque o mesmo foi institucionalizado muito recentemente e, portanto, ainda não possui uma trajetória histórica que permita uma análise significativa acerca da articulação dos sujeitos em torno do movimento de economia solidária no Piauí.

Dada à amplitude dos aspectos que podem ser investigados sobre o fenômeno em questão – produção, comercialização, crédito, consumo, políticas públicas, etc.; detemo-nos sobre os processos articulatórios de economia solidária na capital, Teresina. Acreditamos que este espaço de articulação (fórum) comporta uma série de atores sociais coletivos que interagem protagonizando o movimento de economia solidária, e, além disso, todas as ideias potenciais de reconhecimento nas políticas públicas de economia solidária passam pelas discussões realizadas no e através do fórum.

Cada um dos sujeitos sociais coletivos que participam do FEEPSPI possuem atribuições bastante específicas no campo da economia solidária no Piauí. Neste estudo adotaremos as definições desses sujeitos propostas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), na qual os empreendimentos econômicos solidários compreendem as organizações coletivas suprafamiliares permanentes, com diversos graus de formalização, nas quais os trabalhadores exercem coletivamente o processo gestor e a alocação de resultados de uma determinada atividade econômica, seja ela de produção de bens, de prestação de serviços, de fundo de crédito, de comercialização e de consumo solidário. As entidades de apoio e fomento são organizações que apoiam diretamente os empreendimentos econômicos solidários, desenvolvendo atividades de capacitação, assessoramento, assistência técnica e acompanhamento, visando ao aperfeiçoamento dos mesmos. E os gestores públicos são (os órgãos) da administração direta ou indireta das esferas municipal, estadual e federal que objetivam o fortalecimento da economia solidária (ANTEAG, 2009).

A economia solidária frequentemente tem sido evocada como forma de desenvolvimento, o que a coloca acima do campo das políticas de geração de renda (SANTANA JÚNIOR, 2007; LAVILLE, 2009; CAILLÉ, 2002). Essa perspectiva de análise direciona os olhares científicos para estudos que aprofundem o entendimento das relações circunscritas entre o padrão de acumulação capitalista⁵ e a promoção do ideal antiutilitarista⁶ das práticas sociais. Isso, por sua vez, nos remete à reflexão acerca do movimento de economia solidária, a partir do interesse principal do presente estudo – analisar o processo articulatório do movimento de economia solidária no Piauí. Mais recentemente, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), fortaleceu-se o movimento de economia solidária no Brasil. Esse movimento conseguiu uma estrutura que inclui secretaria

⁵ Definido por Marx como a reprodução ampliada e incessante do processo de concentração de capitais (SANTANA JÚNIOR, 2007).

⁶ O antiutilitarismo se define “por oposição à Economia e à Ciência Econômica dominantes e à cristalização e condensação de práticas, visão de mundo e filosofia utilitaristas” (CAILLÉ, 2009, p. 16), na qual se estabelece que os homens devam buscar seus interesses próprios e que suas ações sempre são orientadas exclusivamente pela racionalidade instrumental (CAILLÉ, 2009).

nacional; secretarias estaduais e municipais (em alguns municípios); leis de fomento aos empreendimentos econômicos solidários; redes de instituições públicas e privada mobilizadas em torno da produção e comercialização; bancos populares que dão acesso ao microcrédito; conselhos estaduais e fóruns voltados à promoção do debate entre sujeitos da sociedade civil e gestores públicos no âmbito dessa temática.

Nesse sentido, os fóruns desse movimento se mostram canais institucionais, espaços para parcerias entre a esfera estatal e a sociedade civil, com atribuições de planejamento e fiscalização dos recursos públicos investidos nas políticas públicas de economia solidária. Os fóruns tem caráter permanente (ou conjuntural), e reúnem uma pluralidade de atores sociais articulados em um propósito específico: fortalecer os empreendimentos econômicos solidários.

Diante dessas experiências, elegemos a capital teresinense campo empírico para a investigação do fenômeno de articulação de atores sociais coletivos do movimento de economia solidária no Piauí. Nosso objeto de estudo é a atuação do fórum estadual de economia solidária, enquanto espaço de articulação dos atores sociais participantes do movimento de economia solidária. O objetivo da pesquisa é analisar o processo de organização e atuação dos atores sociais coletivos articulados em torno do Fórum Estadual de Economia Solidária em Teresina. Para tanto, traçamos os seguintes objetivos específicos: estudar a organização do movimento de economia solidária no Piauí, com atenção especial ao espaço do FEEPSPI; identificar práticas e estratégias de atuação dos atores (empreendimentos solidários, entidades de apoio e gestores públicos) que participam das discussões no FEEPSPI, e apresentar os principais desafios do movimento de economia solidária, no que diz respeito à sua articulação.

O FEEPSPI é constituído por uma pluralidade de sujeitos sociais coletivos, e fornece um rico material empírico à análise do movimento social de economia solidária, que inclui documentos produzidos pelos atores durante a realização e a mediação de debates em torno das questões relacionadas ao marco legal e à integração de políticas públicas. Além disso, fornece também informações sobre a formação e o assessoramento prestado aos empreendimentos econômicos solidários.

A partir deste estudo, acreditamos ser possível uma contribuição ao tema da economia solidária, isso porque nos propomos a alargar a compreensão da atuação do movimento e a compreensão do sentido da economia solidária no Piauí. Identificaremos os processos organizativos e os sentidos das ações dos sujeitos que compõem o movimento, observando as estratégias, as discussões e as proposições tomadas no espaço do fórum estadual. Esta

pesquisa se coloca, também, como uma oportunidade de contribuir na divulgação dos princípios e práticas dos trabalhadores dessa outra economia⁷.

Associar o movimento de economia solidária apenas e exclusivamente ao movimento de luta dos trabalhadores parece uma afirmação simplista, já que a economia solidária foi organizada como movimento, no Brasil, durante o primeiro Fórum Social Mundial (FSM) realizado de 25 a 30 de janeiro do ano de 2001, na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), por entidades de naturezas distintas, como Organizações Não Governamentais (ONGs), organizações religiosas e sindicais (BERTUCCI, 2010). Extrair, porém, este sentido histórico do movimento de economia solidária, ou seja, sua aproximação com o movimento operário do século XVIII, parece-nos desnecessário, uma vez que são os próprios atores sociais de tal movimento que indicam a origem do movimento como “resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e desses com a natureza” (FBES, 2014c, s/n).

Contudo, o movimento de economia solidária se inscreve no bojo dos novos movimentos sociais (LECHAT, 2004; LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015). Um movimento social que como forma de ação coletiva se baseia na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo também com os limites do sistema em que ocorre a ação (MELUCCI, 1989). Dessa forma, como movimento social contemporâneo, o movimento de economia solidária traz consigo algumas características típicas: a heterogeneidade dos atores, a difícil negociação das lutas, a participação em espaços que indicam independência do sistema e busca da ação direta.

As concepções teórico-metodológicas que orientaram este estudo se relacionam à teoria dos novos movimentos sociais, à perspectiva das redes de movimentos como estratégia de organização e articulação entre os sujeitos sociais coletivos que interconectam suas demandas grupais, à teoria da dívida relacionada ao fortalecimento da solidariedade democrática no associativismo. Portanto, seguindo esse direcionamento teórico-metodológico,

⁷ De acordo com a Carta de Princípios da Economia Solidária, formulada em 2003, durante a III Plenária Nacional de Economia Solidária, a origem do fenômeno se assenta no resgate da luta histórica dos trabalhadores e trabalhadoras contra a exploração do trabalho humano, pela promoção de um modelo alternativo ao capitalismo. A Carta ainda destaca a importância histórica dos sindicatos e das cooperativas na luta por melhores condições para o trabalho assalariado e pela criação de modelo alternativo ao trabalho assalariado, respectivamente. Os princípios gerais elencados são: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e valores de cooperação e solidariedade. Além disso, a Carta manifesta o que é repudiado pelo movimento de economia solidária, como as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual (FBES, 2014c).

direcionamos a discussão do nosso objeto de estudo utilizando como principais referenciais teóricos as concepções de Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren e Alberto Melluci, na teoria dos novos movimentos sociais, redes de movimentos sociais e ações coletivas; as perspectivas de Boaventura de Sousa Santos, Milton Santos e Antony Giddens sobre o neoliberalismo e as implicações da globalização; os estudos de Paul Singer, Marcos Arruda, Jean-Louis Laville sobre a economia solidária e; o paradigma contemporâneo da teoria da dádiva de Marcel Mauss, discutido por Alain Caillé.

A fim de extrairmos da realidade empírica pesquisada uma significativa análise das categorias conceituais aqui propostas, recorreremos ao método da pesquisa qualitativa, uma vez que é o método mais apropriado quando se deseja enfatizar “as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 2000, p. 63). Nesta perspectiva, a pesquisa qualitativa “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDSON, 2012, p. 90).

Demarcamos o marco temporal da pesquisa o intervalo entre os anos de 2004 e 2015. O recorte se justifica pelo fato desse intervalo cobrir os onze anos de atuação do FEEPSPI, dessa forma, foi possível a descrição dos principais acontecimentos que marcaram a trajetória do movimento de economia solidária no Piauí, a partir do olhar dos seus sujeitos sociais mais diretos, participantes do FEEPSPI, aproximando o estudo o máximo possível da realidade. O ano de 2004 também é relevante para o estudo porque no contexto nacional a SENAES já estava recém-constituída e o FBES também⁸, junto com dezessete fóruns estaduais, dentre eles o FEEPSPI.

Para efetuar a coleta de dados utilizamos os instrumentos metodológicos da análise documental, observação participante e a entrevista não estruturada, adequados para uma pesquisa de natureza qualitativa. A observação participante foi realizada durante as reuniões ampliadas do FEEPSPI no ano de 2015, entre os meses de fevereiro e setembro. A técnica da observação participante possibilitou o aprofundamento das questões que interessavam à pesquisa, na medida em que a modalidade participante permitiu compreender atitudes, interesses e demais características dos grupos que compõem o movimento estudado. As

⁸ A SENAES foi criada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a publicação da lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. Somente em junho de 2003 foi definida a denominação, a composição e o funcionamento do FBES, na III Plenária Nacional de Economia Solidária. Antes disso, o movimento pela economia solidária era promovido pelo GT brasileiro de economia solidária, organizado durante a realização do I FSM, foi esse GT que realizou as três Primeiras Plenárias do movimento. A articulação em nível estadual se efetivou mais precisamente em agosto de 2004, com a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária.

entrevistas não estruturadas possibilitaram tanto a obtenção de informações dos entrevistados acerca dos fatos que marcaram a trajetória do FEEPSPI, como também o reconhecimento das opiniões e perspectivas dos mesmos em relação ao movimento de economia solidária no Piauí. Ressalta-se que a análise documental também foi utilizada na presente pesquisa como instrumento de construção de dados, para tal, apropriamo-nos dos registros feitos em livro de Ata do FEEPSPI, entre os anos de 2007 e 2015, e de um Relatório da V Plenária Estadual de Economia Solidária, ocorrida em 2012.

Dessa forma, trilhamos o seguinte itinerário metodológico. Antes de adentrarmos na pesquisa de campo, realizamos um estudo exploratório, no qual nos apropriamos das informações gerais acerca da história e do funcionamento do FEEPSPI, bem como o reconhecimento dos sujeitos sociais coletivos que participam do espaço do fórum. Cumprida essa etapa inicial de reconhecimento geral do campo de pesquisa em Teresina, seguimos recolhendo as informações, de forma mais detalhada, através da nossa aproximação com os sujeitos que participam do fórum. Nesse período ainda realizamos visitas mensais frequentes, em dias aleatórios, ao Núcleo de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego (NES/MTE). Essa fase também foi indispensável para se estabelecer uma relação de maior proximidade com o público pesquisado e ser também aceita como pesquisadora pelo grupo. Em seguida, concluído o projeto de pesquisa, submetemos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí (CEP/UFPI), tendo sido aprovado. Posteriormente à aprovação pelo CEP⁹, seguimos construindo dados através das entrevistas, essas foram realizadas entre os meses de novembro de 2015 e janeiro de 2016, com a Coordenação Estadual do FEEPSPI¹⁰, que reúne sete membros, dos quais dois são representantes de entidade de apoio e fomento, um é representante do poder público, e quatro são representantes dos empreendimentos econômicos solidários. Além desses sujeitos, realizamos entrevistas com mais seis sujeitos que possuem assento no FEEPSPI, duas entidades de apoio e fomento, três empreendimentos econômicos solidários e um gestor público, escolhidos sob o critério de maior participação na história do FEEPSPI, indicados pela coordenação estadual. Dessa forma, são 13 (treze) entrevistas que se somaram ao material coletado e sistematizado a partir da pesquisa de campo.

⁹ A aprovação da pesquisa pode ser verificada através do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 47878015.9.0000.5214.

¹⁰ Na Coordenação Estadual se encontram os principais sujeitos responsáveis por todo o processo articulatório do fórum, deliberando sobre as decisões políticas, operacionais e administrativas; fazem as mediações políticas e interlocuções nas instâncias municipais, estaduais; mantém o diálogo com o FBES e a SENAES; promovem a assistência política aos empreendimentos solidários; acompanham a elaboração e execução de projetos.

A técnica de entrevista que conduziu o processo da pesquisa foi entrevista guiada, na qual “as perguntas não estão pré-formuladas, são feitas durante o processo e a ordem dos temas, tampouco estão preestabelecida” (RICHARDSON, 2012, p. 210), ela tanto permite um nível de liberdade ao pesquisador como também um nível de aprofundamento das informações obtidas. Além dessa caracterização da entrevista guiada, adaptamos nosso instrumento de coleta de informações com questionamentos possíveis inseridos no conjunto de temas que foram abordados durante a realização das entrevistas. Isso porque precisamos organizar e sistematizar as ideias, porém, não montamos um quadro estático de questionamentos. Esclarecemos que durante a realização das entrevistas, à medida que os nossos entrevistados se pronunciaram, surgiam novos questionamentos, os quais eram feitos com o propósito de garantir a espontaneidade da entrevista em profundidade. A entrevista foi direcionada por uma “guia”, onde constaram pontos para a discussão, observando a melhor ordem de apresentação e contato com o entrevistado, dos aspectos mais simples até os mais complexos, na tentativa de tornar a conversa “espontânea”. Elaboramos três guias diferentes, uma vez que os sujeitos entrevistados pertencem a três segmentos distintos: um para os empreendimentos econômicos solidários, outro para entidades de apoio e fomento e, ainda, outro para os gestores públicos.

O procedimento utilizado de interpretação das informações é a análise de conteúdo, indicada para situações de “análise de depoimentos de representantes de um grupo social para se levantar o universo vocabular desse grupo” (DESLANCHES; GOMES; MINAYO, 2012, p. 84). A objetividade, a sistematização e a inferência são as principais características desse procedimento metodológico, “trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas, etc.) e extrair os momentos mais importantes” (RICHARDSON, 2012, p. 224). As mensagens são trabalhadas na análise de conteúdo, e através dela é possível manipulá-las, testar indicadores e inferir sobre a realidade. Dessa forma, a análise de conteúdo seguiu as seguintes fases: a pré-análise, em que se fez uma leitura superficial do material, a fim de perceber as concepções e conceitos mais utilizados pelos sujeitos; a análise em profundidade, na qual se realizou a codificação e a categorização da informação; e, por último, o tratamento refinado dos resultados, a partir de temas que constituíram nossa unidade de significação (RICHARDSON, 2012).

Por fim, esta dissertação está estruturada da seguinte forma: introdução, na qual expomos nossa problemática de pesquisa, o contexto do objeto de estudo, os referenciais teóricos adotados, os procedimentos metodológicos utilizados para a construção de dados e a interpretação dos resultados; dois capítulos teóricos, nos quais, no primeiro capítulo,

discutimos brevemente as inter-relações históricas no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como as “globalizações” que se apresentam à sociedade, isso porque acreditamos que o fenômeno da globalização afeta as experiências das ações coletivas e, então, partindo desse campo, discutimos a inserção dos “Novos Movimentos Sociais” e sua nova opção de organização em rede de movimentos e fóruns; no segundo capítulo, realizamos uma análise sobre o movimento de economia solidária na conjuntura mundial e, mais precisamente, no Brasil, em que iniciamos através da apresentação dos principais conceitos e perspectivas teóricas acerca do fenômeno estudado; em seguida, ressaltamos a relação entre solidariedade e mobilização política, para depois apresentarmos as articulações entre as diversas organizações e entidades da sociedade civil em torno do movimento, bem como a instituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

No terceiro capítulo, empírico, apresentamos os resultados da nossa pesquisa de campo, ou seja, como se apresenta o movimento de economia solidária no Piauí, contemplando desde a apresentação dos dados dos mapeamentos já realizados no estado, o modo como se organizam as ações no FEEPSPI, as práticas e estratégias dos sujeitos sociais coletivos inseridos nesse movimento, até os limites e possibilidades do movimento de economia solidária apontados pelos próprios atores que o integram. Posterior à apresentação desses capítulos, por último, apresentamos as considerações finais, algumas conclusões e indicações temáticas para futuras pesquisas relacionadas ao tema estudado.

1 CAPITALISMO, “GLOBALIZAÇÕES” E MOVIMENTOS SOCIAIS

Para compreender o fenômeno da economia solidária é necessária uma reflexão sobre o modelo hegemônico de produção capitalista, o qual orienta a vida na maioria das sociedades modernas e desencadeia transformações políticas, econômicas e culturais variadas. Neste capítulo, discutiremos, no primeiro momento, as principais características do capitalismo e as formas de globalização, bem como suas implicações no mundo do trabalho; no segundo momento, analisaremos as atuais formas de ação coletivas que se estabelecem frente ao “processo civilizatório” capitalista, orientados pela teoria dos novos movimentos sociais na perspectiva de sociólogos europeus e brasileiros e, por último, nos deteremos sobre a análise das redes de movimentos sociais adotadas como forma de organização por tais movimentos.

Ao longo do capitalismo como sistema socioeconômico de regulação da vida em sociedade, vários padrões de acumulação capitalista se alternaram na história. Nas ciências sociais, essa periodização é feita através de esquemas interpretativos diversos. Apenas existe consenso em relação às primeiras etapas – fase concorrencial e fase monopolista; na definição das outras fases há quem privilegie as mudanças nas forças de produção, as alterações nas relações de produção ou, ainda, questões filosóficas do sistema. Todos os padrões de acumulação capitalista são, contudo, marcados pela luta entre capital e trabalho, pela geração e apropriação do excedente, o que leva a uma transição turbulenta entre os padrões, sempre à custa das correlações de forças entre eles (SANTANA JÚNIOR, 2007).

Para os propósitos deste estudo, admitimos o capitalismo enquanto forma de produção econômica e social que se tornou hegemônica durante o período que se convencionou chamar de modernidade. Ora, a perspectiva da modernidade encontra distintos caminhos de análise. Por um lado, na abordagem cultural e epistemológica de Giddens (1991), a modernidade se refere ao estilo de vida e organização social que emergiu na Europa, a partir do século XVII, marcado por *descontinuidades*¹¹ que inauguraram a separação do tempo e do espaço, o desencaixe dos sistemas sociais e a ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais; esse estilo de vida influenciou quase a totalidade das relações mundiais.

Por outro lado, na abordagem de Boaventura de Sousa Santos (1994; 1997), a modernidade e o capitalismo se conjugam como projeto sociocultural amplo, contraditório e cheio de potencialidades, isso porque se assenta sobre dois pilares fundamentais dotados, cada

¹¹ As *descontinuidades* são pontos históricos de ruptura com a ordem social tradicional. Estas descontinuidades são caracterizadas pelo ritmo da mudança imprimida pela ordem moderna, onde a mudança se dá com rapidez extrema; pelo escopo da mudança, devido à interconexão mundial, e pela natureza intrínseca das instituições modernas (GIDDENS, 1991).

um, de três princípios que se correspondem: o pilar da regulação e o pilar da emancipação. O primeiro constituído pelo princípio do Estado, pelo do mercado e pelo da comunidade; o segundo, pela racionalidade estético-expressiva, pela racionalidade moral prática e pela racionalidade cognitiva individual. Dessa forma, apesar do pilar da emancipação orientar a vida prática dos cidadãos, cada princípio desse pilar tem seu ponto de correspondência no pilar da regulação:

A racionalidade estético-expressiva articula-se privilegiadamente com o princípio da comunidade, porque é nela que se condensam as ideias de identidade e de comunhão sem as quais não é possível a contemplação estética. A racionalidade moral-prática liga-se preferencialmente ao princípio do Estado, na medida em que a este compete definir e fazer cumprir um mínimo ético para o que é dotado do monopólio da produção e da distribuição do direito. Finalmente, a racionalidade cognitivo-instrumental tem uma correspondência específica com o princípio do mercado, não só porque nele se condensam as ideias de individualidade e da concorrência, centrais ao desenvolvimento da ciência e da técnica, como também porque já no século XVIII são visíveis os sinais da conversão da ciência numa força produtiva (SANTOS, 1997, p. 77).

Este projeto ambicioso e “revolucionário” pretende uma racionalização global da vida coletiva e da vida individual, a partir de uma tensão entre justiça e autonomia, solidariedade e identidade, emancipação e subjetividade, igualdade e liberdade. A modernidade tem seu trajeto histórico intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nos países ditos centrais, isso a partir dos fins do século XVIII, com o processo de industrialização (SANTOS, 1997).

O paradigma cultural da modernidade constituiu-se antes de o modo de produção capitalista se ter tornado dominante e extinguir-se-á antes de este último deixar de ser dominante. A sua extinção é complexa porque é em parte um processo de superação e em parte um processo de obsolescência. É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas das suas promessas e, de resto, cumpriu-as em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade está irremediavelmente incapacitada de cumprir outras das suas promessas. Tanto o excesso no cumprimento de algumas das promessas como o déficit no cumprimento de outras são responsáveis pela situação presente, que se apresenta superficialmente como de vazio ou de crise, mas que é, a nível mais profundo, uma situação de transição (SANTOS, 1997, p. 77).

O que nos interessa sobre modernidade, neste estudo, é reconhecê-la como período histórico no qual prevalece o capitalismo como padrão regulatório hegemônico da vida social em quase todo o globo terrestre. Diante disso, as consequências da modernidade frequentemente se ligam às consequências da exacerbação da ordem civilizatória capitalista, isso tanto nas esferas econômicas, culturais, políticas e sociais da vida humana. Esta assimilação de modernidade, contudo, não nos impede de perceber, na contramão desta

imposição hegemônica, os movimentos da sociedade em oposição ao ideário neoliberal, atual forma de apresentação capitalista.

Nesse sentido, através da análise de Boaventura de Sousa Santos (1997), existe um processo de transição de paradigmas culturais desencadeado. Uma análise próxima à de Milton Santos (2015), que percebe uma transição em marcha, na qual a *cultura popular* rivaliza com a *cultura de massas*, para protagonizar uma verdadeira ressignificação das heterogeneidades culturais e identitárias. A Revolução da tecnologia da informação, o encurtamento das distâncias e o culto ao consumo são alguns fatores que influenciam essa época capitalista, tornando “o mundo confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2015, p. 17).

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal qual nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo tal como ele pode ser: uma outra globalização (SANTOS, 2015, p. 18).

De fato, o reconhecimento desses três mundos assim diferenciados representa uma abordagem conceitual que parece se aproximar do que é apreendido por boa parte daqueles que participam do movimento de economia solidária, organizado inicialmente a partir do *slogan: uma outra economia é possível*, que atualmente assume o *slogan: uma outra economia acontece*, melhor discutido no capítulo dois. Os fenômenos abordados até então – capitalismo e modernidade – são categorias de estudos bastante amplos, assim, pontuamos apenas elementos pertinentes ao nosso estudo.

1.1 A economia de mercado e o capitalismo

Economia de mercado e capitalismo não são palavras sinônimas, uma vez que a economia de mercado, como prática, é anterior à formação das sociedades capitalistas. Consideramos economia de mercado aquela em que agentes econômicos (compradores e vendedores) estabelecem uma relação de compra e venda, ou troca de produtos, para atender necessidades (ou interesses) particulares e específicas. Existe uma diversidade histórica de economias de mercado que não deve ser desprezada (por exemplo, a economia francesa do século XVIII, baseada no mercado de produtos agrícolas; a economia húngara, nos anos de 1960, orientada pelo socialismo de mercado). Houve, no entanto, uma diferenciação das

economias de mercado¹² a partir do capitalismo, no que diz respeito ao trabalho assalariado e ao atual desenvolvimento do mercado financeiro, que não deve ser desconsiderada (GUESNERIE, 1997).

O capitalismo surge e se desenvolve no contexto de transição da sociedade medieval para a sociedade moderna, essa última, apesar de evocar o homem como sujeito principal na transformação social, torna-se ameaçada pelo utilitarismo, onde o econômico se sobrepõe ao político e ao social (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A heterogestão, o assalariamento e o lucro são as bases do processo de acumulação capitalista. Ora, a partir da heterogestão, ou seja, da gestão feita por gerente e diretor, são separados meios de produção e força de trabalho, onde todo trabalho empregado na produção fica em benefício exclusivamente do indivíduo capitalista; o assalariamento transforma o trabalho humano em mais um tipo de mercadoria; e o lucro se torna o objetivo único da produção (SANTANA JÚNIOR, 2007). As especificidades do sistema socioeconômico capitalista demarcam um terreno em que a competitividade se exacerba, justificando os interesses individuais:

Essa busca desenfreada é acirrada pela própria lógica da racionalidade instrumental e do utilitarismo, que privilegia o ter, a capacidade de adquirir bens e serviços, ante o ser, além do que, defende e recomenda a perseguição dos interesses individuais como instrumento de progresso da sociedade (SANTANA JÚNIOR, 2007, p. 133).

Antes das formações econômicas capitalistas, a economia de mercado coexistia com a economia de subsistência (ou doméstica) mais ou menos extensa, ou seja, muitos bens eram produzidos para consumo próprio e somente alguns bens eram considerados artigos de luxo comercializados e, geralmente, essa produção era pequena, artesanal e organizada em *corporações de ofício*¹³. Essa economia de mercado foi praticada ainda na Idade Média (SINGER, 1987).

Apesar da hegemonia da forma de produção capitalista, outras formas de produção não capitalistas nunca se extinguíram totalmente. As formas de produção para a subsistência e a produção simples de mercadorias estão marcadamente presentes na realidade social em

¹² Aqui reconhecemos a economia de mercado como aquela baseada na moeda e na propriedade de direito privado; a questão da diferenciação da economia de mercado a partir do capitalismo evoca a lógica capitalista do trabalho assalariado e o atual desenvolvimento do mercado financeiro (GUESNERIE, 1997).

¹³ As corporações de ofício eram organizadas por um número limitado de produtores que se dedicavam à produção de um único tipo de produto. Na corporação, o volume da produção era fixado, como também o número máximo de produtores, havia uma limitação da oferta que se destinava a manter um preço justo. Esse tipo de organização econômica era pouco dinâmica, pois proibia inovações técnicas para desestimular a concorrência entre os produtores (SINGER, 1987).

diversos períodos da humanidade. Elas, no entanto, são continuamente invisibilizadas pelo padrão de acumulação e a sociabilidade capitalista atualmente predominante.

No século XVI, com a formação do mercado mundial resultante das Grandes Navegações, o capital financeiro penetra na produção, tornando-se manufatureiro, surgindo assim os primeiros empresários capitalistas que empregavam os artesãos. Esses, antes eram donos da sua própria produção em suas oficinas, mas passam à condição de empregados assalariados nas primeiras indústrias. O desenvolvimento do capitalismo manufatureiro, do século XVI ao XVIII, deu-se de forma lenta e desigual entre os países, uma vez que dependia do apoio político entre as nações, esse relacionado às lutas pelo domínio das vias marítimas e dos mercados coloniais. E foi na Grã-Bretanha que o capitalismo manufatureiro alcançou seu maior grau de desenvolvimento, criando as condições para a Revolução Industrial, no último quartel do século XVIII. Dessa forma:

A economia de mercado, ao se tornar capitalista, começou a se expandir pela incorporação de atividades até então integradas à economia de subsistência. É o que acontece, na Inglaterra, com a agricultura, que se torna, ao mesmo tempo mercantil e capitalista. Uma grande parte dos trabalhadores é expulsa da terra e, na medida em que consegue alienar sua força de trabalho ao capital manufatureiro, passa a adquirir sua comida no mercado. Surge assim um mercado de bens para assalariados como corolário do surgimento de uma classe de proletários puros, totalmente dependentes do mercado para sua subsistência (SINGER, 1987, p. 16).

Do capitalismo manufatureiro ao capitalismo industrial, esse último caracterizado pela incorporação das máquinas ao processo produtivo de bens, no qual o homem (assalariado) passa a ser necessário apenas para regular ou acionar a máquina. Mas essa não é a única diferença entre o capitalismo manufatureiro e o industrial. O capitalismo manufatureiro requer a unificação do mercado nacional, e para tanto necessita da intervenção do Estado nacional (mercantilismo) para promover as exportações e limitar as importações e, assim, aumentam o saldo comercial. O capitalismo manufatureiro inspira o liberalismo econômico, e esse, por sua vez, inspira o capitalismo industrial, que requer uma estratégia de unificação de todos os mercados, estimulando a competição livre para mercados locais e nacionais, rejeitando a intervenção do Estado (SINGER, 1987).

Além de doutrina econômica do “*laissez faire*”¹⁴, tem-se o liberalismo econômico e político. Esse último apresenta desdobramentos que promulgam a liberdade do indivíduo enquanto cidadão, produtor e consumidor. Mas essa vertente liberal reforça a disputa

¹⁴ Termo francês cuja tradução aproximada significa “permissão para fazer”. No que diz respeito à economia política, o termo está associado à descrição de Adam Smith sobre o papel do Estado em relação ao Capitalismo, que implica em nada fazer, ou seja, deixar que os capitalistas e os mercados regulem a si mesmos (JOHNSON, 1997).

econômica e política entre burguesia industrial e realeza, pelo excedente da produção, na qual a burguesia sai vencedora e estabelece a hegemonia econômica e política capitalista¹⁵ (SINGER, 1987). Através do desenvolvimento das forças produtivas (em grande medida, resultado do progresso das ciências e sua consequente aplicação na atividade produtiva) e da eliminação das barreiras institucionais à livre concorrência, o capitalismo passa a dominar a economia de mercado, guiado pela doutrina liberal, e fragiliza a produção do tipo doméstica, ao oferecer bens e serviços análogos a preços baratos (SINGER, 1997). No entanto, esse movimento da economia de mercado torna as pessoas mais dependentes do mercado, ou seja, dependentes da livre concorrência de produtos e preços.

Ainda sobre essa questão, vale ressaltar que a fórmula do capitalismo se relaciona à “acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos” (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009, p. 35), com o objetivo de extrair lucro que, por sua vez, será reinvestido para geração de mais capital. Dessa forma, a natureza da riqueza se torna imaterial no capitalismo, e confere a esse modelo civilizatório um caráter insaciável, promovendo uma dissociação entre necessidade e consumo, criando uma inquietação permanente no espírito do capitalista. Além disso, o capitalismo é caracterizado também pelo trabalho assalariado, no qual o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, e há uma espécie de submissão voluntária, em que o trabalhador é livre para se recusar ao trabalho oferecido, mas dada à necessidade de sobrevivência, ele se vê obrigado a aceitar as condições que lhe são oferecidas (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009). Desse modo:

O capitalismo, sob muitos aspectos, é um sistema absurdo: os assalariados perderam a propriedade do resultado de seu trabalho e a possibilidade de levar uma vida ativa fora da subordinação. Quanto aos capitalistas, estão presos a um processo infundável e insaciável, totalmente abstrato e dissociado da satisfação de necessidades de consumo, mesmo que supérfluas (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009, p. 32).

No entanto, para Weber, no entender de Catani, não é a ânsia do capitalista pelo lucro que diferencia o capitalismo ocidental de outras formações capitalistas, mas, sim, os atributos do mercado de trabalho livre e a contabilidade financeira, os quais, ligados à ética do protestantismo, que levava à valorização positiva do trabalho e à consequente valorização da riqueza resultante desse trabalho. Portanto, para Weber, foram os princípios éticos que

¹⁵ Frente ao mercantilismo, sistema capitalista que favoreceu a construção do Estado moderno, Adam Smith propõe um modelo de funcionamento econômico em que o Estado deveria se retirar da economia, uma vez que o sujeito da economia não era o Estado, mas, sim, o indivíduo; esse, portanto, deveria ser “livre” para operar as transações econômicas como bem entendesse. Ora, para Adam Smith havia uma “*mão invisível*” que regulava espontaneamente a economia. No entanto, no século XX, principalmente entre as décadas de 1920 e 1930, houve um recrudescimento do controle do Estado. Contudo, foi no período da Segunda Guerra Mundial que houve maior desenvolvimento do controle estatal das finanças, do trabalho, dos preços e da distribuição de materiais (CATANI, 2011).

constituíram o “espírito” do capitalismo no seu primeiro estágio de desenvolvimento (CATANI, 2011).

A ordem econômica capitalista precisa dessa entrega de si à vocação de ganhar dinheiro: ela é um modo de se comportar com os bens exteriores que é tão adequada àquela estrutura, que está ligada tão de perto às condições de vitória, na luta econômica pela existência, que de fato hoje não há mais de se falar de uma conexão necessária entre essa conduta de vida “crematista” e alguma visão de mundo unitária (WEBER, 2004, p. 34).

Nesse sentido, Weber analisa as primeiras motivações que contribuíram para a consolidação do capitalismo na sociedade ocidental moderna: o conjunto de valores religiosos protestantes que justificavam a acumulação das riquezas em vida, uma quase vocação divina. Ao mesmo tempo, Weber considera o desligamento desses valores religiosos, quando já se mostrava exitosa a dominação capitalista como marco civilizatório da sociedade moderna.

A propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca são as condições prévias para o estabelecimento do sistema capitalista. No ato da troca, todas as coisas se tornam mercadorias, até mesmo o trabalho humano. Então, nesse processo, o trabalho humano específico e particular se transforma em trabalho humano em geral, abstrato (CATANI, 2011).

Na abordagem cultural e epistemológica da modernidade de Giddens (1991), o capitalismo é visto como uma das dimensões institucionais que permitiram a ascensão da modernidade¹⁶ e consiste em um sistema de produção de mercadorias baseado na propriedade privada do capital e no trabalho assalariado, sem posse de propriedade que, por sua vez, estabelece o eixo principal de um sistema de classes.

A natureza competitiva dos empreendimentos capitalistas, somada às infinitas possibilidades de inovação tecnológica, torna a economia capitalista “intrinsecamente instável e inquieta” (GIDDENS, 1991, p. 58), o que garante, ao seu turno, o caráter expansionista e internacional. O que destacamos é essa natureza instável e inquieta do capitalismo como fator que imprime às relações sociais nas sociedades modernas, sensações permanentes de insegurança e desconfiança no futuro, outrora tido como promissor no contexto da modernidade.

As economias de mercado modernas se transformaram em economias mistas, isso porque existe uma imbricação entre Estado e mercado no âmbito da atividade econômica, tanto na produção de bens e serviços como na redistribuição das riquezas. Dessa forma, após o desenvolvimento do capitalismo industrial na economia de mercado e sua maior crise no

¹⁶ O capitalismo, o industrialismo, o aparato de vigilância e o poder militar são para Giddens (1991) as dimensões institucionais da modernidade. Como neste momento nos interessa apenas a discussão dos elementos constitutivos do capitalismo, não nos deteremos na análise das outras dimensões supracitadas.

século XX, veio a política keynesiana¹⁷ para substituir o liberalismo econômico. Tal política econômica se dá depois da crise de 1929, e segue após a Segunda Guerra Mundial, fazendo com que as economias capitalistas passassem de um regime concorrencial para o regime “fordista” (GUESNERIE, 1997). Nesse padrão econômico em que o regime taylorista-fordista foi referência para um modelo social no qual reivindicações trabalhistas eram garantidas pelo Estado e suportadas pelos capitalistas, em troca da manutenção da disciplina fabril taylorista aos trabalhadores (CATANI, 2011).

O fim da era fordista e a queda do Estado de bem-estar (*welfare state*), desde a década de 1970, em conjunto com a crise do socialismo real, nos anos 1980, demarcam, na história contemporânea, o fim do “capitalismo democrático”, dessa forma:

Não é frequente colocar-se de manifesto que a crise do *Welfare State* explicita o fracasso do único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos (NETTO, 1993, p. 68).

Após a Segunda Guerra Mundial algumas características da sociedade e da economia pós-guerra começam a se definir, o capitalismo moderno, na faceta atual do neoliberalismo, ressurgiu depois da crise de 1970:

A abertura das fronteiras do comércio e do capital inaugurou o caminho para grandes investimentos nas regiões do globo onde as condições sociais prevalentes permitiam altas taxas de retorno, gerando fluxos de capital na direção das classes altas dos Estados Unidos (e de grupos maiores que, até certo ponto, conseguem se beneficiar das rendas de capital). O livre comércio aumentou a pressão sobre os trabalhadores, efeito da competição entre os países onde os custos de mão de obra são mais baixos. O endividamento crescente das famílias e do governo também gerou grandes fluxos de renda de capital. Graus extremos de sofisticação e expansão dos mecanismos de financiamento surgiram depois de 2000, possibilitando enormes fontes de renda para o setor financeiro e para as famílias mais ricas (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 27).

A trajetória do projeto sociocultural da modernidade também pode ser compreendida a partir de uma delimitação dos períodos do capitalismo. O primeiro, denominado de *capitalismo liberal*, em que o princípio do *laissez faire* imperava no surto da industrialização, e a sociedade civil era considerada um agregado de indivíduos que competiam entre si por interesses particulares; ainda nesse período, acontecem manifestações sociais representadas pelo idealismo romântico e pelo romance realista, os quais constroem críticas ao industrialismo, ao capitalismo e à cultura. O segundo, chamado *capitalismo organizado*, no

¹⁷ Termo que faz referência ao economista britânico J. M Keynes, formador da teoria que atribui ao Estado o papel de agente econômico regulador do mercado, bem aceita no período pós-guerra (1945) ao início do século XXI, conhecido como os “trinta anos gloriosos” do capitalismo, onde o crescimento econômico foi forte e contínuo em várias partes do mundo (CATANI, 2011).

qual o capital industrial, financeiro e comercial se concentra e prolifera, a luta imperialista pelos mercados se aprofunda e há uma rematerialização da comunidade nas práticas de classe, o que, por sua vez, faz emergir as políticas de classe, na forma de sindicatos e associações, além disso, existe uma clara estratégia de regulação do Estado sobre o mercado, também nos conflitos entre capital e trabalho. O terceiro período, ao seu turno, que começa nos anos 1970, no plano econômico é marcado pela internacionalização do capital, surgimento das empresas multinacionais, que driblam a capacidade de regulação nacional e tornam a relação capital trabalho mais precária e permitem a formação do industrialismo dependente no terceiro mundo. No campo social, nessa etapa surgem novas práticas de mobilização na figura dos novos movimentos sociais, orientadas por reivindicações pós-materialistas – ecologia, antinuclear, pacifista, antirracista – as transformações parecem indicar uma “desregulação total” na vida econômica, social e política, por isso esse período pode ser denominado *capitalismo desorganizado* (SANTOS, 1997, p. 89, *grifo do autor*).

O capitalismo se mostra contraditório, não concretiza as promessas que fez à modernidade:

Quanto às contradições, as mais destacadas são a tendência crescente à concentração da renda, da riqueza, do conhecimento e do controle tecnológico e político sobre a natureza e a sociedade humana; a explosão da atividade financeira, que superou em muito a atividade produtiva e ganha sempre mais um caráter especulativo e inevitavelmente inflacionário; e a tendência ao totalitarismo de mercado que, na verdade, é a negação do livre mercado e da genuína democracia (ARRUDA; BOFF, 2000, s/n).

Ao mesmo tempo em que essas contradições representam uma fonte de aflição e risco para os trabalhadores, abrem-se brechas e oportunidades para a emancipação dos mesmos, no contexto das lutas sociais contra a exploração (ARRUDA; BOFF, 2000). Ao passo que sobre outro viés interpretativo é possível perceber que uma fraudulenta tentativa de separação das esferas econômica, social e política fez com que o liberalismo econômico interpretasse mal a história da Revolução Industrial, porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista apenas econômico (POLANYI, 2000). Logo:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais, na medida em que eles servem a seus propósitos (POLANYI, 2000, p. 65).

Deslocar a compreensão da economia de mercado da economia real serve para desmistificar a verdade imposta pela ideologia econômica liberal, que procura em seus

princípios individualistas e utilitaristas convencer que o econômico pode ou está, em alguma medida, separado das questões políticas e sociais. Isso é negar a assimilação da acepção formal da economia direcionada apenas à escassez, sem considerar o outro sentido da economia, que diz respeito à relação que o homem estabelece com outros e com a natureza, para garantir sua subsistência (LAVILLE, 2009). Antes, contudo, seria necessário partir da premissa de que “as motivações econômicas se originam no contexto da vida social” (POLANYI, 2000, p. 67).

À medida que se propagou a ideologia liberal, separando as motivações econômicas dos interesses sociais, os problemas sociais se avolumaram e a veracidade do ideal de estabelecimento de uma sociedade puramente de mercado¹⁸ fora questionado, dessa forma:

Do colapso das formas éticas e jurídicas liberais perante alguns dos mais sérios problemas com que nos confrontamos – da exclusão social e do racismo a Chernobyl e à Sida – começa a emergir um novo jusnaturalismo nascente numa nova concepção dos direitos humanos e dos direitos dos povos à autodeterminação, e numa ideia de solidariedade, simultaneamente concreta e planetária (SANTOS, 1997, p. 91).

Logo, é possível apreender, a partir da concepção de economia plural de Karl Polanyi, que nas sociedades humanas a produção de bens e serviços se dá através de variados princípios econômicos, tais como mercado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade, ou seja, princípios plurais da economia real. Logo, a economia solidária representa uma manifestação econômica orientada pelos princípios de reciprocidade e domesticidade, mas que, atualmente, submete-se à sociabilidade capitalista (SANTANA JÚNIOR, 2007).

A “questão social” que tanto interessa aos sociólogos é atingida intensamente por essa ordem econômica capitalista que se apresenta como desvinculada do político, no sentido da economia autorregulada pelo mercado, sem controle político. A supremacia da relação entre demanda e oferta na determinação dos preços dos bens de consumo, a globalização das empresas e dos capitais financeiros são elementos que agora, em uma esfera mundial, tentam justificar todo tipo de males predatórios à natureza e à dignidade humana. Assim, a concepção de *economia plural*, de Karl Polanyi, é, a nosso ver, uma escolha que permite desnaturalizar a forma de produção capitalista como forma única possível para o desenvolvimento de riquezas.

Há muito que através da incorporação do utilitarismo à economia foi possível considerar que “tudo o que é benéfico ao indivíduo é benéfico à sociedade. Por analogia, tudo que engendra um lucro (portanto, serve para o capitalismo), também serve para a sociedade”

¹⁸ A sociedade de mercado é uma sociedade enraizada no mecanismo de sua própria economia, em que existe uma combinação entre mercado autorregulador e sociedade de capitais, ou seja, “o interesse privado materializa o bem público sem passar por uma deliberação política” (LAVILLE, 2009, p. 146).

(HEILBRONER, 1985 *apud* BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009, p. 44), ou seja, toda moral pessoal que coibisse a acumulação de riqueza se justificaria pelo bem-estar social proporcionado pela riqueza individual. A reprodução do discurso da insuperabilidade do capitalismo contribui para a legitimação dos modos de ação egoístas, no qual basta o progresso material individual para que o bem-estar social se promova.

Ao mesmo tempo em que a década de 1980 é marcada pelo aumento das desigualdades sociais, o que foi atribuído à política econômica neoliberal, no âmbito da participação social e política se desenvolvem movimentos sociais (discutidos mais adiante, neste capítulo) que questionam a ordem econômica tal qual está organizada pela economia moderna¹⁹, não apenas no que diz respeito às desigualdades relacionadas à questão de exclusão econômica, mas, também, às desigualdades de gênero, étnico-racial, identitárias e, além disso, com questões de proteção ambiental (SANTOS, 1997). Dessa forma, como consequência do período chamado de *capitalismo desorganizado*, configuram-se situações desoladoras para os trabalhadores, tendo em vista que:

As consequências para a vida dos trabalhadores em geral são bastante negativas. O capitalismo atual é caracterizado, sobretudo, por uma intensa exploração da força de trabalho mundial, que é colocada em concorrência devido à abertura dos mercados. As relações salariais típicas têm se alterado significativamente e a tendência é a diminuição das proteções legais aos trabalhadores (CATANI, 2011, p. 68).

Portanto, já no século XX, durante a vigência ideológica do liberalismo econômico, “revelou-se impossível atingir o horizonte da sociedade de mercado, visto que a sociedade reagiu a essa perspectiva, recorrendo principalmente à solidariedade. Essa noção constituiu uma referência para o estabelecimento de uma regulação democrática da economia” (LAVILLE, 2009, p. 146). Quando por meio do princípio da redistribuição o Estado social garantiu aos cidadãos garantias assistenciais em caso de risco social ou, ainda, estabeleceram-se instituições reguladoras para o mercado, essa regulação democrática da economia começou a acontecer também através da imposição da regulamentação pública, a partir da legislação e das negociações coletivas.

No início do século XXI, no entanto, através da ofensiva neoliberal, percebeu-se que a tentativa de desregulamentação dos mercados continua operante. Com a globalização mercantil, os ganhos da regulação democrática da economia já não eram mais possíveis. E, então, um movimento em marcha contra a mercantilização crescente da vida social tem

¹⁹ A economia moderna possui três traços bastante específicos: primeiro, a autonomia da esfera econômica; segundo, a identificação do mercado como instância autorregulada e; terceiro, a identificação da empresa moderna com a empresa capitalista (LAVILLE, 2009).

atuado, no sentido de legitimar as instituições que atuem com os princípios de reciprocidade, de solidariedades entre os grupos sociais (LAVILLE, 2009). Logo:

As reações à utopia da sociedade de mercado foram variadas, manifestando-se como mobilização de outros princípios econômicos, criação de instituições limitando e editando regras para a esfera do mercado ou adoção de formas de propriedade distintas das capitalistas. Vê-se, assim, que na modernidade democrática a economia apresenta um duplo movimento: o primeiro exprime a tendência a seu desencastamento, e o segundo traduz a tendência ao reencastamento democrático da economia, no qual a referência à solidariedade revela-se primordial (LAVILLE, 2009, p. 147).

A incompletude do mercado para reger a vida em sociedade e a imagem do sujeito econômico racional são duas das principais críticas do antiutilitarismo que inspira o trabalho da *Revue du MAUSS* (Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais), fundado em 1981, contra o discurso puramente instrumental da existência humana. Assim, “a motivação primeira da ação não é o interesse pessoal, mas a obrigação de dar, de mostrar-se generoso para com o outro, que é a hipótese do *homo donator*” (CAILLÉ, 2009, p. 19). Em outros termos:

O essencial da existência reside sem dúvida nessas premissas, e a visão utilitarista do mundo desconsidera que, antes mesmo de os sujeitos poderem satisfazer suas necessidades e calcular seus interesses, é preciso que existam e se constituam enquanto tais, quer se trate dos indivíduos, quer dos coletivos. Essa construção de subjetividade relaciona-se à subordinação da necessidade à exigência de sentido (para o indivíduo ou para o coletivo) e implica a subordinação das considerações utilitárias a um momento antiutilitarista constitutivo (CAILLÉ, 2009, p. 19).

O termo *homo donator* proposto na Teoria da dádiva, de Marcel Mauss, será aprofundado no segundo capítulo deste trabalho. Até aqui, nos importou de antemão apenas apresentar aspectos da economia de mercado e do capitalismo que recebem fortes críticas das ciências sociais. Ora, à medida que as preocupações científicas se voltam exclusivamente para o mundo mercadológico, no sentido daquilo que pode trazer vantagens para a competitividade mercadológica, o humano se torna mais posto de lado e, então, uma turbulência social se estabelece, colapsando as relações sociais num contexto global. Cabe às ciências sociais promover esse tipo de reflexão.

Dito isso, na seção a seguir apresentaremos uma análise acerca das características do cenário mundial, relacionada ao fenômeno da globalização, essa percebida tanto na sua faceta hegemônica como contra-hegemônica, tomando por base a ideia de globalização que serve à política neoliberal em curso; e, em contrapartida, a ideia de globalização que repulsa a dominação econômica dos modos de vida.

1.2 As “globalizações”: realidades e possibilidades

A globalização “expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial” (IANNI, 2010, p. 11). O modo da produção é caracterizado pela forma intensiva e extensiva de exploração, pelas novas tecnologias, pela mundialização dos mercados e divisão internacional do trabalho. O processo civilizatório acontece justamente pela criação de outras formas sociais de organização.

Esse fenômeno também pode ser compreendido como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, resultado da combinação de dois elementos fundamentais, o estado das técnicas e o estado da política²⁰. A globalização atual é perversa, porque utiliza o sistema das técnicas da informação com orientação política para o mercado global. Como exemplo, surge a figura da empresa transnacional, a qual estende a sua produção em várias partes do mundo e impõe uma espécie de “mais-valia mundial” (SANTOS, 2015, p. 23).

Sob outro crivo, o conceito de globalização tem dois componentes: um componente descritivo e um componente prescritivo. Esse último equivale ao conjunto de prescrições hegemônicas formuladas no Consenso de Washington, em reunião dos Estados centrais mundiais na cidade de Washington, na década de oitenta, são essas prescrições que determinam as principais características da globalização neoliberal. A estrutura de classes vigente está associada com a atuação das empresas multinacionais pactuadas com a elite capitalista local e a burguesia internacional. O aumento das desigualdades está diretamente relacionado com esse arranjo mundial, que estende a dominação e a exploração das camadas populares em todo o mundo (SANTOS, 2005).

Por outro lado, é possível destacar o papel do mercado financeiro mundial extremamente instável na formação de uma economia global descontrolada, imprevisível e em um estado de caos crescente. Denominando esse estágio do capitalismo como “hipercapitalismo”:

²⁰ As técnicas e a política são elementos inseparáveis da história. Atualmente, o sistema das técnicas liderado pelas técnicas da informação assegura um sistema de presença planetária. No entanto, a globalização atual, não é caracterizada apenas por esse sistema técnico da informação, uma vez que depende e se forma a partir de um conjunto de decisões tomadas em processos políticos eficazes. Com isso, é o sistema da técnica da informação que permite, por exemplo, as transações comerciais se processarem de forma acelerada, levando à simultaneidade das ações em todos os lugares, acelerando, dessa forma, o processo histórico. É determinante nessa questão a desigualdade de acesso às técnicas entre os atores sociais, logo, o ator que não tem acesso às técnicas mais avançadas assume um papel de menor importância no período atual (SANTOS, 2015).

A vitória da livre-troca planetária devia trazer o crescimento, a estabilidade, a redução da pobreza. O resultado foi, em muitos casos no mundo, o agravamento da miséria, a precariedade, a incerteza do amanhã ou mesmo o risco, que se acreditava desaparecido, das grandes fomes [...] Por toda parte, a riqueza do mundo progride, ao mesmo tempo que as disparidades se acentuam, tanto no plano dos países quanto no das camadas sociais; os mais ricos são cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres [...] Metade da população do planeta vive com menos de dois euros por dia. A média do rendimento dos países ricos é 37 vezes superior à dos vinte países mais pobres do mundo (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 35).

Na globalização neoliberal, a forma como ela é conduzida demonstra a marca da desigualdade entre os países, uma vez que “ela é conduzida pelo Ocidente, carrega a forte marca do poder político e econômico americano e é extremamente desigual em suas consequências”; “cria um mundo de vencedores e perdedores, um pequeno número na via expressa para a prosperidade, a maioria condenada a uma vida de miséria e desesperança” (GIDDENS, 2007, p. 15-25).

Entre os autores Ianni (2008); Santos (2015); Santos (2005); Lipovetsky & Serroy (2011) e Giddens (2007), é notável a congruência na caracterização dos aspectos principais da globalização neoliberal. O que percebemos, a partir desses autores, nessa breve exposição, é que a globalização neoliberal não tem somente implicações na esfera econômica, mas estende seus ditames e resultados para as esferas social, cultural e política.

Sobre a globalização neoliberal, vale ressaltar a verdadeira “superposição entre período e crise” (SANTOS, 2015, p. 33). O que antes eram fases separáveis do ciclo de acumulação capitalista, hoje, a fase da crise se torna quase permanente. A crise é estrutural, portanto, nenhuma solução não estrutural poderá sanar o problema, contudo, isso só poderá resultar na geração de mais crise.

Nesse sentido, no próprio ciclo de reprodução capitalista, as contradições se inserem, alcançando uma amplitude mundial e desencadeando situações em que as manutenções das condições mínimas para a sobrevivência humana ficam comprometidas, pois:

As mesmas condições propícias aos novos surtos de expansão mundial do capitalismo, da reprodução ampliada do capital em escala global, essas mesmas condições trazem consigo a criação e a reprodução de desigualdades, carências, inquietações, tensões, antagonismo (IANNI, 2008, p. 21).

As consequências da intensificação das desregulações na economia mercantil representam riscos àqueles que não estão salvaguardados pelo capital em todo o mundo, a exploração predatória do trabalho humano pelas empresas capitalistas são nocivas não só à continuidade da vida humana, mas, também, comprometem a sustentabilidade do próprio planeta Terra. Dessa forma, não é possível desresponsabilizar os atores políticos, uma vez que para a condução do processo de globalização neoliberal é preciso que se decida por ele.

Assim:

A globalização como perversidade é fruto das ações hegemônicas que estimulam a competitividade e em efeito cascata excitam o desemprego crônico, a pobreza, o desabrigo, novas enfermidades, mortalidade infantil, males espirituais e morais como os cinismos e a corrupção. Esses aspectos são direta ou indiretamente atribuídos à globalização neoliberal ou hegemônica (SILVA, 2013, p. 19).

Portanto, aliado ao caráter de crise permanente e de contradição intrínseca do capitalismo hodierno está a condição política decisória hegemônica o que, por sua vez, indica a possibilidade de reversibilidade da globalização atual. Ao contrário do que é apreendido, a globalização neoliberal não tem aspecto mecanicista, logo suas implicações são condicionadas pelas decisões pensadas por hegemonias (SANTOS, 2005) e, conseqüentemente, como “fábula e perversidade”, tenta convencer e intimidar os atores sociais não hegemônicos, revelando seu falso caráter de insuperável (SANTOS, 2015).

A centralização das decisões econômicas e políticas reverberam indiscutivelmente nas esferas sociais e culturais, forçando uma imposição violenta daquilo que Lipovetsky; Serroy (2011) denominou de quatro polos estruturantes do mundo hipermoderno: hipercapitalismo, hipertecnização, hiperindividualismo e hiperconsumo. O que há de mais promissor para o desmonte desse cenário descrito pelos autores supracitados, é o caráter não homogêneo da globalização neoliberal.

A globalização alternativa ou contra-hegemônica é o processo de humanização da globalização perversa. Dessa forma, “podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana” (SANTOS, 2015, p. 20); essa globalização erguer-se-á sobre as bases materiais nas quais se apoiam o sistema capitalista, a serviço de novos fundamentos sociais e políticos. Ainda é necessário acrescentar que para o autor essa nova globalização aparece atualmente como “sementes [que] começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante” (SANTOS, 2015, p. 141), por isso se apresenta de maneira às vezes imperceptível.

Apesar da pretensão homogeneizadora da atual globalização, a própria revela-se incapaz para tal e, portanto, acaba, na verdade, por agravar a heterogeneidade. Como consequência, as culturas populares passam por um processo de ressignificação, ganhando força e se tornando capazes de “rivalizar com a cultura das massas”. Santos (2015) acredita na possibilidade de revanche:

Mas há também – e felizmente – a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura das

massas. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias. [...] A cultura das massas produz certamente símbolos. Mas estes, direta ou indiretamente ao serviço do mercado, são, a cada vez, fixos. Frente ao movimento social e no objetivo de não parecerem envelhecidos, são substituídos, mas por uma outra simbologia também fixa: o que vem de cima está sempre morrendo e pode, por antecipação, já ser visto como cadáver desde o seu nascimento. É essa a simbologia ideológica da cultura de massas (SANTOS, 2015, p. 144-145).

Além desse elemento, à resignificação das culturas populares se soma a urbanização concentrada, a qual é responsável pela aglomeração das heterogeneidades, das diversidades e das filosofias para fortalecer as “condições empíricas da mutação” (SANTOS, 2015, p. 145).

Para desmontar esse cenário, existe uma necessidade de democratizar mais as instituições de representação política existentes, ou melhor, aprofundar a democracia, através da superação dos velhos mecanismos de governo, dando mais espaço para a sociedade civil reivindicar suas demandas. Dessa forma, seria possível “encontrar meios de tomar as rédeas do nosso mundo em descontrole” (GIDDENS, 2007, p. 16).

A globalização também pode ser considerada a partir dos seus aspectos positivos, tais como: o sistema de produção de escalas reduzidas e flexíveis e que necessitam de mais conhecimento do que propriamente o esforço físico, que também facilitam a utilização da criatividade humana, as inovações da informática e da robótica, que permitem a realização das atividades repetitivas humanas, as tendências a sistemas de cogestão e copropriedade entre os trabalhadores, as redes de telecomunicação trazem um potencial imenso de socialização entre as pessoas, ao permitir que essas compartilhem experiências e outras realidades (ARRUDA; BOFF, 2000).

Essa outra globalização, a “globalização por baixo” (contra-hegemônica), é aquela que seria conduzida por forças democráticas transnacionais que se dedicassem à formação de uma sociedade civil global, que fizesse frente às forças da economia global. Nela estariam presentes a promoção dos direitos humanitários inspirados no desenvolvimento sustentável e proteção social (VIEIRA, 2011, p. 80).

Ainda que os discursos contra-hegemônicos de crítica e proposição não estejam elaborados de modo sistêmico, o primeiro passo, a descoberta individual, já foi um processo que se iniciou em milhares de pessoas; em seguida, a fase da obtenção de uma visão sistêmica, que implica a reflexão acerca da interdependência das relações de causa e efeito, a partir disso as ideias de resistência e inovação devem ser disseminadas através de uma rede dinâmica que possua amplitude global (SANTOS, 2015).

A reconstrução vertical do mundo, tal como a atual globalização perversa está realizando, pretende impor a todos os países normas comuns de existência e, se possível, ao mesmo tempo e rapidamente. Mas isto não é definitivo. A evolução que estamos entre vendo terá sua aceleração em momentos diferentes e em países diferentes, e será permitida pelo amadurecimento da crise. Esse mundo novo anunciado não será uma construção de cima para baixo, como a que estamos hoje assistindo e deplorando, mas uma edificação cuja trajetória vai se dá de baixo para cima. As condições enumeradas deverão permitir a implantação de um novo modelo econômico, social e político que, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização (SANTOS, 2015, p. 169-170).

Outra globalização é possível e desejável, do ponto de vista da maioria trabalhadora. Nesse sentido, cabe aos interessados promover as bases para a construção da própria, e se desenham vários desafios, a começar pelo sujeito em autodesenvolvimento na dimensão pessoal e na dimensão comunitária. A primeira tem relação direta com a capacidade de transformação pessoal intrínseca em cada indivíduo, que orientado pelos princípios de solidariedade, pode converter suas ações positivamente para o outro, para as coletividades e para a natureza; a segunda, por sua vez, diz respeito à valorização das subjetividades dos outros, dos talentos para a partilha e gestão democrática das comunidades (ARRUDA; BOFF, 2000).

Nesse sentido, a globalização alternativa se manifesta como processo de combate às desigualdades sociais, visto que sua natureza se concentra nos conteúdos humanos e não mais na “tirania do dinheiro” e na “tirania da informação”.

No que diz respeito à disseminação das ideias contra-hegemônicas de resistência e inovação, despontam os movimentos sociais antiglobalização ou alterglobalização, que negam “a forma como a ordem capitalista vigente se reproduz e não a ordem em si” (GOHN, 2011, p. 33).

Esses movimentos alterglobalização também podem ser conhecidos com a denominação de movimentos altermundialização²¹. Os objetivos deles podem assim ser enunciados: “suscitar valores como a democracia, a justiça econômica e social e a proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos a fim de estabelecer condições para uma mundialização democrática, controlada e solidária” (VIVERET, 2009).

A nosso ver, tais movimentos já correspondem a formas preliminares de ação contra a globalização atual, e a partir dessa compreensão, nos deteremos, mais a frente, a examinar as

²¹ O termo altermundialização foi criado em 2002, na Bélgica e na França, no contexto da revista *mouvements*. Com declarada inspiração no slogan do FSM: “um outro mundo é possível”; e também como forma de rebater a informação divulgada pela mídia de que o movimento recusava a mundialização. A denominação *altermundialização* indica um movimento que na verdade se opõe a forma como a globalização está sendo conduzida, destrutiva nas instâncias sociais e ecológicas (VIVERET, 2009).

principais características desses movimentos. Na seção seguinte será detalhada a crise do trabalho assalariado e suas principais implicações sobre as formas de organização dos trabalhadores.

1.3 A crise do trabalho assalariado e a força da organização dos trabalhadores

Iniciaremos esse ponto sobre a crise do trabalho assalariado retornando às primeiras ações e reações dos trabalhadores frente à exploração da força de trabalho para, em seguida, contextualizar a situação de crise que se instala permanentemente na sociedade moderna. Desde seus primeiros avanços o capitalismo, como “processo civilizatório hegemônico”, estabelece uma violência contra os trabalhadores, no cenário da grande revolução social capitalista, no último quartel do século XVIII, onde o desemprego e a precarização do trabalho se tornaram ameaças que atormentavam os trabalhadores. Esses sujeitos explorados passaram a se organizar na forma de movimento operário, a fim de reivindicar não apenas direitos trabalhistas, mas também questionar a própria lógica de acumulação, na qual a exploração da força do trabalho, movida pela ganância ao lucro, tornava não só o trabalho humano uma mercadoria, mas o próprio trabalhador se tornava mais uma “máquina” a serviço da produção.

Na recente sociedade, duas condições iniciais são percebidas: a condição proletária, que indica uma situação de exclusão social, à medida que se aprofundam as condições de pauperismo e vulnerabilidade das massas; e a condição do operariado, mais complexa, que aponta para uma “integração na subordinação”, ou seja, representa outro nível de estratificação, onde a classe operária participa do consumo, do lazer, da instrução e da habitação. Além dessas condições, também se formam os assalariados com o espírito burguês (CASTEL, 2009).

Consolidada a revolução social capitalista, em pleno século XXI as sombras do desemprego, precarização do trabalho e, mais recentemente, sob o pretexto da necessidade de “flexibilização do trabalho”, o capital continua se erigindo sobre o humano, e os trabalhadores permanecem na luta por uma sociedade mais justa.

A revolução capitalista desencadeada na Grã-Bretanha abalou todos os pilares que orientavam as relações entre os homens, estabelecidos sob os princípios da sociedade feudal. No que diz respeito às mudanças no sistema produtivo, às transformações, apesar de visíveis, processavam-se lentamente. Contudo, a partir da revolução industrial, no século XVIII, o

progresso técnico levou à substituição da produção artesanal e manufatureira pela “maquinofatura” e pelo trabalho assalariado (SINGER, 1998).

No âmbito do trabalho, as relações entre mestre e aprendiz se desfaziam vagarosamente. Antes, mestres representavam a mão de obra qualificada, e os demais, não qualificados, tornavam-se assalariados. No entanto, a cada avanço técnico um ofício manual era destruído, e os mestres se tornavam, frequentemente, operadores de máquinas, o que, por sua vez, abria precedentes para a desqualificação dos mesmos. Nesse sentido, “não há dúvida de que a revolução capitalista inaugurou um processo contínuo de expropriação dos conhecimentos técnicos dos trabalhadores qualificados, o que acabou resultando na homogeneização da classe operária” (SINGER, 1998, p. 68).

Diante dessa situação, a classe operária assumiu, três tipos de reações: oposição ferrenha ao industrialismo, luta pela democracia e o sindicalismo/ cooperativismo. A primeira reação, oposição ao industrialismo, foi uma tentativa desesperada e fracassada daqueles que se sentiam substituídos pelas máquinas. Na verdade, representaram algumas insurreições súbitas e isoladas, conduzidas pelo ódio dos expropriados dos meios de sobrevivência. Logo:

A partir de 1820, a classe operária britânica, a primeira a se defrontar com uma revolução capitalista, abandona a luta contra o progresso técnico e passa a se engajar em outra utopia, a da construção de um novo mundo, à base das novas forças produtivas, mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração (SINGER, 1998, p. 73).

A segunda reação, luta pela democracia, foi certamente mais eficiente do que a primeira. Os operários se engajaram na luta política contra o capitalismo, apoiados nos ideais da Revolução Francesa. Várias conquistas nesse campo permitiram a regulamentação das relações de trabalho, através da primeira legislação fabril, em 1833, e o alargamento dos direitos políticos dos trabalhadores.

A terceira reação, por sua vez, desenvolve-se e se aprimora até os dias atuais²². A organização social dos trabalhadores na forma de sindicalismo, e a organização produtiva e distributiva, através do cooperativismo. Ora, o sindicalismo sempre foi temido pelos empregadores que, por exemplo, em 1799, antes mesmo de assumir a forma de luta organizada, por meio do *Combination Acts*²³, impedia acordos vantajosos aos trabalhadores.

²² A partir dessa última reação dos trabalhadores à revolução capitalista, ou seja, à organização em torno de sindicatos e cooperativas, é que se estabeleceram as bases do movimento de economia solidária, o qual propõe uma outra forma de produção, comercialização e consumo dos bens e serviços, em que o homem se desprenda do princípio da competição e se oriente pela solidariedade.

²³ Em 1799, os *Combination Acts* foram aprovados pelo parlamento, com a finalidade de proibir todo tipo de organização dos trabalhadores em prol de qualquer benefício que os mesmos pudessem conseguir dos seus

Somente em 1824, depois da revogação dessa lei, os sindicatos puderam ressurgir sua função organizativa. A associação de trabalhadores em torno da produção, comercialização e consumo se tornou uma estratégia estabelecida desde a década de 20 do século XIX, na figura do “owenismo”²⁴ contrário à motivação do lucro e ao controle do capital social (SINGER, 1998).

Entre 1945 e 1975, a organização dos trabalhadores em sindicatos permitiu o estabelecimento de uma “concepção elitista de democracia”, que facilitou a humanização do trabalho operário e a aceitação do taylorismo, e que só foi duramente criticada em 1968. Contudo, não é correto atribuir ao movimento dos trabalhadores apenas as reivindicações salariais, também eram questionadas as formas de alienação conduzidas pelo dito modelo de organização científica do trabalho, assim, “a sensibilidade autogestionária se deslocou para o terreno da ação. Para ela, em vez de se refinar a análise da alienação, era importante combatê-la o mais rapidamente possível” (LAVILLE, 2009, p. 8).

Desde então, os trabalhadores, com o intuito de recuperar o trabalho e adquirir autonomia econômica, engajaram-se na organização coletiva. E diante dessa perspectiva, tanto motivados pela alternativa de renda como pela luta histórica dos trabalhadores contra a ordem capitalista, permanecem os “experimentos socialistas” (GIDDENS, 2007, p. 12) na ordem hegemônica, referindo-se de alguma forma às manifestações contra-hegemônicas do presente século.

Nesse contexto, a “sociedade salarial” entra em crise justamente a partir da desregulamentação financeira, no final da década de 1970, e da flexibilização produtiva baseada nas novas tecnologias informacionais, o que, por sua vez, traz vantagens lucrativas para as empresas, ao deslocarem seus processos produtivos para onde os custos de mão de obra são menos dispendiosos, à custa das populações empregadas, no que diz respeito à qualidade de vida e à redução da proteção social relativa ao trabalho (PINTO, 2006).

Nesse caminho, as empresas são movidas a desempregarem e a precarizarem o trabalho, elevando, contudo, seu lucro. Dessa forma, crescem os números de desempregados,

patrões, através da combinação ou negociação entre eles, os que desobedecessem essa lei seriam réus de prisão ou trabalho forçado (SINGER, 1998).

²⁴ O termo “owenismo” se remete ao inglês Robert Owen (1770-1858), dono de um grande complexo industrial têxtil na cidade de New Lanark, Inglaterra, que na primeira década do século XIX limitou voluntariamente a jornada de trabalho dos seus empregados e decidiu não contratar crianças, além disso, propôs um plano para por fim à pobreza, através da criação de Aldeias Cooperativas nas quais haveria a substituição do dinheiro por uma moeda que se baseava no tempo de trabalho, cada aldeia concentraria sua produção em alguns tipos de produtos, os quais seriam trocados entre as outras aldeias, assim se estabeleceria uma relação de cooperação entre elas. Em 1821, surgiu o primeiro empreendimento owenista, um grupo de jornalistas publicou o primeiro jornal cooperativo, chamado *The Economist*, formaram uma comunidade com o nome *London Co-operative Society*, que mais tarde deixaria de existir (SOUZA, 2013).

tornando o problema parte funcional no sistema concorrencial que movimenta as economias capitalistas.

O círculo virtuoso do período fordista calcado em pleno emprego, direitos sociais, consumo de massa e ganhos crescentes de produtividade encontra aí seu esgotamento. Com as novas exigências para remunerar o capital, assiste-se a um novo círculo, agora vicioso, em que se combinam a retração da base contributiva do Estado, o crescimento da demanda por proteção social e a diminuição de direitos. Os Estados nacionais tendem a ceder em favor das empresas, não apenas em razão das novas exigências do mercado, mas também pelo que a presença delas ancora uma estabilidade monetária frente aos riscos oferecidos pelos fluxos financeiros (PINTO, 2006, p. 22).

No que diz respeito ao cenário político brasileiro, entre as décadas de 1980 e 1990 existiram três momentos distintos em que a sociedade civil modificou sua forma de organização política, de acordo com as condições que se apresentavam na estrutura social: o primeiro demarcado pelo fim do período ditatorial; o segundo, pela formulação da nova Constituição; e o terceiro compreende o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. No primeiro momento os canais de participação da sociedade civil eram marcadamente caracterizados por ações coletivas locais, como associações de bairro, comunidades eclesiais de base e clubes de mães, que tinham o apoio da Igreja Católica e de partidos políticos de esquerda; ocorrem também alterações na estrutura sindical, a partir do movimento das Oposições Sindicais, que resulta na criação da Central Única de Trabalhadores (CUT) e, por sua vez, contribui com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT). O segundo momento, a luta pela terra, através da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) provoca a ressignificação pela mobilização em torno de novos direitos sociais.

Assim, a luta popular no Brasil organizou-se ao redor da reconquista de direitos civis e da construção de novos direitos sociais, essas lutas levam à formação de novos sujeitos políticos, culminando na Constituinte de 1988. Esta nova Constituição é decididamente progressista e anuncia uma redemocratização do Estado. Com a abertura política e a volta das eleições diretas esperava-se uma democratização efetiva, mas logo a sociedade civil teve que se organizar para exigir ética na política e provocar o *impeachment* do presidente Collor (LECHAT, 2004, p. 80).

Apesar da acumulação de capital político e da intensa participação nas transformações da sociedade, em 1989, no terceiro momento, os movimentos sociais enfrentam um processo de desmobilização e o Estado de direito se enfraquece, consequência da situação econômica que se estabelece pela política neoliberal. O que caracteriza esse momento é a criação, em 1993, de uma ampla rede de combate à miséria e de promoção da cidadania, “os atores que agiam como mediadores na organização da sociedade civil se veem na obrigação de prestar

assistência às populações carentes sem, contudo, recair nas formas tradicionais de assistencialismo” (LECHAT, 2004, p. 80). O Estado entra num processo de minimização por meio de privatizações e desregulamentação de uma série de direitos. Dessa forma, os movimentos sociais passam a atuar em parceria com o Estado, em convênios, contratos, etc. Nesse sentido, as Organizações Não Governamentais (ONGs) assumem papel central na criação de novas formas de voluntariado, no entanto, em relação assimétrica ao setor empresarial e ao Estado, aos quais cabia o financiamento das iniciativas dessas organizações, logo reclamavam como a ação devia ser executadas pelas ONGs. Em situação de completa precarização das condições adequadas à sobrevivência, os movimentos sociais têm seu papel de crítica e reivindicar em estado de concorrência com as atividades de cunho assistencialista, já que cumprem com a execução de políticas como parceiros do Estado.

No cenário econômico, a “sociedade salarial” se desfaz e a economia popular ganha maior notoriedade²⁵:

Nos anos 90, o aumento do desemprego se deve a uma fase de baixos investimentos produtivos e estagnação das atividades, acompanhada por um crescimento populacional. O desemprego, a ausência de políticas satisfatórias de bem-estar social e a baixa remuneração da população efetivamente empregada levaram a população a taxas dramáticas de pobreza. O caso brasileiro é tão grave que teóricos europeus já cunharam a expressão *brasilianização* ou *barbarização* do trabalho (LECHAT, 2004, p. 82).

É nesse período das décadas de 1980 e 1990, em plena reorganização do capitalismo sobre moldes da globalização, que os movimentos sociais se organizam para criar alternativas na busca de soluções para os problemas gerados pelos processos de globalização, dada as dimensões que podem se conectar na presente época, como as culturas e a ética, o conhecimento reflexivo da ciência, as possibilidades políticas de transformação, o compromisso com o coletivo e a construção de uma esfera política democrática (SCHERER-WARREN, 1999).

Os conceitos de sociedade civil mundial e cidadania planetária aparecem de forma recorrente nas análises que tratam das novas configurações socioeconômicas e políticas das

²⁵ A economia popular corresponde às práticas econômicas das camadas populares que geralmente são práticas informais (aquém às atividades formais de emprego) de comércio, produção e prestação de serviço. Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reconhece a economia popular como importante instrumento de combate à pobreza na América Latina e no Caribe, e em 1993, assina convênio com o Banco do Nordeste para execução do *Programa de Capacitação em Apoio à Implementação de Projetos Associativistas de Produtores Rurais do Nordeste*. Nesse caminho, em março de 1993, o presidente Itamar Franco lança a Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (ACCMV), que visava a geração de empregos para além da fase assistencialista, onde a dimensão da solidariedade permitia o agrupamento de ideologias como o humanismo cristão, o ideal iluminista e a ética marxista, configurando-o como movimento apartidário e pluriclassista para reconstruir teias de solidariedade. Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso cria o *Comunidade Solidária*, com proposta equivalente, substitui a ACCMV (LECHAT, 2004).

décadas de 1980 e 1990 (VIEIRA, 2014; IANNI, 2010; VIEIRA, 2011). Geralmente, tais conceitos estão relacionados ao suposto enfraquecimento do Estado como espaço de decisão política e transferência do poder para instâncias intergovernamentais, o que impeliu uma organização mais desterritorializada da sociedade. Além disso, frequentemente, valores ditos universais, como o respeito à vida, à tolerância religiosa e ao cuidado com a natureza são compartilhados por pessoas em todo o mundo (VIEIRA, 2014).

Logo, perceber as iniciativas do trabalho associado que carrega os princípios da economia solidária não pode apenas se dar pela percepção do conjunto de circunstâncias estruturais que se arremeteram sob os trabalhadores, e esses, “acuados”, responderam por meio de atividades autogestionárias. Dessa forma, deve ser verificado como “a trajetória dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES repousa em recursos e ativos detidos por seus protagonistas, conforme tenham evoluído suas condições de vida e à medida que tenha favorecido ou arrefecido sua predileção pelas práticas de solidariedade” (GAIGER, 2014, p. 99).

Na verdade, nem o Estado, nem o mercado se revelam suficientes para garantir as condições mínimas materiais de vida da totalidade da população. Dessa forma, os cidadãos (re)criam maneiras, instrumentos que os permitam sobreviver no mundo da pobreza. Esses instrumentos podem carregar novas solidariedades, quando desenvolvidos na forma de cooperativas sociais, associações, ou todo o conjunto de atividades coletivas com fins não lucrativos. O que se percebe empiricamente é a forte inclinação dos movimentos sociais em favor dos fenômenos associativos que pretendem forjar meios de reprodução ampliada da vida material sem, contudo, desprezar a necessidade do estabelecimento de vínculos sociais entre os atores (CAILLÉ, 2002).

As possibilidades de superação de dificuldades materiais vividas pelos sujeitos estão, dessa forma, ligadas também às possibilidades referentes ao estabelecimento de alianças sociais que excedam questões estratégicas de mobilização política, porque os interesses não instrumentais de amizade, por exemplo, também estão envolvidos nessas relações sociais. Isto representa uma oportunidade de utilizar como lente de análise teórica o *paradigma da dívida*, para compreender a indissociabilidade entre dom, associação e política (CAILLÉ, 2002). Retomaremos a discussão acerca do paradigma da dívida aplicado à compreensão dos fenômenos associativos, no próximo capítulo. Na sequência, trataremos dos movimentos sociais.

1.4 Movimentos sociais e suas redes

Nesta seção examinaremos os movimentos sociais sob dois enfoques: o campo de atuação dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e as redes de movimentos sociais. Antes, contudo, apresentaremos uma rápida discussão a respeito dos princípios inerentes à ação coletiva, pois, faz-se necessário percorrer a discussão sobre os diversos conceitos de movimento social contidos nas teorias sociológicas, para depois, então, assinalarmos a definição que adotaremos neste trabalho.

Nossos referências teóricos são os sociólogos Alan Touraine, Alberto Melucci, Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren e Paulo Afonso Brito, através dos quais entendemos ser possível uma análise mais próxima da chamada “sociologia da ação”, na qual a subjetividade é valorizada no processo de construção da realidade social, não apenas elementos estruturais, mas se aproximando da nossa escolha teórica metodológica de não reduzir a análise ao individualismo e ao holismo.

Nos estudos dos movimentos sociais na tradição sociológica americana predominam as análises que utilizam a teoria da mobilização de recursos e possuem como pano de fundo as lutas sociais por direitos civis nos Estados Unidos, na década de 1960. No entanto, a América Latina recebeu mais influência da tradição sociológica europeia, no estudo dos novos movimentos sociais (BRITO, 2007).

As referências europeias que se mostram necessárias para os estudos dos novos movimentos sociais são Alain Touraine e Alberto Melucci, autores que conhecidamente exerceram e exercem grande influência nos estudos sociológicos brasileiros (BRITO, 2007).

Em sua análise, Alain Touraine assume a concepção de democracia social e cultural²⁶ fundada na defesa e na ampliação dos direitos que, para ele, só pode ser realizada mediante atuação dos movimentos sociais, dos trabalhadores e das minorias étnicas (BRITO, 2007).

Para Touraine (1999), a crença da onipotência da economia globalizada é uma ideologia que tenta tornar os atores sociais vítimas e expectadores dos contornos indesejáveis que assumem as esferas socioeconômicas, políticas e culturais da sociedade moderna.

Os movimentos sociais alcançam caráter transformador da realidade, quando se dá a complementariedade entre ação social e intervenções políticas, mesmo que essa

²⁶ A democracia social e cultural de Touraine representa uma opção que contraria a democracia revolucionária e a democracia liberal, à medida que a primeira, que coloca o Estado como definidor da organização social, extrapola o poder político sob a mesma; e a segunda coloca o mercado como agente definidor da organização social. Ambas, porém, subordinam a organização social ao que lhe é externo, e possuem uma perspectiva evolucionista da modernidade. A democracia social e cultural seria aquela onde o sujeito pessoal pudesse ser ator da sua própria existência, com liberdades e sua segurança pessoal protegida (BRITO, 2007).

complementariedade seja marcada por tensões e conflitos. O risco de manipulações políticas e ideológicas se mostra inerente aos movimentos ainda pouco autônomos (TOURAINÉ, 1999).

Os novos movimentos sociais “visam fazer reconhecer direitos culturais”, esse tipo de luta, por sua vez, faz com que os novos atores destes novos movimentos sociais se oponham diretamente à lógica liberal. Entretanto, “é preciso que a luta não seja levada só contra a ordem dominante, mas em nome dos valores considerados como centrais por toda a sociedade” (TOURAINÉ, 1999, p. 68-70). A vontade de ruptura, de recusa, de denúncia são traços marcantes e bastante visíveis nas lutas dos novos movimentos sociais; aquilo, no entanto, que mais carece de análise, são as inovações social e política trazidas por essas lutas (TOURAINÉ, 1999).

A formação de novos movimentos sociais acontece justamente quando essa se vincula a novas orientações culturais e sociais que contradizem as polarizações²⁷ que marcaram a modernização ocidental. É como se formou o movimento ecologista, que pretende substituir a dominação da natureza pelo homem, pela responsabilização desse perante o meio ambiente; e o movimento das mulheres, que luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Nesses movimentos é preciso reconhecer que se abre uma nova porta para se pensar a “recomposição do mundo” (TOURAINÉ, 1999, p. 96).

Para se construírem solidamente, os movimentos sociais devem aproximar a defesa das vítimas mais diretas da organização econômica e social das questões culturais que se subscrevem no bojo das injustiças sociais (TOURAINÉ, 1999). Portanto, os movimentos sociais precisam construir o princípio da identidade, o princípio da oposição e o princípio da totalidade²⁸ (TOURAINÉ *apud* BRITO, 2007).

Na interpretação de Alberto Melucci (2001), que foi aluno de Touraine, ele defende os movimentos sociais como fenômenos heterogêneos, logo, considerar essa heterogeneidade implica admitir os resultados diferenciados que as ações podem produzir no interior destes movimentos sociais. Além disso, assinala que os movimentos sociais devem ser analisados como sistemas de ação, portanto, devem-se considerar as relações internas e externas que constituem a ação.

²⁷ O movimento operário, mesmo admitido no campo dos movimentos clássicos, já fazia a denúncia acerca dessa autopromoção de empresários ditos racionais contra trabalhadores assalariados ditos irracionais, propondo a participação da maioria na produção, no consumo e na administração da sociedade moderna (TOURAINÉ, 1999).

²⁸ O princípio da identidade se refere à autoconsciência do movimento, como o nós é construído; o princípio da oposição se refere a definir quem é ou são seus opositores; e o princípio da totalidade onde o movimento se apropria da compreensão histórica da luta que propõe (BRITO, 2007).

Uma aproximação analítica dos movimentos implica na decomposição do objeto segundo o sistema de relações sociais, investido pela ação e segundo as orientações que tal ação assume. O significado do fenômeno varia, portanto, em função do sistema de relações sociais ao qual faz referência, e da natureza do conflito (MELUCCI, 2001, p. 33).

Algumas observações devem ser consideradas, ao se pretender uma análise acerca dos movimentos sociais contemporâneos. A primeira delas seria admitir a natureza permanente e não conjuntural das ações coletivas; a segunda seria perceber que as novas formas de solidariedades conflituais trouxeram a redefinição dos meios tradicionais de socialização política, inovação cultural e modernização institucional; a terceira seria considerar que as ações coletivas contemporâneas não são facilmente adaptáveis aos canais existentes de participação e com as formas tradicionais de organização política (MELUCCI, 1989).

Diante disso, Melucci (2001) nos aponta um caminho para análise dos movimentos sociais, explicando alguns princípios necessários para tal: perceber a *ação coletiva* como expressão de um conflito, e não resposta a uma crise, o conflito está associado a uma disputa permanente pelos recursos valorizados para atores que se opõem. Nesse sentido, a solidariedade é uma característica indispensável no interior de um movimento social, a partir dela os indivíduos se reconhecem uns nos outros, o que é importante para que o caráter de unidade seja mantido pelo grupo. A ação coletiva pressupõe a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema no qual a ação se realiza, uma crítica ao sistema hegemônico, podendo se estabelecer como movimento reivindicativo, movimento político ou movimento antagonista²⁹.

A ação não pode ser analisada somente dentro das contradições estruturais. A ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são *sistemas de ação* que operam num *campo sistêmico* de possibilidades e limites. É por isso que a *organização* se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas (MELUCCI, 1989, p. 52, *grifo do autor*).

Dito isso, percebe-se o risco que se incorre ao analisar os movimentos sociais contemporâneos à luz das teorias funcionalistas ou estruturalistas, pois esse tipo de inclinação teórica explica a oposição dos atores mais como um tipo de reação do que uma ação

²⁹ O movimento reivindicativo supõe a rejeição das regras do jogo e a luta por vantagens negadas ao grupo, no entanto, tende a assumir também uma ação propositiva, no sentido de produção de normas; o movimento político, por sua vez, atua para dirimir as diferenças de poder decisório no esquema político, visando, com isso, ampliar os canais de participação política; o movimento antagonista discute o objetivo da produção econômica e o próprio desenvolvimento humano (MELUCCI, 2001).

propriamente dita – reação a uma crise econômica, reação a um “acidente” ecológico, e sendo assim, invisibiliza a crítica antagonista que a ação coletiva carrega em sua essência.

Melucci (2001) apresenta os movimentos sociais na contemporaneidade como profetas sem encanto, uma vez que anunciam o que está por vir, mas, no entanto, não conseguem ser ouvidos. Isso porque as mudanças, as alternativas anunciadas ainda não estão claras e são frequentemente sufocadas pelos conflitos tão presentes nas sociedades complexas. Segundo o autor:

O problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama “movimento”, e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos sociais heterogêneos (MELUCCI, 2001, p. 32).

A ênfase na ação coletiva politicamente organizada dada pelas análises sociais acaba desprezando a *paixão* que frequentemente orienta os sujeitos nos movimentos sociais. Ou seja, reconhecer o racional como único elemento necessário para o agir do sujeito significa desconsiderar os elementos não racionais que permeiam as ações dos sujeitos. Logo, a perspectiva analítica que considera apenas o campo político do conflito é limitada, porque os movimentos contemporâneos se posicionam também no nível cultural (MELUCCI, 1989, *grifo nosso*).

“A luta tem sempre, também objetivos instrumentais, mas, em primeiro plano, está o reforço da solidariedade do grupo, a busca da troca simbólica e afetiva” (MELUCCI, 2001, p. 84). O grupo, nesse sentido, constrói a ação coletiva, através da afirmação da sua própria identidade, consegue renunciar decisões impostas por um poder externo ao grupo, distante da prática coletiva protagonizada.

Nesse caminho, movimento social é identificado como forma de *ação coletiva* baseada na solidariedade, que ao desenvolver um conflito, rompe com o sistema de limites em que ocorre a ação. A ação coletiva se organiza a partir das intencionalidades dos atores, e dessa forma, a organização do movimento revela os significados e sentidos do próprio movimento (MELUCCI, 1989).

Cinco características parecem bastante específicas nos novos movimentos sociais: a primeira diz respeito à heterogeneidade e à escassa negociabilidade das lutas; a segunda se relaciona com a escassa focalização sobre o sistema político e o interesse limitado em torno do problema da tomada de poder, geralmente os movimentos se contentam com espaços que indicam independência do sistema; a terceira aponta para o fim da separação entre o público e o privado; a quarta indica a superposição entre comportamento desviante e movimentos

sociais; e a quinta se relaciona com a busca de participação e de ação coletiva direta, a rejeição da representação (MELUCCI, 2001).

Às características apresentadas se somam alguns elementos relativos aos conteúdos sobre os quais a ação coletiva se mobiliza, são eles: a presença de uma utopia regressiva de conteúdo direta ou indiretamente religioso, como forma de demonstrar contrariedade à racionalização instrumental da vida social, tão marcante nos aparatos dominantes; o lugar atribuído à natureza, como forma de alertar sobre a destruição dos recursos naturais, quando esses são tidos como externos à ação social; e o papel do indivíduo, em que os problemas individuais são tomados como problemas também coletivos (MELUCCI, 2001).

Tais características e elementos relativos aos conteúdos das ações coletivas apontam um quadro descritivo de como as ações coletivas contemporâneas podem ser identificadas. Porém, nas sociedades globalizadas, a forma como a gestão administrativa da vida social acontece, pode resultar numa difícil identificação dos atores envolvidos no conflito. Então, a análise sociológica deve iniciar com o que está em jogo no conflito, para depois seguir com a identificação dos atores, isso porque geralmente esses atores são variáveis e provisórios no interior de um dado conflito, ou ainda assumem múltiplos papéis em diversos subsistemas sociais. Ao passo que:

Nas sociedades complexas (globalizadas), o poder tornou-se impessoal, é “publicizado” por meio dos grandes aparatos de planejamento e de decisões, através da gestão administrativa de todos os aspectos da vida social. As lutas antagonistas se fragmentam e se dispersam na ação dos grupos sociais que, passo a passo, são envolvidos mais diretamente por um desenvolvimento direto pelo alto. É o campo das oposições que permanece constante, e não os atores (MELUCCI, 2001).

Ao propor seu modelo analítico, Alberto Melucci o direciona para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos nas sociedades complexas, ou seja, pós-industrial (globalizada), tal modelo é consideravelmente útil para se discutir os movimentos sociais contemporâneos em países da América Latina, “onde se mesclam novas formas de conflitos de caráter cultural, político e simbólico, e onde movimentos relevantes ainda privilegiam a reivindicação por terra, moradia, saúde, direitos humanos, entre outros” (BRITO, 2007, p. 105). Um desafio patente para os novos movimentos sociais se relaciona com as formas políticas de representação que o mesmo pode assumir, pois:

A relação entre movimentos e sistemas de representação e de decisão é um nó crucial para as sociedades complexas. A capacidade das formas “políticas” de representação de reconhecer as demandas coletivas expressas pelos movimentos, transformando-as em decisões sem anular-lhe a autonomia; e a capacidade dos movimentos de dar-se formas de ação e de organização que supõem a mediação política, sem identificar-se com ela, são os desafios que podem tornar os conflitos

em motores de transformação. Mas nada assegura que isso aconteça (MELUCCI, 2001, p. 94).

A nosso ver, esses desafios são pertinentes às ações coletivas em âmbito mundial, pois tanto nos sistemas políticos autoritários como nos mais democráticos, os atores sociais podem escolher entre atitudes conformistas ou reivindicativas. A manipulação política só pode ser efetivada sobre uma ação coletiva quando os atores sociais optam pela mesma.

É certo que apesar de orientados pelo paradigma dos novos movimentos sociais, as teorizações sobre os movimentos sociais no Brasil não são homogêneas, permanecendo, apesar disso, alguns elementos comuns: “explicitação de análise do social, com ênfase nos aspectos culturais, políticos e ideológicos; destaque para as lutas do cotidiano, aceitação de que os conflitos se manifestem nas estruturas sociais, mas também nas micro-relações; convergência em torno da ideia de que as solidariedades são constitutivas de identidades” (GOHN, 2005 *apud* BRITO, 2007, p. 98).

No Brasil, a teorização sobre os movimentos sociais tem se mostrado insuficiente, isso porque ainda existem lacunas na produção acadêmica nesse sentido, fato justificado pelo caráter fluido dos movimentos sociais, já que esses não protagonizam suas ações em espaços consolidados das estruturas sociais, ao contrário, possuem aspecto propositivo e, por isso, transitam na realidade social sem, no entanto, conformar-se com as estruturas postas (GOHN, 2014).

Como mencionado anteriormente, as proposições teóricas para a análise dos movimentos sociais são múltiplas. No Brasil, entre os anos de 1970 e 1980, predominavam os estudos que se pautavam na vertente marxista e na abordagem dos novos movimentos sociais³⁰. Nas décadas supracitadas, os estudos sobre os movimentos sociais eram caracterizados pela natureza empírico-descritiva, estavam concentrados em programas de pós-graduação do país, e, teoricamente, utilizavam paradigmas referenciais distantes da realidade brasileira. Nos anos de 1990, com o refluxo dos movimentos sociais, o interesse pela discussão migrou para a temática das ONGs. A partir dos anos de 2000, o novo cenário sociopolítico e econômico faz com que as atenções teóricas se desloquem mais para as

³⁰ Quando se trata dos “novos movimentos sociais” há uma importante diferenciação temporal entre esses movimentos na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Na Europa e nos Estados Unidos esses movimentos ocorreram entre os anos de 1950 e 1960 e eram representados pelos movimentos de direitos civis, das feministas, pacifistas, ambientalistas, movimentos de estudantes e culturas alternativas. Na América Latina, somente a partir dos anos de 1960 novos movimentos populares se formaram, onde se articulavam agentes pertencentes à Igreja Cristã, grupos de esquerda, Centros Comunitários, dentre outros, onde também conviviam formas de organização clientelistas e libertárias. No Brasil, a predominância da abordagem dos “novos movimentos sociais” chega em 1980, na década anterior, 1970, predominava a vertente marxista para a explicação dos movimentos sociais (GOHN, 2014).

relações local/global, Norte/Sul. Nesse sentido, as teorias contemporâneas basicamente se concentram em diversos eixos analíticos, desde aqueles construídos a partir de eixos culturais, materialistas, pós-colonialistas e institucionalistas. Essa diversidade, no entanto, não limita as possibilidades de análise a um único eixo, mas permite a formação de abordagens híbridas, que contemplem categorias de diferentes eixos (GOHN, 2014). A esse respeito:

No plano teórico-metodológico conclui-se que não há uma só teoria ou agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais, nas múltiplas agendas e teorias. Este fato revela a fragmentação do campo temático em múltiplos sujeitos, em formas híbridas de ações coletivas. Isto tem levado ao ecletismo nas interpretações contemporâneas onde convivem teorias com focos diversos (culturalistas, materialistas, pós-coloniais, institucionalistas etc.) as quais utilizam um repertório de categorias analíticas oriundas de diferentes matrizes paradigmáticas (GOHN, 2014, p. 32).

Os movimentos sociais são reconhecidos como “fenômenos históricos concretos” (GOHN, 2008, p.11), sempre existiram e sempre existirão, são eles que impulsionam a sociedade para a mudança. Com a globalização e a deslegitimação do Estado, houve um deslocamento de interesse para a sociedade civil, onde os movimentos sociais são referenciais de ação social, portanto:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (GOHN, 2008, p. 14).

A proposição conceitual da ação coletiva enquanto movimento social organizado com uma identidade específica, contra um determinado opositor e a favor de um projeto social próprio, permite distinguir movimento social de uma ONG, por exemplo. Apesar de, atualmente, as ações dos movimentos sociais e ONGs se articularem consideravelmente no intuito de intensificar os resultados das mesmas.

Na abordagem de Scherer-Warren (1999), os movimentos sociais transitam entre três campos de atuação, assumem ora função contestadora, ora função solidarística, ora propositiva ou, ainda, acumulam mais de uma dessas funções. Portanto, na compreensão da autora, um movimento social seria:

Um conjunto mais abrangente de práticas sociopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político ou com múltiplas práticas efetivas (SHERER-WARREN, 1999, p. 15).

Ora, na noção ampla de movimentos sociais, “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2010, p. 13-14), as estratégias desses grupos podem se concretizar na forma de pressões diretas ou ainda pressões indiretas, valendo-se dos novos meios de comunicação e informação. Desse modo, podem atuar como “campo de atividade e experimentação”, de onde emanam inovações socioculturais, o que não acontece nos movimentos sociais conservadores, mas, apenas, naqueles movimentos sociais ditos progressistas, os quais demandam mudanças sociais emancipatórias (GOHN, 2010).

Então, é no sentido de movimentos sociais progressistas que o propósito da mudança corresponde a um aspecto presente nas interpretações dos três autores (MELUCCI, 2001; GOHN, 2008; SCHERER-WARREN, 1999). As mudanças, porém, não precedem a ação coletiva, nesse sentido, o movimento social se forma a partir das contradições existentes no próprio sistema do qual os sujeitos são membros, e são esses últimos que através do conflito instauram o novo (MELUCCI, 2001).

Para compreender o papel dos Novos Movimentos Sociais na construção de uma sociedade mais democrática, Scherer-Warren (1996) lista algumas lutas que lhes são comuns: a redefinição da cidadania no plano econômico, político e social; a deslegitimação das decisões tomadas autoritariamente pelo Estado; reapropriação política do sentido das relações comunitárias; a resistência ativa não violenta; a democratização das práticas cotidianas internas ao grupo e a busca de autonomias relativas.

Para Scherer-Warren (1996), no que diz respeito à busca de autonomias relativas, não existe um posicionamento preciso dos movimentos sociais. Porém, na compreensão de Melucci (2001), a autonomia é característica intrínseca aos Movimentos Sociais, e se refere ao processo de construção da ação coletiva, independente das forças determinísticas das leis estruturais.

O que se evidencia, segundo Scherer-Warren (1996), são os novos canais de participação política absorvendo membros ativos (lideranças) dos Movimentos de Bairro e Feministas, o que, para a autora, acabou levando ao declínio dos movimentos. Nesse sentido, Gohn (2008) também denuncia que a captura pelas estruturas políticas (na forma de gabinetes e secretarias) dos sujeitos sociopolíticos ocasionou o desaparecimento da ação desses no cenário.

Além dessa dificuldade outrora mencionada por Scherer-Warren (1996), há a dificuldade de penetração dos movimentos na sociedade civil, com vistas a promover as

mudanças nos pilares tradicionais da cultura brasileira, dada a pouca amplitude de aceitação e militância nesses Novos Movimentos Sociais. Outro problema indicado seria a “defasagem entre discurso ideológico e prática efetiva” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 62); esse problema ocorre principalmente nos movimentos de base popular, pois todo o discurso ideológico é notadamente criado por mediadores (agentes de pastorais e intelectuais, por exemplo) e incorporado às práticas das bases, em suas estratégias de luta, bem como em seu projeto societário alternativo.

O alcance limitado das ações dos novos movimentos sociais é outra dificuldade a se considerar. O que poderia representar uma possibilidade para a solução da mesma seria a articulação entre esses com os partidos políticos, os quais direcionariam a transformação social. No entanto, essa perspectiva está comprometida, no Brasil, pelo fato de que geralmente os partidos políticos “se fecham” à participação popular.

Portanto, creio eu, que a articulação de forças entre NMS e partidos avançará na medida em que os primeiros crescerem na direção da construção de uma hegemonia cultural, criando a possibilidade de surgimento de novos partidos ou impulsionando os antigos partidos a revisar suas práticas políticas. Este resultado significaria um novo equilíbrio entre sociedade civil e Estado, fortalecendo a primeira e diminuindo o poder relativo do segundo (SCHERER-WARREN, 1996, p. 63).

A possibilidade de construção de uma hegemonia cultural é bastante pertinente porque segundo Gohn (2010), os movimentos, no início deste novo milênio, destacam-se na luta de defesa das culturas locais:

As lutas de defesa das culturas locais, contra os efeitos devastadores da globalização. Eles estão ajudando na construção de um novo padrão civilizatório orientado para o ser humano e não para o mercado como querem as políticas neoliberais de caráter excludente (GOHN, 2010, p. 16).

É esta particularidade, a defesa das culturas locais, que revela fortemente as duras críticas trazidas pelos novos atores sociais mobilizados nas ações coletivas contemporâneas. A percepção de que as desigualdades socioeconômicas estão perpassadas por privilégios de determinadas culturas sobre outras. A defesa das culturas locais é, a nosso ver, a tentativa de reafirmação das mesmas diante da ameaça da globalização neoliberal que tenta homogeneizar a sociedade moderna em favor da supremacia dos mercados nos aspectos sociais da vida humana.

A singularidade dos novos movimentos sociais não é sua unidade, ou seja, eles são construídos por pessoas com dois tipos de concepções diferenciadas, são os “militantes políticos” e os “alternativos”:

Os militantes permanecem fiéis à prioridade atribuída à ação política. É certo que propõem o regresso às fontes do socialismo, constatando através da crítica da burocracia, que a abolição da propriedade privada não é suficiente para realizar o projeto socialista. Porém, subordinam a adoção da autogestão à conquista do poder de Estado. Os alternativos, por sua vez, procuram constituir imediatamente espaços de autogestão limitados (LAVILLE, 2009, p. 9).

As diferentes práticas adotadas por aqueles que constroem os novos movimentos sociais representam, na verdade, a heterogeneidade dos sujeitos sociais envolvidos no processo organizativo, uma vez que as relações que se manifestam aos de “fora do movimento” são de ampliação das formas de ação dos grupos organizados. Com isso, o potencial de difusão desses ideais alternativos se mostra uma estratégia importante para a legitimação das mudanças nas relações de produção e consumo, como propõe o movimento de economia solidária.

Como dito anteriormente, as formas organizativas que assumem os novos movimentos sociais demonstram a inadequação dos mesmos às formas tradicionais de representação política. Essas formas são inéditas até então, por meio delas os movimentos sociais podem alcançar uma amplitude mundial de atuação, uma vez que:

O movimento é composto por unidades diversificadas e autônomas, que dedicam à sua solidariedade interna uma parte importante de seus recursos. Uma rede de comunicação e de intercâmbio mantém, todavia, essas células em contato entre elas; informações, indivíduos, modelos de comportamento circulam por muito tempo nas pequenas redes, passando de uma unidade a outra e favorecendo uma certa homogeneidade do conjunto (MELUCCI, 2001, p. 96).

Ao tempo em que essa nova forma organizativa torna as fronteiras do movimento indefinidas, sua densidade variável, e até mesmo desconhecida, sua dimensão de atuação, ela é também acusada de propiciar a duplicação de funções de diversos componentes, concomitantemente, também permite que se estabeleçam fortes incentivos à solidariedade (MELUCCI, 2001).

Nesse sentido, os movimentos são “redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator politicamente organizado” (MELUCCI, 2001, p. 97). Assim, a agregação em torno da ação coletiva tem caráter cultural e está mergulhada na vida cotidiana. Apesar dessa premissa, é necessário distinguir entre formas permanentes de pequenas redes e redes de mobilização e de luta. Ambas estão embebidas pela latência de agregação, no entanto, para as primeiras as questões se relacionam apenas à vida cotidiana, às necessidades e às identidades dos membros; para as segundas, a agregação em torno de um objetivo comum se transforma em uma ação coletiva organizada (MELUCCI, 2001).

Para a sociologia brasileira, o fenômeno das redes sociais encontra uma realidade prática central, como bem se manifestou no I Fórum Social Mundial (FSM) realizado em 2001, na cidade de Porto Alegre (RS), a partir da articulação, em nível internacional, de 800 (oitocentas) organizações e entidades sociais de 122 (cento e vinte e dois) países, representadas por quatro mil delegados; contudo, o I FSM é apenas uma das referências desse fenômeno no Brasil (BRITO, 2007).

Scherer-Warren (1996) identifica três tipos de condutas sociais que servem para analisar as formas de organização da sociedade civil no contexto de crise no plano econômico, político e cultural, são elas: a sociedade atomizada, as condutas de crise nos movimentos sociais e as condutas defensivas; detalhadas a seguir: a) a sociedade atomizada – resultado do processo de “individualização alienada”, as pessoas se limitam às suas próprias atividades cotidianas no seu ciclo de convivência primeira (família, amigos e trabalho) e perdem as noções de coletividade no plano político. Geralmente os meios de socialização cultural se resumem ao entretenimento televisivo para as classes populares, ou a interações sociais que encaminhem para o fortalecimento de identidades não coletivas e favorecem o sentimento de conformismo; b) as condutas de crise – fruto da desmodernização política, ou seja, a incontestável incompetência do Estado em atender as demandas sociais, repercutindo na “exclusão econômica, a pobreza e o aumento da desigualdade social, a desordem urbana e a escalada da violência organizada” (SHERER-WARREN, 1996, p. 113), a exemplo é possível listar a ação de posseiros urbanos, dos justiceiros. Além dessas ações que podem se mostrar como alternativas em situação de emergência, as condutas de crise tipo crime organizado também podem ser interpretadas como meios legítimos de acumulação. Tais alternativas, no entanto, representam um aspecto negativo à convivência social; c) condutas defensivas – somente na segunda metade da década de 80 as organizações da sociedade civil passam a participar de redes (*network organizations*).

A possibilidade de construção de um modelo alternativo de vivência diferente das sociedades industriais modernas é o ponto em comum entre os NMS que permite, por sua vez, o intercâmbio entre os mesmos, em torno de uma nova concepção de mundo.

No Brasil, há três principais categorias de agentes políticos que têm buscado se articular com organizações populares e contribuir para a articulação entre organizações, no sentido da formação de um movimento mais abrangente. Refiro-me a agentes oriundos do movimento sindical, principalmente através da linha de atuação da CUT (Central Única dos Trabalhadores); outros vindos dos partidos políticos das denominadas esquerdas, entre os quais o PT (Partido dos Trabalhadores) tem um destaque especial; e, por fim, aqueles que realizam um trabalho de mediação junto a movimentos populares, através de um conjunto de

entidades conhecidas como “ONGs” (Organizações não-governamentais) (SCHERER-WARREN, 1996, p. 116).

As principais características das redes de movimentos sociais, para Scherer-Warren (1996) são: a articulação de atores e movimentos sociais e culturais, a transnacionalidade, o pluralismo organizacional e ideológico e a atuação nos campos cultural e político. As concepções dos novos movimentos sociais comportam tensões e contradições por reunirem ideias do liberalismo, da democracia e do socialismo. Do primeiro, exalta-se a liberdade individual; do segundo, o princípio de igualdade política; e do terceiro, a igualdade social e econômica. Além disso, os novos movimentos sociais passaram a lutar pelos chamados direitos de terceira geração – ecológicos, de gênero, étnicos, etc.

Dessa forma, as principais ideias-força que incentivam a participação dos sujeitos coletivos nos espaços de debate popular são a ética na política, a democratização da esfera pública; a superação da exclusão social, econômica e cultural, e a solidariedade para o trabalho (SCHERER-WARREN, 1999).

Em relação à articulação de atores e movimentos sociais e culturais, destaca-se a forma diversificada em que elas podem ocorrer, desde articulações entre movimentos que tenham demandas bem específicas, ou que desejem combater problemas regionais ou, ainda, àquelas voltadas para a troca de informações de diferentes organizações que trabalham em torno de um mesmo assunto, mas, a partir de perspectivas diferentes. Nesse sentido, ainda é possível enfatizar o papel dos Fóruns, onde se oferece um espaço de caráter duradouro para a organização de forças dos movimentos (SCHERER-WARREN, 1996).

A transnacionalidade, segundo Scherer-Warren (1996), é um aspecto das redes que permite o fluxo contínuo não só de recursos financeiros, mas também de informações das organizações da sociedade civil, em nível internacional. Exemplo das ONGs e dos movimentos ecológicos e movimentos de direitos humanos. Os dois últimos podem, por sua vez, ocasionalmente, aliar-se a causas dos movimentos locais e potencializar a ação dos mesmos.

Do pluralismo organizacional e ideológico emana a possibilidade de intercâmbio entre os movimentos, dado o trânsito de agentes sociais no interior de mais de uma forma de ação coletiva, portanto:

Manifesta-se pelo fato dos mesmos atores sociais participarem de várias organizações ou redes, ou pelo fato da mesma organização incorporar atores com concepções ideológicas ou simpatias partidárias variadas. Naturalmente, é necessário que os atores compartilhem de princípios étnicos mínimos comuns (por exemplo, de combate à miséria, à exploração, à discriminação, à degradação ambiental, ao autoritarismo, à violência etc.) (SCHERER-WARREN, 1996, p. 121).

Nesse mesmo caminho, Gohn (2011) esclarece que as redes de ação coletiva na sociedade brasileira apontam para o papel da participação e a importância do território local; demarcam um novo momento da trajetória do associativismo e da democratização da gestão pública e controle social democrático. Dessa forma, revelam-se algumas questões centrais para gestão democrática nas redes, tais como: o compartilhamento dos objetivos, a autonomia, os parceiros, as diversidades e os vínculos e laços sociais.

A interação dos movimentos sociais na forma de redes ou fóruns permite que questões específicas de cada movimento sejam observadas sob o crivo de diferentes olhares, o que, por sua vez, pode produzir conflitos e estranhamento entre os grupos da sociedade civil, como também pode contribuir para o desenvolvimento de um “ideário de transversalidade dos direitos” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 124).

Dessa forma, as conexões entre as demandas dos grupos que integram os fóruns e as redes de movimentos sociais permitem a evocação de direitos difusos e coletivos, como o direito à diferença, da preservação ambiental, garantias de qualidade de vida etc. Nesse sentido, “a geração de direitos através da ação dos movimentos sociais normalmente não é direta, mas a partir de caminhos árduos de construção de uma história de conquista de novos direitos humanos e de cidadania” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 124).

Apesar dessa construção de novos direitos está mais relacionada ao plano ideário e discursivo do que ao plano programático das atividades dos fóruns e redes, acredita-se que as “inovações no plano dos valores são fundamentais para os processos de mudança” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 127).

A respeito da atuação nos campos cultural e político, Scherer-Warren comenta:

(...) as redes de movimentos tendem a atuar no sentido da formação de novos sistemas de valores, sobretudo em relação ao binômio Liberdade (e democracia) e Sobrevivência (com direito a uma vida digna e ecologicamente saudável). Esta dimensão ética expressa-se através do apelo a uma sensibilidade coletiva (em nome da paz, da democracia e da vida e contra a fome, a miséria, a discriminação, etc.) e por uma responsabilidade pessoal em relação ao futuro coletivo em nível local, nacional e planetário (SCHERER-WARREN, 1996, p.121-122).

O apelo às questões culturais atrai às ações coletivas contemporâneas sujeitos sociais que veem suas necessidades materiais e simbólicas não atendidas. Porém, a identidade só se estabelece nos grupos que se autoconscientizam dos valores individuais e coletivos que podem ser reivindicados através da mobilização dos seus esforços, no que diz respeito ao binômio Liberdade/Sobrevivência.

Para Melucci (2001), a ação coletiva organizada a partir das “redes submersas” está diante de um paradoxo importante, resultado da própria dinâmica organizativa:

De uma parte, a ação coletiva não é mais separável das demandas e necessidades individuais e, portanto, está continuamente ameaçada pela atomização e pela privatização; de outra, o impulso conflitual que desenvolve a lógica do sistema não o faz através da política; e exatamente por isto não pode deixar de depender da política (MELUCCI, 2001, p. 99).

Scherer-Warren (1999) apresenta uma série de abordagens sobre o conceito de redes nas Ciências Humanas, empregada pela Administração, Sociologia, Economia, Antropologia. Também apresenta as versões do conceito para a Psicologia social, a Ecologia e Ciências da Computação.

O conceito de rede pode ser operacionalizado como metodologia ou teoria na atividade da pesquisa científica ou, ainda, como rede técnica ou estratégia de ação coletiva apropriada aos atores sociais com significado propositivo e atributos ideológicos e simbólicos.

A ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, isto é, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa ideia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir este processo. O uso do conceito de redes em sua forma propositiva contém significados ideológicos e simbólicos e comporta resultados sociais e políticos que merecem ser analisados pelas Ciências Sociais, e só recentemente tem sido transformado em objeto de estudo (SCHERER-WARREN, 1999, p. 24).

Através da abordagem antropológica o termo *rede* pode se remeter ao conjunto de interações grupais típicas de um sistema social onde o intercruzamento funcional dos indivíduos é parte constituinte do próprio. Outra possibilidade dentro dessa abordagem é considerar a *rede* como conjunto de “relações semiformalizadas” ou pré-existentes, portanto, desvinculadas do caráter sistêmico.

Em contrapartida, a abordagem sociológica se orienta sobre duas perspectivas, uma direcionada pela Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), que investiga como os atores coletivos são mobilizados para a formação de uma rede, a partir de um tecido social comunitário como a vizinhança, ou a partir de um tecido social mais amplo geograficamente, devido a ideais religiosos ou políticos semelhantes; sob outra orientação a TMR analisa a intensidade das relações, as relações mais intensas de maior estabilidade constituem elos fortes, aquelas mais esporádicas são reconhecidas como elos fracos, nas leituras de Deroy-Pineau e Fischer. Outra noção seguindo a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), na qual por meio de uma identidade coletiva os indivíduos formam pequenos grupos para interferir nas políticas públicas, como sugere Melucci (1989) ou, ainda, engajar-se em conflitos culturais ou políticos, a partir de interações informais entre os sujeitos (SCHERER-WARREN, 1996).

Atualmente os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais, internacionais ou transnacionais, utilizando frequentemente os meios de comunicação como a internet (GOHN, 2011). Nisso está uma novidade em relação às ações coletivas, que apesar da oposição ao padrão de globalização hegemônico centrado no mercado responsável pela atual configuração tecnológica dos meios de comunicação, vale-se desses mesmos meios para a promoção de valores e ideias contra-hegemônicos.

Esta possibilidade de articulação entre sujeitos coletivos distintos se dá atualmente justamente porque esses sujeitos “apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática” (GOHN, 2011, p. 336). Dessa forma, a construção de uma sociedade democrática pressupõe a ampliação do escopo das lutas dos movimentos sociais.

Para os fins com os quais se comprometem este estudo, as redes de movimentos sociais são formas de organização dos novos movimentos sociais e representam, além de uma estratégia política de mobilização, um traço peculiar dos novos movimentos sociais de abertura dialógica com outros sujeitos sociais coletivos que se opõem aos efeitos da globalização neoliberal, principalmente relacionados à exclusão social das minorias. Outro formato organizativo inaugurado recentemente pelos movimentos sociais são os fóruns, tema que será aprofundado na próxima seção.

1.5 Fóruns de movimentos sociais

As demandas dos movimentos sociais contemporâneos, num sentido mais imediatista, pretendem assegurar políticas públicas capazes de dirimir as necessidades materiais e simbólicas dos grupos reconhecidos como minorias. Ainda que algumas dessas demandas das minorias sejam atendidas, o conflito permanece, porque o mesmo carrega um projeto de sociedade para longo prazo, então:

A vida dos movimentos depende do funcionamento dos sistemas políticos, isto é, de todas as instâncias nas quais entra uma multiplicidade de interesses, através da representação e de processos decisórios para a alocação de recursos. Essas instâncias políticas, como eu já disse, se multiplicam nas sociedades complexas muito além do sistema político em sentido restrito. A menor ou maior abertura dos canais de representação e as garantias que eles fornecem são a única condição para que o dissenso possa manifestar-se (MELUCCI, 2001, p. 131-132).

Diante disso, percebe-se que apesar do complexo jogo de interesses presentes no cenário político, existe uma crescente abertura no campo da participação popular. Isto vem representar uma “possibilidade coletiva de exercício real dos direitos e da expressão da

oposição” (MELUCCI, 2001, p. 132). Porém, pode-se inferir que essa possibilidade outrora comentada ainda esbarra em sérios problemas para a supressão das demandas latentes dos movimentos sociais, dada a necessidade de negociações não manipuladas nem autoritárias.

No Brasil, os movimentos sociais que atuaram nas décadas de 1970 e 1980, articulados pelas camadas populares em oposição ao regime militar, contribuíram significativamente para que o cenário sociopolítico dos anos de 1980 e 1990 se transformasse radicalmente, a exemplo das conquistas de vários direitos sociais incluídos na Constituição de 1988³¹ (GOHN, 2011). Além disso, desenvolvem-se novas formas de articulação e participação da sociedade civil junto ao Estado, tais como, fóruns, redes, conselhos, conferências, audiências públicas e Orçamento Participativo (OLIVEIRA, 2003).

Dessa forma, a partir da década de 1990 se estabelecia uma nova relação entre a Sociedade Civil e o Estado, onde se inicia uma tentativa de participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. Esses espaços democráticos, agora institucionalizados, traziam respostas eficientes, principalmente para os problemas ligados à administração pública local.

Nesse sentido, os fóruns “estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los” (GOHN, 2011, p. 342). Os primeiros fóruns no cenário brasileiro foram o Fórum Nacional de Luta pela Moradia, Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP), Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o meio ambiente.

Geralmente, os fóruns reúnem ONGs e movimentos sociais e instauram algum tipo de relação com o Estado. Apesar de não possuírem personalidade jurídica, gozam de uma institucionalidade porque seguem padrões de rotina e funcionamento; possuem coordenações, comissões de trabalho, secretaria; além disso, executam suas ações pautadas em um planejamento, calendário de atividades e regimento interno (OLIVEIRA, 2003).

Hoje, muitos sujeitos sociais coletivos optam por este formato organizativo. Somente em Brasília, possuem sede ou algum tipo de representação os seguintes fóruns: Fórum Brasil do Orçamento (FBO), Fórum do Lixo e Cidadania (FLC), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Nacional de Reforma Agrária (FNRA), Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FÓRUM PETI), Fórum em Defesa

³¹ O processo constituinte brasileiro (1986-1988) proporcionou a experiência do trabalho articulado de ONGs, movimentos sociais populares e centrais sindicais. Posteriormente, na década de 1990, o trabalho articulado desses sujeitos sociais coletivos se intensificou, tornando-se uma estratégia comum de organização (OLIVEIRA, 2003).

dos Direitos Indígenas (FDDI) e o Fórum Social Mundial (FSM) (SCHERER-WARREN, 2007).

Os espaços dos fóruns permitem o intercruzamento das informações provenientes das redes, dos movimentos sociais, ONGs e poder público, geralmente também representam locais que possibilitam a interlocução entre atores sociais diversos. São canais de representação política necessários para tornar eficaz a articulação entre os sujeitos e a expressão das demandas.

Os fóruns e as redes da sociedade civil vêm sendo considerados importantes formas organizativas dos movimentos sociais contemporâneos. Vários desafios se levantam, portanto, para a conciliação de interesses e ideários, a partir desse tipo de articulação que se cria entre os movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2007).

Ao decidir participar de uma rede ou fóruns de movimentos, um desafio a ser enfrentado pelo movimento é lidar com a ampla diversidade de sujeitos. Esse desafio também desloca a análise sociológica da questão identitária do movimento para as relações interorganizacionais de cunho político e cultural que se inscrevem entre os movimentos assim organizados. O segundo desafio se liga ao primeiro – pluralidade de sujeitos, e revela um conjunto de desafios em jogo: “a complexidade de temáticas e das demandas; a dificuldade de conciliação das temáticas prioritárias; o encontro e o desencontro de agendas e de interesses; o diálogo intercultural (ou sua falta), dentre outros” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 20).

A adoção desta estratégia organizativa pelos movimentos sociais no Brasil foi recentemente influenciada pela realização I FSM. O FSM é definido como processo de articulação de movimentos sociais em todo o mundo e inaugura um momento histórico em que se abrem diálogos intensivos no interior da sociedade civil, consideravelmente questões relacionadas à recusa da globalização neoliberal (SCHERER-WARREN, 2007).

Os grupos de trabalho formados no interior do FSM, com o intuito de enriquecer as discussões em torno de uma determinada temática, tiveram os vínculos entre os atores ampliados, contribuindo diretamente com a criação de novos fóruns que dariam continuidade à mobilização iniciada, como foi o caso do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que discutiremos no próximo capítulo.

Os fóruns e redes de movimentos frequentemente, no que diz respeito ao seu posicionamento em relação à exclusão, preocupam-se em direcionar suas ações nos planos materiais, simbólicos e políticos. Isso se manifesta notoriamente nos ideários; no entanto, quando se analisam as práticas, os mesmos ainda carecem de uma atuação mais substantiva. Ou seja, os fóruns ainda se concentram numa atuação mais discursiva do que pragmática; é

certo, contudo, que esta mobilização em torno de valores não deve ser desprezada, pois uma mudança de valores é fundamental para que se encaminhe um processo de mudança social mais amplo (SCHERER-WARREN, 2007).

Além disso, o papel pedagógico dos fóruns e das redes de movimentos é um aspecto relevante para se pensar a redução das desigualdades. A diversidade de olhares dos atores que se mobilizam nesses espaços promove, por um lado, estranhamentos e conflitos, e por outro lado, a *transversalidade de direitos*, ligando demandas à universalização de direitos no campo da igualdade, com aquelas relacionadas aos direitos difusos, ou de terceira e quarta gerações, capazes de contemplar a diversidade social e cultural dos diversos sujeitos de referência, incluindo-se, também, os princípios do direito à diferença e da preservação ambiental e do patrimônio histórico (SCHERER-WARREN, 2007).

Por fim, apresentamos neste capítulo as relações que se estabelecem entre a atual configuração do capitalismo e a globalização neoliberal, que remetem à acentuação de bens e dos valores do individualismo. Mas, em contrapartida, os movimentos sociais e as possibilidades de uma globalização contra-hegemônica incitam a construção de um modelo de desenvolvimento pautado na solidariedade e em valores coletivos, que não desvinculam a geração de riqueza da valorização do ser humano. Nesse sentido, a organização em rede dos novos movimentos sociais representa uma alternativa para a potencialização, ao multiplicar o intercâmbio de experiências e conhecimento entre os sujeitos sociais coletivos organizados, a exemplo do que se propõe no movimento de economia solidária. Esse será abordado no próximo capítulo, o qual apresentará os conceitos e as perspectivas teóricas da economia solidária no contexto brasileiro, bem como a forma de organização desse movimento em fóruns.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: conceito e perspectivas teóricas

Neste capítulo serão exploradas as principais abordagens teóricas sobre o fenômeno da economia solidária, bem como as implicações práticas desse fenômeno e do movimento de economia solidária no cenário brasileiro. A discussão será estruturada da seguinte forma: no primeiro momento, far-se-á uma reflexão acerca do conceito de economia solidária na perspectiva de autores europeus, latino-americanos e brasileiros; no segundo momento, a discussão caminhará na perspectiva do fenômeno enquanto movimento internacional, além disso, apresentar-se-á a caracterização do fenômeno no contexto brasileiro, enfatizando sua realidade mais recente – após a aceitação da política pública de economia solidária, através da criação da SENAES; em terceiro e último momento, apresentar-se-á uma reflexão de como o movimento de economia solidária se organiza no interior dos fóruns, mais precisamente no FBES e fóruns estaduais.

No presente estudo, aceitamos que o conceito de economia solidária está associado tanto à forma de produção não capitalista como ao movimento que reivindica renda (movimento sindical e cooperativista) e direitos (movimentos sociais). Então, partindo da concepção de Santana Júnior (2007), assimilamos a economia solidária enquanto forma de produção não capitalista que supera as demais formas também não capitalistas – economia de subsistência e produção simples de mercadorias³², justamente por assumir a função de sujeito político.

Como as perspectivas teóricas sobre o fenômeno de economia solidária não são unânimes em relação a essa proposição supracitada, em que a economia solidária comporta um sujeito político e, portanto, constitui um movimento social do tipo novo ou, ainda, um fenômeno que se insere na proposta dos novos movimentos sociais; realizamos uma discussão que contempla tanto o caminho de análise considerado na hipótese deste estudo, como também aquelas contrárias a ela, a fim de desenvolver um campo mais amplo para a análise aqui pretendida.

Utilizado em vários continentes, desde a década de 1990, o conceito de economia solidária se relaciona às práticas de trabalho opostas ao individualismo utilitarista econômico,

³² A economia de subsistência e a produção simples de mercadoria são formas produtivas não capitalistas. Distinguem-se das formas capitalistas por três motivos: primeiro, o fator trabalho está acima do fator capital, isso tanto nas modalidades individual, familiar ou comunitária; segundo, o trabalho assalariado não é demandado, ou quando o é, ocorre em pouca quantidade; terceiro, comporta uma racionalidade baseada nos laços primários de sociabilidade e também familiares em detrimento da rentabilidade e do lucro. Portanto, possuem baixa capacidade de produzir excedente, baixa produtividade e pouca qualificação dos fatores produtivos (SANTANA JÚNIOR, 2007).

presente nas sociedades de mercado, ao se basear no princípio da solidariedade, em que trabalhadores se unem em atividades econômicas caracterizadas pela autogestão democrática, cooperação e autonomia. A solidariedade emana das práticas que estimulam o “vínculo social de reciprocidade” presente desde as relações de cooperação no tecido social, até mesmo ao engajamento dos cidadãos nos “espaços públicos de proximidade” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162), onde a democracia direta, os valores de justiça, redistribuição e humanização são incentivados.

O fenômeno da economia solidária possui uma natureza econômica na qual as atividades estão voltadas para a produção e a reprodução dos meios de vida; uma natureza coletiva, onde se evidenciam os vínculos e as relações entre os atores sociais envolvidos em uma determinada atividade; uma natureza autogestionária, fundamentada no socialismo democrático, descentralizado e libertário, em oposição à relação capital e trabalho e ao assalariamento (CUNHA, 2012).

No entanto, a adoção desses conceitos levanta, de certa forma, uma problemática de difícil resolução³³: tendo o conceito um aspecto normativo e descritivo, o mesmo acaba que desqualificando as práticas reais³⁴, uma vez que a realidade concreta assume uma natureza paradoxal e multidimensional do mundo empírico. Ora, existem “fronteiras empíricas borradas entre economia *solidária* e *não-solidária*” (CUNHA, 2012, p. 52), devido às interpenetrações com a economia popular e a economia informal.

Portanto, esses conceitos aceitos amplamente pela comunidade científica estão, na verdade, no campo idealizado do fenômeno, ou seja, no campo teórico. Contudo, no Brasil, a realidade dos empreendimentos econômicos solidários se mostra, na prática, dura, e nem sempre consegue suprir as necessidades materiais e simbólicas dos indivíduos, no sentido que propõe os valores de uma solidariedade democrática.

A história mais recente de gênese da economia solidária³⁵ nos remete aos trinta anos gloriosos (de 1945 a 1975), nos quais os movimentos conduzidos pelos operários experimentavam não apenas as reivindicações salariais, mas também incentivavam práticas

³³ A autora propõe que se considere, nessa questão, fazer uso do que Boaventura de Sousa Santos chama de hermenêutica da emergência, através da qual é possível considerar as realidades ainda incipientes, rejeitando a hermenêutica do ceticismo fundamentado nas velhas dicotomias, individual X coletivo, egoísmo X altruísmo, reforma X revolução, etc (CUNHA, 2012).

³⁴ Quando se recusa o trabalho associado do grupo de trabalhadores como uma prática da economia solidária, por algum motivo que não permita o “enquadramento no conceito”, duvida-se da capacidade crítica dos sujeitos e dos processos pedagógicos presentes nas experiências associativistas (CUNHA, 2012).

³⁵ Ao admitirmos a teoria de economia plural de Karl Polanyi, as manifestações econômicas baseadas pelos princípios da reciprocidade e domesticidade acompanham as sociedades desde sempre. No Brasil, de acordo com o segundo mapeamento (2010/2013), o EES mais antigo teve início em 1885, no Nordeste do país, em uma comunidade quilombola (GAIGER, 2014).

autogestionárias voluntárias. A partir da década de 1980, os coletivos que passaram a se formar tinham natureza diferente, eram “coletivos forçados” (LAVILLE, 2009, p. 13), isso porque a conjuntura econômica se alterava e as fortes recessões levaram às reduções dos salários e das despesas sociais. Na Itália, na Espanha e na França as aquisições de empresas falidas por trabalhadores tiveram uma importância significativa no cenário de composição de práticas autogestionárias (LAVILLE, 2009).

A redescoberta da economia solidária não se deu apenas mediante aquisições de empresas falidas, por trabalhadores, mas se inscreve no contexto em que setores inteiros da população estavam à margem do emprego formal, como na América do Sul, onde 35% da população ativa pertencem à economia informal. Nesse caminho, “esta população sobrevive graças a formas de solidariedade imersas nas redes comunitárias” (LAVILLE, 2009, p. 15).

É interessante perceber que “o modo de organização do trabalho assenta-se na mobilização coletiva e a gestão democrática dos projetos está indissociavelmente ligada à resolução de problemas de sobrevivência” (LAVILLE, 2009, p.15). Esse fato pode ser exemplificado no caso do Movimento Sem-Terra (MST), no Brasil, onde as ocupações de terras improdutivas estimulavam práticas associativistas entre as famílias.

As denominações socioeconômica solidária, economia popular e solidária e economia de solidariedade, atribuídas ao fenômeno, dão ideia da amplitude de conceituações possíveis em várias partes do mundo, desde o século XIX. Geralmente está relacionado com um “certo ideal associativo ou cooperativista desenvolvido pelos próprios trabalhadores, mas com o apoio de organizações da sociedade civil” (LECHAT, 2004, p. 2).

Antes de ser conhecida no Brasil, a expressão economia solidária já estava sendo usada em estudos na Europa e em alguns países da América Latina. O sociólogo chileno Luiz Razeto cunhou o conceito “*economía de la solidaridad*”, em seu livro “*Empresas de trabajadores y economía de mercado*”, em 1982. E na Europa, o termo *economia solidaria* foi criado na França (Paris), resultado dos estudos realizados em Crida (*Centre de Recherche et d' Information sur la Democratie et l' Auto-nomie*) conduzidos por Jean Louis Laville, a fim de cobrir a realidade da proliferação de iniciativas associativistas locais, no início da década de 1990 (LECHAT, 2004).

Apesar do conceito acima apresentado, destaca-se que não existe unanimidade entre os teóricos sobre a conceituação do termo economia solidária. Estudiosos latino-americanos como Razeto, Coraggio e Quijano³⁶ relacionam o fenômeno à forma de inclusão dos setores

³⁶ A economia popular é um objeto de análises controversas: em Razeto, acentua-se a análise na consolidação e na democratização das práticas autogestionárias; em Quijano, os laços de solidariedade não são suficientes

marginalizados ao mercado de trabalho, analisando-o ora como potencial para superação da experiência capitalista, ou seja, vislumbram a possibilidade de reorganização da economia mundial, um projeto de transformação radical da sociedade. E ainda que esse potencial não se configure, existe concordância em admitir essas experiências como “portadoras de formas de convivência e sociabilidade que se distanciam dos padrões dominantes das sociedades capitalistas” (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015, p. 21).

No Brasil, os autores mais expressivos no campo de economia solidária são: Paul Singer, Marcos Arruda e Luís Inácio Gaiger. As concepções por eles adotadas sobre o fenômeno são diferenciadas: Paul Singer vê a economia solidária como um cooperativismo autogestionário; no contexto da sociedade moderna, isso representa uma forma de organização econômica que rebate o isolamento das micro e pequenas empresas, admitindo assim, certo número de assalariados, e o apoio de entidades empresariais progressistas; ainda defende a criação de moedas sociais e relaciona a economia solidária com a retomada dos ideais corporativistas da Inglaterra, no advento do capitalismo industrial; propõe, portanto, a reflexão acerca de um novo projeto socialista. Marcos Arruda, por sua vez, acredita no movimento planetário de promoção ao ser humano nos moldes de uma *globalização cooperativa e solidária*, através da socioeconomia solidária, para tanto, aposta em um processo educativo para a formação de indivíduos conscientes da primazia das necessidades coletivas e de redes de cooperação solidária, uma cultura de corresponsabilidade. Ao seu modo, Gaiger vê a economia solidária como ferramenta de combate à pobreza; alerta, em seus estudos, sobre a necessidade de se considerar a economia solidária como alternativa econômica de autogestão para pessoas que vivem desse trabalho, mas que estão às margens do sistema convencional econômico. Um ponto comum aos três é que todos admitem o apoio do Estado para que a economia solidária cumpra seu propósito (LECHAT, 2004).

Portanto, o movimento de economia solidária é visto por uns como reação, ou seja, uma adaptação do espírito do capitalismo, logo, uma opção transitória de espera pela recuperação ou crescimento do trabalho formal. Por outros, como estratégia, uma luta dos trabalhadores ligados ao socialismo utópico, que equivale a uma tentativa de reverter à lógica do capital (BRASIL, 2011). Assim, Singer (2002) pertence ao segundo grupo; para ele, a economia solidária foi inventada por trabalhadores no início do século XIX, surgiu quando a difusão das máquinas provocou altos índices de desemprego entre os operários, os quais

nessas práticas para liquidar o individualismo que permeia as ações dos indivíduos; e em Coraggio, existe uma perspectiva mais otimista, que admite o estabelecimento de uma economia do trabalho sobre a economia de capital (LAVILLE, 2009).

criaram as cooperativas, com o intuito de recuperar trabalho e adquirir autonomia econômica (SINGER, 2002).

Bem mais do que uma resposta dos trabalhadores às crises de desemprego estrutural do capitalismo, a economia solidária carrega um projeto de sociedade e não se adapta ao sistema que explora, apesar de não estar imune aos movimentos da economia capitalista, já que ela continua atuando dentro desse sistema (BRASIL, 2011).

A crise civilizatória do sistema capitalista é concreta, no entanto, não é possível profetizar o seu fim, mas nem por isso se pode desconsiderar suas fraquezas. Alguns fatores contribuem para esse “fim”, como: “golpes” de fora do próprio sistema, a exemplo da crise ambiental que se instalou sobre os quatro cantos da terra, “golpes” de dentro do próprio sistema, que ressoam nas cíclicas crises financeiras; outro fator seriam as alternativas consistentes produzidas pelos movimentos sociais e, nesse sentido, observa-se que a economia solidária não se apresenta acriticamente (BRASIL, 2011).

A economia solidária se estende da produção ao modelo de crescimento, no qual a prática autogestionária remete ao associacionismo pioneiro, uma vez que traz consigo algumas das representações concedidas ao movimento operário da sociedade industrial. Definiram em mais do que uma resposta dos trabalhadores às crises de desemprego estrutural do capitalismo, a economia solidária carrega um projeto de sociedade e não se adapta ao sistema que explora, apesar de não estar imune aos movimentos da economia capitalista (BRASIL, 2011).

Dessa forma, o fenômeno da economia solidária deve ser compreendido tanto como uma prática quanto um projeto, porque simultaneamente corresponde a uma atividade econômica exercida por um número crescente de pessoas, como também representa um ideal de transformação das relações tradicionais de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, em outras palavras, um anseio (BRASIL, 2011).

A economia solidária comporta tanto o aspecto crítico como o propositivo de uma revolução social, pois, na atual conjuntura, contrária a atividade econômica tal qual é realizada na economia de mercado, na qual todo o trabalho humano tem por única finalidade a obtenção de lucro, desprezando as outras esferas da vida social, dessa forma:

A economia solidária não é uma panaceia. Ela é um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*, em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos de mercado, a limitação – mas não eliminação! – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores (SINGER, 2006, p. 9).

Apresenta-se, então, como alternativa não capitalista para o enfrentamento do desemprego, na qual convivem dois princípios básicos: a viabilidade econômica e a solidariedade. Diante disso, não basta aos trabalhadores estabelecerem relações de solidariedade marcadas pelos princípios de autogestão e democracia; é preciso que as atividades por eles desempenhadas tragam condições para a reprodução de suas próprias vidas, e que essa reprodução seja direcionada no sentido da manutenção da qualidade de vida. Somente a partir da concepção de economia solidária em que convivem a viabilidade econômica e a solidariedade, pode-se imaginá-la como alternativa ao capitalismo, assim: “a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba” (SINGER, 2006, p. 9).

A necessidade de intensificação das práticas de economia solidária aparece, nesse sentido, ligada às impossibilidades do mercado capitalista em suprir as demandas materiais da maioria da população humana; no entanto, a condução do fenômeno apenas pelo viés da crise capitalista não é suficiente para estabelecê-la enquanto projeto social de mudança, por isso, é importante considerá-la enquanto detentora de valores que superam a lógica de produção capitalista. Nessa perspectiva, Paul Singer (2002) define economia solidária como:

Um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro –, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses (SINGER, 2002, s/p).

As características ou princípios das empresas solidárias constituídas integralmente por trabalhadores que compartilham a posse dos meios de produção e o trabalho executado no empreendimento, é a inexistência de lucro, os resultados destinados ao reinvestimento, fundo indivisível e repartição entre os sócios, caso todos os trabalhadores assim o queiram (SINGER, 2002). Existem modalidades de atuação das cooperativas que devem ser reconhecidas, como a cooperativa de produção, cooperativa de comercialização, cooperativa de consumo e, ainda, de crédito (SINGER, 2002).

Quando se percebe a economia solidária como um novo modo de produção não capitalista, pode-se incorrer no risco de admiti-la como resposta definitiva para todos os problemas do modo de produção capitalista, ou melhor, de superação desse modo de produção. Isso, por sua vez, significa se precipitar erroneamente a respeito de um fenômeno que possui mais caráter alternativo do que propriamente resolutivo da questão da transição das

formas de produção capitalista para socialistas, e representaria mais uma tentativa de escape político do que um trabalho eminentemente teórico³⁷ (GAIGER, 2003).

Paul Singer (2002) demonstra uma linha tênue entre empresa solidária e empresa capitalista, com isso, chama atenção para a mudança de propósito ou de postura que os sócios estão sujeitos a viver, ou seja, o princípio democrático e igualitário direciona as atividades relacionadas à organização do trabalho na economia solidária. No entanto, um determinado empreendimento solidário pode deixar de sê-lo, ao permitir que o princípio da concorrência e da maximização dos lucros adentre na organização, e isso é possível porque esse modelo de produção está inserido no contexto hegemônico do sistema de produção capitalista, uma vez que:

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (SINGER, 2002, s/p).

Logo, a economia solidária não deve ser assimilada como uma “porta de escape” para a busca de trabalho imediato, pois a inclinação para um modo atividade econômica não capitalista deve ser direcionado por valores e interesses que viabilizem a racionalidade cooperativista e autogestionária, o que se revela, na prática, uma grande barreira para alguns trabalhadores que se adaptaram ao sonho do assalariamento como possível garantia de estabilidade material.

Nas últimas décadas, a economia popular tem experimentado uma “acentuação da sua dimensão pública”, devido principalmente ao apoio que recebe das igrejas, dos sindicatos, das universidades e de movimentos de emancipação e de defesa de direitos, como por exemplo, as organizações ecologistas (LAVILLE, 2009). Essa acentuação da economia popular à dimensão pública abre uma importante frente para a acentuação, também, da economia solidária.

Ora, isso porque por meio desse apoio existe uma proposta de estabelecer a economia solidária como horizonte da economia popular, uma vez que essa última não representa necessariamente todas as atividades econômicas desempenhadas pelo setor popular, mas

³⁷ Ao situar o fenômeno da economia solidária no debate teórico e político, Gaiger (2003) alerta sobre o erro que se incorre em se apropriar da economia solidária como modelo pronto para transição do modo de produção capitalista, apesar das experiências reais do trabalho associativo representarem indiscutivelmente um dado empírico concreto e possivelmente animador, do ponto de vista político.

somente aquelas que se vinculam estreitamente “à reprodução ampliada da vida (e não do capital)”, possuem centralidade no trabalho, demonstrando “repúdio ao emprego da força de trabalho como mercadoria”, portanto, estão “submersas nas relações sociais” (ICAZA; TIRIBA, 2009, p. 151-153).

Estas ações coletivas pretendem ser, em primeiro lugar, respostas pragmáticas a problemas da vida quotidiana. Todavia, também formulam reivindicações sociais e ambientais, estabelecendo uma ligação com o feminismo ecológico que se insurge contra uma concepção materialista e economicista da riqueza que assimila os saberes domésticos a qualidades “inatas”, a um “altruísmo” e a “obrigações” femininas (LAVILLE, 2009, p. 20).

No presente estudo, reconhecemos a economia popular anterior à economia solidária, isso porque segundo Icaza e Tiriba (2009), é nas práticas econômicas dos setores populares que estaria a gênese dos princípios da reciprocidade e da solidariedade na necessidade de reprodução da vida que se realiza na dimensão de grupo, no sentido mais amplo de comunidade e família. Dessa forma, para as autoras supracitadas, é propício reivindicar o “popular”, a economia praticada pelos trabalhadores associados. Logo, a economia popular se insere na perspectiva de economia plural de Karl Polanyi, anteriormente demonstrada.

Ainda sobre a relação entre economia popular e economia solidária, é mister apontar a perspectiva de “economia popular de solidariedade” ou “economia popular solidária”, de Luis Razeto, para identificar as experiências que se caracterizam como formas associativas de organização que carregam também a solidariedade como projeto político; nessas experiências, as estratégias econômicas de sobrevivência se transformam numa opção social e também política (ICAZA; TIRIBA, 2009).

Além disso, há de se considerar os serviços de proximidade³⁸ do Norte como atividades que comportam certa equivalência com a economia popular contemporânea no Sul. Porém, a maior novidade nesse processo é a compatibilidade de iniciativas que se desenvolveram tanto no Norte como no Sul, em partes, respostas às políticas neoliberais da década de 1980, as quais foram responsáveis pelo aumento das diferenças sociais, do

³⁸ Designados como serviços de proximidade nos países escandinavos, na França e na Bélgica desde a década de 1980, também denominados iniciativas locais de desenvolvimento e emprego no conjunto da União Europeia. Essas atividades surgiram como forma de suprir as demandas por serviços sociais públicos, no caso dos serviços prestados às mulheres vítimas de violência, e como incentivo à participação dos utilizadores dos serviços da *community transport association* para deficientes de serviços de transporte no Reino Unido. Esse tipo de serviço tem relação direta com a subjetividade dos atores, vão de encontro com as demandas materiais, mas, contudo tem a ver com a valorização dos saberes ligados à prestação de cuidados e há, nesse sentido, uma desconstrução da separação entre público e privado, e dessa forma, representa um trabalho para a promoção do bem-estar das pessoas e pressupõe a ideia de partilha de responsabilidade sobre os cuidados intrafamiliares entre homens e mulheres, o que implica numa concepção de igualdade no mercado do trabalho (LAVILLE, 2009).

desemprego e da pobreza em todo o mundo, além de acentuar as disparidades comerciais entre os países mais ricos e os mais pobres (LAVILLE, 2009).

Levando em consideração esta última questão – acentuação das disparidades comerciais entre os países –, a economia solidária acena com a proposta do comércio justo e solidário, cuja promessa é submeter as relações comerciais ao respeito pelos produtores e à proteção ao meio ambiente. A primeira medida para o estabelecimento do comércio justo seria a venda direta de produtores artesanais e agrícolas do Sul, através das lojas do mundo ou “*World Shops*”; outra medida seria a certificação dos produtos, processo no qual as mercadorias receberiam uma personalização, como forma de garantir o resgate da dimensão humana e do valor cultural da troca (LAVILLE, 2009).

Ao passo que a comercialização direta é vista como estratégia de formação de uma economia mais justa e solidária. Outras estratégias dessa economia são o microcrédito e as moedas sociais. A primeira estratégia visa o fortalecimento das iniciativas associativas que esbarram na falta de crédito para manter um capital de giro adequado às negociações. A segunda estratégia, a moeda social, por sua vez, assume papel imprescindível na valorização do local e das territorialidades (LAVILLE, 2009).

Essas manifestações das iniciativas autogestionárias, em várias partes do globo, remetem a significantes variados de categorias diversas, como o Parque Industrial do Peru, que gerou 30.000 (trinta mil) postos de trabalho, divididos por 8.000 (oito mil) pequenas empresas; assim como, o banco popular Palmas, que beneficia milhares de habitantes em Fortaleza-CE, Brasil, através das finanças solidárias (LAVILLE, 2009). Esse conjunto diversificado de experiências manifesta duas situações motivadoras da economia solidária em contexto mundial:

Assim, estas experiências registram duas vagas: a da alternativa ao consumo mercantil e, depois, a do empirismo face aos problemas de emprego e da coesão social. Na sua procura de sentido, são testemunhos da crise de valores expressa no final da década de 1960; através do seu empirismo, interiorizam os obstáculos produzidos pela crise financeira que se seguiu. Esta dupla filiação traduz-se na referência a valores gerais articulada com a vontade de resolução de problemas concretos num domínio imediato (LAVILLE, 2009, p. 38).

Dessa forma, essa inserção social e comunitária da economia solidária faz com que a mesma cumpra uma variedade de funções nos domínios da saúde, da educação e da preservação ambiental. Nesse sentido, a solidariedade é estimulada através do engajamento voluntário do cidadão a problemas de ordem comum no âmbito local, ou seja, enfrentar problemáticas da dimensão pública. O alargamento dessas experiências dirigidas pelos princípios da economia solidária indica não só a incapacidade de a racionalidade capitalista

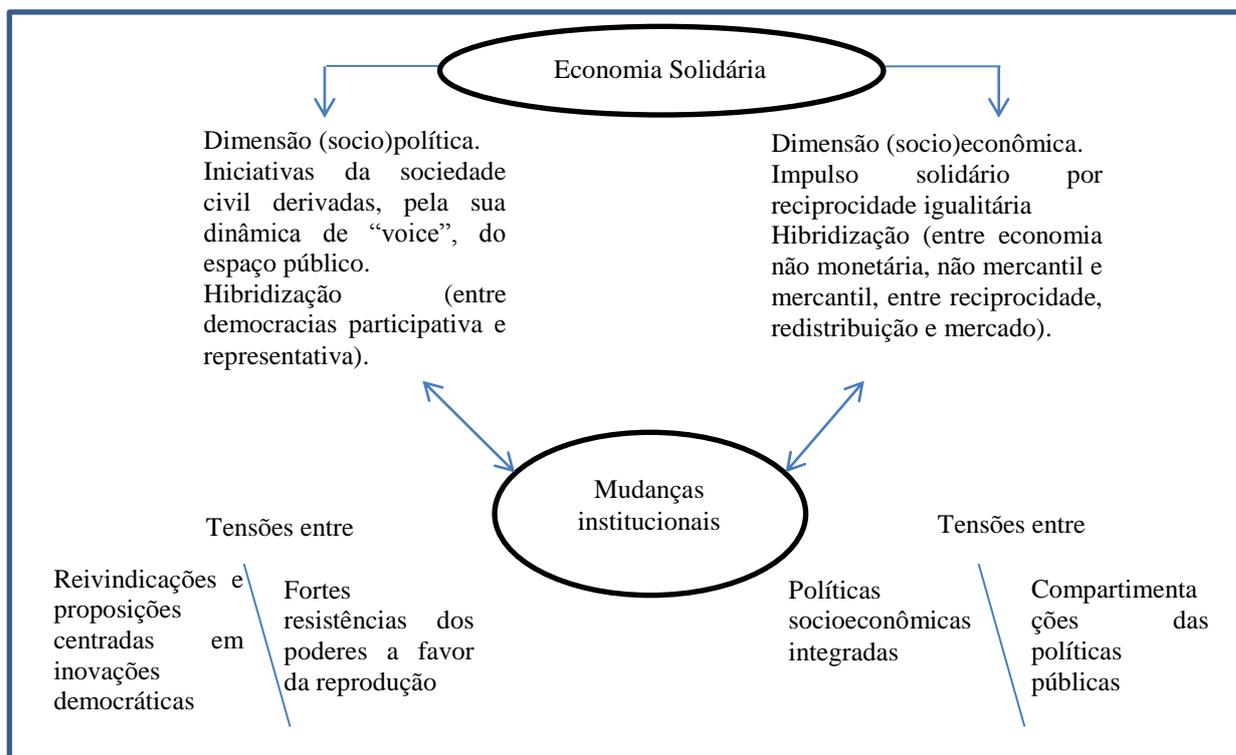
resumir a vida em sociedade aos fatores econômicos, ou seja, a não separação das relações sociais das relações econômicas (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Por isso, também é possível indicar que na economia solidária existe uma crítica ao reducionismo utilitarista que subordina toda ação humana ao interesse material e ao cálculo racional. Nesse sentido, a economia solidária representa uma manifestação contemporânea do dom pela negação de que toda troca tem caráter apenas utilitário, e afirmação dos interesses não instrumentais envolvidos nas relações sociais, com o objetivo de formação e manutenção de vínculos. Recolocar a dádiva entre os homens modernos, nesse sentido, é reconhecer o primordial nas ações humanas: o elo, o laço, a relação humana. Lógica tal, “inversa à que predomina em uma economia de mercado capitalista, onde as trocas se revestem de dimensão impessoal e transformam tudo em objeto” (CUNHA, 2012, p. 58-59).

A adoção desse pressuposto do paradigma da dádiva tem sido largamente compartilhada entre os sociólogos europeus que estudam o fenômeno da economia solidária, como Jean-Louis Laville e Allain Caillé (a ser discutido no próximo ponto), já que o paradigma incita a reflexão da não subordinação das relações sociais humanas ao princípio econômico da ciência moderna, enxergando o associativismo como referência ao modo material de reprodução da vida orientado pelo dom.

Além disso, as iniciativas discutidas não podem ser analisadas como pertencentes ao terceiro setor³⁹, já que não há separação entre práticas de associações e cooperativas e nem como economia social, pois comporta um conceito muito mais amplo de solidariedade (LAVILLE, 2009). Nesse caminho, a economia solidária possui duas dimensões, ilustradas no quadro abaixo.

³⁹ Apesar de associações e cooperativas possuírem o traço de organização coletiva, a primeira se volta para atividades de assistência social, educacional, cultural ou de representação política, enquanto que as cooperativas se voltam exclusivamente para uma atividade econômica. A economia solidária comporta tanto as iniciativas de associações como de cooperativas sob o ideal da solidariedade. O que importa, nesse sentido, são as dimensões sociopolítica e socioeconômica dessas atividades, essa última não importante para o Terceiro Setor. O termo Terceiro Setor é utilizado para designar entidades privadas da sociedade civil com fins públicos e sem objetivo de lucro, no entanto, essa definição, embora ampla, distancia-se da definição de economia solidária, porque a noção de solidariedade nele contida, volta-se para o sentido da filantropia, além de assumir também uma abordagem funcionalista acerca do sistema capitalista (FRANÇA FILHO, 2002).

Figura 1 - As duas dimensões da Economia Solidária

Fonte: Laville (2009, p. 43).

Essa dupla dimensão evoca o caráter de reflexão mais profunda que a economia solidária propõe, ou melhor, sua existência como fenômeno econômico e o próprio questionamento das delimitações da ciência econômica, que discrimina negativamente essas experiências (LAVILLE, 2009).

Numa discussão mais profunda acerca do fenômeno de economia solidária, é importante ressaltar que diante da crise do trabalho assalariado, limitar o direito de cidadania aos trabalhadores estáveis é uma medida que exclui um contingente significativo de pessoas, portanto, seria necessário “reinventar novas formas de solidariedade” e para isso se apresentariam três medidas:

- 1) diminuir o tempo de trabalho e organizar uma redistribuição ativa dos empregos;
- 2) incentivar, do ponto de vista jurídico, simbólico e financeiro, a expansão das atividades associativas e, em particular, as que contribuem para o dinamismo do “terceiro setor” ou da “economia solidária”;
- 3) afirmar uma aposta de confiança de todos para com todos, dos mais favorecidos em relação aos menos favorecidos e reciprocamente, de todos em relação ao Estado e do Estado relativamente à população, atribuindo àqueles que, no mínimo, não disponham desse nível de recursos, o benefício de uma renda mínima que facilite sua “reinserção” – sem que esta seja apresentada como uma obrigação – e acumulável com outros recursos, mediante certas disposições fiscais (CAILLÉ, 2002, p. 204-205).

A nós, no presente momento, compete analisar a segunda proposta do autor supracitado, o incentivo para o dinamismo da economia solidária, atentando-se à relação entre solidariedade, dádiva⁴⁰ e associação. Ora, o vínculo social que se estabelece entre os homens na prática associativa é permeado por interesses de naturezas diversas, isso, contudo, não extingue a liberdade, mas subordina os interesses instrumentais aos interesses não instrumentais, fugindo da experiência atual de solidariedade secundária⁴¹ (CAILLÉ, 2002).

2.1 Solidariedade, dádiva e mobilização política

Apesar do ideário “redentor” da economia solidária, na prática, a realidade da maioria dos empreendimentos econômicos solidários é bastante sofrível em relação às inúmeras dificuldades que se apresentam em todas as etapas da atividade econômica, desde a produção até à obtenção de crédito e comercialização (SANTANA JÚNIOR, 2007). Além disso, no Brasil, a dependência dos órgãos públicos acaba por limitar as atividades econômicas solidárias às políticas públicas de economia solidária, ou seja, a formação de novos empreendimentos econômicos solidários muitas vezes depende da celebração de convênios entre Estado e entidades de apoio e fomento, em que essas se responsabilizaram de fomentar e estimular as iniciativas nos grupos de trabalhadores.

Apesar disso, muitas iniciativas associativas e solidárias foram capazes de construir alianças, tornando possível a organização em redes para um combate contínuo contra a pobreza e a geração de renda no Brasil. O momento em que estas práticas autogestionárias ganham espaço, converge com o instante da chamada emergência da sociedade civil brasileira (LECHAT, 2004).

A concomitância destes dois eventos – elevação quantitativa das iniciativas relacionadas às práticas autogestionárias e emergência da sociedade civil brasileira –, permite

⁴⁰ O paradigma da dádiva, elaborado por Marcel Mauss no *Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*, reconhece a tripla obrigação de *dar, receber e retribuir*, como lei sociológica e antropológica que exerce profunda repercussão em toda a sociedade. Nesse sentido, é através do dom que se estabelece o vínculo social, logo, o paradigma da dádiva supera os paradigmas até então reconhecidos nas ciências sociais, o individualismo metodológico (interesses individuais), o holismo (a totalidade social, as obrigações), pois indivíduos e totalidade social seriam “resultado de uma miríade de dádivas entrecruzadas de todos os níveis”. Na modernidade, as relações sociais são movidas por interesses não instrumentais, como a amizade, como também por interesses instrumentais, como os econômicos; logo, o que diferencia as ações são os pesos dados a esses interesses envolvidos. Associar-se a outros em qualquer tipo de relação social requer, antes de tudo, o reconhecimento de si no outro e, nesse sentido, novas formas de solidariedades seriam reinventadas (CAILLÉ, 2002, p. 193).

⁴¹ Contrária à solidariedade primeira ou sociabilidade primária de homem a homem, a solidariedade secundária é impessoal ou despersonalizada, onde um sistema público de redistribuição implanta a dádiva mecânica e impessoal (CAILLÉ, 2002).

que se façam algumas considerações acerca da relação que se estabelece entre solidariedade, dádiva e mobilização política. Inicialmente, é necessário delimitar o conceito da solidariedade ao qual nos referimos nesta discussão.

Ora, ao longo da história das sociedades humanas, duas concepções de solidariedade se difundem nas práticas sociais. A primeira, chamada de solidariedade filantrópica, indica as ações motivadas pelo altruísmo, àquelas associadas às ações “paliativas” de ajuda aos pobres; esse tipo de solidariedade se baseia numa “dádiva sem reciprocidade”, que gera apenas um sentimento de gratidão ilimitado, reforçando a ideia de inferioridade naquele que recebe; dessa forma, esse tipo de solidariedade corresponde a um dispositivo de hierarquização social e serve exclusivamente para a manutenção das desigualdades sociais. A segunda, por sua vez, chama-se solidariedade de democratização societária, indica ações voltadas para a ajuda mútua e a expressão reivindicativa, propõe igualdade de direitos e o aprofundamento da democracia política, mediante uma democracia econômica e social (LAVILLE, 2009).

Atualmente, essas duas formas de solidariedade se confrontam, num cenário socioeconômico repleto de incertezas. Enquanto que para a solidariedade filantrópica as variáveis sociais e ecológicas constituem externalidades que podem ser integradas mediante a fixação de equivalentes monetários pelas empresas consideradas criadoras de riquezas, e, portanto, detentoras de responsabilidade social para com os pobres e o meio ambiente; a solidariedade democrática societária reconhece a necessidade de socializar o mercado, restringindo seu acesso aos recursos limitados e escassos, valendo-se da mobilização de lógicas de ação e princípios econômicos variados, que significa o revigoramento das esferas não mercantis e não monetárias, articuladas a mercados regulados; nesse sentido, defende uma lógica em que a dimensão ética não é mais delegada à empresa, mas é objeto de uma deliberação e de uma negociação coletiva (LAVILLE, 2009).

Ao defender uma solidariedade do tipo filantrópica, no que concerne à atuação das organizações sociais, concede-se às elites empresariais o poder de decidir quando e como utilizar sua chamada responsabilidade social a favor dos pobres e do meio ambiente, como se uma instituição criada para buscar fins exclusivamente econômicos fosse capaz de intervir socialmente e ecologicamente. É certo que outras organizações sociais como ONGs e Instituições religiosas também exercem ações filantrópicas, contudo, não as exercem como forma compensatória, pela apropriação indevida dos recursos naturais, como fazem as empresas capitalistas.

A economia solidária sustenta que a assimilação da solidariedade como princípio de democratização societária potencializa a reinserção da economia em seu papel de meio

destinado a atingir fins de justiça social e de sustentabilidade, isso a favor dos pobres e das gerações, respectivamente (LAVILLE, 2009). Ora, quando se parte da premissa de que todos os homens são iguais e que, portanto, as decisões pertinentes às questões sociais e ecológicas devem ser tomadas mediante deliberação e negociação coletiva, as atividades econômicas não servirão como fim em si mesmo, mas estarão atadas ao favorecimento da sociedade como um todo, e não apenas das minorias, as elites empresariais.

Acontece que no contexto do capitalismo globalizado da década de 1990, sujeitos sociais coletivos preocupados com a mudança social orientam mais e mais sua mobilização política pelas questões que perpassam o processo de democratização e o fortalecimento da cidadania, com vistas a reorientar a relação entre sociedade civil e Estado (ICAZA, 2009).

Nesse sentido, atualmente desponta a missão propositiva dos novos movimentos sociais, enquanto sujeitos sociais coletivos que assumem a cultura, a solidariedade e os valores como elementos indispensáveis à ação política. Ora, tais movimentos “não são oriundos das relações produtivas e reivindicam autonomia, reconhecimento das diferenças e novos valores culturais, centrados na justiça e na solidariedade” (ICAZA, 2009, p. 260-261). Dessa forma:

A economia solidária pressupõe formas de ação coletiva que expressam claramente as novas configurações e impulsos dos novos movimentos sociais ocorridos nas últimas décadas do século XX. Desde suas primeiras manifestações, ela congrega ideais mais amplos de contestação e transformação social. Ligada às lutas da classe operária na Europa do século XIX, integra, nos últimos anos do século XX, redes de movimentos sociais, nacionais e internacionais, mobilizando atores sociais e ideias. Na busca por reincorporar debates acerca da economia na sociedade, cria recursos de poder capazes de questionar os padrões culturais e os arranjos institucionais existentes (ICAZA, 2009, p. 263).

A reflexão iniciada nos dois últimos parágrafos, sobre a ampliação do escopo de ação dos movimentos sociais, foi resgatada para relacionar a questão da solidariedade com a questão da mobilização política, a partir dos novos movimentos sociais, e, então, aproximar tal relação do fenômeno do engajamento associativo presente tanto no movimento de economia solidária como também na forma de trabalho associativo evocada pelos trabalhadores inseridos na proposta da economia solidária, enquanto forma de produção não capitalista. É certo que o engajamento associativo não se dá apenas mediante a organização de atores em torno de um movimento social, ele abrange também as cooperativas sociais, as associações e todo o conjunto das atividades coletivas com ou sem fins lucrativos (CAILLÉ, 2002a).

Ao considerar que esse tipo de engajamento associativo outrora mencionado é resultado da constatação da insuficiência do Estado e do mercado em suprir as demandas

materiais dos indivíduos, pode-se admitir que nessas relações existam vínculos sociais criados a partir do dom, no qual os interesses não instrumentais são priorizados, ou seja, “o dom é o meio pelo qual se estabelece o pacto associativo” (CAILLÉ, 2002a, p. 153).

Nas sociedades modernas, a aliança se estabelece muito além das relações interpessoais, o político é quem coordena essa aliança, e, portanto, o próprio funciona de forma análoga ao dom. Daí a concepção de que “dom, associação e política são realidades indissociáveis” (CAILLÉ, 2002a, p. 142). Isso porque mesmo sob a hegemonia da lógica de acumulação capitalista, persistem as experiências coletivas nas quais as ações são orientadas por interesses comuns, os princípios da liberdade e da obrigação se misturam, levando os atores a compartilhar um objetivo comum, no caso aqui analisado, uma outra economia.

É a partir do paradigma da dádiva que se pode pensar em economia diferente, onde bens e serviços sejam produzidos, não visando o interesse individual ou o lucro, e haja a possibilidade de não serem apenas vendidos, mas também compartilhados, com algum grau de gratuidade. Nesse sentido, a concepção antiutilitarista serve, no interior do paradigma da dádiva, para indicar que não é a racionalidade individual o que deve orientar as ações na esfera econômica. Também as ações sociais não devem estar orientadas pelas regras holísticas, uma vez que:

A ação social não obedece somente ao interesse racional, mas também a uma lógica primeira da simpatia, e que essa tensão entre interesse e desinteresse coincide com outra, entre obrigação e liberdade. A exigência de dar é ato compulsório paradoxal de liberdade (CAILLÉ, 2009, p. 106).

Através da supracitada motivação da ação social, é válido inferir que as redes associativas se criam pela dádiva, já que prescindem da gratuidade e de feitos desinteressados, não no sentido de que a dádiva seja totalmente desinteressada, mas que a mesma cria e consolida vínculos sociais levando em consideração a constituição do sujeito social enquanto tal. Diante disso, se dá a aproximação da dádiva do político:

A dádiva identifica-se com uma concepção propriamente política da relação social, por insistir vigorosamente na ideia de que a condição primeira e prévia da eficácia (sem discutir o significado desse termo) de todo coletivo humano reside nas próprias modalidades de sua constituição em sujeito (CAILLÉ, 2009, p. 106).

Assim, as implicações do paradigma da dádiva são indispensáveis àqueles crentes de que a economia deve ser instituída de outro modo e “subordinada principalmente a exigências de gratuidade, dádiva e democratização” (CAILLÉ, 2009, p. 107). Propósito alcançável apenas mediante uma inclinação ativa dos atores sociais para os meios do agir político permeado pelos valores da solidariedade regida pelos princípios de democratização societária.

A questão da mobilização política em prol da participação na esfera pública remete à dimensão da cidadania o que, por sua vez, tem implicações na reinvenção de novas formas de solidariedade.

No Brasil, apesar da conquista de novos espaços e formas de participação e relacionamento com o poder público, pelos atores sociais, após a década de 1970, o associativismo civil sofre alterações no final dos anos 1980, em virtude da crise econômica e da perplexidade causada pela institucionalização. Nos anos de 1990, contudo, além das práticas participativas inovadoras que se institucionalizam, continuam os novos movimentos sociais baseados em ações solidárias alternativas que enfocam questões éticas e de valorização da vida (JACOBI, 2000).

A problemática que toma este cenário de democratização, porém, é o desafio de desfrutar efetivamente o direito conquistado, e não apenas proclamá-lo. Isso porque enquanto os direitos políticos se restabelecem, “entram em crise cada vez mais aguda os direitos sociais” (JACOBI, 2000, p. 21).

Esta linha reflexiva desenvolvida por Jacobi (2000) apoiará a discussão encaminhada abaixo, sobre o processo de construção do movimento de economia solidária no Brasil, ao passo que por meio da análise de crise dos direitos sociais ora vividos por grande parte da população pobre, mediamos o debate acerca de como o movimento de economia solidária se apresentar na realidade brasileira, enquanto sujeito político, que pretende também resgatar direitos sociais e culturais.

2.2 O Movimento de Economia Solidária no Brasil

A economia solidária no Brasil, num contexto recente, por um lado está ligada à estratégia de repostas às crises econômicas de 1981 a 1983, quando muitas indústrias entraram em situação de falência e, com isso, seus empresários, a partir de um complexo processo de negociação com os sindicatos, repassavam aos trabalhadores a propriedade, na forma de espólio. Nesse sentido, os trabalhadores, na forma de autogestão, assumiam o controle de empresas capitalistas falidas⁴², na tentativa de recuperá-las, mediante empenho comum. Por outro lado, concomitantemente, a história da economia solidária se liga à luta

⁴² A primeira experiência, no Brasil, de transferência de uma empresa capitalista aos seus empregados, aconteceu com a grande fábrica de sapatos Makerly, de Franca (SP); outras experiências ocorridas entre os anos de 1981 a 1983 foram: “a formação das cooperativas que assumem a indústria Wallig de fogões, em Porto Alegre, a Cooperminas, que explora uma mina de carvão falida em Crisciúma (Santa Catarina) e as cooperativas que operam as fábricas (em Recife e em São José dos Campos) da antiga Tecelagem Parahyba, de cobertores” (SINGER, 2002, s/p).

pela terra na fase inicial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em que se criam as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), em 1989, com motivação econômica e política de acumular capital para sustentar o MST (SINGER, 2002).

Uma terceira iniciativa de fortalecimento da autogestão surgiu mediante a luta contra a pobreza, a partir das ações da Cáritas⁴³ e das Incubadoras de Cooperativas. A primeira é instituição de assistência social da Igreja Católica, parte da rede Cáritas Internacional, que promoveu, em 1984, soluções criativas e autônomas para os problemas dos excluídos, através de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) caracterizados pela postura crítica ao capitalismo. Em 1992, um percentual de 82% de projetos já havia sido transformado em associações ou cooperativas solidárias. Além disso, há de se considerar o papel das Incubadoras Universitárias, criadas entre os anos de 1995 e 1999, que prestaram assessoria a dezenas de grupos economicamente organizados (SINGER, 2002).

Portanto, diante dessa breve exposição acerca do desenvolvimento mais recente (início dos anos de 1980 e final dos anos de 1990) das práticas de autogestão no Brasil, podemos inferir que no cenário nacional a luta contra o desemprego e a pobreza contribuiu para as experiências associativas de geração de renda em todo o país, isso aconteceu ora por iniciativa própria dos trabalhadores, ora por meio do fomento de entidades de apoio, como a Cáritas e as Universidades públicas.

Apesar disso, para Brasil (2011), o desemprego não foi a única variável que impulsionou a economia solidária no Brasil. Segundo a autora, múltiplas causas podem ser listadas, tais como: a existência de grupos com experiência acumulada e de lideranças autênticas com grande capacidade de articulação, a relação inicial com a economia popular, o trabalho de instituições atuando na sensibilização e no apoio da atividade econômica associativa, sua consolidação como alternativa real ao trabalho precário e clandestino.

Nesse contexto, durante o I Fórum Social Mundial foram pensadas ações organizativas em favor da Economia Solidária no Brasil, a partir de um Grupo de Trabalho (GT) numa oficina nomeada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, onde os participantes foram

⁴³ A Cáritas é um organismo da Igreja Católica que teve sua origem em 1897, através da rede *Caritas Internationalis*, com sede no Vaticano e atuação em duas centenas de países e territórios. No Brasil, a instituição da Cáritas aconteceu somente em 1956, por meio de demanda da Catholic Relief Services (CRS), entidade de bispos dos Estados Unidos, a qual pretendia destinar ao Brasil uma doação de alimentos pelo programa Alimentos para a paz. Em 1970, foi desenvolvida a Rede de Cáritas Diocesanas, composta por entidades de promoção social filiadas à Cáritas brasileira. Na trajetória da Cáritas houve um nítido deslocamento de práticas assistencialistas para um posicionamento emancipatório, com crescente adoção de crítica contra o capitalismo. Dessa forma, as ações da Cáritas, através de PACs, não se limitavam na construção de práticas associativas, mas incorporavam uma educação voltada para a promoção do sujeito e, ainda, seguia o interesse de uma caridade libertadora, que possuía uma influência marxista e questionava as contradições sociais (SOUZA, 2013).

convidados a refletir sobre as organizações autogeridas por trabalhadores. Esse mesmo grupo reivindicou, no governo federal, a criação da SENAES, através de uma carta endereçada ao então presidente, Luís Inácio Lula da Silva, o qual, em sua gestão, incorporou a já referida secretaria ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), já no início do seu mandato, em 2003 (FBES, 2014a).

Na origem, a Economia Solidária não constituiu um movimento único, mas incorporou diversos movimentos e instituições civis e religiosas de resistência ao modelo neoliberal, voltados ao combate à fome e à miséria, bem como à busca por formas autônomas de geração de renda, desvinculadas de políticas estatais de cunho assistencialista (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015, p. 61).

Nesse sentido, antes de 2004 se instaurava, no Brasil, um movimento pela economia solidária, logo, esse movimento ainda não se configurava como um movimento da economia solidária consistente (LECHAT, 2004). Isso porque na época das primeiras articulações entre os atores sociais coletivos, o que existia era uma esperança na economia solidária, enquanto forma de atividade econômica não capitalista a favor dos pobres. O aspecto reivindicativo e propositivo do fenômeno de economia solidária só se fortaleceu, no Brasil, a partir da institucionalização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que recebeu essa denominação em 2003, durante a realização da II Plenária Nacional de Economia Solidária.

Diante dessa assertiva, “podemos insinuar que as energias utópicas do movimento social foram efetivas, uma vez que ascenderam a um nível de realização possível, através da política” (BRASIL, 2011, p. 168). Por meio da instituição do FBES e também da Secretária Nacional de Economia Solidária, instituída em 24 de junho de 2003, houve a legitimação de um movimento de economia solidária, representado pelo FBES e suas instâncias estaduais, os FEES. E também, a tomada da economia solidária, enquanto política pública, através do financiamento direto do poder público, no combate à pobreza, sem desconsiderar, contudo, que tais demandas faziam parte das demandas solicitadas no âmago dos movimentos sociais.

Portanto, desde a década de 1990 existe uma interseção Estado-Movimento Social que não deve ser desconsiderada, essa relação oportuniza novas formas de organização e atuação dos movimentos sociais e foi justamente nesse intercâmbio que o movimento de economia solidária se fortaleceu como uma política institucionalizada, a exemplo da organização, no estado do Rio Grande do Sul (LECHAT, 2004). Abaixo, o quadro 1 apresenta uma tentativa de sistematização dos fatores que contribuíram com a organização do campo de economia solidária no Brasil:

Quadro 1 - Organização do campo de economia solidária no Brasil e sua transformação em movimento social

ESTADO SENAES Governos Estaduais; Entidades públicas de financiamento; Universidades públicas	ECONOMIAS CAPITALISTAS Capital e empresas privadas	SOCIEDADE CIVIL Consumidores, Opinião pública; Partidos, Sindicatos, Mov. Sociais; ONGs; Universidades comunitárias e confessionais.
Reivindicações junto ao Governo e busca de apoio junto à Sociedade Civil		
Formas de organização: Feiras, clubes de troca, lojas, (logomarca), casa da economia popular solidária (poa), cadeias: horizontais e verticais. Redes: Nacional e internacionais. Fóruns: metropolitanos, regionais, estaduais e nacional.		
Empreendimentos solidários Associações, cooperativas de produção, de serviços, de consumo e de crédito		
Atividades das entidades de apoio Incubagem, formação, organização, financiamento e assessoria, eventos científicos, pesquisas, publicações, cursos universitários de pós-graduação e de extensão.		
Organizações de apoio		
Igrejas, ONGs, Movimentos Sociais, Sindicatos, Universidades.		Gestores públicos municipais

Fonte: Adaptado de Lechat (2004, p. 565).

O quadro 1 acima, propõe uma representação da transformação peculiar da economia solidária no Brasil, em movimento social. Assim, antes do estabelecimento da SENAES, existia um movimento *pela* economia solidária, no qual intelectuais, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, universidades e Igrejas, através de feiras, redes e fóruns, mobilizavam-se em torno do fenômeno para a legitimação do mesmo no cenário político nacional. A partir de 2003, depois da criação da SENAES, a economia solidária no Brasil ganha espaço, enquanto política pública no âmbito do governo federal, e se afirma enquanto movimento social, simultaneamente (LECHAT, 2004).

Ressaltamos que a proposta analítica da organização do campo da economia solidária no Brasil e sua transformação em movimento social, contida no quadro 2 acima, não deve ser generalizada à realidade de todos os estados brasileiros. Para nós, a dinâmica contida na análise aponta para uma intensidade de ações coletivas que provavelmente não se aplica a todos os estados, ainda porque, o estudo da autora foi desenvolvido a partir da observação mais próxima do que se apresentava na realidade do Rio Grande do Sul.

De modo geral, quatro conjuntos de atores sociais se destacam no desenvolvimento do movimento de economia solidária: sindicatos, universidades, poder público e Igrejas, com seus organismos e pastorais sociais. Esses atores sociais se comunicam e se articulam em plenárias, seminários e fóruns que se apresentam como canais para a formação de uma

identidade coletiva comum e o desenvolvimento de uma estratégia política comum (SOUZA, 2013). Assim, destaca Lechat:

Gostaria de sublinhar duas características da economia solidária, sua diversidade e sua unicidade. Nos painéis apresentados em seminários, a diversidade dos agentes está claramente presente, na mesma mesa falam professores universitários, secretários de Estado, sindicalistas, coordenadores de ONGs, ligados ou não a Igrejas, coordenadores de incubadoras de cooperativas e membros fundadores de cooperativas, uma mesma pessoa podendo exercer mais de uma dessas funções. Heterogeneidade dos empreendimentos tidos como de economia solidária, que vão desde empresas falidas, grupos de produção de assentados do MST, associados de uma padaria comunitária ligada à paróquia, catadores e recicladores de resíduos sólidos, clubes de troca a até cooperativas de psicólogos. Diversidade ideológica, uns “rezam” pela cartilha marxista, outros são adeptos da teologia da libertação, outros são ecologistas, e assim por diante. Além do mais, se à primeira vista todos falam do mesmo assunto, de fato existem divergências e, principalmente, falta de clareza sobre o próprio tema. Quanto à unidade, trata-se de um fato social total incluindo aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, filosóficos, morais. Temos um fenômeno que, ao contrário do que os arautos da modernidade e da globalização anunciaram, reúne o público e o privado, o local e o global, a economia e a moral. Além do mais, entre os agentes deste campo há uma unanimidade quanto à oposição ao sistema capitalista excludente (LECHAT, 2004, p. 25).

Portanto, percebe-se que em seu surgimento, no Brasil, o movimento de economia solidária incorporou diversas demandas de vários movimentos; isso é facilmente perceptível na própria Plataforma de Lutas do Movimento⁴⁴. O que por sua vez permite, teoricamente, entendê-lo na perspectiva de rede de movimentos sociais e, também, na abordagem dos novos movimentos sociais. Pois:

De forma sintética, trata-se da concepção de movimento social não atrelado ao Estado e que, ao mesmo tempo disputa o espaço do Estado inserido em redes interorganizacionais e pluri-identitárias (...) Devem ser levados em conta agora os fóruns e as redes de movimentos que articulam diferentes demandas dentro de bandeiras mais amplas de conquistas de direitos de cidadania e acesso a uma sociedade mais justa (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015, p. 61).

Levando em consideração a configuração atual do movimento de Economia Solidária, esse se afasta do padrão de análise do movimento operário e sindical apresentado no primeiro capítulo, aproximando-se da concepção da rede e dos novos movimentos sociais discutidos anteriormente, ao levar em conta os fóruns e as redes de movimentos que se articulam no interior do mesmo, onde a autonomia do movimento não implica seu isolamento de outros

⁴⁴ A Plataforma de Lutas do Movimento de Economia Solidária foi um documento que começou a ser construído durante a realização da I Plenária Nacional de Economia Solidária, em dezembro de 2002, na cidade de São Paulo. O documento só foi finalizado durante a III Plenária Nacional de Economia Solidária, em março de 2003, também na cidade de São Paulo. A Plataforma contempla sete eixos: fundo nacional e finanças solidárias, marco legal, educação comunicação, redes de produção comercialização e consumo, democratização de conhecimento e tecnologia, e organização social da economia solidária. Nesse último eixo é destacado o papel dos fóruns de economia ligados à SENAES, como os facilitadores da mobilização social, com a finalidade de criar condições socioeconômicas e jurídicas para o fortalecimento da economia solidária no país (FBES, 2015).

movimentos, do próprio Estado ou até mesmo do mercado. Logo, o caráter de rede do movimento de economia solidária repousa na sua própria forma de organização, uma vez que incorpora diversos movimentos na perspectiva da “solidariedade”, o que remete às questões de autogestão e democracia (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015).

Portanto, apesar desses outros grupos ou movimentos fazerem parte do movimento mais amplo de economia solidária, os mesmos continuam mantendo suas próprias agendas, o que ocasionalmente gera algumas tensões intramovimentos. É o caso, por exemplo, do Movimento dos Sem-Terra (MST), o movimento sindical, e o Movimento Nacional de Catadores Recicláveis (MNCR). O primeiro organizou, desde a década de 1980, a formação de cooperativas agrícolas; o segundo proporcionou a formação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG), em 1994, da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT), em 1999, e da Unisol (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), todas com a mesma função de dar apoio aos trabalhadores de fábricas recuperadas e prestar assistência aos empreendimentos solidários; o MNCR se aproxima do mercado para angariar apoios e parcerias para cooperativas e associações de catadores. O MST e o MNCR possuem fóruns específicos e suas estratégias antecedem o próprio debate da economia solidária (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015).

Além dos movimentos supracitados, o movimento de economia solidária comporta outros grupos voltados para o cooperativismo social, como as comunidades terapêuticas e de geração de renda para usuários do sistema de saúde mental, originadas de oficinas realizadas pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs), resultado da luta do movimento Antimanicomial, em 1999. A proposta do cooperativismo social é a inclusão social através do trabalho, no entanto, as atividades econômicas promovidas por esses grupos são geralmente frágeis (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015).

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são parte também do movimento de economia solidária. Resultaram do Movimento Contra a Fome e a Miséria, criado pelo sociólogo Herbert José de Souza (Betinho), no Rio de Janeiro, na década de 1990, agora já possuem identidade jurídica própria. As Incubadoras Universitárias incubam pequenos grupos, geralmente compostos por mulheres ou jovens excluídos do mercado de trabalho e enfrentam a escassez de recursos. Outra organização de atuação marcante dentro do Movimento de Economia Solidária é a Cáritas – órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica. A Cáritas organizou os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), ainda nos anos 1980, que buscavam atuar em iniciativas comunitárias, inicialmente atuavam de forma assistencialista, só em 1995, em parceria com a Universidade

do Vale do Rio dos Sinos, inseriu-se no debate da economia popular e solidária, propondo um modelo de desenvolvimento (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015). Portanto, “trata-se de um movimento que se insere progressivamente no aparelho do Estado, a partir da conquista de espaços participativos e se transforma em política pública, buscando manter sua identidade” (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015, p. 68).

Para nós, essa multiplicidade de agentes dentro do campo da Economia Solidária no Brasil demonstra a contribuição para o fortalecimento das práticas associativas como um todo, desde cooperativas, associações, grupos culturais, empreendimentos, mercados populares, grupos de troca etc. Logo, o movimento de economia solidária ultrapassa as iniciativas particulares dos trabalhadores, na verdade, é assessorado por uma frente de instituições, sem as quais, concluímos ser impossível a visibilidade que o movimento possui atualmente. Ou seja, o movimento se constrói a partir das ações coletivas de uma variedade de atores sociais.

O campo da economia solidária no Brasil⁴⁵ pode ser estruturado em dois planos: o primeiro plano seria a base do movimento de economia solidária, constituída pelos produtores e prestadores de serviço que integram os Empreendimentos Econômicos Solidários⁴⁶ (EES) junto às Entidades de Apoio e Fomento (EAF) que participam pedagogicamente do ideal associativista e, o segundo plano, é o das políticas públicas na administração direta e indireta nas esferas local, estadual e nacional.

O movimento de economia solidária já realizou cinco plenárias, entre os anos de 2002 e 2012, e três conferências nacionais⁴⁷, como proposta de espaço de participação e diálogo entre Estado e sociedade civil. As três primeiras plenárias foram cruciais para a construção do movimento de economia solidária com suas características atuais. A I Plenária foi realizada em São Paulo, em dezembro de 2002, reivindicou a criação da SENAES; a II Plenária foi realizada em janeiro de 2003, construiu uma agenda de mobilização e debates e a sensibilização dos atores dos estados; a III Plenária ocorreu em junho de 2003, cunhou a definição do FBES e formulou a Carta de Princípios e a Plataforma de Lutas do Movimento, além disso, orientou a criação dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES).

⁴⁵ Entendemos que a noção de campo da economia solidária no Brasil é uma visão ampliada do fenômeno em questão, que abrange tanto o sentido da mesma enquanto movimento social, como o sentido vinculado às políticas públicas de economia solidária.

⁴⁶ A natureza desses empreendimentos é bastante diversificada, são associações, cooperativas, clubes de troca, empresas recuperadas, bancos comunitários, entre outras.

⁴⁷ Já foram realizadas três Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES). A primeira Conferência do Movimento de Economia Solidária foi realizada em 2006, a segunda em junho do ano de 2010, e a terceira em novembro de 2014, todas as CONAES se realizaram em Brasília (DF). As Conferências Nacionais de Economia Solidária são antecedidas por Conferências Estaduais e Municipais, onde são definidas as prioridades de ação e escolhidos os delegados que irão representar toda a comunidade que se insere nesse processo democrático.

Aqui, nos importa destacar alguns aspectos concernentes à carta de princípios e a plataforma de lutas, documentos cuja autoria é atribuída ao movimento de economia solidária, ambos disponibilizados no acervo digital do FBES.

A Carta de Princípios declara a origem e o cenário atual da economia solidária, indicando-a como “resgate da luta histórica dos (as) trabalhadores (as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si, e desses com a natureza” (FBES, 2014c, s/p), dessa forma, apresenta a economia solidária como constituída por um sujeito político que na sua origem se organizava na forma dos sindicatos e empreendimentos cooperativados.

A Carta de Princípios também apresenta os princípios gerais e específicos da economia solidária, enquanto movimento dos trabalhadores e trabalhadoras. Os princípios gerais são: valorização do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos, como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2015). Assim, o movimento considera a economia solidária “fundamento de uma globalização humanizadora”, “poderoso instrumento de combate à exclusão social” (FBES, 2014c, s/p), incentivando também “a formação de alianças estratégicas” (*Idem*) entre os grupos da sociedade civil que comunguem desses princípios gerais. Os princípios específicos, por sua vez, redirecionam as lutas do movimento por um sistema de finanças solidárias, pelo desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias e pela construção de uma política da economia solidária num Estado democrático.

A Plataforma de Lutas do Movimento de economia solidária se concentra em torno de sete eixos principais, são eles: finanças solidárias; marco legal; educação; comunicação; redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento e tecnologia; e, organização social da economia solidária. Dentre as ações sugeridas para cada um desses eixos de luta, destacamos os itens no quadro 2, abaixo:

Quadro 2 - Eixos de lutas do Movimento de Economia Solidária

Eixos	Principais Ações
1. Finanças Solidárias	1. Criar um Fundo Nacional pelo Estado para o fortalecimento dos empreendimentos solidários;
	2. Fortalecer uma rede de instituições financeiras locais, tais como cooperativas de crédito;
	3. Criar linhas de crédito adequadas à realidade dos empreendimentos solidários;
	4. Constituir um sistema nacional de finanças solidárias voltado para o

	desenvolvimento territorial e local, valorizando as moedas sociais e o microcrédito.
2. Marco Legal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar e atualizar leis específicas nas áreas trabalhista, previdenciária e tributária que beneficiem a economia solidária, por meio da articulação do FBES, sociedade civil e governo; 2. Estabelecer um marco jurídico adequado para a economia solidária; 3. Elaborar uma nova legislação para o cooperativismo; 4. Viabilizar a participação dos empreendimentos solidários nas licitações.
3. Educação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inserir a temática da economia solidária na pré-escola, nos ensinos fundamental, médio e superior, e na pós-graduação; 2. Financiar pesquisas sobre economia solidária; 3. Formar profissionais para a atuação nos empreendimentos solidários; 4. Subordinar o Sistema S, ou seja, redirecioná-lo para a perspectiva da economia solidária; 5. Garantir Centros Públicos para a formação em economia solidária, criando um grupo de formadores; 6. Adotar a perspectiva de transversalidade da economia solidária nas questões de gênero, raça/etnia e meio ambiente.
4. Comunicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar um sistema de comunicação nacional que dê visibilidade às práticas de economia solidária, pelos mais variados canais de comunicação, tais como rádios, mídia televisiva, sites, livros, jornais.
5. Redes de Produção, Comercialização e Consumo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e comercialização, propiciando autossustentabilidades às mesmas e respeitando a regionalidade das próprias; 2. Criar o portal brasileiro de economia solidária, facilitando a comercialização dos produtos, através de catálogos e contatos diretos entre compradores e vendedores; 3. Aprofundar o debate sobre as marcas e selos de certificação em economia solidária; 4. Criar mecanismos que possibilitem transações entre empreendimentos solidários e órgãos governamentais; 5. Utilizar os espaços públicos ociosos como locais de troca e comercialização de produtos da economia solidária.
6. Democratização tecnológica e do conhecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à economia solidária; 2. Integrar os Ministérios e Organismos Federais na promoção de políticas públicas voltadas para a economia solidária; 3. Ampliar os fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.
7. Organização Social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária; 2. Assegurar representação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico; 3. Fortalecer as bases através de redes por segmentos e por territórios; 4. Organizar fóruns estaduais em todas as unidades federativas do Brasil.

Fonte: FBES (2014e), elaborado pela autora.

A partir do quadro 2, pode-se concluir que todas as principais ações dos eixos de luta do movimento de economia solidária (com exceção da primeira ação do eixo 2 e da quarta

ação do eixo 7), constituem-se como deveres do Estado, logo, restará ao movimento de economia solidária a função de sujeito político reivindicativo destas ações governamentais. Ainda vale ressaltar sobre o eixo de organização social que o movimento de economia solidária aposta nos fóruns estaduais para “criar condições socioeconômicas e jurídicas que venham fortalecer a economia solidária” (FBES, 2014e), ou seja, dessa forma, os fóruns estaduais, como representações do FBES em todas as unidades federativas brasileiras, assumem importante papel mobilizador e articulador das bases do movimento.

Como esta plataforma de lutas começou a ser criada durante a I Plenária Nacional de Economia Solidária, em dezembro de 2002, e concluída na III Plenária, em junho de 2003, é possível identificar, no quadro 2, algumas ações propostas pelo movimento já atendidas, antes mesmo da consolidação do documento, como por exemplo, a criação da SENAES, que já vinha sendo reivindicada desde a I Plenária Nacional.

O movimento de economia solidária tem a seu favor um Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES)⁴⁸, reivindicado pelo movimento e desenvolvido pela SENAES, através do qual foi possível a formulação de um Atlas da Economia Solidária no Brasil, resultado de dois trabalhos de mapeamentos⁴⁹ que envolveram pesquisadores de todo o país, dirigidos pela SENAES com o apoio do FBES e dos FEES.

O primeiro mapeamento começou a ser realizado em 2005, sendo ampliado em 2007. Consiste de uma pesquisa que se estendeu a todas as unidades federativas do país, alcançando 2.933 (dois mil, novecentos e trinta e três) municípios (53% do total de municípios brasileiros). Foram mapeados 21.859 (vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e nove) empreendimentos solidários, em que 43,5% dos mesmos se encontravam na região Nordeste, 12% na região Norte, 18% no Sudeste, 10% no Centro-Oeste e 16,5% na região Sul. Em relação às formas de organização, 52% desses empreendimentos assumem forma de associação, 36,5% de grupos informais, 10% de organizações cooperativas, e 1,5% de outras formas de organização. Esse perfil nacional se repete nas regiões Norte, Nordeste e Centro-

⁴⁸ O Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES) tem o objetivo de constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária com identificação e caracterização dos empreendimentos econômicos solidários e as Entidades de Apoio e Fomento em todo o país. A partir da demanda do Movimento, esse trabalho de mapeamento começou a ser realizado pelo Grupo de Trabalho de Estudo e Banco de Dados no interior da SENAES, mas somente em 2006, o SIES foi institucionalizado pela Portaria Ministerial nº 30, de março de 2006. O SIES é gerido por um coletivo (Comissão Gestora Nacional do SIES) de caráter voluntário, composto pela própria SENAES, através do Departamento de Estudos e Divulgação, por representações do FBES, e entidades governamentais que trabalham com pesquisa e estatística, como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) (ANTEAG, 2009).

⁴⁹ O primeiro mapeamento realizado entre os anos de 2005 e 2007 teve sua base ampliada em 2007, e resultou no desenvolvimento do primeiro Atlas da Economia Solidária no Brasil. O segundo mapeamento ocorrido entre os anos de 2010 e 2013 corresponde, portanto, à terceira fase do mapeamento, iniciada em 2005 e 2007, visando a atualização do banco de dados do SIES.

Oeste, o que não acontece nas regiões Sul, com 46% de grupos informais, 33% de associações, 19% de organizações cooperativas e 2% de outras formas de organização e; Sudeste, com 58% grupos informais, 29% associações, 11% organizações cooperativas e 2% outras formas de organização (ANTEAG, 2009).

Os dados do mapeamento 2005/2007 ainda revelam que a grande maioria dos empreendimentos econômicos solidários teve seu início na década de 90. As cooperativas e as associações apresentam uma taxa de expansão estável, desde a década de 80, com taxa pouco maior para as segundas. Os grupos informais, por sua vez, tiveram crescimento acentuado na segunda metade da década de 1990. No que diz respeito ao surgimento de novos empreendimentos econômicos, os dados demonstram um comportamento estável em todas as regiões do Brasil, com destaque da região Nordeste, na qual os dados apontam maior crescimento numérico em relação às demais regiões (ANTEAG, 2009).

Sobre o motivo de criação dos empreendimentos econômicos solidários, o mapeamento 2005/2007 revela percentuais nacionais com a seguinte distribuição: 46% para alternativa ao desemprego, 44% para complementação da renda dos sócios, 36% para obtenção de maiores ganhos, 27% para possibilidade de gestão coletiva e 9% para condição de acesso ao crédito. O motivo “alternativa ao desemprego” aparece como o principal nas regiões Sudeste e Nordeste, nas demais, Sul, Norte e Centro-Oeste, o motivo complementação da renda dos sócios é o mais apontado (ANTEAG, 2009).

Em relação à origem dos recursos usados para iniciar as atividades dos empreendimentos econômicos solidários, nacionalmente, três principais fontes são apontadas na seguinte ordem percentual: 65% revelam utilizar recursos dos próprios associados, 22% conseguem por meio de doações, e 13% através de empréstimos. Sobre a participação nos empreendimentos solidários é 1.650.000 (um milhão e seiscentos e cinquenta mil) trabalhadores(as) associados(as) e mais 26.000 (vinte e seis mil) trabalhadores(as) vinculados(as) (não sócios) a essas atividades em todo o Brasil, dos trabalhadores, 63% são homens e 37% são mulheres (ANTEAG, 2009).

Observou-se, ainda, que a maioria, 48% desses empreendimentos econômicos solidários, atua na zona rural, enquanto que 35% atuam na zona urbana, e 17% atuam tanto na área urbana como na rural (ANTEAG, 2009).

O segundo mapeamento realizado entre 2010 e 2013 atualizou a base de dados do primeiro mapeamento⁵⁰, registrando número menor de EES, 19.708 (dezenove mil setecentos e oito), cerca de 2.105 (dois mil cento e cinco) EES a menos em todo o Brasil⁵¹, essa redução se justifica pela adoção de critérios mais rígidos para o enquadramento de um empreendimento coletivo como solidário. Para esse estudo, os dados que merecem destaque são aqueles relacionados à participação dos EES em alguma rede ou fórum de articulação, e sobre a relação ou participação dos EES em movimentos sociais ou sindicais; essas questões foram levantadas unicamente nesse último mapeamento (SIES, 2015). Sobre a participação em alguma rede ou fórum de articulação, 61% (11.904) dos EES no Brasil declararam não participarem, e apenas 39% dos EES (7.804) confirmam sua participação.

Na realidade piauiense, foco da análise do presente estudo, a percentagem dos EES que não participam de redes ou fóruns de articulação chega a 82%, ou seja, dos 800 EES, apenas 146 (cento e quarenta e seis) se organizam através desse canal, rede ou fórum (SIES, 2015). A relação ou a participação desses EES com movimentos sociais populares ou sindicais aparece, no entanto, mais significativa. Aproximadamente 58% dos EES no país confirmam o estabelecimento desse tipo de relação, no Piauí; entretanto, apenas 35% dos EES caminham nesse tipo de proposta ou estratégia (SIES, 2015).

Ainda no Piauí, o segundo mapeamento 2010/2013 revelou a alternativa ao desemprego (na proporção de 59% do número total de EES) e a fonte de renda complementar para os associados (também na proporção de 59% dos EES) como os principais motivos apresentados pelos EES para a criação dos mesmos, como grupos voltados à atividade econômica. O motivo – organização econômica de beneficiários de políticas públicas – é apontado por um percentual de 5% dos EES. Esses dados, porém, indicam a relativa multiplicidade de motivos que orientam a criação dos EES no Piauí (SIES, 2015).

Em relação às políticas públicas⁵² de economia solidária nas esferas nacional, estadual e local, as mesmas podem se institucionalizar por meio de instrumentos como marco legal (lei, decreto, portaria), ação em Plano Plurianual, estrutura regimental de órgão executor da política pública de economia solidária, conselhos ou outros canais de participação e controle social das políticas públicas de economia solidária (SENAES, 2009).

⁵⁰ O segundo mapeamento (2010 – 2013) ainda não está disponível em Atlas. As informações são acessadas apenas através da página do SIES.

⁵¹ A redução no número de EES em todo o Brasil nesse segundo mapeamento justifica-se pela adoção de critérios mais rígidos para o enquadramento de um empreendimento coletivo como solidário.

⁵² As políticas públicas são entendidas nesse estudo como “a própria iniciativa do governo (ou Estado) que se organiza em planos, programas e ações”, que se inserem no âmbito da cidadania, esta reconhecida na “relação entre Estado e sociedade civil mediada pelos direitos” (SCHIOCHET, 2009, p. 268).

As políticas públicas de economia solidária “são definidas como as que geram trabalho e renda” (SCHIOCHET, 2009, p. 270). O direito ao trabalho, associado e autogestionário, e à promoção de novas solidariedades, caminham como principais propostas das políticas públicas de economia solidária. Apesar disso, na América Latina, a exemplo do que acontece na realidade brasileira, às políticas públicas de economia solidária se colocam mais como políticas sociais do que políticas econômicas, isso porque visam mais o atendimento emergencial aos pobres do que a legitimação das formas econômicas de produção e prestação de serviço baseadas no trabalho associado e autogestionário, como atividade econômica não capitalista (SCHIOCHET, 2009).

A problemática supracitada em relação à forma como as políticas públicas de economia solidária são conduzidas no Brasil, contradiz a própria constituição de política pública de economia solidária, isso porque, sem o cuidado de promoção de direito ao trabalho associado e autogestionário, à medida que constrói novas realidades também ela reproduz realidades existentes, no sentido das possibilidades dessas experiências para a precariedade das condições de trabalho por elas experimentadas.

2.3 As articulações da Economia Solidária no Brasil e importância do FBES

Como já foi destacado, o campo da economia solidária no Brasil é formado por três diferentes agentes sociais: os empreendimentos solidários, as entidades de apoio e fomento, e o poder público. Além desses, existem espaços voltados exclusivamente para o debate e a deliberação de assuntos ligados a essas questões, que são os fóruns e os conselhos (o Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES, Conselho Estadual de Economia Solidária – CEES), respectivamente. Os nós que se desenham nessa rede de ação do campo da economia solidária são ilustrados na figura abaixo:

Figura 2 - Desenho da Economia Solidária no Brasil



Fonte: FBES (2014b).

Conforme a figura acima, no poder público se apresenta a SENAES na esfera federal, além de secretarias estaduais e municipais de economia solidária, essas dispostas de forma não homogênea em todo o país⁵³, além disso, o poder público também se faz presente como membro dos Conselhos de Economia Solidária e das Redes de Gestores Públicos; as Ligas e

⁵³ A exemplo do estado do Piauí que não possui uma Secretaria Estadual de Economia Solidária, embora possua uma Secretaria Municipal de Economia Solidária na capital, Teresina. Outra questão relevante nesse aspecto é que por não possuir uma secretaria específica voltada para a economia solidária, os convênios e projetos que visam a promoção da economia solidária no estado são executadas por outras secretarias estaduais, tais como: a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE). Pelas observações realizadas no campo, a nosso ver, isso, de certa forma, traz algumas dificuldades na execução desses projetos, uma vez que as equipes dessas secretarias geralmente não possuem discernimento consistente do que seja economia solidária e acabam por executar ações que desentoadam dos princípios da economia solidária.

Uniões de Empreendimentos Econômicos solidários são sujeitos sociais coletivos da base do movimento de economia solidária que também participam do campo da economia solidária, integrando os Conselhos, os Fóruns de Economia Solidária e o Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário⁵⁴; as Entidades de Apoio e fomento, por sua vez, também são sujeitos sociais coletivos que integram o movimento de economia solidária, ocupando os espaços dos fóruns supracitados, geralmente prestam serviços de assessoria e apoio aos empreendimentos econômicos solidários, esses últimos se comunicam com os demais sujeitos sociais coletivos, através dos fóruns de economia solidária, os quais integram também os Conselhos de Economia Solidária⁵⁵.

Dada à multiplicidade de atores que compõem o campo da economia solidária no Brasil, é possível concluir que o desenvolvimento da economia solidária no Brasil vem sendo conduzido de forma conjunta pelo Estado, na esfera nacional representado através da SENAES e pelo FBES (OLIVEIRA, 2006).

O contato mais direto entre Estado e movimento de economia solidária se dá basicamente através do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)⁵⁶, órgão complementar das funções da SENAES, o qual visa debater, formular, implementar e avaliar as políticas públicas voltadas para a economia solidária; e do FBES que, nesse sentido, representa o próprio movimento, em nível nacional, com suas respectivas representações estaduais nos FEES, tendo como porta-vozes suas coordenações estaduais e nacional (OLIVEIRA, 2006).

Apesar dos atores do campo de economia solidária possuírem autonomia para realizarem suas ações independentemente uns dos outros, é inegável que as ações que possuem maior possibilidade de impactarem o cenário da economia solidária são tomadas pela articulação entre esses sujeitos sociais coletivos, principalmente articulados nos espaços do CNES e FBES. Como exemplo disso, ressaltamos a recente mobilização que se realizou a

⁵⁴ O Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (FACES do Brasil) foi criado em 2001, a partir de uma articulação entre entidades públicas e privadas, com o propósito de construir um sistema público de comércio público e solidário. O campo de atuação do FACES do Brasil se concentra na articulação política e institucional; na promoção de conceito, formação, sistematização, geração e socialização de conhecimentos; e nas estratégias de comercialização e consumo (FACES DO BRASIL, 2016).

⁵⁵ A nosso ver, esse emaranhado de relações na rede de economia solidária no país confirma o papel central de mobilizador e articulador dos fóruns de economia solidária, tanto na esfera nacional como estadual e municipal.

⁵⁶ Criado por meio do Decreto nº 4764, de 24/07/2003, o CNES se instalou em função da necessidade do Estado ter o seu espaço para o debate, formulação e avaliação das políticas públicas de economia solidária (OLIVEIRA, 2006).

favor da aprovação do Projeto de Lei da ECOSOL, que visa instalação da Política Nacional de Economia Solidária (PNES)⁵⁷.

Reconhecer a multiplicidade dos atores sociais que compõem o campo da economia solidária no Brasil significa admitir que os sentidos da economia solidária, no Brasil, variam, a depender dos interesses dos atores sociais envolvidos, por isso se diferenciam nas várias interpretações dos grupos (BERTUCCI, 2010). No sentido de movimento social, que é o que afirmamos nesta pesquisa, a economia solidária aparece como resultado da manifestação da sociedade civil organizada, um sujeito coletivo atuante, que demanda novas formas de produção, aquém da oferecida pelo padrão de acumulação capitalista. Esse sentido se confronta com o de economia solidária, compreendido como política pública governamental, iniciativa de governos que direciona as ações ligadas à economia solidária, sem ser necessariamente influenciada por demandas de movimento social (BERTUCCI, 2010).

Enquanto movimento social, ao se estabelecer a relação do movimento de economia solidária com o movimento dos trabalhadores, é necessário considerar a autonomia dos trabalhadores (por meio da propriedade coletiva dos meios de produção) como elemento indispensável para que se processe uma transição das formas de produção capitalista para as formas coletivas. E, assim, uma “revolução” cultural dirigida de baixo para cima pelos trabalhadores (BOCAYUVA, 2003).

A capacidade revolucionária do movimento de economia solidária na realidade brasileira parece ser um elemento muito distante do que se vê no universo empírico dos empreendimentos econômicos solidários, por mais que não se despreze, na análise, a capacidade crítica dos trabalhadores e a acumulação pedagógica inscrita dentro das experiências do trabalho associativista e autogestionário. Mas, na proposta da economia solidária, enquanto movimento social e parte de uma revolução social socialista⁵⁸, segundo Singer, e no entender de Bocayuva, “fica aberta a questão clássica de se as sementes plantadas no terreno do modo de produção capitalista podem se expandir até o ponto de ruptura” (BOCAYUVA, 2003, p. 25). Nosso estudo não aprofunda análises acerca das possibilidades

⁵⁷ O Projeto de Lei (PL) nº 4685/2012, mais conhecido como Lei da Ecosol, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária, foi aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPA-DR). Agora, o projeto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados e, se aprovado, entra em tramitação no Senado. O estabelecimento da PNES é necessário para que as políticas públicas de economia solidária sejam reconhecidas como políticas de Estado, e não apenas uma política de governo.

⁵⁸ O sentido da revolução social socialista está relacionado com o processo de mudança entre as formações sociais na qual se estabeleça a hegemonia do modo de produção socialista. A implantação de instituições anticapitalistas como cooperativas e sindicatos (nem todo sindicato é anticapitalista) indica que essa revolução está em curso sem, contudo, ser reconhecida com êxito (SINGER, 1998).

ou impossibilidades da economia solidária como “implante” socialista, mas discute as interações sociais e políticas entre os diversos atores do movimento e articulação desses sujeitos em um canal de participação política, especificamente os fóruns.

Diante dessa abordagem, chama atenção o modo de construção do movimento social de economia solidária no Piauí, ao considerar que entre os principais motivos para criação dos empreendimentos solidários no Nordeste, região geográfica a qual o Piauí pertence, aparecem os seguintes: alternativa ao desemprego (46%), complementação de renda dos sócios (40%), acesso a financiamentos (34%), obtenção de maiores ganhos (33%), e possibilidade de gestão coletiva (26%) (ANTEAG, 2009).

Através desses dados, pode-se perceber, em parte, como se forma a unidade do movimento de economia solidária no Nordeste e quais motivos levam os diferentes atores a partilhar de uma causa comum. Mas, o que desejamos entender está para além dessa informação, pois analisamos o processo de organização dos atores, bem como suas estratégias e práticas, ou seja, os resultados das suas articulações, crenças e atuação no âmbito da economia solidária no Piauí.

Como demonstramos acima, o movimento de economia solidária no Brasil, indiscutivelmente, adquiriu amplitude de luta social, como demonstrado antes, a partir do primeiro Fórum Social Mundial (FSM). O grupo de trabalho brasileiro no FSM, continuou as atividades, constituído de redes e entidades do meio rural e urbano: universidades, organizações de Igrejas, sindicatos rurais, segmentos do governo e se relacionando com redes internacionais⁵⁹.

Além da articulação em nível nacional no FSM, o FBES se compromete com o processo articulatório do movimento de economia solidária. Nesse sentido, foi organizada, em junho de 2006, a I Conferência Nacional de Economia Solidária, onde foi possível realizar um balanço acerca da amplitude do campo de economia solidária no âmbito brasileiro:

Neste período de apenas alguns anos de vida do FBES, vimos um expressivo crescimento da Economia Solidária e de sua organização. Se em 2002 a organicidade da Economia Solidária se manifestava em apenas cinco estados, em 2003 as plenárias estaduais foram realizadas em 17 estados. A partir de 2006, os Fóruns Estaduais estão presentes em todos os 27 estados do Brasil. O crescimento

⁵⁹ Os atores sociais que se envolveram nessa temática, de acordo com o site do FBES, foram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED); e alguns gestores públicos (FBES, 2014a).

também tem promovido articulações e intercâmbios internacionais, especialmente com a América Latina, na Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (RIPESS). Contudo, os avanços e a institucionalização, especialmente através da criação da SENAES e do Conselho Nacional, requeriram uma definição cada vez maior do papel político e estratégico do FBES na luta e construção de um projeto de sociedade (FBES, 2014a, s/p).

Em março de 2008, o FBES realizou a IV Plenária de Economia Solidária, na qual foram definidos os papéis pertinentes ao FBES. A V Plenária se realizou em dezembro de 2012. Como resultado de todo este processo de construção coletiva, em documentos mais recentes:

O FBES se define como um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos. Para isso, duas são as atividades principais: 1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais, ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais. 2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases (FBES, 2014).

Dessa forma, o FBES representa uma “instância de articulação da diversidade da economia solidária” (CUNHA, 2012, p. 235). Isso porque o fenômeno da economia solidária no Brasil, como antes indicamos, possui interfaces com o mundo do trabalho, segurança alimentar, agricultura familiar, inclusão produtiva, desenvolvimento local e territorial, saúde mental, e com o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (CUNHA, 2012). Essas interfaces se referem tanto ao âmbito das políticas públicas como no que diz respeito às bandeiras de lutas sociais de alguns movimentos sociais.

Pelo fato de FBES e SENAES terem nascido da “mesma semente de articulação” (CUNHA, 2012, p. 257), esperava-se que a economia solidária fosse construída, no Brasil, a partir da atuação de interlocutor do FBES e uma atuação de execução transversal da SENAES. De certa forma, essa “vocação de construção conjunta” (CUNHA, 2012, p. 257), ou seja, na qual o FBES se apresentava como interlocutor e a SENAES como instância de execução de políticas públicas de economia solidária, aconteceu durante o primeiro mandato do governo Lula, no entanto, no segundo mandato, o FBES passou a desempenhar um papel mais de questionador, isso devido à necessidade de afirmação do movimento para além do cumprimento de uma agenda governamental (CUNHA, 2012).

Ainda é pertinente apresentar detalhes sobre o funcionamento do FBES: a principal instância de decisão do FBES é a Coordenação Nacional, composta pelos representantes das entidades e redes nacionais de fomento, três representantes por estado, que são apresentados pelos Fóruns Estaduais. Os representantes estaduais são dois membros de EES e um membro

de EAF. A Coordenação Nacional ainda é composta por dois gestores de cada região e dois gestores em nível nacional, esses indicados pela rede de gestores. As reuniões acontecem duas vezes ao ano.

A Coordenação Executiva Nacional cuida da gestão política cotidiana, da interlocução com outros movimentos e com o governo federal, e acompanhamento da Secretaria Executiva Nacional. Ela é composta por treze pessoas, das quais sete são representantes de empreendimentos, dois desses representantes são da região Norte, dois da região Nordeste e um representante para cada uma das demais regiões, mais cinco representantes das entidades e redes nacionais de promoção à economia solidária, e um representante da rede nacional de gestores públicos. A Secretaria Executiva, por sua vez, é responsável de dar suporte às atividades exercidas no interior do FBES, além de estabelecer a comunicação entre as instâncias e operacionalizar as reuniões e eventos. Participam da organização do FBES os Grupos de Trabalho (GT) que atuam de acordo com a demanda por ações específicas do fórum, dispostos nos seguintes eixos: educação e cultura; marco legal e políticas públicas; estratégias econômicas; produção, comercialização e consumo solidários e finanças; comunicação e articulação com movimentos sociais; raça e etnia e povos e comunidades tradicionais e mulheres (FBES, 2014b).

Concluída esta análise sobre as articulações no campo da economia solidária no Brasil, e a específica atuação do movimento, que se insere nesse campo principalmente pela figura do FBES; analisaremos agora como esse campo se caracteriza nas especificidades do Piauí, avançando para a compreensão dos elementos que se apresentam no interior do próprio movimento de economia solidária, a partir das interações que se realizam entre os sujeitos sociais coletivos no espaço do FEEPSPI, no capítulo a seguir.

3 O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ: realidades, possibilidades e limites

No Piauí⁶⁰, a construção e a consolidação do movimento de economia solidária acontecem principalmente através das ações dos atores sociais que se articularam no fórum estadual. Somente depois de doze anos de atuação do FEEPSPI é que o CEES-PI começa a dar seus primeiros passos. Diante disso, é possível inferir que por mais de uma década o FEEPSPI tem se constituído o principal canal de articulação política do movimento de economia solidária com amplitude estadual.

A abrangência geográfica do fenômeno da economia solidária indica particularidades no formato organizativo deste movimento, em cada estado. No Piauí, as especificidades do movimento emergem no campo empírico e têm representado potenciais de investigação científica, principalmente nos cursos de graduação em economia e administração da UFPI. Tais estudos abordam o diferencial das práticas no campo da economia solidária, a partir dos empreendimentos econômicos solidários. Nosso objeto, como se sabe, é atuação dos sujeitos sociais coletivos dentro do espaço do FEEPSPI, no que diz respeito à articulação de atores dos segmentos dos empreendimentos de economia solidária, das entidades de apoio e fomento e gestores públicos.

Assim, neste capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa de campo realizada na construção deste estudo sobre o movimento de economia solidária no Piauí, a partir das interações entre os sujeitos sociais no fórum estadual. Em primeiro lugar, são apresentados os principais estudos sobre economia solidária realizados no Piauí que analisam os principais aspectos da conjuntura estadual, com base, principalmente, nos dados dos dois mapeamentos nacionais de 2005/2007 e de 2010/2013. Em segundo lugar, são apresentados os elementos pertinentes ao funcionamento e composição do FEEPSPI, para a assimilação do formato organizativo do movimento, no interior do fórum (apreendido através das observações participantes) e as práticas e estratégias dos sujeitos sociais com assento no fórum, com os quais se realizaram as entrevistas; e, em terceiro e último lugar, são analisadas as principais avaliações dos sujeitos coletivos acerca dos desafios que se apresentam ao fórum estadual, na perspectiva de fortalecimento do movimento de economia solidária no estado do Piauí.

⁶⁰ Ora, o Piauí é um estado bastante extenso, possui 224 municípios e ocupa uma área de 251.611,932 Km². A população estimada para o ano de 2015 foi de 3.204.028 pessoas em todo o território piauiense (IBGE, 2015). Historicamente, o estado possui atividades econômicas voltadas para a agricultura, a pecuária, o extrativismo, o comércio e os serviços. Além disso, percebe-se que a economia estadual é basicamente sustentada pelo comércio e pelo setor público, alcançando um percentual de 70% do Produto Interno Bruto. Atualmente, o estado ocupa o vigésimo terceiro lugar no ranking de desempenho do PIB entre as unidades federativas brasileiras (IBGE, 2015).

3.1 A Economia Solidária no Piauí: distintas leituras

Como mencionado no capítulo anterior, em um levantamento nos estados brasileiros acerca das pesquisas acadêmicas, nas quais a economia solidária aparece como objeto de estudo não aparecem, no Banco de Teses da CAPES, nenhum trabalho acadêmico do tipo tese ou dissertação, produzido no Piauí, com tema economia solidária, entre os anos de 1998 e 2007 (BERTUCCI, 2010).

Recentemente, encontramos duas dissertações do programa de pós-graduação em políticas públicas da UFPI, que possuem a economia solidária como assunto⁶¹, Silva (2012) e Paz (2012), além de artigos publicados pelo professor Solimar Lima e alunos de graduação sobre sua orientação. Além desses trabalhos, também foi encontrado um estudo de caso sobre o “Banco dos Cocais”, tese de doutorado de Fernando Burgos Pimentel dos Santos, pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, que chamou atenção devido à repercussão nacional da experiência de economia solidária no município de São João do Arraial, para a redução das desigualdades locais.

Sobre as dissertações supracitadas é possível reter referências acerca de como acontecem as ações governamentais no campo da economia solidária, uma vez que Silva (2012) apresenta seu estudo sobre a política pública de economia solidária no Piauí e as garantias constitucionais dos trabalhadores nos empreendimentos econômicos solidários. Em primeiro lugar, a autora descreve os principais processos de formação de empreendimentos econômicos solidários, a gênese autônoma e a gênese induzida, o primeiro relacionado à iniciativa própria dos trabalhadores e o segundo relacionado às ações governamentais.

A partir de um enfoque no processo de gênese induzida, a autora detalha o Projeto de Implantação da Rede de Economia Solidária pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (SASC), do Piauí, nos triênios 2004/2006 e 2007/2010. Dos duzentos e vinte e nove grupos formados até 2006, 45% foram desativados por razões diversas (SILVA, 2012).

A respeito das primeiras políticas públicas automeadas de economia solidária, desenvolvidas no Piauí, é possível tecer uma crítica a respeito do equívoco de se apropriar da matriz conceitual da economia solidária e impô-la a grupos de pessoas em estado de vulnerabilidade social, com o objetivo de reinseri-las no mercado de trabalho. Este processo é

⁶¹ É certo que existem alguns trabalhos acadêmicos do tipo monografia dispostos a analisar experiências de economia solidária pelo Piauí, como por exemplo, o estudo de Aquino (2011), de Matias (2011), dentre outras. Porém, para os fins com os quais se compromete este estudo, decidimos nos aprofundar em trabalhos mais densos, do tipo teses e dissertações, não desprezando, contudo, as relevantes informações que os trabalhos monográficos nos trouxeram.

geralmente conduzido de forma indevida, por pessoas e instituições que não entendem o significado da economia solidária enquanto forma de produção não capitalista.

A nosso ver, o percentual de 45% de fracasso na gênese induzida desses empreendimentos não pode ser considerado apenas resultado da ausência de *feedback* entre os beneficiários e a SASC, o que, por sua vez, tende provavelmente à inadequação do grupo ou até mesmo a não existência dele, no sentido do interesse comum e não instrumental do querer se associar. Portanto, a forma como o Estado conduz as políticas públicas de economia solidária requer atenção especial, por razões intrínsecas à própria economia solidária, ou seja, a ideologia da produção coletiva não pode ser implantada verticalmente em grupos que estejam vulneráveis economicamente.

A autora discute que apesar da maioria dos empreendimentos econômicos solidários serem gerados no contexto da “informalidade”, as garantias mínimas trabalhistas não devem ser ignoradas, na verdade, são anseios dos próprios, mas ficam à mercê de um processo de desregulamentação pública. Conclui que a forma como é conduzida a política pública de economia solidária, é responsável pela cooptação da mesma pelo capital, o que compromete a concepção de “bem viver” proposta pelo princípio solidarístico.

Ainda em termos da produção acadêmica acerca desse tema, no Piauí, Paz (2012) apresenta a política pública de microcrédito como instrumento de inclusão financeira para as pessoas que se organizam em empreendimentos econômicos solidários em Teresina. Em 2010, o professor Solimar Oliveira Lima integrou a equipe de pesquisadores responsáveis pelo mapeamento dos empreendimentos solidários no Piauí, coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (BRAGA; LIMA, 2013). Em 2011, por meio do Programa de Extensão (ProExt) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), foi criado o Programa de Fomento e Assessoria à Economia Solidária – PROFAES⁶² (BRAGA; LIMA, 2013).

Esse trabalho de extensão rendeu ao professor alguns artigos. No artigo sobre "Economia Solidária no Piauí: a solidariedade na reinvenção do espaço público", o professor analisa o Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí (FEESPI)⁶³. Sobre a criação do fórum, para os diferentes grupos que dele participam, constata-se que durante o processo de constituição houve uma aproximação entre gestores públicos e entidades de apoio e fomento à economia solidária, e só depois, muito lentamente, os empreendimentos solidários foram se

⁶² O Profaes foi o primeiro Programa de extensão que promoveu a aproximação entre universidade e empreendimentos econômicos solidários no Piauí.

⁶³ A incorporação do termo *Popular* à nomenclatura do Fórum Estadual de Economia Solidária só aconteceu recentemente no ano 2013, por meio de recomendação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

aproximando, assinalando fatores relacionados às dificuldades financeiras, como causas desse problema de insulamento dos EES. Sobre os desafios do FEEPSPI, em sua leitura, sobressaem-se a ampliação da participação, a necessidade do fortalecimento do diálogo entre movimentos sociais e gestores públicos e o auxílio à aprovação do marco legal da economia solidária no Brasil⁶⁴ (SILVA; CHAVES; LIMA, 2010).

Frente a essa análise, os autores esclarecem as dificuldades em estabelecer o diálogo entre os trabalhadores e gestores públicos, no que diz respeito ao atendimento das demandas sociais, através de políticas públicas, isso porque a aproximação entre sociedade civil e governo é sempre conflituosa. E apesar do fórum se constituir um espaço favorável ao diálogo entre as partes, é preciso reconhecer a “economia solidária como realidade possível” (SILVA; CHAVES; LIMA, 2010, p. 35).

O ininterrupto diálogo dos pesquisadores supracitados com o movimento de economia solidária motivou a formação do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária (NUPEES) e o desenvolvimento do PROFAES (fase II), no qual foram desenvolvidas ações no processo de formação em economia solidária, através de cursos voltados especificamente para empreendedores apoiados pelo Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí (PRODART-PI), como também serviços de assessoria e consultoria à Cooperativa de Artesanato do Poti Velho (COOPERART). Tais ações foram sistematizadas e fizeram com que o NUPEES e pesquisadores voluntários graduados e graduandos editassem o livro “Economia Solidária no Piauí” (LIMA; PARADIZO; MONTEIRO, 2015).

Além dos trabalhos supracitados, o Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste⁶⁵ (CFES-NE) trouxe, em “A Construção de Conhecimentos em Economia Solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste⁶⁶” um artigo que trata especificamente das vivências de mulheres pertencentes ao Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí (GMBPAPI). Nesse artigo, a reunião das mulheres em torno da

⁶⁴ O Projeto de Lei (PL) 4.685 apresentado ao Congresso Nacional em 2012, pela Frente Parlamentar de Economia Solidária, segue em tramitação para aprovação.

⁶⁵ O CFES-NE representa um “braço regional” da Rede CFES nacional (Centro Nacional de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária) cujo propósito é consolidar os referenciais pedagógicos e os processos metodológicos para a ação educativa das práticas autogestionárias, dessa forma, contribui com a Política de Formação e Assessoria Técnica para a economia solidária, através do desenvolvimento e disseminação de metodologias de formação e assessoria técnica, produção de materiais pedagógicos, a partir dos acúmulos já vivenciados, intercâmbio de experiências educativas, operacionalização do Sistema Nacional de Informação de Educadores em Economia Solidária e integração das iniciativas dos CFES regionais. O CFES-NE é constituído pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e também pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (CIRANDAS, 2015).

⁶⁶ O livro foi organizado com o propósito de servir como relato das experiências adquiridas através de projeto executado pelo CFES entre os anos de 2009 e 2012. Projeto este financiado pela SENAES/MTE visando à educação em economia solidária numa perspectiva socioterritorial. As vivências retratadas indicam a criação de “novas resistências e superações frente à desigualdade, ao preconceito e à indiferença” (DUBEUX, 2012, p. 13).

atividade econômica de confecção de bordados é percebida como “jeito de superar a violência e construir a autoestima” (DUBEUX, 2012, p. 93) das participantes, demonstrando a relação entre economia solidária e feminismo.

É interessante ressaltar que o CFES-NE, ao contar o processo de formação do GMBPAPI, identifica a mobilização política das pioneiras do grupo, desde a década de 1990, quando a luta por melhores condições de vida no bairro levaram algumas mulheres a se aliar à União de Mulheres Piauienses (UMP) que, em 2003, propôs um projeto de oficina de bordado voltado para mulheres da terceira idade; o projeto, em 2004, recebeu recursos provenientes da Cáritas Brasileira. As vinte mulheres que participaram do curso que se encerrou em 2006, criaram, no mesmo ano, o GMBPAPI (DUBEUX, 2012).

O relato da trajetória do GMBPAPI é importante para entender o papel dos movimentos sociais, em especial a UMP, e o apoio de entidades religiosas, como a Cáritas Brasileira para a formação política e empreendedora dos sujeitos sociais que se empenham no desenvolvimento do movimento de economia solidária também no Piauí. É um exemplo do necessário apoio das entidades de assessoramento aos empreendimentos solidários, e da relação entre EES e EAF no fortalecimento da economia solidária, enquanto movimento social.

Diante disso, percebemos que as pesquisas já realizadas sobre o fenômeno de economia solidária, no Piauí, concentram-se na discussão do seu estabelecimento enquanto política pública e nos empreendimentos de produção, o que certamente é de muita relevância para o aprofundamento das discussões acadêmicas e da sociedade como um todo, em prol da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Recentemente, o artigo de Sampaio e Lima (2015), fez uma breve aproximação do movimento social de economia solidária com a trajetória do fórum estadual, indicando que a organização social no Piauí, em favor da economia solidária, aconteceu com décadas de atraso, quando comparadas a outras experiências de EES, iniciadas ainda na década de 1950, identificadas pelos mapeamentos nacionais.

No Piauí, também se testemunham exitosas experiências de Bancos Comunitários, uma no município de São João do Arraial e outra no município de Pedro II⁶⁷. Entende-se que os bancos comunitários prestam “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de

⁶⁷ O Banco Comunitário de Pedro II foi criado em agosto de 2012, sua moeda social recebeu o nome de Opala. Ainda não foram divulgados estudos acadêmicos sobre o Banco, portanto, neste trabalho não desenvolveremos a descrição deste Banco.

reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2016, s/p). O Banco Comunitário de São João do Arraial (SANTOS, 2013), reflete o resultado da adoção de uma perspectiva de política pública local, orientada pelo modelo de desenvolvimento local desconcentrador. Isso porque segundo o autor, a fim de fortalecer a agricultura familiar, o extrativismo e o comércio através do acesso ao crédito (muitas vezes de difícil acesso pelos bancos oficiais), a equipe de gestão pública municipal pensou na possibilidade da criação de um banco comunitário. A partir da comunicação dessa ideia com uma equipe da CARE Brasil⁶⁸, foi sugerido pela mesma que se organizasse uma visita a Fortaleza(CE), para conhecer a experiência do Banco Palmas. Prefeito e esposa se deslocaram até Fortaleza(CE), convidaram Joaquim Melo para ministrar palestra em São João do Arraial, que apresentou à comunidade (comerciantes, vereadores, professores e dirigentes sindicais) as conquistas locais possíveis através do Banco Comunitário Palmas, ao qual fazia parte, em Fortaleza(CE). Dessa forma, iniciou-se a execução dos trâmites necessários à implantação do Banco dos Cocais, inaugurado em 2007. A criação do Banco dos Cocais, somada a outras ações governamentais locais, teve implicações significativas no Produto Interno Bruto Municipal de São João do Arraial, assim, “o desempenho econômico do município foi bem melhor que o do vizinho (Esperantina) e também que o da capital do estado” (SANTOS, 2013, p. 122).

Portanto, no Piauí, no que diz respeito à constituição do movimento de economia solidária, no que percebemos até aqui, é que “o processo de organização do movimento social se encontra intimamente articulado com a presença governamental” (SAMPAIO; LIMA, 2015, p. 18). Isso se dá porque apesar do movimento social ser constituído pelos EES e pelas EAF não governamentais, o avanço das políticas públicas de economia solidária no estado consolidou um arranjo institucional bastante dependente dos órgãos governamentais. Dessa forma:

Salvo engano, a gênese do movimento em ECOSOL no estado, enquanto força política organizada, iniciou com a articulação para a constituição do Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí (FEESPI), sendo consolidado com as várias ações desenvolvidas para a realização dos mapeamentos dos empreendimentos em 2005/2007 e 2010/2013 (SAMPAIO; LIMA, 2015, p. 18).

⁶⁸ CARE Brasil é uma ONG brasileira, com título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atua no Brasil desde agosto de 2001, cuja missão é combater a pobreza, enfrentando suas causas estruturais em regiões rurais e urbanas brasileiras de baixo Índice de Desenvolvimento Humano. O foco de sua atuação está no desenvolvimento local e sustentável das comunidades e territórios onde atuamos, por meio de ações de inclusão social; fortalecimento da economia local; preservação do meio ambiente; inovação na gestão pública; e mobilização social (CARE BRASIL, 2015).

Diante disso, confirma-se a hipótese inicial de que a história do movimento de economia solidária ou consolidação do mesmo, no Piauí, confunde-se com a própria trajetória de institucionalização do FEEPSPI, à medida que esse último parece dar forma ao primeiro, no que tange às ações de mobilização política e articulação entre os atores sociais, em diálogo com os órgãos governamentais. Além disso, é no espaço do FEEPSPI que se fortalece o processo formativo do movimento, no que diz respeito às discussões mais aprofundadas acerca dos princípios da economia solidária, enquanto ação coletiva organizada pela sociedade civil.

Nesse sentido, o movimento de economia solidária no Piauí, mais precisamente na capital, Teresina, conta com importante estrutura, no que tange aos canais de participação e controle social, o que de certa forma possibilita ao movimento o uso de estratégias políticas de articulação dos sujeitos e debates acerca das políticas públicas de economia solidária: fóruns estadual e municipal (FEEPSPI, FMEPST), Núcleo de Economia Solidária (NES/SRTE/PI)⁶⁹, lei estadual, Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária⁷⁰.

No que diz respeito ao marco legal da economia solidária no estado, em 2011 foi sancionada a lei estadual nº 6.057, instituindo a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária (PEFES), fato considerado uma conquista da mobilização do movimento de economia solidária articulado no espaço do FEEPSPI no estado, pois foi no espaço do FEEPSPI que se constituiu uma comissão⁷¹ responsável pela elaboração da lei.

A PEFES do Piauí conta com os seguintes objetivos: gerar trabalho e renda; apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Solidária; apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado; promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Solidária; reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência dos empreendimentos; consolidar os empreendimentos

⁶⁹ O NES integra a Seção de Políticas de Trabalho, Emprego, Renda e Economia Solidária (SEPTER) da SRTE. São funções do NES: acompanhar a execução das ações de fomento e desenvolvimento de economia solidária; fornecer informações e orientações referentes às políticas de economia solidária; auxiliar a Seção de Políticas de Trabalho, Emprego, Renda e Economia Solidária na sistematização de informações sobre a execução das políticas de economia solidária realizada no âmbito da SRTE; coordenar os trabalhos da comissão gestora estadual do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária; promover e apoiar eventos, seminários e atividades de divulgação e articulação da economia solidária; e apoiar a implementação das ações de capacitação dos agentes envolvidos na área de economia solidária.

⁷⁰ Previsto no artigo 10 da Lei nº 6.057, de 17 de janeiro de 2011, o Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária somente foi regulamentado através do Projeto de Lei n. 19 de autoria do deputado Francisco Lima (PT). Apesar de ter sido regulamentado, o Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária encontra-se inoperante.

⁷¹ A comissão foi constituída no ano de 2010 e era composta por 1 (um) representante de EES (GMBPAPI), 3 (três) representantes da mesma EAF (Obra Kolping Estadual do Piauí) e 1 representante do PP (SRTE/MTE).

que tenham potencial de crescimento; proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos; estimular a produção intelectual sobre o tema; criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Solidária; educar, formar e capacitar tecnicamente os(as) trabalhadores(as) dos empreendimentos da Economia Solidária; integrar os empreendimentos no mercado e tornar suas atividades autossustentáveis; articular Municípios, Estados e União, para unificação da legislação e; constituir e manter atualizado um banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos de Economia Solidária (PIAUÍ, 2011).

Apesar dos objetivos aos quais a PEFES se propõe desde o ano de 2011, muitas lacunas são perceptíveis na realidade estudada, como a ausência de um banco de dados com informações sobre os EES, a desarticulação municipal visando à criação de marcos legais e disfunções no apoio e fortalecimento dos EES. Apesar disso, o estado do Piauí, através da lei 6.057, compromete-se a permitir o acesso a espaço e bens públicos estaduais, assessoria técnica, serviços temporários nas áreas contábeis, jurídicas e administrativas, apoio na comercialização, disponibilização de linhas de crédito especiais e direito à participação em licitações públicas estaduais.

A PEFES do Piauí também regulamentou a formação do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE). Esse é um órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, possui, entre outras atribuições, a competência de aprovar a PEFES, definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Fomento e Desenvolvimento da Economia Solidária, definir os critérios para a concessão de um selo de economia solidária, acompanhar e avaliar os programas de fomento aos empreendimentos de economia solidária, definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos a serviços públicos estaduais, propor mecanismos de estabelecimento de incentivos fiscais para os EES e propor alterações na legislação estadual relativa à economia solidária (CEES-PI, 2015).

No entanto, apenas por meio do decreto nº. 15.327, de setembro de 2013, foram nomeados os membros do CEES no Piauí, cuja composição reúne representantes de duas entidades de apoio e fomento, representantes de quatro empreendimentos econômicos solidários, representante de uma Central Sindical, e representantes de oito órgãos do poder público.

O CEES, dessa forma, assumiu a seguinte composição: Cáritas Regional do Piauí e Obra Kolping Estadual do Piauí, como EAF; Ponto de Cultura, Intercâmbio e Arte de

Teresina; Associação dos Artesãos de Ipiranga do Piauí; Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí (GMBPAPI); Grupo de Oportunidade Solidária (OPORSOL), como EES; Força Sindical, representando a Central Sindical; Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SACS), Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Superintendência do Desenvolvimento Agrário no Piauí (SDA), como órgãos do poder público. Válido ressaltar que os representantes das EAF e EES são indicados pelo FEEPSPI para um mandato de dois anos.

Após nomeação, contudo, os representantes do CEES-PI se reuniram apenas em novembro de 2014, já que os mesmos se encontravam ocupados com as atividades preparatórias das cinco conferências territoriais que antecederam, em preparação à III Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada em julho de 2014, a qual, por sua vez, constituía caráter também preparatório para participação estadual na III CONAES, realizada em 30 de novembro de 2014. O CEES-PI atualmente possui um Regimento Interno, no qual são especificadas a natureza, a competência e a composição do próprio.

O CEES-PI poderá representar importante marco de fortalecimento do movimento de economia solidária no estado (SOUSA *et al.*, 2015). No entanto, até a presente data, o CEES-PI se encontra em um processo moroso de atuação, isso porque está atrelado à estrutura governamental, sofre as típicas solitudes do aparelho burocrático do Estado, dependendo muito da “boa vontade” dos que se assentam nas cadeiras da gestão.

Existe uma iniciativa de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no Piauí, resultado da atuação do professor Fábio de Nóbrega; no entanto, a ITCP do Piauí não trabalha o conceito da economia solidária⁷². Pelo que foi observado no campo empírico, a aproximação das universidades com a economia solidária se dá de forma pontuada, por iniciativas particulares de poucos professores ou alunos que se interessem pela temática. A incubação de empreendimentos econômicos solidários, quando acontece, é feita por universidades de outros estados. Como exemplo, o Banco Comunitário da Rede Opala, no município de Pedro II, foi incubado pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da

⁷² Informação obtida por meio da leitura de relatório de reunião do FEEPSPI, em 2011, na qual um dos coordenadores estaduais se refere à necessidade de uma maior aproximação do movimento de economia solidária com as universidades, e comenta a iniciativa do professor Fábio Nóbrega, destacando que a ITCP por ele coordenada não segue o conceito da economia solidária.

Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA), no âmbito do Projeto BCDS-NE (Rede Nordeste de Bancos Comunitário de Desenvolvimento), financiado pela SENAES.

O primeiro mapeamento⁷³, entre os anos 2005 e 2007, realizado pela SENAES/MTE, apresentou, no Piauí, 1.472 (um mil quatrocentos e setenta e dois) empreendimentos econômicos solidários, em 158 (cento e cinquenta e oito) municípios. O segundo mapeamento, entre os anos 2010 e 2013, apresentou uma redução no número de EES, que passou a ser de 800 (oitocentos), em 172 (cento e setenta e dois) municípios.

Em relação à expressiva diminuição do número de EES no Piauí, evidenciada pelo mapeamento 2010/2013, alguns fatores podem ter condicionado essa situação, tais como: problemas na coleta de dados da pesquisa de campo 2005/2007, no que diz respeito aos empreendimentos individuais informados como EES; problemas na formação dos EES que aparecem na base 2005/2007 onde grupos foram constituídos apenas com o propósito de captação de recursos públicos, e que após o recebimento foram desfeitos; problemas de organização interna dos EES, como a ausência de sistematização de informações, que impossibilitaram a captação de respostas para a classificação do grupo como EES; problema de assessoria e de mercado que fizeram com que vários EES deixassem de existir; problemas na sustentabilidade do EES, os quais, a partir de aproximações com secretarias municipais e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), optaram em fragmentar os grupos, originando empreendimentos individuais; e, ainda, problemas com redirecionamento da finalidade do EES, que por conta das dificuldades em suas atividades econômicas, passaram a atuar apenas na área social (CARTILHA, 2015).

Em relação às atividades econômicas realizadas pelos EES, produção e comercialização são as que aparecem com os maiores percentuais, tanto no primeiro quanto no segundo mapeamento, 73,84% e 66,23% (produção e comercialização no primeiro mapeamento), 66,62% e 57,62% (produção e comercialização no segundo mapeamento), respectivamente. Esses dados refletem o reforço na ideia de geração de trabalho e renda presente nas políticas públicas de economia solidária. Por outro lado, as atividades de poupança, crédito ou finanças solidárias se destacam como as realizadas pelos EES no último mapeamento, o que, por sua vez, sugere pouca renda gerada no EES e se mostra insuficiente

⁷³ O mapeamento nacional 2005/2007, no Piauí, contou com uma equipe composta por 23 (vinte e três) entrevistadores de campo, uma coordenação estadual, três coordenações regionais nas cidades de Campo Maior, Teresina e Floriano, uma assistente de pesquisa, uma secretária. Na primeira fase do mapeamento, em 2005, foram mapeados 1.066 (um mil e sessenta e seis) Empreendimentos Econômicos Solidários; na segunda fase do mapeamento, entre novembro de 2006 a agosto de 2007, mais 406 (quatrocentos e seis) Empreendimentos Econômicos Solidários foram mapeados. Essa segunda fase foi coordenada pela Fundação Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional de Pernambuco (FEESPI, 2007).

para a manutenção de uma poupança ou de um fundo solidário (LOPES; SOBRINHO; LIMA, 2015).

Ainda é possível constatar, pelos mapeamentos nacionais 2005/2007 e 2010/2013, a relevância dos produtos de natureza agrícola nos EES no Piauí, que constatou 56,86% e 63% dos EES na zona rural, no primeiro e segundo mapeamento, respectivamente. Sobre o faturamento, observa-se, no primeiro mapeamento, que os 1.472 EES possuíam um faturamento total de R\$ 7.505.607,07 (sete milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e sete e sete centavos); já no segundo mapeamento, só os empreendimentos que têm a produção como principal atividade, possuem faturamento total 500 vezes maior, comparado ao faturamento total do primeiro mapeamento. No entanto, vale ressaltar que apenas onze empreendimentos que possuem faturamento acima de R\$ 100.000 (cem mil reais) possuem 92,80% do total do faturamento dos EES no mapeamento 2010/2013 (LOPES; SOBRINHO; LIMA, 2015).

Traçando um perfil da População Economicamente Ativa (PEA)⁷⁴, ocupada nos empreendimentos econômicos solidários no Piauí, constata-se o seguinte: em relação a raça ou cor, 77,3% se autodeclararam pardos ou negros; 54,7% são homens; a faixa etária predominante é de 40 a 59 anos, com 50,3%; no que respeita à escolaridade, 32% são analfabetos, 9% são alfabetizados e 32% têm o ensino fundamental completo ou incompleto; 62,8% se autodeclara agricultores polivalentes. Considerando o rendimento médio da População Economicamente Ativa ocupada nos EES no Piauí, evidenciou-se que 87,6% recebem menos de um salário mínimo mensal, o que torna essas pessoas dependentes dos benefícios governamentais, como bolsa família e seguro desemprego, para manter as condições mínimas de sobrevivência (MIRANDA; LIMA, 2015).

A precária condição dos EES em relação à capacidade de geração de renda no Piauí é um aspecto que também se evidencia no quesito de ausência de remuneração dos sócios dos EES, 48,85% de sócios não remunerados; os sócios que recebem até meio salário mínimo alcançam o percentual de 34,85%, segundo o mapeamento 2005/2007. Esse aspecto se confirma no mapeamento 2010/2013, no qual os EES que não remuneraram seus sócios (procuram remunerar, mas não conseguem) representam um percentual de 51,12%, e aqueles que recebem até meio salário mínimo representam 29,97% do total de sócios nos EES do

⁷⁴ Para sistematizar os dados da população ligada direta ou indiretamente ao trabalho, o IBGE adotou a definição de População em Idade Ativa (PIA) que contempla o conjunto da População Economicamente Ativa (PEA) e população não economicamente ativa. A PEA, portanto, compreende pessoas que estejam trabalhando (empregados com carteira assinada, autônomos, empreendedores, associados, aprendizes, estagiários) ou em busca de trabalho com 15 anos ou mais de idade.

Piauí. Vale ressaltar que no mapeamento 2010/2013, 259 EES, do total de 800, devido ao seu formato organizativo, geralmente associações, juridicamente não possuem finalidade de organização de pessoas para fins econômicos (CABRAL; LIMA, 2015).

No que diz respeito ao acesso ao crédito, os mapeamentos nacionais 2005/2007 e 2010/2013 revelam que os EES têm necessidade de crédito para investimento e capital de giro; no entanto, os mesmos possuem dificuldade de acesso a linhas de crédito, seja pela incompatibilidade das taxas de juros cobradas, seja por causa dos procedimentos burocráticos que impedem as transações financeiras, dada à situação de informalidade nas quais os grupos estão organizados, já que se evidencia que 48% dos grupos não possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (LOPES; LIMA, 2015).

Todo esse cenário da economia solidária revelado pelos mapeamentos de 2005/2007 e de 2010/2013, evidencia a realidade sofrível da maioria dos EES no Piauí, principalmente no que diz respeito à geração de renda para os trabalhadores e trabalhadoras. Isso resulta do conjunto de debilidades acima referidas. Dessa forma:

As dimensões sociopolíticas dos empreendimentos apontam para a caracterização de forma de produção agrícola fundamentada no trabalho familiar com uma elevada dependência de programas de apoio e assistência técnica, voltando às atividades produtivas dos empreendimentos para um processo de especialização, a fim de enquadrá-los na estrutura de mercado (CABRAL; LIMA, 2015, p. 95).

Dessa forma, as práticas autogestionárias, no Piauí, estão frequentemente atreladas à perspectiva de geração de renda, o que, por sua vez, invisibilizam, em partes, a dimensão revolucionária proposta na ideia da economia solidária enquanto movimento social, ou seja, o incentivo às práticas autogestionárias, pelo poder público, está relacionado à criação de oportunidades de ocupação, tendo em vista os altos índices de desemprego, assim, o discurso libertador da economia solidária fica restrito aos grupos que estão politicamente mais organizados e estruturados.

Portanto, a nosso ver, as dificuldades no campo econômico, pelas quais passam os EES no Piauí, acabam por gerar também dificuldades no sentido da afirmação desses EES, enquanto protagonistas de um movimento reivindicativo e propositivo, que emana da sociedade civil, logo, constatou-se, em campo, pouca capacidade articulatória entre os atores sociais pertencentes aos segmentos dos EES e EAF que compõem o movimento de economia solidária.

É certo que importantes conquistas relacionadas ao fortalecimento da economia solidária, principalmente no eixo do marco legal (aprovação da PEES, regulamentação do

Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária, constituição do CEES) foram alcançadas no estado do Piauí, isso mediante atuação e articulação dos sujeitos sociais que participam do FEEPSPI, entretanto, essas garantias legais não saem do papel para a realidade, como é o caso de tantos outros direitos civis e sociais no cenário brasileiro. Sob este crivo analítico, percebemos que o fortalecimento do movimento de economia solidária no Piauí está estreitamente ligado ao fortalecimento do FEEPSPI como espaço de protagonismo dos segmentos dos EES e EAF, no que diz respeito à mobilização social de tais atores.

3.2 O Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Piauí – FEEPSPI

O Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Estado do Piauí (FEEPSPI) foi criado em 13 de fevereiro de 2004. No entanto, só consolidou sua atuação depois do I Encontro Estadual de Economia Solidária, realizado em agosto de 2004, com apoio do FBES SENAES/MTE (FBES, 2014f). O FEEPSPI, atualmente, não possui sede própria e recebe suporte de infraestrutura da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), por meio do Núcleo de Economia Solidária (NES). Assim, as questões concernentes ao fórum são tratadas na sala do NES, no terceiro andar da SRTE, localizada na Avenida Frei Serafim, em Teresina.

Participaram do momento inicial de composição do FEEPSPI as seguintes organizações e pessoas: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos (ASCAMARES); Cáritas Brasileira, Regional do Piauí; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Delegacia Regional do Trabalho (DRT-PI); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG-PI); Fundação Padre Ermínio Pegorari; Obra Kolping Estadual do Piauí; Pastoral do Migrante, da Igreja Católica; Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC); Rede Cidadã Talher; União das Mulheres Piauienses (UMP); e as empreendedoras Maria dos Remédios e Maria Antônia, a primeira oriunda da cidade de Teresina, e a segunda do município de Parnaíba (FBES, 2014f).

O FEEPSPI visa à promoção e ao fortalecimento da economia solidária no Piauí, através da articulação entre gestores públicos, entidades de apoio e fomento, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e empreendimentos econômicos solidários. Possuem assento no FEEPSPI atores sociais coletivos de três segmentos: os empreendimentos econômicos solidários, as entidades de apoio e fomento e órgãos públicos (FEEPSPI, 2007).

O FEEPSPI possui um Regimento Interno, elaborado e aprovado por seus membros, em janeiro de 2007. Nesse regimento, compromete-se a mobilizar as bases da economia

solidária, fortalecer e articular a criação de fóruns municipais e microrregionais, fazer interlocuções com a SENAES e outras instâncias governamentais e da sociedade civil organizada. Os princípios que norteiam o funcionamento do FEEPSPI são a transparência no uso dos recursos e nas relações políticas internas e externas, a coerência na escolha das fontes de financiamento, a busca pela equidade nas relações socioeconômicas, de gênero, de geração, de raça e etnia, o respeito pelo meio ambiente, e a busca pela valorização da troca, alicerçada no comércio justo e solidário (FEESPI, 2007).

Constituem-se instâncias representativas do FEEPSPI, a Plenária Estadual, a Coordenação Estadual, a Secretaria Executiva e os Grupos Temáticos de Trabalho⁷⁵. As instâncias máximas deliberativas são as Plenárias e as Conferências Estaduais. O FEEPSPI é administrado pela Coordenação Estadual e a Secretaria Executiva. A primeira reúne representantes dos três segmentos que compõem o fórum, sendo sete membros ao todo, dos quais quatro são representantes de empreendimentos solidários, dois representam as entidades de apoio e fomento, e um é representante de órgão público. A segunda é constituída por três membros da Coordenação Geral, eleitos em Plenária, responsável pelas atividades de caráter administrativo como elaboração de relatórios e atas das reuniões. A Plenária Estadual é a instância máxima de decisão do fórum, reúne-se ordinariamente a cada dois anos para eleger a Coordenação Estadual, a Secretaria Executiva e os representantes estaduais na Coordenação Nacional (FEEPSPI, 2007).

O FEEPSPI se propõe a realizar, anualmente, uma Feira Estadual de Economia Solidária, a fim de proporcionar um espaço para a comercialização direta, trocas solidárias, rodadas de negócio dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários, além disso, as feiras seriam um espaço ideal para apresentações culturais e artísticas, informação e formação política em economia solidária, articulação de cadeias produtivas e divulgação e consumo de ético, justo e solidário (FEESPI, 2007).

O FEEPSPI é mantido com recursos oriundos de órgãos públicos federal, estadual e municipal (apoio técnico, material de consumo, transporte e comunicação), pode ainda receber dotações de emendas parlamentares, além das contribuições mensais das entidades de apoio e fomento (no valor de 3% do salário mínimo vigente) e dos empreendimentos solidários (no valor de 1,5% do salário mínimo vigente) com assento no fórum (FEEPSPI, 2007).

⁷⁵ Os Grupos de Trabalho (GTs), apesar de aparecerem na constituição organizativa do FEEPSPI, até o presente momento, não foram implantados ainda na composição do mesmo.

Nesses doze anos de atuação, ele ainda não conseguiu articular a criação de fóruns municipais e microrregionais no estado. Sua atuação se concentra principalmente em fazer interlocuções com a SENAES, com o FBES e com algumas secretarias estaduais que executam projetos conveniados pela SENAES. Assim, o FEEPSPI vem promovendo a realização das plenárias estaduais, conferências estaduais, feiras estaduais e territoriais, reuniões ampliadas, reuniões extraordinárias, formação de comissões para o acompanhamento da execução de projetos, participação dos mapeamentos nacionais 2005/2007 e 2010/2013, enfim, dentre outras ações que visam mobilizar os EES e as EAF para a luta pelo fortalecimento da economia solidária em níveis estadual e nacional.

Nos quadros 3, 4 e 5 a seguir, são enumerados os sujeitos que possuem assento no FEEPSPI, como empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e representantes do poder público, respectivamente.

É importante ressaltar que essa relação de atores no FEEPSPI está em uma dinâmica contínua, não contemplada nos quadros aqui desenhados, porque o próprio FEEPSPI não atualizou recentemente essa relação. Na verdade, a relação atual pode ser menor⁷⁶, uma vez que alguns membros não comparecem mais às reuniões das plenárias, sem, contudo, terem oficializado o pedido de desligamento do FEEPSPI. Abaixo, o quadro 3 apresenta a quantidade, o nome e o município de origem dos EES com assento no fórum estadual:

Quadro 3 - Empreendimentos Econômicos Solidários com assento no FEEPSPI

EMPREENHIMENTOS	MUNICÍPIO
01 Associação de Mulheres Artesãs de Esperantina (AMAE)	Esperantina
02 Associação de Mulheres Produtoras Rurais na Agricultura familiar de José de Freitas (AMPRAF)	José de Freitas
03 Associação de Mulheres Produtoras Rurais de São Pedro	São Pedro
04 Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí (GMBPAPI)	Teresina
05 Fazenda da Paz	Teresina
06 Cooperativa Agrofamiliar dos Frutos da Terra (COOAFRUT)	São Raimundo Nonato
07 Mandy's Solidário	Teresina
08 Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco de Miguel Alves	Miguel Alves
09 Brincando de Bonecas	Teresina
10 Grupo de Produção Variados Juntos e Misturados	Teresina
11 Grupo de Mulheres Mãos Criativas	Teresina
12 Associação de Mistura de Artes	Teresina
13 Terra Viva	Teresina
14 Ponto de Cultura Intercâmbio e Arte	Teresina
15 Grupo Cultural Afro Condart	Teresina
16 Oportunidade de Renda Solidária (OPORSOL)	Teresina

⁷⁶ Conforme disciplina o Regimento Interno do FEEPSPI, qualquer membro assentado que não compareça a três reuniões consecutivas, sem apresentar prévia justificativa, é automaticamente desligado do fórum (FEEPSPI, 2007).

17	Centro de Organização Comunitária e Apoio a Inclusão Social – Banco dos Cocais	São João do Arraial
18	Associação de Apicultores da Microrregião de Itaueira	Itaueira
19	TECEARTE'S	Teresina
20	Cooperativa Agroindustrial Familiar do Território Entre Rios (FRUTO DAQUI)	José de Freitas
21	Associação Santuário Sagrado “Pai João de Aruanda”	Teresina
22	Comunidade São Sebastião	Teresina
23	Associação dos Artesãos de Ipiranga do Piauí – ASSARIPI	Ipiranga
24	Associação de Mulheres Micro Produtoras do Parque Piauí (ASMIPI)	Teresina
25	Centro de Produção do Dirceu I	Teresina
26	Associação Xique Xique	Pedro II

Fonte: FEEPSPI, 2015.

Nesse quadro, observa-se que dos 26 (vinte e seis) EES que possuem assento no FEEPSPI, somente 10 (dez) atuam em (09) nove diferentes municípios: Esperantina, José de Freitas, São Raimundo Nonato, Miguel Alves, São João do Arraial, Itaueira, Ipiranga e Pedro II. Todos os demais, 17 (dezesete) EES, atuam na capital, Teresina.

Ou seja, dos 149 (cento e quarenta e nove) municípios que possuem ao menos um empreendimento ativo, atualmente no Piauí, apenas dez municípios possuem representações no FEEPSPI. Dessa forma, se atentarmos para a representatividade do FEEPSPI em relação aos municípios do Piauí, a quantidade deles que possui assentos no fórum estadual está muito distante de um número significativo que estenda sua capilaridade em todo o território do Estado. Ao considerarmos os Territórios da Cidadania que compõe o estado do Piauí: Carnaubais, Cocais, Entre Rios, Serra da Capivara, Vale do Canindé e Vale do Guaribas, verificamos que os EES assentados no FEEPSPI são pertencentes majoritariamente aos territórios Cocais (Esperantina, Pedro II, São João do Arraial) e Entre Rios (José de Freitas, Miguel Alves, Teresina, União, São Pedro). Esse fato se justifica pela proximidade dos municípios da capital, onde o FEEPSPI concentra suas ações.

Entretanto, considera-se que as dificuldades financeiras comuns aos EES no Piauí sejam um dos fatores que limitam a participação dos EES no espaço do fórum estadual, já que o deslocamento dos trabalhadores e trabalhadoras até a capital seria algo muito dispendioso, uma vez que, pelo mapeamento 2010/2013, 62,87% dos EES atuam na zona rural.

Ainda é possível perceber, no quadro 3, que dentre os EES assentados no fórum estadual, onze deles são grupos compostos apenas por mulheres – Associação de Mulheres Artesãs de Esperantina, Associação de Mulheres Produtoras Rurais na Agricultura familiar de José de Freitas, Grupo de Mulheres Bordadeira do Parque Piauí, Grupo de Produção Variados Juntos e Misturados, Brincando de Bonecas, Associação de Mulheres Micro Produtoras do Parque Piauí, Associação de Mistura de Artes, Oportunidade de Renda Solidária, TECEARTE'S, Grupo de Mulheres Mãos Criativas. Esse dado reforça a bandeira de luta pelo

reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, presente na carta de princípios do movimento de economia solidária.

Na composição do segmento dos EES, revela-se também o aspecto da diversidade das atividades econômicas realizadas pelos grupos participantes. Desde trabalhadores inseridos numa comunidade terapêutica que trabalham na perspectiva da saúde mental (Fazenda da Paz)⁷⁷; grupos que prestam serviços (apresentações) culturais ou vendem artigos que carregam conceitos da cultura negra (Ponto de Cultura Intercâmbio e Arte, Grupo Cultural Afro Condart); grupo que atua no campo das finanças solidárias como banco comunitário, o caso do Banco dos Cocais; grupos que trabalham com produtos agroindustrializados, como o Grupo de Apicultura de Itaueira e a Cooperativa Frutos daqui; ainda grupos de trabalhadores artesãos, como a Associação dos Artesãos de Ipiranga; também comunidades religiosas de matriz espírita, tal qual a Associação Santuário Sagrado Pai João de Aruanda e a Comunidade São Sebastião, e grupos que trabalham com artesanatos e costura variados, feitos por mulheres.

A nosso ver, essa diversidade acima revela o potencial agregador do FEEPSPI para o movimento de economia solidária. Aquilo que mais se manifesta como elemento comum aos grupos de EES participantes do FEEPSPI é o combate à exclusão social. Pois, nesse sentido, a economia solidária se apresenta aos grupos de pessoas historicamente marginalizadas, como instrumento de combate à exclusão social, à medida que se revela uma alternativa para a geração de trabalho e renda, eliminação das desigualdades materiais e promoção da solidariedade humana.

Dessa forma, pode-se constatar que a superação da exclusão social, econômica e cultural tem sido, também para os grupos que compõem o FEEPSPI, o principal motivo da participação dos mesmos nesse espaço de debate popular, quando se analisa o perfil das pessoas que participam dos EES assentados no FEEPSPI, ou seja, os EES são compostos por pessoas em estado de vulnerabilidade social.

O mapeamento 2010/2013 revelou a presença de 88 (oitenta e oito) EAF atuantes no estado do Piauí. Sobre o respectivo segmento, no fórum estadual se encontram assentadas 10 (dez) EAF. Portanto, o fórum estadual possui uma representação mais significativa de EAF,

⁷⁷ A Fazenda da Paz é a primeira comunidade terapêutica do Piauí, fundada em 1994. Tem o objetivo de prevenir, tratar e reinserir na sociedade os farmacodependentes e alcoólatras, para tanto, utiliza como pilares a espiritualidade, a laborterapia e a disciplina. No que diz respeito à laborterapia, os grupos de residentes são convidados à prática do trabalho em grupo, no qual são produzidos artigos como a cajuína, castanhas, doces e brinquedos lúdicos (FAZENDA DA PAZ, 2015).

em relação ao segmento dos EES. Porém, quando comparada ao universo total das EAF atuantes no estado, o número de EAF assentadas no fórum está muito aquém do desejado.

Ao analisarmos a composição do fórum estadual em relação ao segmento das EAF, a maioria de iniciativas voltadas à economia solidária no estado, com predominância na capital, Teresina (uma vez que é na capital que estão as sedes das entidades estaduais), confirma-se, pois, das dez EAF que participam do fórum estadual, apenas uma se encontra no município de José de Freitas, a SEMPRE VERDE; e uma outra, a COSPE, é organização internacional, Itália, conforme indica o quadro 4 abaixo:

Quadro 4 - Entidades de apoio e fomento com assento no FEEPSPI

	ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO	ORIGEM
01	Comissão Pastoral da Terra – CPT	Teresina
02	Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí – CMTR/PI	Teresina
03	Cooperativa de Produção e Serviços de Técnicos Agrícolas do Piauí & Associados – COOTAPI	Teresina
04	Capacitação Assessoria Formação e Projetos em Economia Solidária – CAFPES	Teresina
05	Cooperativa SEMPRE VERDE	José de Freitas
06	Obra Kolping Estadual do Piauí	Teresina
07	Cáritas Regional do Piauí	Teresina
08	PASTORAL DO MIGRANTE	Teresina
09	Rede de Educação Cidadã – RECID	Teresina
10	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí – FETAG-PI	Teresina
11	Central Única dos Trabalhadores – CUT	Teresina
12	Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes – COSPE	Itália

Fonte: FEEPSPI (2015).

A presença de uma Organização Não Governamental (ONG) de origem italiana no fórum está relacionada com um acordo entre os governos do Brasil e da Itália, por meio do Programa “Brasil Próximo”⁷⁸. Nesse Programa, um dos territórios brasileiros contemplados foi a Serra das Confusões(PI), com dois projetos, um no campo da economia do turismo e outro no campo das políticas sociais, respectivamente: “Valorização Turística da Região da Serra das Confusões”; e “Apoio à promoção do processo de democracia participativa e as políticas sociais no território da Serra das Confusões(PI)”, ambos apoiados pela COSPE (BRASIL, 2015). A COSPE foi criada em 1983, e atua em trinta países em todo o mundo (COSPE.ORG, 2015). A solicitação de assento da COSPE no FEEPSPI foi apenas de caráter

⁷⁸ O Programa “Brasil mais próximo” é resultado do Programa Descentralizado de Cooperação Brasil-Itália, iniciado em 2003, com foco no desenvolvimento local em parcerias com estados e municípios. As ações do Programa foram desenvolvidas para contemplar as questões relacionadas com as políticas sociais, com foco no cooperativismo e no intercâmbio, assistência técnica e formação profissional dos beneficiários. As áreas de intervenção do Programa foram os territórios de Manaus e Alto Simões (AM), Serra das Confusões (PI), São Carlos e Araraquara (SP), Bagé e Santa Maria (RS) e Mantiqueira (SP, MG e RJ) (BRASIL, 2015).

conjuntural, ou seja, sua participação no FEEPSPI foi efetiva apenas enquanto a mesma estava realizando o projeto para o qual foi selecionada durante a realização do Programa Brasil Próximo.

Ainda sobre o segmento da EAF, verifica-se a presença marcante da Igreja Católica na forma de suas organizações sociais e pastorais: Obra Kolping Estadual do Piauí, Cáritas Regional do Piauí e Pastoral do Migrante. Dessa forma, constata-se que também no Piauí o movimento de economia solidária encontra apoio e fomento de instituições da Igreja Católica, a qual, como discutido no segundo capítulo desta dissertação, desde as décadas de 1970 e 1980 tem se aproximado dos movimentos sociais no combate à pobreza, inspirando suas ações pela Teoria da Libertação. Destaca-se, ainda, a importância dessas organizações sociais no processo articulatório de formação do FBES e FEEPSPI.

A Obra Kolping, no Piauí, objetiva a promoção da inclusão social por meio de programas e projetos através de parcerias com o poder público e organizações não governamentais, executando suas ações também no campo da economia solidária. Em Teresina, a Obra Kolping conta com um espaço bastante funcional (dormitórios, estacionamento amplo, refeitório, auditório) para a promoção de eventos, e frequentemente apoia o FEEPSPI, com a concessão desse espaço para a realização de reuniões mais amplas, como as plenárias.

A Cáritas Regional do Piauí faz parte da Rede Cáritas Internacional, que no Brasil está organizada em rede, com 183 entidades-membros, 12 regionais, atuando em 450 municípios, diretamente com pessoas mais empobrecidas, uma das diretrizes que direcionam as ações dessa entidade é a “construção de um projeto de desenvolvimento solidário sustentável” (CÁRITAS. ORG, 2015). Aqui é válido ressaltar o papel da Cáritas em fortalecer a educação em Economia Popular Solidária, onde assume a coordenação do Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária (CFES Nacional), um programa da SENAES (CÁRITAS, 2015).

A Pastoral do Migrante, por sua vez, está associada às pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e no que diz respeito ao movimento de economia solidária, teve um peso político importante para a formação do FEEPSPI; porém, atualmente, pouco tem atuado no campo da economia solidária no Piauí, conforme nos indicou a coordenadora atual da Pastoral no Piauí, em conversa informal.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Piauí (FETAG-PI) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) representam as forças do movimento sindical no FEEPSPI. A questão da economia solidária perpassa algumas das principais frentes de luta da FETAG-PI,

tais como: política agrícola que incentiva a organização dos trabalhadores rurais em associações e cooperativas; projeto de desenvolvimento sustentável orientado para um tipo de produção que não prejudique o equilíbrio do ecossistema e; perspectiva de não subordinação do trabalho, no que compete ao gênero, à raça e à etnia, conforme relatou representante da Instituição, em entrevista.

A CUT, por sua vez, ao defender os “interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora” (CUT, 2016, s/p), atua em conjunto com o movimento de economia solidária, por meio da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), cuja missão é “promover a constituição, o fortalecimento e a articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda por meio da organização econômica, social e política de trabalhadores inseridos em processos de desenvolvimento sustentável” (CUT, 2016, s/p). Historicamente, a CUT tem se apresentado como uma das primeiras e principais animadoras do movimento de economia solidária, quando no ano de 1994 criou a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG), e no ano de 1999 criou também a ADS e a Unisol (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários).

Por meio das representações do movimento sindical da FETAG-PI e CUT, reconhece-se no espaço do FEEPSPI, um potencial imanente para a articulação dos trabalhadores, sejam esses do meio rural ou urbano. O peso político dessas instituições do movimento sindical representa, a nosso ver, a possibilidade de empoderamento dos trabalhadores, principalmente no que tange ao processo de formação política dos grupos.

A Rede de Educação Cidadã (RECID) se organiza em coletivos estaduais em todas as unidades federativas do Brasil, atualmente é composta por 550 organizações e entidades da sociedade civil e se compromete com o desenvolvimento da economia solidária (RECID, 2016). Portanto, também é uma organização que possui uma capilaridade em todo o território brasileiro. Já a COOTAPI & ASSOCIADOS, a SEMPRE VERDE e a CAFEPES são entidades que atuam apenas em nível estadual, ou seja, prestam assessorias aos empreendimentos locais no estado, geralmente através de serviços relacionados à elaboração de projetos.

Diante do exposto, percebe-se que algumas das EAF comentadas, como a Cáritas, a Obra Kolping e a CUT, são instituições que em suas instâncias estaduais fizeram parte do processo de formação do FBES e continuam contribuindo com o movimento de economia solidária, também na esfera estadual.

Além disso, é possível inferir que as EAF inseridas no FEEPSPI trazem para o fórum questões transversais à temática da economia solidária, relacionadas, principalmente, ao

movimento sindical e aos movimentos sociais dos tipos religiosos e urbanos, além de pontuar questões relacionadas ao gênero e à etnia, através do movimento feminista e do movimento negro, respectivamente. Essa articulação entre sujeitos sociais coletivos tão distintos traz a dimensão vinculada às novas orientações culturais e sociais presentes na formação dos novos movimentos sociais, indicada por Touraine (1999), no capítulo anterior. Ou seja, o movimento da economia solidária também atua em consonância com a perspectiva de luta contra as polarizações sociais geradas no âmago das desigualdades nas relações econômicas, sociais e culturais, o que Touraine (1999), por sua vez, chama de *recomposição do mundo*.

Portanto, a nosso ver, o movimento de economia solidária no Piauí, representado pelos segmentos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) no espaço do FEEPSPI, assume tanto a natureza de movimento político, como também de movimento reivindicativo e movimento antagonista, isso porque essas distintas naturezas típicas dos movimentos sociais contemporâneos, analisadas por Melucci (2001), apontam ações voltadas para a rejeição das regras do jogo, postas no conflito que se estabelece entre os atores sociais e, também, a proposição de novas normas, ampliação dos canais de participação política, por meio do aprofundamento da discussão sobre o objetivo da produção econômica e o próprio desenvolvimento humano.

Em relação aos representantes do Poder Público que participam do FEEPSPI, cinco deles pertencem à instância executiva estadual, dois pertencem à instância executiva federal, e cinco à instância municipal das cidades de Teresina, São Pedro, Piripiri e Oeiras. Conforme indica o quadro 5 abaixo:

Quadro 5 - Representantes do Poder Público com assento no FEEPSPI

	REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	INSTÂNCIAS
01	Ministério do Trabalho e Emprego/Superintendência Regional do Trabalho/Núcleo de Economia Solidária (MTE/SRTE/NES)	Federal
02	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Federal
03	Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SASC)	Estadual
04	Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE)	Estadual
05	Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN)	Estadual
06	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR)	Estadual
07	Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí (PRODART)	Estadual
08	Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social (SEMTCAS)	Municipal (Teresina)
09	Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina (SEMEST)	Municipal (Teresina)
10	Prefeitura Municipal de São Pedro	Municipal (São Pedro)
11	Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social de Piripiri	Municipal (Piripiri)

Fonte: FEEPSPI, 2015.

Ora, no Piauí, o fórum estadual recebe apoio direto de órgãos governamentais, no que diz respeito às condições básicas para seu funcionamento – infraestrutura, material para suporte de atividades; além do apoio das EAF. Ou seja, desde a sala para a realização de reuniões, como a folha de papel para registro da frequência, são provenientes das repartições públicas que apoiam o fórum. No caso do FEEPSPI, esse apoio é dado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/MTE).

O estabelecimento desta relação direta entre SRTE/MTE e FEEPSPI se dá basicamente pela criação e incorporação da SENAES ao MTE em 2003⁷⁹. A partir de então, as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), agora chamadas de Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs), assumiram, em sua estrutura funcional, o já comentado NES, o qual, no Piauí, assume a responsabilidade de acompanhar a execução das ações de fomento e desenvolvimento de economia solidária.

Além do aspecto de suporte infraestrutural, as instituições governamentais da administração direta do Estado que se envolvem com as políticas públicas de economia solidária são: Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SASC), Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário (SDR).

Essas Secretarias de Estado desenvolvem projetos (ou atuam como parceiras) com recursos provenientes da esfera estatal e federal para a geração de renda. A SASC, atualmente, executa o projeto “Potencialização das Ações de Economia Solidária⁸⁰”, através da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DUSAN), o investimento desse projeto é estimado em 2 milhões de reais e visa atender diretamente um conjunto de 100 grupos de empreendimentos econômicos solidários distribuídos nos territórios Entre Rios, Carnaubais, Vale do Gurgueia, Vale do Canindé e Cocais.

⁷⁹ A criação e incorporação da SENAES na estrutura do MTE foi bastante conflituosa, uma vez que, historicamente, o MTE não possuía a competência de apoiar o cooperativismo e os associativismos urbanos. Portanto, uma aproximação inicial foi feita nas instâncias das DRTs, através do estabelecimento de um diálogo com os auditores fiscais, a fim de sensibilizá-los acerca da realidade das práticas autogestionárias exitosas. Já no primeiro semestre de 2003, foram promovidas atividades que objetivavam essa aproximação (SENAES/MTE, 2012). No Piauí, o auditor fiscal Rubervam do Nascimento foi nomeado o primeiro Agente de Economia Solidária no estado, com o apoio da gestora da SRTE, Paula Mazullo.

⁸⁰ O Projeto “Potencialização das Ações de Economia Solidária”, através de recursos da SENAES, vem sendo executado pela DUSAN/SASC, prevê a instalação de 05 Centros Públicos e 06 Casas de Produção de Polpa de fruta, nos quais serão beneficiados 100 grupos de economia solidária.

A SETRE, por sua vez, possui em sua estrutura a Diretoria de Empreendedorismo, Associativismo e Cooperativismo (DEAC), que atualmente participa do Programa Pró-Catador⁸¹. A SETRE também tem cedido recentemente espaço para a realização de feiras mensais de economia solidária, no pátio externo da secretaria. Seguindo a proposta de ajudar os EES na comercialização de seus produtos, a SDR também vem cedendo espaço para a realização de feiras semanais de economia solidária, nas quais grupos de agricultores levam seus produtos para exposição e comercialização, essas feiras acontecem no pátio interno da secretaria.

Observa-se que a relação entre movimento e Estado é conflituosa. Isso porque, segundo Melucci (2001), quando as demandas coletivas são reconhecidas e tornadas decisões pelos sistemas políticos de representação, instala-se, no centro das ações dos movimentos, a necessidade de participar dos processos de mediação política sem, contudo, identificar-se com ela, ou seja, manter em sua forma organizativa a identidade do próprio movimento. A nosso ver, no caso do movimento de economia solidária no Piauí, existe sempre um risco de comprometimento do grau de autonomia do movimento, ou, ainda, pode-se estabelecer uma relação de dependência, onde somente através dos recursos financeiros governamentais o movimento consegue concretizar suas atividades.

A forte presença de diversas instâncias governamentais no FEEPSPI demonstra as variadas interfaces das políticas públicas de economia solidária, ou seja, políticas transversais relacionadas ao mundo do trabalho, segurança alimentar, agricultura familiar, inclusão produtiva, desenvolvimento local e territorial, saúde mental, entre outras. No Piauí, a economia solidária, no sentido de políticas públicas, é conduzida, ora na perspectiva da agricultura familiar, ora na dimensão da inclusão produtiva, ora ainda via ação governamental no desenvolvimento local e territorial.

A análise dos registros do Livro de Ata do FEEPSPI possibilitou uma compreensão das principais ações tomadas pelo coletivo do fórum estadual com implicações substanciais no movimento de economia solidária. Uma vez que nele encontramos registros de reuniões datadas entre os anos de 2007 e 2015. Porém, o ato de registrar as reuniões em Livro de Ata não é uma atividade regular da coordenação estadual do FEEPSPI, portanto, poderá ser que os registros analisados não correspondam aos números reais de reuniões ocorridas em cada ano, apresentadas no quadro 6 abaixo.

⁸¹ O Programa Pró-Catador foi instituído pelo Decreto nº 7.405, como parte da regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de agosto de 2010.

Quadro 6 - Registros de reuniões do FEEPSPI

Ano	Data	Tipo de Reunião	Quantidade de pessoas
2007	11/04	Plenária de Adesão	07
	13/04	Reunião Ampliada	10
	19/04	Reunião Ampliada	11
	24/04	Reunião Ampliada	10
	26/04	Reunião Ampliada	12
	21/05	Reunião Ampliada	15
	28/05	Plenária Extraordinária	40
	12/06	Reunião Ampliada	10
	29/06	Reunião Ampliada	06
	02/07	Reunião Ampliada	12
	08/08	Reunião Ampliada	27
	21/09	Reunião Ampliada	17
	03/10	Reunião Ampliada	14
	15/10	Reunião Ampliada	10
22/11	Reunião Ampliada	17	
2008	14/01	Reunião da Coordenação	03
	28/02	Reunião com Delegados da Plenária Nacional	09
	28/10	Reunião Ampliada	05
2009	13/02	Plenária Estadual Extraordinária	26
	14/02	Plenária Estadual Extraordinária	31
	08/06	Reunião Ampliada	08
	16/06	Reunião Ampliada	15
	06/08	Reunião Extraordinária	16
	13/08	Reunião Ampliada	12
2011	05/04	Reunião Ampliada	26
2012	13/02	Plenária Extraordinária	26
2013	17/09	Reunião da Coordenação	07
2014	20/01	Reunião da Coordenação	06
	31/01	Reunião da Coordenação	03
	16/04	Reunião da Coordenação	05
	16/06	Reunião da Coordenação	05
	20/06	Reunião Ampliada	10
	15/08	Reunião da Coordenação	05
	07/11	Reunião da Coordenação	03
2015	03/02	Reunião do CEES-PI com a Coordenação Estadual	12
2016	05/02	Reunião da Coordenação	06

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Livro de Ata do FEEPSPI (2016).

Como dito anteriormente, não será possível uma análise acerca da frequência com que as reuniões ocorrem no FEEPSPI, porque esses registros compilados no quadro 6 não equivalem à realidade de atuação do FEEPSPI; no entanto, alguns outros aspectos podem ser avaliados, a partir das informações acima. O primeiro deles diz respeito aos métodos organizativos das reuniões do fórum, que consiste basicamente em três tipos: reunião da coordenação, reuniões ampliadas e plenárias. Nas reuniões da Coordenação Estadual os sujeitos participantes são dos três segmentos, mas envolvem apenas aqueles com assento, que

foram eleitos membros da coordenação; geralmente essas reuniões tratam de assuntos relacionados à administração do FEEPSPI, tais como: preparam pautas e prestações de contas para as reuniões ampliadas, constroem calendários das ações do fórum estadual, resolvem demandas do FBES, cuidam dos preparativos das feiras de economia solidária e das conferências nacionais. Nas reuniões ampliadas, o convite para participação se estende aos demais sujeitos do fórum estadual; no entanto, geralmente apenas alguns membros dos EES mais próximos da capital comparecem a essas reuniões, que costumam ser mais demoradas e permitem o pronunciamento de todos os presentes, caso desejem falar. Essas reuniões ampliadas contribuem para a formação política dos trabalhadores, porque nelas são realizadas palestras, nas quais os presentes são convidados a refletir sobre a prática da economia solidária. Nas plenárias, por sua vez, o convite é estendido a todos os assentados no fórum estadual, a depender da situação financeira dos assentados que residem em municípios mais distantes da capital, o fórum estadual custeia as passagens dos mesmos. As plenárias são reuniões mais acaloradas, onde o debate entre os presentes contribui para a animação do movimento de economia solidária no Piauí, isso porque existe a oportunidade de os participantes compartilharem suas experiências, seus anseios, suas dificuldades, e receber orientações.

Nas Plenárias, pelo fato de serem reuniões maiores, algumas pessoas externas ao FEEPSPI, como por exemplo, figuras políticas, com representação estadual e municipal podem participar. Foi o que ocorreu na Plenária Estadual Extraordinária do dia 13 de fevereiro de 2009, que contou com a presença de um deputado federal e um prefeito. Na verdade, tal aspecto serve para que se atente ao processo de formação em economia solidária, que é realizado pelo FEEPSPI, tendo em vista que de acordo com entrevistas realizadas com alguns participantes do fórum, uma das causas para a “invisibilidade” da economia solidária no cenário piauiense seria a falta de conhecimento dos gestores públicos sobre o que realmente seja a economia solidária. Esse assunto será melhor esclarecido na subseção posterior. Ainda cabe ressaltar que as Plenárias Extraordinárias convocadas para a celebração dos aniversários do FEEPSPI em 2009 (5 anos) e 2014 (10 anos), de acordo com os registros lidos, constituem-se momentos festivos nos quais as reflexões acerca da conjuntura estadual do movimento de economia solidária parecem reforçar os interesses não instrumentais dos participantes do movimento de economia solidária, uma vez que à medida que a palavra é concedida aos interessados, as falas se apresentam embebidas pela demonstração de afeto e solidariedade.

De acordo com o quadro 6, nos registros das reuniões disponíveis em Livro de Ata, a quantidade de pessoas presentes nas reuniões ampliadas variam entre o mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 26 (vinte e seis) pessoas. Nas Plenárias, essa quantidade aparece num intervalo de 26 (vinte e seis) e 40 (quarenta) pessoas. A partir disso, é possível inferir que se considerarmos o número total de assentados, como o equivalente ao número de representantes dos três segmentos (26 EES, 12 EAF e 12 PP), verificamos o número de 50 pessoas, que representam, sejam seus grupos, ou suas entidades, ou ainda instâncias governamentais no fórum estadual. Comparando com a quantidade máxima de presentes nas reuniões ampliadas e até mesmo nas plenárias, verificaremos que uma significativa parcela dos que têm assento, não comparece às reuniões. Tudo indica que esse desnivelamento seja resultado da não atualização da lista dos assentados no FEEPSPI, uma vez que, segundo informação da secretaria executiva do FEEPSPI, alguns sujeitos pediram assento no fórum estadual, contudo, não vêm participando das reuniões, mas, também, não oficializaram o pedido de desligamento do fórum.

De acordo com as informações do Livro de Ata, os principais assuntos abordados durante as reuniões do FEEPSPI foram: organização das feiras estaduais, ações voltadas para os Mapeamentos 2005/2007 e 2010/2013 (composição de comissões gestoras), admissão de novos empreendimentos, audiência com deputados para tratar da Lei Estadual, comemoração do aniversário de cinco e dez anos do fórum, processo de eleição das coordenações, feiras territoriais e municipais de economia solidária, participação dos EES em feiras nacionais (Santa Maria, Rio Grande do Sul), comunicação de oferta de cursos pelo CFES, aprovação de regimento interno, formação de Comissões de Estudo para avaliação das CONAES, participação de membros do fórum estadual no FSM.

Além dos registros em Livro de Ata, analisamos o relatório da V Plenária Estadual de Economia Solidária do Piauí⁸². Essa se realizou na Obra Kolping Estadual do Piauí, em Teresina, nos dias 14 e 15 de setembro de 2012, contou com a participação de 65 (sessenta e cinco) pessoas, das quais 44 (quarenta e quatro) eram mulheres e 21 (vinte e uma) eram homens. Essas pessoas representaram 26 (vinte e seis) EES, 27 (vinte e sete) EAF e 10 (dez) órgãos públicos da capital e dos seguintes municípios: Amarante, Campo Maior, Campo

⁸² As Plenárias Estaduais acontecem a cada dois anos, portanto, desde a fundação do FEEPSPI foram realizadas seis plenárias (nos anos de 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014). Infelizmente, fomos informados que não existem registros escritos das primeiras plenárias realizadas nos anos de 2004, 2006, 2008 e 2010, e se existem, não conseguimos acessar tais documentos por meio da Secretaria Executiva do FEEPSPI. Portanto, nesse estudo, vamos nos deter na exposição de alguns elementos expostos no relatório da V Plenária Estadual de Economia Solidária do Piauí, disponibilizado através do site do FBES no seguinte endereço: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1734&Itemid=216

Largo do Piauí, Caracol, Itaueira, Jaicós, José de Freitas, Jurema, Lagoa do São Francisco, Matias Olímpio, Monsenhor Gil, Pedro II, Porto, Queimada Nova, São João do Arraial e São Raimundo Nonato. A presença de representações de municípios não assentados no FEEPSPI, leva-nos a perceber a capacidade articulatória do FEEPSPI nos interiores do estado, ou seja, como o FEEPSPI é capaz de mobilizar os sujeitos sociais coletivos em torno do debate da economia solidária.

Durante a V Plenária Estadual de Economia Solidária, foi registrada a presença dos movimentos sociais: Quilombolas, Rede de Mulheres, RECID, CFES e BRASIL LOCAL. A nosso ver, a partir desse destaque, percebe-se a necessidade do colegiado do FEEPSPI enfatizar mais a articulação com os movimentos sociais nos quais a temática da economia solidária é transversal, ou mesmo principal, nas iniciativas coletivas, tais como a RECID e o CFES.

Na ocasião, o debate sugerido pela mesa temática intitulada “Análise de Conjuntura: economia solidária em um contexto de desenvolvimento humano coletivo e o direito à insurreição”, proferido por Rubervan du Nascimento, primeiro agente de economia solidária no Piauí, na qual convidou os presentes a refletir sobre as relações humanas, concluindo que a cultura é uma área da vida humana que necessita de insurreição, nas palavras do mesmo – “precisamos superar a rede de mentira subjacente, onde viver uma mentira ainda é uma verdade” (RELATÓRIO DA V PLENÁRIA ESTADUAL, 2012, s/p), alertando assim para o poder da mídia em propagar informações que nem sempre são verdadeiras. Após o debate, os presentes foram convidados a formar grupos de trabalho, para os quais foram dirigidos eixos específicos de discussão que orientariam a elaboração de propostas para a organização política do movimento. Abaixo, no quadro 7, estão listados os eixos, bem como as principais propostas encaminhadas para debate durante a plenária:

Quadro 7 - Organização Política do Movimento de Economia Solidária no Piauí

Eixos	Propostas
E1 – Sustentabilidade	Viver em harmonia dentro das necessidades que realmente precisamos, de maneira digna, respeitando o espaço do próximo, sem competitividade de forma não excludente, valorizando a produção coletiva consciente e solidária.
E2 - Autogestão/Autonomia	Preparar novas lideranças para atuar em grupo; seguir os princípios da Ecosol* no cotidiano.
E3 – Economia Popular	Capacitações em Ecosol; encontros de Ecosol; abertura de mais espaços para produtores sócios e não sócios que trazem experiências tanto em relação aos produtos como na convivência uns com os outros em seu processo de produção; em relação ao anúncio das possibilidades em Ecosol, é

	necessária uma valorização e conscientização do produto total, através de pesquisas e publicações dos dados, meios de comunicação e movimentos sociais.
E4 – Emancipação Econômica e Política	O grupo deve tomar consciência de que lado está, reivindicar a Política Pública com autonomia de gestão sustentável; criação e fortalecimento de fundos solidários; criação de mercado justo e solidário.
E5 – Território e Territorialidade	Desafio de unir pautas e estabelecer parcerias; necessidade em aprofundar e amadurecer o debate com os Territórios.
E6 – Diversidade	Apontar para o Sistema e Sociedade, as novas formas de Integração e Identidade Cultural.
E7 – Cidadania, organização da sociedade e relação entre Movimento de economia solidária e o Estado	Criar leis mais complexas e fazer com elas sejam conhecidas por todas as pessoas, através de rádios, TVs locais, jornais e Igrejas, Associações de Moradores e Grupos de Trabalhos.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Relatório da V Plenária Estadual de Economia Solidária no Piauí, (2016).

*Termo utilizado pelos participantes do FEEPSPI para se referir à Economia Solidária.

Com base nesses eixos e suas respectivas propostas, acredita-se que o movimento da economia solidária, no Piauí, vem sendo construído através de um aparato conceitual amplo, no sentido de aproximar os trabalhadores das dimensões sociopolíticas e socioeconômicas da economia solidária. As propostas formuladas foram encaminhadas para o FBES, a fim de organizar a V Plenária Nacional de Economia Solidária.

Diante disso, as ações realizadas no FEEPSPI se voltam basicamente aos eixos de luta apresentados na Plataforma do movimento de economia solidária⁸³, que são: finanças solidárias (através da articulação em favor da aprovação do fundo estadual para o fortalecimento dos EES), marco legal (redação e aprovação da Lei Estadual de Economia Solidária), educação (incentivo à formação em economia solidária, através do CFES), comunicação (ainda atrelada ao site do MTE/SRTE e ao site do FBES), redes de produção, comercialização e consumo (por meio da utilização de espaços públicos para a comercialização dos produtos) e organização social (pela manutenção do fórum estadual ao longo dos seus doze anos de atuação).

Portanto, enquanto extensão regional do FBES, o FEEPSPI vem atuando no cenário piauiense como principal espaço de construção do movimento de economia solidária. Isso porque os sujeitos ali participantes são necessariamente os sujeitos sociais coletivos cujas ações historicamente promovem a divulgação da economia solidária em âmbito nacional.

Ainda foi possível analisar elementos do funcionamento do fórum, a partir da observação participante⁸⁴. Apresentamos alguns aspectos observados durante duas reuniões

⁸³ Ver Quadro 3: Eixos de Lutas do Movimento de Economia Solidária, página 86.

⁸⁴ Durante nossa participação no FEEPSPI, acompanhamos três tipos de reuniões: reuniões da coordenação estadual, reuniões ampliadas e plenárias estaduais. É válido destacar que nas reuniões da coordenação estadual que acompanhamos estávamos apenas como observadores, pois dada à situação de pesquisadora, não tínhamos

ampliadas, a primeira ocorrida no dia 23 de abril de 2015, e a segunda no dia 25 de setembro de 2015.

Na reunião ampliada do dia 23 de abril de 2015, compareceram 25 (vinte e cinco pessoas), dos três segmentos que compõem o FEEPSPI, já acima referidos, essas pessoas eram provenientes da capital e mais oito diferentes municípios piauienses: União, Ipiranga do Piauí, Piripiri, Itaueiras, Monsenhor Gil, São Pedro do Piauí, José de Freitas e Pedro II. A pauta da reunião consistia em comunicar os EES sobre: um curso de economia solidária que seria proporcionado pelo CFES, o Prêmio Consulado da Mulher, o prêmio BNDS, a situação da Lei Federal de economia solidária; também foi programada uma explanação acerca do Plano Nacional de Economia Solidária e uma prestação de contas do FEEPSPI, além de outros informes que poderiam ser trazidos pelos participantes. Todas as atividades programadas foram realizadas, com exceção da explanação minuciosa do 1º Plano Nacional de Economia Solidária que, na verdade, o Plano foi apresentado no site do MTE, para posterior apreciação dos interessados. O primeiro momento da reunião consistiu na realização de uma dinâmica grupal, na qual os presentes foram convidados a interagir uns com os outros; em seguida, foi concedida a palavra ao auditor fiscal da SRTE Rubervan do Nascimento, que trouxe reflexões sobre a conjuntura política atual no Brasil, o mesmo ainda trouxe para os participantes argumentos nos quais defendia o porquê da necessidade de lutar para a política pública de economia solidária no Brasil se transformar em política de Estado, por meio do Projeto de Lei que institui a PNES⁸⁵.

Depois das reflexões feitas pelo Rubervan do Nascimento, a secretária executiva do FEEPSPI iniciou uma apresentação sobre um Projeto voltado para mulheres trabalhadoras da economia solidária, informando às presentes sobre os critérios para participar e o número de vagas oferecidas, além disso, foi disponibilizado aos presentes um documento elaborado pela coordenação estadual e pelo CEES-PI, no qual foram sistematizadas informações sobre as principais ações no campo da economia solidária, planejadas para o ano de 2015⁸⁶. Por

voz durante a reunião. Enquanto que nos outros dois tipos de reuniões, ampliadas e plenárias, pudemos desenvolver atividades como participantes do processo, como por exemplo, era indicada para a redação da relatoria ou fotografar o evento.

⁸⁵ Ver página 93, nota de rodapé 56.

⁸⁶ Intitulado como Calendário de ações do FEEPSPI, o documento consistia numa apresentação de atividades que seriam executadas pelo próprio fórum e dependendo da atividade necessitariam da articulação do próprio com outras instâncias do campo de economia solidária no Piauí, como o CEES-PI, a Rede de Educadores (CFES-NE), e a Cáritas Regional do Piauí. As atividades foram divididas em cinco eixos de ação: Organização Institucional (Reuniões ordinárias e extraordinárias, construção do Plano Estadual de Economia Solidária); Legislação e Integração de Políticas Públicas (cumprimento de Regimento Interno, acompanhamento de Lei Estadual, audiência pública para regulamentação do Fundo Estadual, organização do CEES-PI); Conhecimentos: Educação e Assessoramento (oferta de 10 cursos de formação para os EES); Comercialização e Consumo

último, os presentes foram convidados a se pronunciarem acerca do que fora apresentado durante a reunião, e também manifestar seus sentimentos ou inquietudes. Nesse momento, tomou a palavra a senhora Socorro, trabalhadora de um empreendimento econômico solidário, falou da importância de ofertar formação continuada nos Centros de Produção, e que o SEBRAE disponibiliza para as mulheres do seu Centro de Produção cursos profissionalizantes, mas a formação do SEBRAE confronta os princípios do associativismo presentes na economia solidária, com um forte discurso de empreendedorismo individual, que mina o interesse pelo trabalho coletivo, denunciou ainda que algumas mulheres desse Centro de Produção deixaram o trabalho em grupo pelo individual, logo após participar da formação oferecida pelo SEBRAE. Depois de alguns informes, a reunião foi encerrada e os presentes foram convidados a participar de um “lanche solidário”, no qual os produtos alimentícios servidos foram doados por empreendimentos econômicos solidários pertencentes ao FEEPSPI.

A partir do que fora observado na reunião ampliada, podemos perceber o modo como os três segmentos que compõem o fórum se articulam em suas ações, a forma da reunião ser conduzida, basicamente pelos segmentos dos gestores públicos e das entidades de apoio e fomento, e com poucas interferências do segmento dos empreendimentos econômicos solidários; nos fez pensar que a formação desse último segmento ainda parece ser incipiente, ou que algum outro fator poderia criar certo grau de timidez, que impedia o pronunciamento desses (ex. a realização da reunião dentro do auditório da SRTE). Apesar do que foi observado, percebemos um significativo grau de entrosamento entre os presentes, antes e depois da reunião, por exemplo: chamavam-se pelos nomes próprios e apelidos, faziam brincadeiras uns com os outros, inteiravam-se da situação de familiares uns dos outros.

O contato direto com membros do FEEPSPI nos permitiu conhecer dois militantes do movimento de economia solidária que agora fazem parte de órgãos públicos, na SDR e na SMEST. Esses militantes, apesar de terem sido contratados para exercerem cargos públicos, mantêm seu discurso ideológico como integrantes do movimento de economia solidária, um deles, certa vez mencionou ter *“um pé no governo, um pé no movimento”*, quando em uma ocasião de debate, um dos representantes do segmento dos EES apontou que a contratação dos colegas representava uma *“perda de força para o movimento”*.

Sustentável (mapeamento das feiras de agricultura familiar e economia solidária, proposição de oficinas e rodas de conversa nas feiras para formação de consumidores, preparação da feira estadual); Crédito e Finanças Solidárias (acompanhamento para a formação dos bancos comunitários nos municípios de Porto e Esperantina, apresentação parcial do projeto Cáritas, oficina fundos solidários no município de São Pedro).

A reunião ampliada do dia 25 de setembro de 2015, em que participamos, teve aproximadamente 40 pessoas, aconteceu também no auditório da SRTE, programada para o turno da manhã e tarde. A reunião contou com a presença do professor Benedito Oliveira, então chefe de gabinete da SENAES, Brasília. O objetivo da mesma era apresentar o 1º Plano Nacional de Economia Solidária⁸⁷, bem como acompanhar o processo de elaboração e implementação do Plano Estadual de Economia Solidária no Piauí⁸⁸, buscando orientar as políticas públicas de economia solidária no Estado. Essa reunião foi convocada pela SENAES, logo, havia o interesse imediato da SENAES em se inteirar acerca das principais ações no campo da economia solidária vivenciadas no estado do Piauí.

A reunião mais uma vez foi conduzida basicamente pelos gestores públicos presentes SENAES, SRTE/NES, DUSAN/SASC, SEMEST, SDR, SETRE, e pelo segmento das EAF. Isso talvez tenha acontecido até mesmo pela pauta da discussão, que estava circunscrita em três eixos: 1) a situação da economia solidária no Piauí, 2) políticas públicas em andamento, 3) caminhos e propostas a serem seguidas. No primeiro momento, os representantes dos gestores públicos foram convidados a expor as ações que estavam sendo feitas pelo poder público nas instâncias estadual e municipal, que beneficiassem a economia solidária: Programa de Aquisição de Alimentos pela SDR, que prioriza os empreendimentos econômicos solidários da agricultura familiar; espaço de comercialização da Ponte Estaiada como evento significativo para proporcionar uma oportunidade de divulgação dos produtos da economia solidária em Teresina, proporcionado pela SEMEST; as cinco feiras estaduais, e a lei estadual e a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária. No segundo momento foram detalhadas as principais atividades já executadas nos projetos em andamento financiados com recurso da SENAES, Potencialização das Ações de Economia Solidária do Piauí (executado pela DUSAN/SASC), e o Projeto PRÓ Catador - Incubadora de Talentos (SETRE). Portanto, esses dois eixos de discussão requisitaram colocações mais especificamente dos gestores públicos.

Logo após as supracitadas colocações, a reunião foi interrompida para a realização de um “almoço solidário” que, quando encerrado, prosseguiu-se com o terceiro eixo da discussão, esse quase inteiramente conduzido pelo Benedito de Oliveira, representante da SENAES, o qual tratou sobre a necessidade de elaboração de um Plano Estadual de Economia

⁸⁷ O 1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015/2019 é um instrumento de orientação da política pública de economia solidária, criado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (MTPS, 2016).

⁸⁸ A elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária é de competência do CEES-PI. A animação para a elaboração do mesmo em reunião do FEEPSPI se justifica pelo fato de que a maioria dos membros do CEES-PI também são participantes do FEEPSPI.

Solidária, mostrando, ainda, detalhadamente, como os EES deveriam acessar as informações sobre a economia solidária no site do MTE, também incentivando o cadastro dos mesmos no CADSOL⁸⁹. Ao finalizar suas declarações, o espaço da reunião foi aberto para que os presentes fizessem avaliações sobre a reunião e apresentassem suas propostas para o avanço da economia solidária no Piauí.

Durante a reunião, poucas vezes os EES se pronunciaram. Presenciamos, nesta última reunião, a fala de dois membros de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, os quais denunciaram a ocupação indevida de um galpão que outrora fora de propriedade dos mesmos, e que agora estava sendo utilizado pela prefeitura municipal; em outros momentos da reunião, outros representantes de empreendimentos econômicos solidários se pronunciaram, contudo, suas falas se aproximaram mais de cobranças de apoio por parte dos órgãos públicos. Para nós, tais situações elucidam certo grau de dependência dos EES das instâncias governamentais, comprometendo, assim, a autonomia e a identidade do movimento de economia solidária no Piauí.

3.2.1 O FEEPSPI e a economia solidária: um movimento em construção

Na seção anterior, discorreremos sobre os aspectos gerais da constituição do FEEPSPI, sua organização, composição e funcionamento, a fim de analisar quem são esses sujeitos sociais coletivos que se mobilizam e se articulam pelo movimento de economia solidária no Piauí. Considerando que o movimento de economia solidária é protagonizado pelo segmento dos empreendimentos econômicos solidários e segmento das entidades de apoio e fomento, além de ser acompanhado muito de perto, no Brasil, pelos agentes governamentais, iremos, nesta seção, analisar como se dá a organização do movimento de economia solidária dentro do espaço do fórum estadual, com base nos dados construídos através das entrevistas⁹⁰ e sob a luz das teorias apresentadas nos capítulos I e II deste trabalho.

Para tal análise, em primeiro lugar é preciso voltar às três hipóteses iniciais que direcionaram a construção do objeto pesquisado. A primeira hipótese diz respeito ao sujeito político presente no fenômeno da economia solidária, ou seja, a multidimensionalidade de atores na economia solidária, proposta por Laville (2009), a dimensão sociopolítica e a

⁸⁹ O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) é uma plataforma virtual para a exposição de produtos dos EES.

⁹⁰ Como indicado na introdução deste trabalho dissertativo, as entrevistas foram realizadas com os três segmentos que participam do FEEPSPI, os EES, as EAF e o PP. Portanto, julgamos necessário apresentar os perfis dos sujeitos que nos concederam as entrevistas de forma separada, obedecendo à segmentação prevista no âmbito dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária.

dimensão socioeconômica da economia solidária, ambas protagonizadas pelos atores sociais que integram os segmentos dos EES e EAF. A segunda hipótese se relaciona com a inserção da economia solidária enquanto movimento social, partindo da perspectiva dos novos movimentos sociais no contexto de proposta contra-hegemônica de globalização; e a terceira hipótese indica a organização do movimento de economia solidária a partir de redes de movimentos sociais que se articulam nos fóruns de economia solidária, para seu fortalecimento enquanto movimento da sociedade civil.

Partindo das compreensões supracitadas, será possível validar ou refutar algumas das hipóteses iniciais elaboradas para entender como se organiza o movimento de economia solidária no Piauí, mais precisamente no espaço do FEEPSPI. Os achados da pesquisa, inicialmente, apontam para as principais estratégias dos sujeitos sociais que participam do FEEPSPI, ou seja, para a forma como atuam esses atores; também esclarecem as dificuldades centrais na articulação dos sujeitos sociais coletivos em prol do fortalecimento da economia solidária em nível do estado.

Dada à segmentação dos sujeitos que compõem o FEEPSPI, optou-se, neste trabalho, por elaborar guias de entrevistas diferentes para os três segmentos (ver Apêndice B). Assim, em primeiro lugar, apresentaremos quadros sinópticos com os perfis dos entrevistados, elaborados a partir de uma pré-análise (ver Apêndice C) dos segmentos dos EES, EAF e PP, nos quadros 8, 9 e 10, respectivamente. Logo após a apresentação do perfil de cada segmento dos quais os entrevistados fazem parte, iremos apresentar a interpretação feita a partir da análise de conteúdo das entrevistas realizadas. A começar pelo segmento dos EES, cujo perfil dos entrevistados segue sumariamente indicado no quadro 8 abaixo:

Quadro 8 - Perfil dos entrevistados – EES

Nome Fictício*	Nome do EES/ Ano de ingresso no FEEPSPI	Idade Entr.	Sexo Entr.	Escolaridade	Atributos
Carlos	Associação de Apicultores da Microrregião de Itauera/2006	43 anos	Masculino	Ensino Médio Completo	Diretor do sindicato dos trabalhadores rurais de Itauera e apicultor. Membro da 1ª Coordenação Estadual do FEEPSPI.
Isabel	Grupo Cultural Afro Condart/2008	46 anos	Feminino	Ensino Médio Completo	Líder comunitária da associação de moradores, agente de saúde, participa do FMEPST. Membro da 3ª Coordenação Estadual do FEEPSPI.
Teresa	Grupo de Mulheres Bordadeiras do Parque Piauí/2006	67 anos	Feminino	Ensino Médio Completo	Ex-integrante da UMP, participa da associação de moradores local, participa do CEES-PI e do FMEPST. Membro da 2ª Coordenação Estadual do FEEPSPI.

João	Fazenda da Paz/2013	31 anos	Masculino	Ensino Superior Completo	Participa de organizações sociais da Igreja Católica, Membro da 3ª Coordenação Estadual do FEEPSPI.
Silvana	Mandy's Solidário /2004	42 anos	Feminino	Pós-graduada	Funcionária pública, participou de organizações sociais da Igreja Católica, integrou o grupo de Educadores em Direitos Humanos, participou da Coordenação Nacional no FBES, Membro da 3ª Coordenação Estadual do FEEPSPI.
Lis	Tecearts/2006	55 anos	Feminino	Ensino Superior Incompleto	Foi agente comunitária de saúde, participou de movimentos pela moradia, associação de moradores, FAMCC-PI, Pastoral do Menor, também participou da criação da Federação Nacional dos Agentes Comunitários, Membro da 3ª Coordenação Estadual do FEEPSPI.
Ceição	Oportunidade de Renda Solidária/2004	58 anos	Feminino	Ensino Médio Completo	Participou da Cáritas Regional do Piauí e Obra Kolping Estadual do Piauí, membro do CEES-PI.

Fonte: Dados coletados, 2015.

*Os nomes dos entrevistados são fictícios, para cumprir acordo do TCLE

A descrição no quadro 8 é útil para analisar traços característicos semelhantes entre os sujeitos que constroem o movimento de economia solidária no Piauí, no espaço do FEEPSPI, uma vez que a maioria (seis dos sete) dos entrevistados participou em algum momento da coordenação do mesmo, ou ainda integra, atualmente, o colegiado do CEES-PI.

Em relação ao perfil dos sete representantes dos EES entrevistados: cinco são mulheres e dois são homens, seis dos entrevistados possuem idade entre 41 e 67 anos, apenas um homem possui a idade de 31 anos. Em relação ao grau de escolaridade, quatro possuem o ensino médio completo, um o ensino superior incompleto, um o ensino superior completo e um é pós-graduado. Quanto aos atributos dos entrevistados, além da já comentada participação nas coordenações do FEEPSPI e do colegiado do CEES-PI, todos os entrevistados tiveram uma trajetória de vida ligada aos movimentos sociais, ora do tipo sindicalista, ora o movimento de mulheres, ora ainda os movimentos sociais do tipo urbano, tais como associações e federação de moradores de bairros e movimentos sociais do tipo religiosos marcados pela atuação da Igreja Católica.

Diante de tais características dos entrevistados é possível inferir que o movimento de economia solidária no Piauí está sendo constituído por pessoas que de certa forma possuem uma trajetória de vida marcada pelas lutas sociais e se envolvem com a bandeira da economia solidária somente depois da constituição do FEEPSPI, em 2004. Algumas dessas pessoas, como a Silvana e a Ceição, conheceram o FEEPSPI através de organizações da Igreja Católica (Cáritas Regional do Piauí e Obra Kolping Estadual do Piauí). Foi, portanto, no espaço do

FEEPSPI que aprenderam o significado do conceito de economia solidária e, posteriormente, em outra fase de suas vidas, formaram seus próprios grupos, seus empreendimentos econômicos solidários. Outras pessoas, como a Lis, o João, e a Isabel, já possuíam grupos que trabalhavam na perspectiva da economia solidária, mas não se reconheciam como tal, como fora dito em entrevista *“a economia solidária, na verdade, a gente pratica sem saber (...) porque quando se fala assim parece uma coisa muito longe da nossa realidade, depois quando a gente vai chegando perto, a gente vê que realmente a gente faz aquilo”* (JOÃO, ENTREVISTA DE 2015). A Teresa, por sua vez, conheceu o conceito da economia solidária através da União das Mulheres Piauienses, movimento feminista que apresentou às mulheres do seu bairro a possibilidade de um caminho para a geração de renda, por meio do trabalho em grupo.

Dos entrevistados, apenas o Carlos já conhecia o conceito da economia solidária antes de seu primeiro contato com o FEEPSPI, isso porque dada sua formação no movimento sindical, conhecia a proposta do trabalho do tipo associativo como forma histórica de luta dos trabalhadores, em suas palavras, o movimento de economia solidária é *“um movimento ainda engatinhando, embora seja muito antigo”* (CARLOS, ENTREVISTA DE 2016).

Frente a este quadro, percebe-se que também no Piauí, os movimentos sociais protagonizados pela Igreja Católica e pelo Movimento Sindical são os principais catalisadores do movimento de economia solidária, ou seja, são eles que frequentemente estimulam e dinamizam os atores sociais na busca de uma economia ou até mesmo prática de vida que se oponha ao modelo de produção capitalista. Outros movimentos, como o movimento das mulheres, ou movimentos do tipo urbano, como as associações de moradores, também se aproximam do conceito da economia solidária, no entanto, numa perspectiva mais próxima da questão da geração de renda.

Ora, como movimento social, a economia solidária se apresenta como *“resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza”* (FBES, 2014c). Averiguou-se, através das entrevistas realizadas junto ao segmento dos EES, que as questões relacionadas à identidade e o adversário do movimento parecem estar bastante resolvidas para alguns de seus participantes:

A identidade da economia solidária é, em si, a solidariedade, quem pratica economia solidária, qualquer lugar que você chega, você conhece, é um ajudar o outro. O movimento se opõe à economia atual, ao capitalismo que tá aí, a gente tá dizendo que essa economia que tá aí, que tem um patrão, que oprime, que lhe obriga, não é a economia que nós queremos, mas não basta só dizer isso, nós temos

que dizer isso e dizer: - nós temos outra economia aqui que é possível. Embora a economia solidária hoje, na versão moderna, tem um viés muito forte do capitalismo em termos de marketing. Estamos dizendo pra eles: aqui a gente é um grupo, não tem patrão, o lucro não vai pra uma pessoa só, é dividido (...) é isso que a gente tá dizendo (CARLOS, ENTREVISTA DE 2016).

E ainda...

A gente da economia solidária é uma coisa revolucionária, apesar de ser antiga, a economia solidária ela não é nova, já é uma coisa velha, bastante antiga, então assim, a gente é revolucionário porque a gente tenta ir contra essa história de patrão, do capitalismo, assim que bota lá e produz em série, que tem toda essa história de botar as pessoas lá para trabalharem tantas horas (CEIÇA, ENTREVISTA DE 2016)

É uma nova economia que traz a liberdade, ela deixa todo mundo com o patamar de igualdade, pode assim dizer, ou seja, não há uma competitividade na economia solidária, é uma grande diferença. (...) eu acho que o interessante é isso, é que a gente tem sempre como precisar de alguém (ISABEL, ENTREVISTA DE 2016).

Para fins de análise, retomando os princípios de identidade, de adversário e de totalidade propostos por Touraine (1999), como intrínsecos a toda e qualquer ação do tipo coletiva, indica-se que em linhas gerais, o movimento de economia solidária é construído através de uma identidade onde *o nós* é criado em torno da valorização do trabalho humano como meio da reprodução da vida, ou seja, a concepção de *economia do trabalho* sugerida por Coraggio (2009, p. 120), na qual a economia do trabalho se sobrepõe à economia do capital, no caso da economia solidária, envolve mais especificamente os processos autogestionados por trabalhadores em empreendimentos coletivos, parece-nos bastante aplicável ao movimento de economia solidária no Piauí, quando se pretende discutir qual seria a identidade da economia solidária enquanto movimento social.

A nosso ver, o *revolucionário*, o *solidário* e a *liberdade* presentes nas falas acima dos entrevistados, indicam o reconhecimento da possibilidade de uma outra economia, que se regule não apenas pelo mercado monetário, onde o trabalho é somente mais uma mercadoria, como no sistema capitalista, conforme esclarecemos no capítulo I deste trabalho. Ou melhor, os entrevistados concordam com a possibilidade de incluir o trabalho “como experiência de deleite e fraternidade” (CORAGGIO, 2009, p. 122).

Por outro lado, compreendemos que a questão da identidade do movimento parece estar comprometida quando o conceito da economia solidária é tomado apenas como instrumento para a geração de renda, na perspectiva de alternativa ao desemprego. Dessa forma, o potencial reivindicativo do movimento esvaziase do seu sentido político, quando as práticas de trabalho autogestionário se consolidam tão somente pela necessidade de sobrevivência material, e a dimensão sociopolítica da economia solidária se distancia do

processo autogestionado pelos trabalhadores, porque a prática econômica aí gestada segue tão somente a lógica da acumulação de dinheiro.

Vê-se, pelo conceito de economia solidária apreendido pelos trabalhadores e trabalhadoras, que as bases do processo de acumulação capitalista (a heterogestão, o assalariamento e o lucro) se constituem como elementos que desentendam da proposta das práticas de economia solidária, uma vez que a mesma está assentada nos pilares da autogestão e repartição igualitária dos resultados do trabalho.

É certo que em todo o mundo a mobilização coletiva em prol da gestão democrática está indissociavelmente ligada à busca pela sobrevivência, como fora apontado por Laville (2009). Contudo, se a prática autogestionária se esvazia do seu conteúdo crítico-político-propositivo, sua dimensão sociopolítica, ou seja, a perspectiva política do movimento, enquanto mobilização a favor do direito ao trabalho, autogestionária, também se esvazia.

Isso vem acontecendo no cenário piauiense, alguns relatos nos permitiram chegar a tal conclusão, principalmente por conta das intervenções do Estado por meio de suas Secretarias, que muitas vezes, como fora sugerido pelos entrevistados, não entendem os princípios da economia solidária:

O apoio já é pouco e às vezes ainda vem atropelado, muitos eventos aqui o gestor convidado fala alguma “besteira” ou oferece serviço do SEBRAE, ou chama o microempreendedor, aqui o pessoal ainda passa na brincadeira, mas nos outros estados, as pessoas levantam e vão pra cima, porque foi uma diferença que eu percebi nos outros estados, eles defendem o conceito, a ideia, e aqui, às vezes, infelizmente, o nosso grupo, ainda pela carência e tudo, eles estão muito ainda preocupados com quem vai financiar, quem vai apoiar, onde é que está meu local, onde é que vou botar meu grupo, mas eles não estão preocupados em dar informação pro meu grupo, empoderar o meu grupo, geralmente é um, dois, líderes que vai, o resto só costura, borda, faz aquilo ali, mas tá ali, ela tá fazendo, mas não tem noção, ela não vai no Fórum direito, ela não entende, ela tá ali num grupo, mas ela tá ali, é o boi de máscara, guiada, e nos outros estados as pessoas brigam mesmo pelo conceito, a ideia em si, porque eu acho que com a ideia, naturalmente o grupo se fortalece (JOÃO, ENTREVISTA DE 2015).

E outro entrevistado acrescenta...

Às vezes tem até um dinheiro para a Economia Solidária dentro de uma secretaria, só que a secretaria não sabe o que é a Economia Solidária, então ela vai executar esse recurso de qualquer forma, e aí o fórum perde, o movimento perde e a política perde também, né? Então, a gente tem que ter muito esse cuidado de como a gente tá executando as ações, então a gente teve projetos aqui aprovados de mais de um milhão para apoio e fomento e a Economia Solidária pela SASC, teve projetos aprovados pela SETRE pra trabalhar a questão dos materiais recicláveis, né, e o fórum tenta acompanhar como esses projetos estão sendo executados, pra que efetivamente aquelas ações sejam contempladas (SILVANA, ENTREVISTA DE 2016).

Portanto, de acordo com o relato acima, alguns grupos de economia solidária no Piauí ainda não se apropriaram da dimensão sociopolítica do fenômeno da economia solidária, assim, enxergam o grupo como uma possibilidade de adquirir trabalho e ganhar algum tipo de renda complementar. Um dos possíveis motivos para tal, foi apontado nessa fala:

Nós tivemos assim a sorte de estar num grupo, nosso grupo do Teceart's é um grupo composto por pessoas que já vieram de movimentos, de movimentos de mulheres, de movimentos de crianças e adolescentes, de associação de moradores, de federação. Então, são pessoas que já têm essa cabeça de movimento né, então fica mais fácil pra nós. Então, existem outros grupos que têm pessoas que não tem essa experiência, então, para esses grupos não é que não queiram, é porque eles não têm esse entendimento (LIS, ENTREVISTA EM 2016).

Mais uma vez, a passagem dos sujeitos por outros movimentos sociais parece proporcionar aos mesmos uma formação inicial indispensável para sua afirmação enquanto sujeito político reivindicativo do movimento de economia solidária dentro do FEEPSPI. O *entendimento* de que trata a entrevistada é resultado de um conjunto de vivências comuns àqueles que frequentemente enfrentam as instâncias governamentais de decisão em busca de seus direitos civis e sociais. Até mesmo pela idade dos entrevistados, é possível inferir que esses viveram o período da “emergência da sociedade civil” (LECHAT, 2004, p. 120).

Ainda sobre essa questão, a nosso ver, existe uma relação entre solidariedade, dádiva e mobilização política que não deve ser desconsiderada ao se analisar o movimento de economia solidária no Piauí. Isso porque os sujeitos que participam das discussões no espaço do FEEPSPI parecem se envolver nas lutas reivindicativas não apenas motivados pelo direito ao reconhecimento de uma relação de produção e consumo diferente daquela que se estabelece pelo capitalismo, mas, também, pela manutenção de vínculos sociais com seus pares.

Nesse sentido, o “enxergar-se no outro” se torna um caminho para que interesses não instrumentais, como o amor, a amizade, coloquem-se como principais motivadores das ações dos sujeitos organizados em empreendimentos econômicos solidários e também organizados no espaço do FEEPSPI.

No meu entendimento, é que nós precisamos, como eu te digo, a gente realmente precisa ter voz, conhecimento, ter formação, porque as vezes as pessoas pensam que a gente vai lá e ah! vai ter direito a verba, não!, não! (...) além da história do trabalho e da geração de renda, a gente tem aquela preocupação com o colega de ver, no nosso caso o fórum, nós estamos agora com uma colega nossa que está doente, (...), então não tem como a gente ficar sem saber, aquela coisa, toda aquela preocupação, sei lá. A gente tem aquela história também de que ah! vai ter um edital, vai ter, a gente sabe que vai ter, aquela coisa que beneficie todo o grupo de economia solidária, a gente está convidando, a gente está procurando promover o movimento em si, a gente sempre tem essa preocupação (CEIÇA, ENTREVISTA DE 2015).

Dessa forma, o trabalho em grupo é visto como uma possibilidade de se estabelecer vínculos afetivos que podem despontar no desenvolvimento da solidariedade de democratização societária indicada por Laville (2009), uma vez que os laços entre os sujeitos favorecem o reconhecimento de si no outro, das necessidades comuns compartilhadas entre os grupos, o que de certa forma pode ser considerado como fator que desencadeia a vontade dos sujeitos de se ajudarem mutuamente e expressarem suas reivindicações, resultando numa mobilização política em torno dos direitos sociais e culturais.

O se associar, seja em um grupo de produção, seja num fórum de articulação, como o FEEPSPI, representa para os sujeitos possibilidades de fortalecimento da cidadania. Alguns dos entrevistados reconheceram que somente o fato da constituição de um fórum de economia solidária no estado, já representa um ganho para os empreendimentos econômicos solidários, o fórum seria um canal que possibilitaria a ampliação do contato entre os grupos do movimento de economia solidária, sejam eles empreendimentos ou entidades de apoio e fomento. Nas palavras dos entrevistados:

A gente se preocupa não só com o nosso crescimento, enquanto membro do Fórum de Economia Solidária, mas a gente se preocupa com o crescimento também dos outros companheiros que estão também dentro do Fórum. Por que essa nossa preocupação? Porque a gente sabe que não vai melhorar se só a gente der certo, entendeu? então a gente no momento em que a gente luta pra que a proposta dê certo, a gente também colabora pra que outros empreendimentos tenham o mesmo entendimento, pra que a gente possa crescer, pra que a coisa possa dá certo e a gente possa chegar ao patamar que a gente sonha (LIS, ENTREVISTA DE 2015).

Além da *preocupação* com o outro, por várias vezes os entrevistados mencionaram a *paixão* pelo movimento como causa para a permanência dos mesmos no FEEPSPI: “*Aí quando começa a participar, se apaixona e não quer sair mais*” (TERESA, ENTREVISTA DE 2016); “*quem está dentro, quem conhece, quem se apaixona pela causa, é que estamos incumbidos de levar essa mensagem pra fora*” (ISABEL, ENTREVISTA DE 2015); “*eu conheci a Economia Solidária, é uma coisa meio apaixonante mesmo, porque você vê que é possível partilhar, né? ter o espírito de solidariedade, de valorizar coisas regionais, coisas locais, né?*” (SILVANA, ENTREVISTA DE 2015). Portanto, esse engajamento político dos atores no espaço do FEEPSPI pode ser compreendido a partir do dom, uma vez que os interesses não instrumentais também orientam as ações dos sujeitos nesse espaço de embate social. Essa possibilidade se apresenta porque, como dito em outro momento deste trabalho: “*a luta tem sempre, também, objetivos instrumentais, mas, em primeiro plano, está o reforço da solidariedade do grupo, a busca da troca simbólica e afetiva*” (MELUCCI, 2001, p. 84).

Além disso, a articulação desses sujeitos sociais aponta para a formação de “redes submersas”, ou seja, “pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural” (MELUCCI, 1989, p. 61). Essas redes, portanto, permitem a associação múltipla, porém, a militância é apenas parcial e o envolvimento afetivo se mostra como condição para participar destes grupos (MELUCCI, 1989).

À medida que os fóruns são canais de participação da sociedade civil que “apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática” (GOHN, 2011, p. 336) e conseguem se estabelecer enquanto tal, ganham maior notoriedade no cenário político brasileiro e piauiense⁹¹. Dessa forma, a construção de uma sociedade democrática pressupõe a ampliação do escopo das lutas dos novos movimentos sociais, essas lutas perpassam os direitos sociais e atingem valores culturais.

No entanto, as várias experiências exitosas de grupos de economia solidária já comentadas na abertura deste capítulo, indicam a atuação, no cenário piauiense, de grupos politicamente mais organizados e que experimentam as convicções do trabalho autogestionário, conforme relato: “*a economia solidária na nossa vida foi muito importante, não só por conta da questão dos valores financeiros, mas na questão da solidariedade mesmo, da partilha, no viver com o outro, aí mudou a vida de quem tá participando*” (JOANA, ENTREVISTA DE 2016) ou ainda, “*dentro da economia solidária a gente se achou, a gente se encontrou enquanto grupo que estávamos tentando buscar uma melhoria de vida para nossas famílias*” (LIS, ENTREVISTA DE 2016).

Portanto, pode-se constatar que o movimento de economia solidária é marcado também pela heterogeneidade de seus sujeitos, característica essa própria dos novos movimentos sociais. Ou seja, ao agregar em si as lutas do movimento feminista e do movimento ecologista, o movimento de economia solidária passa a questionar não só o modelo de produção material capitalista, mas traz à discussão os valores culturais que legitimam o padrão civilizatório capitalista.

Ora, o movimento de economia solidária se autoafirma como “práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza,

⁹¹ Outros fóruns foram citados pelos entrevistados como espaços nos quais a temática da economia solidária deveria aparecer com maior frequência, já que são espaços nos quais circulam vários dos sujeitos sociais coletivos que participam também do FEESPPI (a exemplo da FETAG-PI, Cáritas Regional do Piauí, Obra Kolping Estadual do Piauí, Cootapi & Associados, Comissão Pastoral da Terra): o Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido (FPCSA), Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo.

em geral, e de capital, em particular” (FBES, 2014c). Por isso, carrega em si lutas pretensamente amplas, que evocam as necessidades materiais (geração de trabalho e renda), as necessidades de conhecimento (educação fundamental e formação profissional), as necessidades sociais (superação da fragmentação social e do individualismo), as necessidades simbólicas (construção da autoestima individual e de grupo), expansão da cidadania e da participação política, e a implementação de ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável, a partir do respeito ao meio ambiente (LECHAT, 2004).

A realidade dos empreendimentos econômicos solidários no Piauí ainda é bastante distante do que se propõe em termos de “qualidade de vida” e do “bem-viver”, como já indicado pelos mapeamentos 2005/2007 e 2010/2013 analisados acima. Mesmo assim, a nosso ver, o movimento de economia solidária não pode ser relativizado tão somente ao campo das políticas públicas de economia solidária, porque existe uma movimentação política da sociedade civil que não deve ser desconsiderada, principalmente se considerada a mobilização dos sujeitos no espaço do FEEPSPI.

No que diz respeito à organização do movimento de economia solidária a partir das interações entre os sujeitos no espaço do FEEPSPI, é salutar apontar que por conta da pouca atuação do FEEPSPI fora da capital, os sujeitos que participam do próprio são majoritariamente provenientes da capital e dos municípios mais próximos, como já nos referimos antes. Dessa forma, a mobilização dos atores fica concentrada na capital, ou seja, a realização das feiras, das plenárias estaduais, das reuniões ampliadas.

Além dos EES, as EAF também protagonizam o movimento de economia solidária, no Piauí, dentro do espaço do FEEPSPI. Como demonstrado anteriormente, através do quadro 5, são doze as EAF que participam no FEEPSPI, as mesmas possuem uma atuação bastante diferenciada. Para compor o nosso quadro de entrevistas, selecionamos 4 (quatro) EAF, o perfil dos representantes de cada uma delas pode ser visualizado no quadro 9 a seguir:

Quadro 9 - Perfil dos entrevistados – EAF

Nome Fictício*	Nome da EAF/Ano de Ingresso no FEEPSPI	Idade	Sexo	Grau de escolaridade	Atributos
Mariana	CAFEPES/2013	40 anos	Feminino	Ensino Superior completo	Membro da 3ª Coordenação Estadual do FEEPSPI, participa do fórum estadual há seis anos.
Aparecida	FETAG-PI/2004	47 anos	Feminino	Pós-graduada	Assessora da FETAG-PI há doze anos, na área de política salarial, participa do fórum estadual desde a sua fundação, em 2004.
Diego	Cáritas Regional do	52	Masculino	Pós-graduado	Assessor da Cáritas há vinte

	Piauí/2004	anos			anos, foi membro da 2ª Coordenação Estadual do FEEPSPI e atualmente participa do CEES-PI.
Antônio	SEMPRE VERDE/2006	48 anos	Masculino	Ensino Superior Completo	Membro da 3ª Coordenação Estadual do FEEPSPI e também participou da 1ª Coordenação Estadual do FEEPSPI.

Fonte: Dados coletados em 2015.

*Os nomes dos entrevistados são fictícios, para cumprir acordo do TCLE.

Conforme indica o quadro 9 acima, dos 4 (quatro) entrevistados, dois eram homens e duas eram mulheres, com idade entre 40 e 52 anos, e com grau de escolaridade equivalente ao ensino superior completo (1 homem e 1 mulher) e pós-graduação (1 homem e 1 mulher). Observa-se que das quatro EAF representadas, duas se voltam exclusivamente para capacitação e formação em economia solidária, a CAFEPES e a SEMPRE VERDE, as outras duas possuem um escopo de atuação bastante amplo, integrando a economia solidária, ora como metodologia ou processo de assistência às pessoas pobres (Cáritas Regional do Piauí), ora como eixo estruturante do projeto político da instituição (FETAF-PI).

O conceito de economia solidária para os representantes das EAF supracitadas, apresenta-se de maneira diferenciada entre eles, vai desde uma perspectiva ampla de “*um novo projeto [de] sociedade*” (APARECIDA, ENTREVISTA DE 2016), até a compreensão pontual de “*alternativa ao desemprego*” (MARIANA, ENTREVISTA DE 2015). As questões relacionadas à dimensão de contraponto ao capitalismo também são sugeridas por um dos entrevistados, “*não tem a figura do patrão*” (ANTÔNIO, ENTREVISTA DE 2015), ou ainda “*não haja exploração entre as pessoas*” (DIEGO, ENTREVISTA DE 2016). Ao avaliarem a situação da economia solidária no Piauí, os entrevistados concordaram principalmente em um aspecto: o movimento está em construção, isso porque as ações realizadas pelo Poder Público são pontuais e descontínuas, e também pelo fato da formação política dos EES ser ainda incipiente, ou seja, “*é um movimento ainda..., é muito restrito (...) mais organizado em Teresina (...) as pessoas estão muito presentes, mas sem uma consistência clara e conceitual do que seja economia solidária*” (DIEGO, ENTREVISTA DE 2016).

Diante disso, a nosso ver, o conceito de economia solidária apontado por um dos entrevistados, a Aparecida, parece conter os elementos que podem caracterizar uma ação coletiva, enquanto movimento social antagonista, à medida que estabelece oposição ao sistema hegemônico, carregando um projeto de sociedade contrário à reprodução ampliada do capital (BRASIL, 2011). No entanto, quando um dos entrevistados se refere à economia solidária enquanto alternativa ao desemprego, a compreensão da economia solidária enquanto

movimento social fica comprometida, porque denota a ideia de uma resposta a uma crise do capitalismo, extraindo o protagonismo dos trabalhadores no sentido de ação coletiva organizada.

Reconhecer que as práticas de economia solidária necessitam de apoio das instâncias governamentais, a nosso ver, não reduz o sentido da economia solidária à esfera da política pública, o que na verdade pode deformá-la, nesse sentido, seria admitir que apenas por meio do apoio do Estado as práticas de economia solidária poderiam acontecer. Quanto a essa discussão, assim se pronunciou um dos entrevistados: *“antes de existir a SENAES, já existia o movimento de economia solidária, as pessoas já produziam, já vendiam, assim a gente não precisa perder isso, a gente precisa se desafiar mais, independente de política (...) Precisa da SENAES? Não! Precisa é da gente mesmo”* (APARECIDA, ENTREVISTA DE 2016).

O argumento da entrevistada, a nosso ver, revela certo incômodo em relação à opinião que a mesma tem sobre o modo como os segmentos dos EES e EAF (re)agem mediante o posicionamento das instâncias governamentais, ou seja, frequentemente, toda a ação das próprias depende do apoio direto das instâncias governamentais, isso seria responsável pelo engessamento das ações, as quais estariam sempre à espera de iniciativas do Estado. Ainda sobre esta relação movimento/Estado, um dos entrevistados reconhece haver *“um ganho pelo fato de estarmos na estrutura do Ministério do Trabalho, entendeu? mas isso também cria uma situação de dependência, que também não é bom”* (DIEGO, ENTREVISTA DE 2016). A preocupação dos entrevistados nos pareceu bastante pertinente, já que, como dito anteriormente, a forma como os movimentos sociais se relacionam com os sistemas político-decisórios, pode afetar a autonomia e a própria identidade do movimento (MELUCCI, 2001).

A respeito das ações realizadas pelas EAF em torno da economia solidária no Piauí, os entrevistados apontaram, no que tange ao escopo da atuação das instituições que representam, concentrarem-se na formação política dos trabalhadores rurais (FETAG-PI), apoio direto aos grupos de economia solidária, através de programas de capacitação e financiamento (Cáritas Regional do Piauí) e prestação de serviços de assessoramento aos EES (SEMPRE VERDE, CAFEPES). Nesse sentido, podemos concluir que as ações das EAF aqui representadas, abrangem desde a organização econômica até a organização política da base do movimento de economia solidária, os EES.

Desse modo, analisando as ações e o nível de escolaridade dos representantes das EAF, percebe-se que eles são militantes do movimento de economia solidária com maior formação política no movimento e cujas instituições possuem maiores recursos materiais e

financeiros para apoiarem essas ações no campo da economia solidária do Piauí. Apesar dos mesmos ainda lidarem com desvantagens estratégicas de mobilização, como a acumulação de tarefas no interior de suas instituições.

Através da análise de conteúdo das entrevistas dos representantes das EAF, foi possível concluir que o discurso ideológico do movimento de economia solidária é criado majoritariamente pelas EAF, as quais, nesse sentido, atuam como mediadoras responsáveis por facilitar a incorporação desse discurso às práticas das bases representadas pelos EES, o que por sua vez caracteriza o que Scherer-Warren (1996, p. 92) denomina “defasagem entre discurso ideológico e prática efetiva”, cujas implicações têm resultado direto na pouca amplitude de aceitação e militância do movimento.

Como nosso estudo analisa o movimento de economia solidária no Piauí, com atenção especial ao fórum estadual, a partir da interação dos sujeitos nesse espaço, também ouvimos, nas entrevistas, dois representantes do poder público que têm assento no FEEPSPI, ambos representantes da SRTE/MTE. A seguir, no quadro 10, é apresentado o perfil dos entrevistados:

Quadro 10 - Perfil dos entrevistados dos representantes do Poder Público

Nome Fictício*	Órgão Governamental/Ano de Ingresso no FEEPSPI	Idade	Sexo	Grau de escolaridade	Atributos
Ana	NES/SRTE /MTE	52 anos	Feminino	Pós-graduada	Membro da 3ª Coordenação Estadual do FEEPSPI e chefe do NES/SRTE desde 2012.
José	SRTE/MTE	50 anos	Masculino	Pós-graduado	Agente público de Economia Solidária no Piauí e membro da 1ª Coordenação Estadual do FEEPSPI. Atualmente é membro titular do CEES-PI.

Fonte: Dados coletados, 2015.

*Os nomes dos entrevistados são fictícios para cumprir acordo do TCLE.

Pelo exposto no quadro 10 acima, os entrevistados, um homem e uma mulher, são ambos pós-graduados, com idade superior a 50 (cinquenta) anos. José foi agente público de economia solidária no Estado e membro da primeira coordenação estadual do fórum, e atualmente está no CEES-PI, enquanto que Ana é chefe do Núcleo de Economia Solidária e representa o poder público na coordenação estadual do FEEPSPI.

Sobre o conceito de economia solidária, os entrevistados apresentam pontos de vistas semelhantes, para um deles, “*é um movimento que se expressa a partir do coletivo, jamais do individual, cujo propósito maior é dividir, de maneira igual, o resultado do trabalho e da*

renda obtida” (JOSÉ, ENTREVISTA DE 2016), para o outro, “*uma prática econômica solidária que gera renda e dá uma qualidade de vida a essas pessoas*” (ANA, ENTREVISTA DE 2016). Nota-se, contudo, que as expressões *movimento* e *prática econômica* não aparecem juntas em uma só resposta. Para nós, tal aspecto revela a apreensão da multidimensionalidade que acompanha o fenômeno da economia solidária. Ainda assim, a perspectiva de *geração de renda* foi indicada por ambos os entrevistados, isso nos serve para compreender que a dimensão de movimento está propositalmente aliada com a dimensão de prática econômica, sem que haja detrimento da identidade do movimento de economia solidária.

Em relação à situação da economia solidária no Piauí, um dos entrevistados avaliou que existem dificuldades e que a mesma é frequentemente percebida como “*coisa de pobre, de desempregado*” (JOSÉ, ENTREVISTA DE 2016), subtrai-se dessa afirmação que a luta dos EES ultrapassa as questões relacionadas à prática econômica em si, e leva à luta também ao âmbito ideológico, em que a economia solidária aparece como um tipo de prática econômica inferior à capitalista. Por outro lado, para um dos entrevistados as experiências das moedas sociais em São João do Arraial e Pedro II, Piauí, anteriormente mencionadas, contribuíram para que a economia solidária feita no estado sirva de exemplo nacionalmente.

Quando perguntados sobre o papel do poder público no espaço do FEEPSPI, surgiram as seguintes colocações:

Somente um papel: ajudar na articulação da Ecosol, sem oportunismos gratuitos, sem qualquer expectativa de cooptação, inclusive, partidariamente, dos envolvidos nos empreendimentos de economia solidária. Pelo que vem demonstrando ao longo dos mandatos, o Governo estadual não tem entendido, como deve, os princípios da economia solidária. Como não entende bem o seu significado, nesse sentido, tem empregado esforço inútil, utilizando inclusive recursos financeiros do governo federal, cujos resultados são mínimos e questionáveis. Falo de como o gestor público tem aproveitado o espaço concedido pelo governo federal a essa política. Quanto aos empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio e fomento, consideramos que tem avançado, pelo menos em testes de convivência solidária, numa estratificação social completamente viciada, cujo plano de convivência solidária é zero, preponderando a individualidade exacerbada e odiosa. As entidades de apoio tem contado com pessoas identificadas com o movimento e que, de uma certa forma, sabem e honram, na prática, pelos conceitos e prática da economia solidária (JOSÉ, ENTREVISTA DE 2016).

Em sua fala, o entrevistado fornece indicações relevantes acerca de sua avaliação sobre a atuação e a articulação dos três segmentos de atores sociais envolvidos direta e indiretamente com a construção do movimento de economia solidária no Piauí, ao passo que percebe, em relação ao poder público, um tipo de “*esforço inútil*”, e em relação à “*convivência solidária*” entre EAF e EES uma “*estratificação social completamente viciada*” na qual “*prepondera uma individualidade exacerbada e odiosa*”. A nosso ver, o entrevistado

denuncia as incoerências que permeiam as ações de EAF e EES que ainda não possuem uma consistência conceitual clara dos princípios de democracia e coletividade que devem direcionar as práticas gestadas na economia solidária. Apesar disso, encerra sua fala reconhecendo que mesmo diante dessas evidências, existem “*pessoas identificadas com o movimento*” que “*sabem e honram*” o conceito da economia solidária.

Nas entrevistas com os representantes do poder público, surgiram elementos indispensáveis na compreensão da relação movimentos sociais/Estado, no que concerne aos elementos comuns nas ações dos protagonistas do movimento de economia solidária no Piauí. Nesse sentido, evidenciaram-se duas questões principais: em primeiro lugar, “*grande número de pessoas envolvidas desenvolveram um conceito errado quanto ao apoio, entendem que a economia solidária só é possível existir com a ajuda do Poder Público. Enganam-se*” (JOSÉ, ENTREVISTA DE 2016); em segundo lugar, “*o perigo é o estado induzir os empreendimentos econômicos solidários repetirem os interesses da economia de mercado, (...) como patronato, não distribuição de lucros, desrespeito ao trabalhador, ao meio ambiente (...)*” (JOSÉ, ENTREVISTA DE 2016).

Portanto, na análise dos entrevistados supracitados, a possível deformação na compreensão do movimento de economia solidária sobre sua atuação está ligada à compreensão errônea do que venha a ser economia solidária, tanto por parte dos EES como por parte do PP, e a consequente prática irregular desse conceito, através do apoio às iniciativas ditas solidárias apenas no nome. Para nós, esses elementos confirmam a interpretação de Silva (2012) acerca da atuação de EES em Teresina que, na verdade, para ela, reproduzem a lógica de exploração dos trabalhadores, por conta das mesmas serem geradas no contexto da informalidade e serem apoiadas pelo Poder Público, que vê a possibilidade de se esquivar das garantias constitucionais dos trabalhadores e trabalhadoras dos EES.

Outro aspecto que merece atenção nesta análise é a marcante postura crítica de um dos representantes do poder público entrevistado, em sua fala “*a sociedade capitalista é doente por natureza*”, e ainda:

Procuro convencer a quem me ouve que toda a prática da Ecosol questiona os princípios que nos empurram como sendo os únicos e possíveis de serem praticados, para nos levar a uma suposta satisfação, que no fundo gera muito mais desespero, doença física e psicológica (JOSÉ, ENTREVISTA DE 2016).

E também:

Para acreditar em movimentos como a Ecosol é preciso ser revolucionário em ideia e em ação. Todo esforço será inútil se por trás desse movimento não estiverem

peças conscientes do que representa para melhoria da sociedade em que vivemos (JOSÉ, ENTREVISTA DE 2016).

Percebeu-se, nas falas acima, que o sujeito ao qual nos referimos demonstra explicitamente sua militância no movimento de economia solidária no Piauí, o que nos leva a repensar a heterogeneidade dos atores sociais que vêm construindo o movimento de economia solidária em todo o Brasil, como indicará Souza (2013), ao tratar sobre os quatro conjuntos de sujeitos sociais que se envolvem com o desenvolvimento da economia solidária no Brasil: os sindicatos, o poder público, as universidades e a Igreja.

Acrescenta-se a essa análise, que por mais que o sujeito esteja ocupando um cargo num órgão público, sua aproximação com o movimento de economia solidária se dá, segundo o mesmo, por convicções pessoais, na fala do próprio: *“confesso que encontrei na Ecosol uma oportunidade ímpar de colocar em prática alguns sonhos que acalentei ainda como estudante universitário, qual seja, de lutar por um mundo diferente”* (JOSÉ, ENTREVISTA DE 2016).

3.2.2 As articulações, os limites e as possibilidades no FEEPSPI

Os fóruns e as redes de organizações da sociedade civil vêm sendo consideradas importantes formas organizativas dos movimentos sociais contemporâneos (SCHERER-WARREN, 2007). Frequentemente, reúnem ONGs, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, além de estabelecer algum tipo de diálogo com o poder público (OLIVEIRA, 2003). Dada essa composição, é válido inferir que à medida que reúne essa pluralidade de sujeitos sociais, os fóruns se constituem espaços de participação popular, com um complexo conjunto de jogos de interesses.

No caso do campo de economia solidária, as ações diferenciadas dos sujeitos que protagonizam o movimento de economia solidária nos espaços dos fóruns permitem compreendê-lo como composto por sujeitos heterogêneos que se organizam nacionalmente e de forma autônoma. Traço marcante dos novos movimentos sociais, que são geralmente compostos por unidades diversificadas e autônomas organizadas, porém, através de redes de comunicação e intercâmbio que permitem a essas unidades a manutenção da coesão do movimento (MELUCCI, 2001).

No FEEPSPI, além do diálogo que se estabelece entre os três segmentos, a saber, os EES, as EAF e o PP, o fórum estadual também se propõe a concretizar suas ações a partir de articulações com outros sujeitos sociais que venham a contribuir para dar visibilidade ao

movimento de economia solidária no Piauí. Na verdade, essa articulação estratégica já é um elemento que se apresenta na própria constituição dos eixos de atuação do FBES e que, portanto, é uma orientação seguida por todos os FEES atuantes no Brasil, uma vez que “*estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania (...)*” (FBES, 2014c).

No caso do movimento de economia solidária no Piauí, as alianças estratégicas que marcam a trajetória de atuação do FEEPSPI aconteceram desde o momento de sua constituição, uma vez que, por exemplo, tanto a União das Mulheres Piauienses (UMP) como a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMARES) declararam apoio à institucionalização do fórum estadual em Teresina.

Para além destas primeiras articulações, que foram indicadas na seção 3.2.1 deste capítulo, analisamos, por meio das entrevistas, como são percebidos o estabelecimento das alianças estratégicas pelos membros do FEEPSPI. Apenas nas entrevistas realizadas com o segmento dos EES e EAF foram realizadas perguntas sobre a questão da articulação do FEEPSPI com outros movimentos sociais ou com outros fóruns e redes.

Quando perguntados se o FEEPSPI realizava algum tipo de articulação com movimentos sociais, as respostas seguiram basicamente três linhas argumentativas: 1) Não há uma articulação satisfatória, o movimento de economia solidária é “*um gigante adormecido*” (CARLOS, ENTREVISTA DE 2016), ou seja, carrega consigo várias bandeiras de luta, no entanto, no Piauí, ainda não vem acontecendo uma articulação satisfatória com outros movimentos sociais. Para outro entrevistado, “*alguns podem até dizer: nós temos aproximação com esse movimento! A gente tem aproximação muito é com as entidades de governo, é com a SACS (sic), é com a prefeitura, houve, mais movimento, não!*” (APARECIDA, ENTREVISTA DE 2016); 2) Sim, existem articulações, porque “*algumas lutas a gente tem compartilhado com o Fórum do Semiárido (...) Fórum do Trabalho Escravo (...) o movimento das mulheres*” (ANTÔNIO, ENTREVISTA DE 2016); nesse sentido, as articulações aparecem como inerentes às ações do fórum estadual, um dos motivos para tal, seria o fato das mesmas organizações que compõem o FEEPSPI participarem de outros espaços de representação da sociedade civil; 3) Sim, ocorrem articulações, isso graças à própria caracterização dos EES e EAF, os quais trazem consigo as demandas das “*populações urbanas, populações rurais e minorias*” (DIEGO, ENTREVISTA DE 2016).

Referindo-se à frequência com que ocorrem essas respostas, foram da seguinte ordem: dois entrevistados (um representando o segmento de EAF e outro representando o segmento de EES) seguiram a primeira linha argumentativa; quatro (dos quais, um representava EAF e

os outros três representavam EES) entrevistados construíram suas respostas obedecendo à segunda linha argumentativa; cinco entrevistados (dois representavam EAF e três representavam EES) responderam de acordo com a terceira linha argumentativa citada acima. Portanto, percebe-se que a resposta mais frequente em relação à articulação do fórum estadual com movimentos sociais, apontou para uma articulação, a nosso ver, realizada de maneira mais implícita, já que não se mencionaram ações conjuntas tomadas pelo fórum estadual em parceria com movimentos sociais, porém, a articulação, no caso do movimento de economia solidária com outros movimentos sociais, concretiza-se à medida que a prática autogestionária se revela um caminho para a superação de algum tipo de exclusão social para esses grupos de pessoas, as quais percebem na economia solidária a possibilidade de geração de renda através do trabalho coletivo, e um retorno aos ideais de solidariedade.

Confirma-se, portanto, o FEEPSPI como um espaço da sociedade civil organizada que luta contra a exclusão social o que, por sua vez, como indicado por Santana Júnior (2007), é resultante da exacerbação do econômico sobre o social e cultural, pelo estímulo a um modelo de prática econômica realizada por trabalhadores em grupo, que se desvinculem dos princípios inerentes ao padrão de acumulação capitalista pautado na heterogestão, assalariamento e lucro.

Dada a constatação de que o FEEPSPI é o espaço institucional que vem se apresentando como principal canal intermunicipal de articulação dos sujeitos sociais que se envolvem com a construção do movimento de economia solidária em âmbito estadual, algumas questões relacionadas aos limites e possibilidades do movimento foram apresentadas pelos entrevistados dos segmentos das EAF e EES. A seguir, comentaremos detalhadamente cada uma delas.

Em primeiro lugar, a formação incipiente dos segmentos que compõem o FEEPSPI aparece como principal preocupação daqueles militantes mais críticos. Nesse sentido, a nosso ver, à medida que o principal elemento que atrai as pessoas a participarem do fórum estadual é a perspectiva de geração de renda, alguns grupos, e até mesmo empreendedores individuais, aproximam-se do fórum estadual imaginando a possibilidade de obter vantagens financeiras, no sentido de indicação para a participação de projetos ou se aproximarem de EAF que, de certa forma, possam dar assistência aos seus empreendimentos. Diante disso, a dimensão sociopolítica do fenômeno da economia solidária fica muito aquém da esperada na construção do mesmo enquanto movimento social político, reivindicativo e antagonista. Em contrapartida, os EES, cujos membros carregam consigo, na sua trajetória, o envolvimento com outros movimentos sociais do tipo urbano, religioso ou de gênero, possui um arsenal

conceitual muito mais significativo para o empoderamento desses grupos. Em contrapartida, não se pode recorrer a uma noção de “interesse desinteressado”⁹² para justificar a formação das redes associativas, mas, torna-se imprescindível considerar que a motivação da ação social que se volta para a mobilização política carece da criação de vínculos sociais entre atores sociais que se reconheçam enquanto sujeitos políticos.

Em segundo lugar, percebe-se que a falta de apoio do Poder Público aparece frequentemente como fator que limita o fortalecimento do movimento de economia solidária. Para os entrevistados, o descaso do poder público em relação ao investimento financeiro direto aos EES é um elemento apresentado não apenas pelo segmento dos EES, mas, também, algo que se revela na fala do segmento da EAF e do próprio PP. Esse descaso, contudo, é visto pelos entrevistados de duas formas: primeiro, seria resultado do desconhecimento dos gestores públicos acerca do que seja verdadeiramente economia solidária; segundo, seria uma ação negativa proposital, à medida que o Estado que é capitalista não tem interesse em fomentar a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, mas apenas reinseri-los no mercado de consumo capitalista, através do incentivo às práticas ditas de economia popular, na qual a questão da qualidade de vida é desconsiderada. Outros fatores que parecem se relacionar com esta falta de apoio seriam a alta rotatividade dos gestores públicos e a inadequação da proposta da economia solidária ao modelo de desenvolvimento econômico apoiado pelo Estado. Ainda sobre esse assunto, é necessário considerar que no Piauí existe um relativo grau de comprometimento da autonomia do movimento de economia solidária, quando se verifica como as ações dos EES e EAF são encaminhadas com uma certa dose de dependência das ações do Poder Público.

Em terceiro lugar, apesar dos doze anos de atuação do FEEPSPI, ainda existem muitos desníveis em relação ao alcance do conceito da economia solidária, o que para alguns entrevistados remete a uma situação de “*invisibilidade*” do movimento. As dúvidas frequentemente levantadas sobre o conceito revelam a pouca ou insatisfatória divulgação do movimento de economia solidária na sociedade piauiense, a estranheza que o termo provoca nas pessoas, aponta para um debate pouco amplo. A questão da concentração da atuação do FEEPSPI em Teresina e suas proximidades parece ser um fator que tem implicações diretas na invisibilidade do movimento nos municípios mais longínquos da capital.

⁹² À Luz da teoria da dívida aplicada ao fenômeno da economia solidária por Caillé, existe o interesse que motiva a ação social, portanto, no sentido da dívida, não se pode falar em feitos desinteressados, mas que essas ações geralmente são motivadas por interesses não instrumentais.

Por outro lado, por meio das entrevistas e da observação participante é possível indicar alguns fatores na atuação do FEEPSPI como relevantes para a potencialização das ações dos protagonistas do movimento de economia solidária no Piauí, são eles: voluntarismo, transversalidade da temática e penetração recente de redes.

O voluntarismo aponta para uma sensibilização individual de alguns participantes, inclusive dos representantes do PP, indica um compromisso com a propagação dos princípios da economia solidária, até mesmo nos locais de convivência familiar, nos grupos religiosos ou entre amigos. A nosso ver, a disposição dos sujeitos sociais, motivada por interesses não instrumentais, demonstra o potencial de construção do movimento, à medida que se apresentam no espaço do FEEPSPI militantes críticos que podem contribuir para o fortalecimento, no sentido de formação política, dos EES, como também para o recrutamento de novos militantes.

A transversalidade da temática é um aspecto inerente ao movimento de economia solidária em âmbito nacional. Embora o movimento de economia solidária se apresente na realidade piauiense de forma ainda tímida, admite-se que a transversalidade da temática nas questões de exclusão social sejam relacionadas ao gênero, à raça e à etnia, à pobreza, ou ainda, as questões relacionadas à sustentabilidade do meio ambiente venham contribuir para legitimar o discurso a favor da economia solidária, dando maior visibilidade ao movimento.

O fórum estadual vem recebendo redes que poderão se constituir diferenciais estratégicos para a formação de seus participantes, tanto no que diz respeito à formação política – no caso da RECID – quanto na capacitação profissional dos EEEs – no caso da Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste. Além disso, essas redes colocam os sujeitos sociais que constroem o movimento de economia solidária no Piauí, em contato com outros sujeitos sociais que experimentam a vivência no campo da economia solidária em outros estados.

CONCLUSÃO

Em âmbito internacional, o movimento de economia solidária se apresenta enquanto movimento social que renuncia as bases do processo de acumulação capitalista – a heterogestão, o assalariamento e o lucro, rejeitando também as implicações culturais, sociais e políticas resultantes do estabelecimento do sistema capitalista como modelo civilizatório hegemônico na modernidade (SANTANA JÚNIOR, 2007).

Portanto, o movimento de economia solidária comporta, em sua essência, um projeto societário alternativo (BRASIL, 2011), no qual estão abertos novos horizontes para a experimentação de práticas sociais orientadas por princípios antiutilitaristas (CAILLÉ, 2009), à medida que se insere na perspectiva dos novos movimentos sociais e se organiza preferencialmente através de redes de articulação.

No Brasil, a aproximação entre diversos atores sociais (intelectuais, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, universidades e Igrejas) durante realização do I Fórum Social Mundial, no ano de 2001, em Porto Alegre (RS), já impusera ao movimento de economia solidária em construção, o desafio de conjugar a diversidade na unicidade, ou seja, consolidar os princípios da identidade, da oposição e da totalidade inerentes à ação coletiva organizada para a transformação social.

Nesse sentido, foi criado pelos protagonistas do movimento o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, e junto com ele, documentos que direcionariam as ações do movimento, a Carta de Princípios e a Plataforma de Lutas. O FBES, portanto, apresenta-se como um espaço de articulação dos sujeitos sociais para o fortalecimento do movimento de economia solidária, e tem nos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES) a possibilidade de estender a capilaridade do movimento em todo o território brasileiro.

Além desses atores sociais, o campo da economia solidária no Brasil compreende também políticas públicas na administração direta e indireta nas esferas local, estadual e nacional, que fomentam a economia solidária. Essa multiplicidade de sujeitos sociais impõe ao movimento de economia solidária a necessidade constante do enfrentamento às iniciativas que negam os princípios da economia solidária, e se conformam apenas com a perspectiva de “alternativa ao desemprego”, negligenciando a compreensão histórica do movimento de economia solidária.

Nesse sentido, o presente estudo se propôs a uma investigação a respeito do *processo de atuação do movimento de economia solidária no Estado do Piauí, a partir de interações entre os sujeitos sociais dos segmentos dos empreendimentos econômicos solidários,*

entidades de apoio e fomento e poder público, que participam do Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária (FEEPSPI) em Teresina.

O Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária (FEEPSPI) vem atuando, ao longo dos seus doze anos de institucionalização, como principal espaço para construção e expressão do movimento de economia solidária, mais especificamente, na articulação dos seus protagonistas, os EES e as EAF, além de possibilitar o diálogo desses últimos com os órgãos do Poder Público.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, os primeiros achados apontavam para a confirmação de nossas hipóteses, pelas quais o fenômeno da economia solidária, além de forma econômica de produção não capitalista, incorporava um sujeito político que estrutura o movimento de economia solidária; e que esse movimento de economia solidária se inseria na perspectiva dos novos movimentos sociais, em um contexto de proposta contra-hegemônica de globalização; e também estava organizado através de redes de movimentos sociais, contando com os espaços do fórum de economia solidária como instrumento de fortalecimento do próprio movimento.

Contudo, a nossa investigação através das leituras dos referenciais teóricos e pesquisa de campo, alguns elementos na organização e funcionamento do fórum estadual revelaram algumas particularidades em relação à organização do movimento de economia solidária no Piauí, tais como: forte ligação à estrutura da SRTE/MTE através do NES/SENAES/MTE, pequena representatividade dos municípios piauienses com assentos no fórum, participação pouco ativa dos participantes representantes dos EES. Essas questões nos fizeram perceber que o movimento de economia solidária no Piauí, como fora indicado pelos entrevistados, estaria em *construção*.

As práticas e estratégias dos atores sociais participantes do fórum estadual apontaram para uma ininterrupta luta pela viabilidade econômica dos EES, por meio da oferta de cursos para formação técnica e conceitual dos trabalhadores e trabalhadoras, busca por financiamentos e espaços para a comercialização; e, ainda, pelo estímulo à solidariedade, por meio das festividades e intercâmbios de saberes entre os EES. Dessa forma, a articulação dos sujeitos sociais no espaço do FEEPSPI permite aos seus militantes mais críticos a experimentação direta de novos modelos culturais, ou seja, existe uma *latência* intrínseca típica dos movimentos sociais contemporâneos, como fora analisado por Melucci (1989), contida no movimento de economia solidária, e para além disso, o movimento também dá *visibilidade* à lógica perversa do sistema capitalista, a partir da atribuição de problemas específicos compartilhados pelos grupos (como por exemplo: exclusão social) à lógica geral

do sistema, do padrão de acumulação capitalista, à medida que provoca discussões que questionam os princípios utilitaristas que regem as relações sociais.

Entretanto, os aspectos que se apresentam na realidade dos EES no Piauí, levam-nos a questionar o grau de comprometimento da autonomia do movimento de economia solidária, ou seja, em que medida as ações do movimento dependem do aparato do Estado para sua concretização. Em relação ao FEEPSPI, a já mencionada ligação do mesmo à estrutura da SRTE/MTE, parece acomodar toda a mobilização em prol da economia solidária, preferencialmente na capital teresinense, o que, a nosso ver, compromete a expansão do movimento para outros territórios piauienses.

Ressalta-se que no que diz respeito à identidade do movimento de economia solidária no Piauí, o forte discurso de “alternativa ao desemprego” parece direcionar as práticas autogestionadas à mobilização política mais em torno da questão dos direitos sociais do que pelos direitos econômicos, dessa forma, frequentemente, os sujeitos sociais se mobilizam politicamente, cobrando apoio direto do Estado para a realização das práticas associativas, o Estado, contudo, que é capitalista, não tem interesse algum em promover ou estimular as práticas laboriosas, a fim de garantir qualidade de vida aos trabalhadores e trabalhadoras. E então, as práticas autogestionadas induzidas por este mecanismo, não carregam consigo a identidade do movimento de economia solidária.

Além disso, no âmbito das relações Sociedade Civil e Estado, a contratação de militantes do movimento de economia solidária por órgãos públicos indica uma possível estratégia, por parte do Estado, para o apaziguamento de conflitos, levando os enfrentamentos políticos a certo grau de comprometimento. No caminho inverso, a sensibilização de alguns gestores públicos ou, ainda, funcionários públicos, não deve ser desconsiderado como fator para o fortalecimento das práticas autogestionadas, uma vez que tais atores também contribuem para a divulgação do movimento de economia solidária no Estado do Piauí.

Porém, acredita-se, pelos achados da pesquisa, que o contato direto destes EES com o espaço do FEEPSPI, pode contribuir maciçamente para o fortalecimento da identidade desses EES, os quais, na verdade, foram formados unicamente com a pretensão de geração de renda para seus participantes. O FEEPSPI consegue combater “desvirtuamentos” das práticas ditas de economia solidária, principalmente daquelas que em seu processo de formação se articulam com o SEBRAE, ao alertar para as incompatibilidades entre empreendedorismo individual e coletivo direcionado pela economia solidária. Resta ao fórum estadual criar mecanismos que atraiam os EES ao espaço de articulação que o próprio oportuniza.

Os principais desafios do movimento de economia solidária, no que diz respeito à sua articulação, residem principalmente na diversidade de demandas típicas dos novos movimentos sociais, ou seja, a presença de coletivos heterogêneos provenientes de movimentos sociais diferentes (movimento das mulheres, movimento sindicalista, movimentos religiosos, movimento negro), requer do movimento a consolidação de sua unicidade, essa relacionada necessariamente com o fortalecimento da identidade e da autonomia do movimento, mediante processos contínuos e sistemáticos de formação política dos trabalhadores e trabalhadoras.

Estender suas ações por todo o território piauiense também se revela um grande desafio que se apresenta ao FEEPSPI, já que durante seus doze anos de atuação, o fórum concentra suas ações mais precisamente em Teresina e municípios que estão mais próximos da mesma. A partir disso, seria possível aproximar os EES da zona rural, dos EES da zona urbana, o que poderia garantir a ambos a aquisição ou compartilhamento de experiências que fortaleçam os vínculos de solidariedade entre os tais, contribuindo para a renovação de suas práticas sociais.

A natureza permanente do FEEPSPI demonstra como o próprio se constitui locus privilegiado do movimento de economia solidária, porque nele são definidas as diretrizes de ação do movimento voltadas para os eixos de atuação estabelecidos pelo movimento em âmbito nacional, são eles: finanças solidárias, marco legal, educação, comunicação, redes de produção/comercialização/consumo, democratização do conhecimento e da tecnologia, e organização social. Contudo, no cenário atual do movimento, os ganhos se destacam nos eixos de marco legal e educação, com a aprovação da PEES e criação do CEES-PI, e atuação da Rede de Educadores em Economia Solidária.

O presente estudo não esgota as possibilidades de investigação científica a respeito do movimento de economia solidária no Piauí, ao passo que se concentra na análise da atuação dos sujeitos sociais no espaço do fórum estadual, com isso, pretende propiciar aos leitores uma primeira análise do movimento em questão. Diante disso, outras questões podem ser pensadas para a compreensão do movimento no estado, tais como: estudos sobre a mobilização dos sujeitos nas feiras estaduais de economia solidária, a atuação dos sujeitos no espaço do CEES-PI, os conflitos que se estabelecem nos EES, a partir da formação oferecida pelo SEBRAE, e o diálogo entre SEMEST e FMEPST.

REFERÊNCIAS

ANTEAG. **Atlas de Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. (Org.) Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. São Paulo: Todos os bichos, 2009.

AQUINO, Jakeline Rodrigues de. **A Economia Solidária e a Inclusão dos Marginalizados: um Estudo de Caso dos Empreendimentos Econômicos e Solidários das Cadeias Produtivas do Mel e do Caju no Território Vale do Guaribas**. 2011. 89 p. Monografia (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal do Piauí. Picos, 2011.

ARROYO, J. C. T; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. **Globalização – desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do sul**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A Produção de Sentido e a Construção Social da Economia Solidária**. 2010. 255 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. Transição, revolução social socialista e economia solidária. In: **Proposta**, jun/ago 2003. p. 17-27.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone C. Benedetti. Martins Fontes: São Paulo, 2009.

BRASIL, Manuela Salau. **A produção social das utopias: uma análise a partir da economia solidária**. 2011. 284 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa de. **Redes, solidariedade e cidadania democrática: a experiência inovadora da Articulação do Semi-Árido (ASA)**. 2007. 347p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

CABRAL, Gil Alves; LIMA, Solimar Oliveira. Economia Solidária e geração de renda no Piauí. In: **Economia solidária no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

CAILLÉ, Antiutilitarismo. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: Jan. 2016

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a.

_____. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b.

CARE BRASIL. Quem somos. Disponível em: <http://www.care.org.br/quem-somos/>. Acesso em: Fev. 2016

CARTILHA. **Economia solidária no Piauí.** (Mimeo)

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário (tradução de Iraci D. Poleti). 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo.** 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

CÁRITAS. ORG. **Quem somos e histórico.** Disponível em: <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>. Acesso em: jan. 2016.

CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA-PI. **Regimento Interno.** (Mimeo). 2015

CORAGGIO, José Luis. Economia do Trabalho. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: Jan. 2016.

COSPE. **Who we are.** Disponível em: <http://www.cospe.org/en/who-we-are/>. Acesso em: jan. 2016.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Outras políticas para outras economias:** contextos e redes na construção das ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). 2012. 472p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

CUT. **Histórico.** Disponível em: <http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>. Acesso em: jan. 2016.

DUMÉNIL, Gerárd; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

DESLANCHES, S. F; GOMES, R; MINAYO, M. C. S (Org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DUBEX, Ana *et al.* (Orgs). Aprendendo na vivência do bordado um jeito de superar a violência e construir a autoestima das mulheres no Parque Piauí. In: **A construção de conhecimentos em economia solidária:** sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste. Recife: F&A Gráfica e Editora Ltda, 2012.

FAZENDA DA PAZ. Instituição. Disponível em: <http://www.fazendadapaz.org.br/instituicao.html>. Acesso em: fev. 2015

FEESPI. Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí. **Catálogo Economia Solidária no Piauí.** Teresina: Grafiset, 2007.

_____. **Regimento Interno.** Teresina, 2015.

FETAG-PI. **Quem somos**. Disponível em:

<http://www.fetagpi.org.br/index.php?link=pagina&id=12>. Acesso em: jan. 2016.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Sobre o FBES**. Disponível em:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57#

Acesso em: nov. 2014a.

_____. **FBES: organização e forma de funcionamento**. Disponível em:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=65&Itemid=61

Acesso em: nov. 2014b.

_____. **Carta de princípios da economia solidária**. Disponível em:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60

Acesso em: nov. 2014c.

_____. **A trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES)**. Disponível em:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57.

Acesso em: nov 2014d.

_____. **Plataforma**. Disponível em:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=62&Itemid=59.

Acesso em: nov. 2014e.

_____. **Fórum Piauiense de Economia Solidária**. Histórico. Disponível em:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=267&Itemid=10.

Acesso em: nov. 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002. Disponível em:

<https://intranet.dcc.ufba.br/pastas/ondadigital/backupAnexoSite/incluiSim/EconomiaSolidaria-FronteirasConceituais.pdf>. Acesso em: fev. 2016

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A Economia Solidária diante do Modo

de Produção Capitalista. In: **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

Disponível em:

<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=967&article=171&mode=pdf>. Acesso

em: dez. 2015

_____. (Coord). **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, mai./ago. 2011.

GUESNERIE, Roger. **A economia de mercado**. São Paulo: Ática, 1997.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A era do globalismo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Estados. Piauí. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pi>. Acesso em: dez. 2015

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em: jan. 2016.

JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. Verbete: laissez-faire.

LAVILLE, Jean Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

LAVILLE, Jean Louis. A economia solidária: um movimento internacional. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, mar. 2009. p. 7-47.

_____. Economia Plural. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Solidariedade. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: dez. 2015

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajatórias Intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004. 392p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2004.

LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015.

LIMA, Solimar Oliveira; PARADIZO, Romina; MONTEIRO, Juliana Portela do Rego (Orgs). **Economia Solidária no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

BRAGA, Iara Mesquita da Silva; LIMA, Solimar Oliveira (Orgs). **Trabalho e Autogestão O Peixe e A Rede: educação em economia solidária na universidade pública**. Teresina: EDUFPI, 2013.

LIMA, Solimar Oliveira. **Trabalho e economia solidária**. Informe Econômico, Teresina, a. 11, n. 23, p. 27 – 28, 2010. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/economia/arquivos/files/Informe23.pdf> Acesso em: 10 jan. 2015.

LIMA, Solimar Oliveira *et al.* **Economia Solidária no Piauí: aspectos da produção, comercialização e nível de renda**. Informe Econômico, Teresina, a. 12, n. 26, p. 23-26, nov. 2011. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/economia/arquivos/files/Informe23.pdf> Acesso em: 10 jan. 2015.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LOPES, Adriano Wesley de Oliveira; SOBRINHO, Gildene Araújo de Sousa; LIMA, Solimar Oliveira. Caracterização das atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos econômicos solidários no Piauí. In: **Economia solidária no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

LOPES, Adriano Wesley de Oliveira; LIMA, Solimar Oliveira. Economia Solidária e o acesso a crédito no Piauí. In: **Economia solidária no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

MATIAS, Raquel Bezerra. **Gestão de Cooperativas e Economia Solidária: um estudo de caso na Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí – COCAJUPI na cidade de Picos-PI**. 2011. 49p. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade Federal do Piauí. Picos, 2011.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? In: **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451989000200004&script=sci_arttext. Acesso em: jun. 2015.

MIRANDA, Raimunda Beatriz Borba; LIMA, Solimar Oliveira. População economicamente ativa ocupada nos empreendimentos econômicos solidários no Piauí. In: **Economia solidária no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária e sua relação com o Conselho Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: www.fbes.org.br/biblioteca22/bene_forum_conselho.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: set. 2015.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e cultura política no poder local: o Conselho da Administração Participativa de Camaragibe-PE**. 2003. 194p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

PAZ, Oriana Chaves de Oliveira. **Capital solidário: políticas públicas, microcrédito e inclusão financeira – o caso da economia solidária em Teresina**. 2012. 91p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.

PEREIRA, Kelci anne. **Economia solidária: um movimento social**. In: **II ENPES – Encontro Nacional de Pesquisadores sobre Economia Solidária**. São Paulo. 2012. Disponível em: <https://abpes.files.wordpress.com/2013/11/14.pdf>. Acesso em: jan. 2016

PIAUI. **Lei Ordinária nº 6.057**, de 17 de janeiro de 2011. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc. Acesso em: jan. 2016

_____. **Decreto nº 15.327**, de 03 de setembro de 2013. Constitui o Conselho Estadual de Economia Solidária no Piauí. Disponível em: www.diariooficial.pi.gov.br/diario/201304/DIARIO30_770e460890.pdf. Acesso em: fev. 2016.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RECID (REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ). **Como nos organizamos**. Disponível em: <http://recid.redelivre.org.br/como-nos-organizamos-2/>. Acesso em: jan. 2016.

RELATÓRIO DA V PLENÁRIA ESTADUAL. Disponível em:
http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1734&Itemid=8. Realizada em 14 e 15 de setembro de 2012. Acesso em: fev. 2016

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SAMPAIO, Samara Carvalho; LIMA, Solimar Oliveira. Mapeamentos de empreendimentos econômicos solidários no Piauí. In: **Economia solidária no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

SANTANA JÚNIOR, Gildásio. **A Economia Solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?** 2007. 255p. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos. **A atuação dos governos locais na redução das desigualdades socioeconômicas**. 2013. 209p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013.

SANTOS, Jhennyson Robert Ribeiro dos; LIMA, Solimar Oliveira. **Economia Solidária no Piauí: Desafios para a comercialização**. In: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, CODE, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** do pensamento único à consciência universal. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SCHERER–WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania**. In: **Política & Sociedade**. Dossiê Temático, v. 6, n. 11, 2007. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1254/1199>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Movimentos sociais e geração de novos direitos em tempos globais: o caso brasileiro. In: **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SCHIOCHET, Walmor. Políticas Públicas. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. Disponível em:
<http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

SENAES/MTE. **Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal - 2003/ 2010**. Brasília, 2012. Disponível em:

http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf. Acesso em: jan. 2016.

SERVA, Maurício. Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. In: **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, Rio de Janeiro, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v11n4/02.pdf>. Acesso em: out. 2015.

SIES. SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/sies>. Acesso em: nov. 2015.

SILVA, Naira Luan Sousa e. **Um outro mundo é possível: o Fórum Social Mundial e a proposta de uma globalização alternativa**. 2013. 41 f. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade Federal do Piauí, Picos, PI, 2013.

SILVA, Naiara de Moraes e; CHAVES, Oriana; LIMA, Solimar Oliveira. Economia Solidária no Piauí: a solidariedade na reinvenção do espaço público. In: **Informe econômico**, a. 11, n. 23, nov. 2010.

SILVA, Naiara de Moraes e. **As garantias constitucionais trabalhistas e a política pública de economia solidária em Teresina-PI**. 2012. 142p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **O Capitalismo, sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, André Ricardo de. **Os Laços entre igreja, governo e economia solidária**. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2013.

SOUSA, Rosângela Maria Sobrinho *et al.* FÓRUM DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE TERESINA-PIAUI: protagonismo histórico e social. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, MA, BRASIL, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/forum-de-economia-popular-solidaria-de-teresina-%E2%80%93-piaui-protagonismo-historico-e-social-.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

TOURAINÉ, Alain. **Como sair do liberalismo?** Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

VIEIRA, Flávia Braga. Articulações internacionais “desde baixo” em tempos de globalização. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

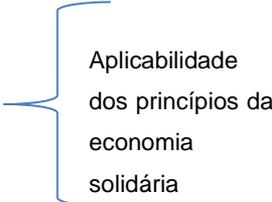
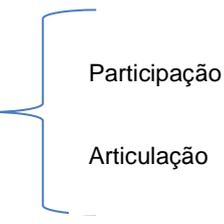
VIVERET, Patrick. Altermundialização. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o “espírito do capitalismo**. Tradução de José Marques Mariani de Macêdo. 6. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
(GUIAS DE ENTREVISTA)**

GUIA DE ENTREVISTA APLICADA AO SEGMENTO DE EES	
Dados de identificação	
Identificação pessoal	Informação do empreendimento solidário
Nome:	Nome:
Idade:	Ano de fundação:
Sexo:	Ramo de atividade:
Estado Civil:	
Grau de escolaridade:	Ano em que ingressou no FES:
Telefone: ()	
Endereço:	
Temas	
Palavras-chaves	Questionamentos Possíveis
Economia Solidária	O que você entende por economia solidária?
	Como você avalia a situação da economia solidária no Piauí?
	Qual a sua contribuição para a economia solidária no Piauí?
	Em sua opinião, quais são os maiores desafios para a economia solidária no seu município e estado?
FES	Com que frequência você participa das reuniões do FES?
	Quais outras atividades realizadas pelo FES você participou?
	Você já trocou experiência com algum empreendimento solidário que também é membro do FES? Quais? Quando? Com quem?
	Quais motivos te fizeram pedir assento no FES?
	Você participa das decisões tomadas no FES?
	Como você avalia a participação dos outros empreendimentos solidários no FES?
	Em sua opinião, quais os maiores desafios para o FES?
	Quem toma as decisões no FES?
	Para você, quais são as contribuições do FES para os empreendimentos solidários?
	Como você avalia a participação dos gestores públicos no FES?
Em relação às entidades de apoio e fomento, como você avalia a participação dessas no FES?	

Trabalho com carteira assinada	Você já possuiu um emprego com carteira assinada?	
	Você gostaria de conseguir um emprego com carteira assinada? Por quê?	
Trabalho em grupo	 <p>Aplicabilidade dos princípios da economia solidária</p>	
		Em sua opinião, quais são as vantagens e as desvantagens do trabalho em grupo?
		Como são tomadas as decisões no empreendimento que você faz parte?
		Como o trabalho é dividido no seu empreendimento?
Movimento social	 <p>Participação Articulação</p>	
		Como os resultados financeiros do trabalho são repartidos entre os trabalhadores(as) no seu empreendimento? Você concorda com essa divisão?
		Por que você decidiu trabalhar em grupo
		Você considera a economia solidária um movimento social? Por quê?
		O que distingue o movimento de economia solidária dos outros movimentos sociais?
		Com quais movimentos sociais o FES se articula? Por quê?
Que ações já foram ou são desenvolvidas para o fortalecimento da economia solidária no estado do Piauí?		
Você participa ou já participou de algum movimento social? Qual?		
Em sua opinião, qual a relação entre o fórum e movimento social?		

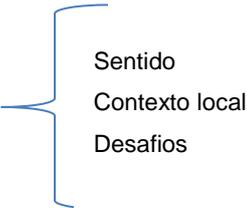
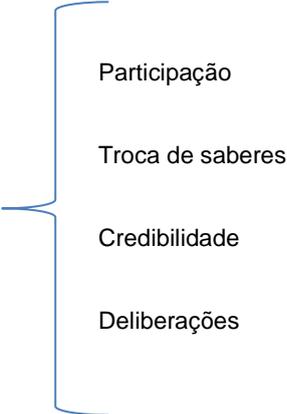
GUIA DE ENTREVISTA APLICADA AO SEGMENTO DE EAF	
Dados de identificação	
Identificação pessoal	Informação da entidade de apoio e fomento
Nome:	Nome:
Idade:	Ano de fundação:
Sexo:	Tipo de atividade desenvolvida:
Grau de escolaridade:	Ano em que ingressou no FES:
Telefone: ()	Há regimento ou estatuto:
Endereço:	
Temas	
Palavras-chaves	Questionamentos possíveis

Economia Solidária		O que você entende por economia solidária?
		Como você avalia a situação da economia solidária no Piauí?
		Qual a sua contribuição para a economia solidária no Piauí?
		Em sua opinião, quais são os maiores desafios para a economia solidária no seu município e estado?
FES		Com que frequência você participa das reuniões do FES?
		Em quais outras atividades realizadas pelo FES você participou?
		Você já prestou assessoria a empreendimentos solidários que participam do FES? Conte essas experiências
		Quais motivos te fizeram pedir assento no FES?
		Você participa das decisões tomadas no FES?
		Como você avalia a participação da sua e de outras entidades de apoio e fomento no FES?
		Em sua opinião, quais os maiores desafios para o FES?
		Quem toma as decisões no FES?
		Para você, quais são as contribuições do FES para os empreendimentos solidários?
		Como você avalia a participação dos gestores públicos no FES?
Movimento social		Você considera a economia solidária um movimento social? Por quê?
		O que distingue o movimento de economia solidária dos outros movimentos sociais?
		Você participou da construção do movimento de economia solidária? Quando? Como?
		Com quais movimentos sociais o FES se articula? Por quê?
		Em sua opinião, existem benefícios para o FES nesse tipo de articulação? Quais?
		Como você vê a mobilização em torno da economia solidária no Piauí?

GUIA DE ENTREVISTA APLICADA AOS REPRESENTANTES DO PP

Dados de identificação

Identificação pessoal	Informação do órgão de gestão pública
Nome:	Nome:
Idade:	Ano de fundação:
Sexo:	Competência:
Grau de escolaridade:	Ano em que ingressou no FES:

Telefone: ()		
Endereço:		
Temas		
Palavras-chaves		Questionamentos Possíveis
Economia Solidária		O que você entende por economia solidária?
		Como você avalia a situação da economia solidária no Piauí?
		Qual a sua contribuição para a economia solidária no Piauí?
		Em sua opinião, quais são os maiores desafios para a economia solidária no seu município e estado?
FES		Com que frequência você participa das reuniões do FES?
		Quais outras atividades realizadas pelo FES você participou?
		Qual o papel dos gestores públicos dentro do FES?
		Quais motivos te fizeram pedir assento no FES?
		Você participa das decisões tomadas no FES?
		Em sua opinião, quais os maiores desafios para o FES?
		Quem toma as decisões no FES?
		Para você, quais são as contribuições do FES para os empreendimentos solidários?
Política pública de economia solidária e movimento social		Como você avalia as políticas públicas de economia solidária no Piauí e em Teresina?
		Qual o objetivo primeiro das políticas públicas de economia solidária no estado, geração de renda ou desenvolvimento econômico? Por quê?
		Em sua opinião há alguma contradição entre o apoio às atividades econômicas ditas solidárias e o perfil capitalista do Estado? Por quê?
		Como você vê a mobilização em torno da economia solidária no Piauí e em Teresina?

APÊNDICE B – PRÉ-ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A técnica de entrevista não estruturada que serviu de instrumento metodológico para a construção dos dados da presente pesquisa foi a entrevista guiada, na qual, conforme se pode verificar no Apêndice A, foram listados alguns temas com suas respectivas palavras-chave e questionamentos possíveis, com a finalidade de dar maior fluidez ao processo de entrevista, contudo, à medida que o processo ia sendo conduzido pela pesquisadora, algumas indagações foram sendo feitas aos entrevistados, a fim de garantir maior profundidade dos assuntos levantados durante a entrevista, por isso, optamos pela entrevista guiada.

A pré-análise aqui pretendida se refere ao resultado de uma leitura superficial do material, através da qual foram percebidas as concepções e conceitos mais utilizados pelos sujeitos; em concomitância, é apresentada uma análise, onde se realizou a codificação e categorização da informação do conjunto de entrevistas realizadas nos três segmentos (EES, EAF e PP) que compõem o Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Piauí (FEEPSPI).

Logo, o que se pretende aqui é descrever as categorias emergidas no campo durante a realização da análise de conteúdo, procedimento esse, escolhido para o tratamento dos dados. Essas categorias, portanto, são aquelas que apareceram nas respostas dos entrevistados e possuem relevância para o estudo aqui proposto, úteis para alcançar os objetivos específicos inerentes a esta pesquisa, que são: 1) estudar a organização do movimento de economia solidária no Piauí, com atenção especial ao espaço do FEEPSPI; 2) identificar práticas e estratégias de atuação dos atores (empreendimentos solidários, entidades de apoio e gestores públicos) que participam das discussões no FEEPSPI; e, 3) apresentar os principais desafios que se revelam ao movimento de economia solidária, no que diz respeito à articulação dos sujeitos sociais dentro do FEEPSPI.

Dada a especificidade dos sujeitos sociais pertencentes aos três segmentos contemplados nas entrevistas, preferimos apresentar a pré-análise observando a disposição diferenciada dos segmentos, a começar pelo segmento dos EES (sete entrevistas); em seguida, o segmento das EAF (quatro entrevistas); e, por último, o segmento do PP (três entrevistas). É válido explicar, ainda, que como se trata de uma pesquisa qualitativa, não serão consideradas apenas as opiniões que se repetirem com maior frequência na fala dos entrevistados, dessa forma, também serão analisados os elementos novos que se apresentarem individualmente para cada respondente, à medida que esses nos ajudem a entender o fenômeno pesquisado.

As categorias emergidas da análise de conteúdo foram: economia de liberdade, movimento em construção e geração de renda. Conforme desenvolvimento da pré-análise que se segue, essas categorias serão apresentadas no interior das subseções nas quais os achados das entrevistas são comentados, mas somente serão explicadas detalhadamente no decorrer do texto dissertativo no interior do terceiro capítulo.

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) – Total de 7 (sete) entrevistas

Perfil dos entrevistados: 5 (cinco) mulheres [três mulheres possuem ensino médio completo, uma possui ensino superior incompleto, e uma possui pós-graduação; as mulheres se encontram numa faixa etária entre 42 e 67 anos] e 2 (dois) homens [um possui ensino médio completo e um possui ensino superior completo; os homens se encontram numa faixa etária entre 31 e 43 anos].

Sobre o significado da economia solidária

Além da compreensão geral de que a economia solidária é “uma outra economia” distinta dos moldes do capitalismo, no que diz respeito à inexistência da relação patrão/empregado, a chamada autogestão, ser dirigida pelos princípios da cooperação, da solidariedade e da democracia, a economia solidária é percebida por uma entrevistada como um caminho alternativo para a geração de renda, “uma forma honesta de ganhar dinheiro” (Ceíça); no entanto, ao passo em que essa entrevistada se refere à economia solidária como uma “coisa revolucionária” (Ceíça), também considera que ela é uma alternativa, porque “*nem todas as pessoas têm a qualificação que o mercado de trabalho exige*” (Ceíça), com isso, a entrevistada nos faz pensar na subordinação da economia solidária ao capitalismo, enquanto modo de produção não capitalista. Essa situação de subordinação também aparece na fala de mais um entrevistado, o qual reconhece como uma “*oportunidade*” (João) para aqueles que são “*engolidos pela outra economia, a outra economia capitalista, não tem espaço, então eu acho que é isso, não é uma troca de economia, é uma oportunidade pra essas pessoas*” (João).

Ao tratar sobre a relação economia solidária *versus* capitalismo, foram também apontadas expressões diferenciadas que figuram o sentimento dos sujeitos que se inserem numa perspectiva de viver um tipo de relação social diferente daquela que é imposta pelo padrão civilizatório capitalista, como por exemplo: “*é uma economia que não oprime, é uma*

economia de liberdade” (Carlos); ou ainda, “*é uma nova economia que ela traz a liberdade, ela deixa todo mundo com o patamar de igualdade*” (Isabel). Nota-se que o termo *oprime* resgata justamente a questão histórica da luta dos trabalhadores em relação à exploração do trabalho, em contraste com o termo *liberdade*, no qual se deposita o sentimento de poder conduzir suas próprias práticas laboriosas, sem ter que obedecer a um “patrão”, ou ainda se submeter aos acordos unicamente monetários, ou seja, na economia solidária há a possibilidade de troca, que depende exclusivamente do interesse daqueles que negociam o resultado do seu trabalho.

Sobre o trabalho em grupo e a participação dos segmentos no FEEPSPI

Outro aspecto que merece destaque nas falas dos entrevistados diz respeito à aproximação entre trabalho em grupo e participação no fórum estadual de economia solidária, com a possibilidade de criar e fortalecer vínculos sociais nas relações interpessoais. A ajuda mútua por várias vezes foi evocada pelos entrevistados como motivo ou vantagem para se associar em grupos de produção ou, ainda, participar de um espaço de mobilização política da sociedade civil, como são os fóruns. Essas evidências foram encontradas nas seguintes falas: “*as pessoas da economia solidária é um pessoal realmente com uma visão que permanece com aquela visão mesmo de ajudar, de fazer o companheiro subir, mudar aquela história de tá lá de fazer uma de coitadinha*” (Ceíça), “*quem pratica a economia solidária, qualquer lugar que você chega, você conhece, é um ajudar o outro*” (Carlos); ou ainda, “*no Fórum também a gente faz isso, algumas ações nesse sentido de alguém tá precisando, você ajudar, então tá partilhando o que tá acontecendo, também uns com os outros*” (Ceíça).

Quando perguntados sobre os motivos que levaram os entrevistados a pedir assento no fórum estadual, o FEEPSPI aparece frequentemente na fala dos entrevistados como ponto de apoio para os empreendimentos econômicos solidários, no sentido desses terem participação nas feiras de economia solidária que aconteçam tanto na esfera estadual como nacional, conseguirem se incluírem em projetos financiados pela SENAES, dessa forma, “*o que nos levou a fazer parte do fórum na época era justamente essa possibilidade de fortalecer as ações, né, que a gente pudesse ter um apoio, tanto é, que ao longo desses quinze anos, a gente fez várias feiras de economia solidária*” (Silvana). Outra entrevistada aponta que sua participação no FEEPSPI se mostra como uma oportunidade de conhecer outras pessoas: “*no fórum a gente tem a oportunidade de conhecer pessoas riquíssimas, simples assim na educação (...) a gente tem muito o que aprender convivendo em grupo*” (Ceíça).

Ressalta-se que o sentimento de paixão aparece em algumas falas dos entrevistados como sentimento que os move a continuar participando do FEEPSPI, a exemplo: “*Aí, quando começa a participar, se apaixona e não quer sair mais*” (Teresa); “*quem está dentro, quem conhece, quem se apaixona pela causa, é que estamos incumbidos, de levar essa mensagem pra fora, daí quando isso cresce em termo de mais divulgação*” (Isabel); “*a partir do momento que eu conheci a Economia Solidária é uma coisa meio apaixonante mesmo porque você vê que é possível partilhar, né, ter o espírito de solidariedade, de valorizar coisas regionais*” (Silvana).

Ao serem convidados a avaliar a participação do seu e dos demais segmentos no FEEPSPI, em relação ao seu próprio segmento (EES), os entrevistados reconheceram a reduzida quantidade de EES que participam do FEEPSPI, contudo, avaliaram que essa reduzida quantidade se mostra bastante atuante, ou melhor, presente nas ações para as quais são convocados. Dois dos entrevistados levantaram uma questão nova sobre esse assunto: a existência de EES que “*tem solidário só no nome (...) mas, quando você vai ver a essência tem lá um fiozinho do capitalismo*” (Carlos); “*os outros tão ali [nas feiras de economia solidária], não! quero vender o meu produto, e voltar pra casa (...) eles estão preocupados em vender seus produtos, às vezes, ah, mas a discussão não é tão importante, vão só falar*” (João). Outro entrevistado revelou que muitos EES geraram muitas expectativas em relação a possíveis financiamentos “*a princípio, quando teve a formação do fórum, houve um alvoroço muito grande, principalmente dos empreendimentos que achavam que ali já ia ter uma autossustentabilidade bem rápida*” (Teresa), a entrevistada ainda comenta, com certa frustração em sua fala, que “*no começo houve essa afobação, um pouco assim da própria SENAES, pedindo que os empreendimentos e entidades mandassem projetos que eles iam bancar os projetos. Inclusive nós mandamos, mas nunca veio, aí em seguida veio a resposta que eles estavam providenciando parceiros*”.

Já em relação à participação das EAF, a maioria indicou ser satisfatória a atuação dos mesmos, ou seja, cumprem com seu papel no fórum estadual, apenas um dos entrevistados analisou: “*depende muito da pessoa que está de frente da entidade. As entidade, se participassem como devia participar, o fórum era mais forte (...) a entidade dificilmente participa mais como entidade participa mais como pessoa*” (Carlos).

No que diz respeito à participação dos gestores públicos, a problemática que mais apareceu na fala dos entrevistados foi a questão da alta rotatividade dos gestores públicos que representam as instâncias governamentais no fórum, o que nos leva à reflexão acerca das prioridades que são estabelecidas pelos diferentes gestores públicos, nas quais a economia

solidária pode ou não estar incluída. Dois dos entrevistados alertaram para o desconhecimento do que seja economia solidária pelas pessoas que são enviadas para o fórum como representantes do poder público: *“vai pra uma reunião de economia solidária, representando [poder público], sem conhecer essa economia solidária; qual contribuição que aquela pessoa vai trazer pra aquela reunião? Nenhuma”* (João); *“Se os gestores participassem mais e entendessem o processo, a gente não tinha dificuldade pra pegar apoio. Como você vai apoiar uma coisa que você não entende direito, não bota fé naquilo?”* (Carlos); *“é desafio (...) os gestores públicos, que possa agregar os nossos ensejos, transformar isso em conteúdos com a própria gestão e tornar isso pra gente em políticas públicas e isso não acontece, (...) a fala e as propostas ficam em reunião”* (Isabel); *“mas os gestores, eles estão hoje, amanhã já são outros né, é assim uma coisa muito que a gente tem mais espaço na administração de um, menos espaço na administração de outro, então, por isso que eu digo que a gente tem que ir que é uma construção”* (Lis). Portanto, para o segmento dos EES, os motivos que mais impedem a participação dos gestores públicos no fórum estadual é a falta de conhecimento acerca do que seja economia solidária, como também a alta rotatividade desses gestores nos cargos públicos.

No entanto, ainda sobre a participação dos gestores públicos, a atuação da SRTE/MTE é exaltada na fala de seis dos sete entrevistados. Os elementos que justificam essa exaltação se relacionam não só à questão do FEEPSPI ocupar, desde sua formação, uma sala no prédio da SRTE/MTE, utilizando todo o suporte infraestrutural e de material, mas também a “parceria” da própria gestora da SRTE, Dr. Paula Mazullo do Nascimento. O sentimento de filiação do FEEPSPI à comentada gestora está patente na seguinte fala: *“a Dra. Paula é uma pessoa que a gente considera a mãe da economia solidária aqui no PI, mãe do fórum, cedendo espaço, e toda estrutura, tem mesa, computador, tudo”* (Teresa). Em outras falas, esse aspecto também se evidencia: *“Nossos gestores públicos da lá do MTE são maravilhosos, doutora Paula é uma das nossas defensoras, é uma pessoa que trabalha muito, doutor Rubervam é uma pessoa maravilhosa, que a gente adora, tem paixão por ele, trabalha muito bem, outro lutador”* (Ceixa); *“a doutora Paula Mazulo, né, então ela que é a superintendente e ela sempre deu apoio ao fórum, então deixou muito claro os espaços, né, o papel do governo, o que o governo espera, que a casa, também os empreendimentos pudessem usar lá o espaço”* (Silvana).

Para uma das entrevistadas, a relação entre fórum e poder público é significativa: *“nem todo fórum é assim ligado aos gestores públicos, principalmente aqui, que a gente tem aquela*

sala, tem aquele espaço cedido, a gente tem uma boa convivências” (Ceíça), em outro momento, a entrevistada também fez referência ao funcionamento do CEES-PI: “agora a gente tem uma parceria com a SETRE, está nos ajudando bastante, tem o assessor lá do secretário, lá do senhor Laércio, ele é uma pessoa também bem acessível, a gente consegue dialogar” (Ceíça). A mesma entrevistada também considera que existe “um caminho aberto” também em nível municipal, através do secretário de economia solidária, o senhor Olavo Brás.

Sobre a relação Movimento Social de Economia Solidária e o FEEPSPI

Os entrevistados foram perguntados inicialmente acerca de como eles percebiam a situação da economia solidária no Piauí, todos os entrevistados, fizeram menção do movimento como algo ainda em construção, dando exemplos das experiências de economia solidária que vem se mostrando exitosas no cenário estadual. Um dos entrevistados assim respondeu: *“a economia solidária no Piauí é uma economia que tem alguns altos e baixos (...) na época que vem alguns projetos ela flora, na época que os projetos, os contratos terminam ela dá assim uma caída, mas de maneira geral, eu considero o Piauí é muito forte na economia solidária”* (Carlos). Outro entrevistado assim retratou: *“por princípio a Economia Solidária não precisa ser do Estado, beleza, mas assim, ainda não é tão forte como nos outros estados, pra que o grupo sobreviva sozinho (...) ele tem ainda essa dependência, ele busca ainda ajuda do Estado”* (João). Outra resposta também apontou essa avaliação: *“a economia solidária no Piauí, ela ainda está tímida, ainda os movimentos, os fóruns ou o conselho ainda não atingiu aquele, não impactou, nós ainda estamos em construção”* (Isabel).

Os aspectos apontados para tal formatação do movimento no Piauí foram: *“quem faz movimento social, o tempo é muito curto”* (Carlos); *“descaso dos gestores públicos”* (João); *“falta de divulgação, apoio dos municípios”* (Teresa); *“falta de políticas públicas voltadas para a economia solidária”* (Isabel); dificuldades na comercialização dos produtos, pouca qualificação dos empreendedores econômicos solidários. Portanto, a atuação dos empreendimentos econômicos solidários parece, na opinião dos entrevistados depender não apenas dos esforços dos trabalhadores, mas também de políticas públicas específicas que atendam às necessidades destes grupos.

Ao perguntados se o movimento de economia solidária era um tipo de movimento social e sim, em que diferia dos outros, a maioria dos entrevistados respondeu que sim, o

movimento de economia solidária era um movimento social e que se distinguia dos demais por ser também uma prática de atividade econômica diferenciada, e aonde o objetivo é: “*é tirar da exclusão aquelas pessoas, aquelas famílias que trabalham de forma coletiva*” (Silvana). Há, para os entrevistados uma luta pelo reconhecimento do trabalho em grupo, pelo consumo consciente. Um dos entrevistados se referiu ao movimento de economia solidária como “*um gigante adormecido*”, nas palavras do informante: “*só precisa eles entender que o papel do movimento sindical, que o papel do ambientalista também é o papel de quem faz economia solidária, juntando esses movimentos num só, que o objetivo deles é todos ser economia solidária, autossustentável, (...) só precisa se juntar*” (Carlos). Na fala o entrevistado já indica sua opinião acerca da articulação do movimento de economia solidária com outros movimentos sociais, “*é pouca, muito pouca*”.

Outro ponto em comum na opinião dos entrevistados é a abrangência do escopo de lutas do movimento de economia solidária, que perpassa as questões de gênero, raça e etnia e ainda alcançando a questão da agroecologia. Para uma das entrevistadas: “*na Economia Solidária, a gente vê essa questão num todo, então, o cuidado com o meio ambiente, deixar também pras futuras gerações, vê essa esfera do bem estar mesmo, do planeta, além das famílias envolvidas*”. Outrora, o “*movimento das mulheres*” foi o mais indicado pelos entrevistados como principal movimento que interfere ou influencia o movimento de economia solidária. Uma das respondentes assim justifica este envolvimento: “*o que atrapalha muito a mulher é a questão da renda, mulher que não tem renda é considerada um zero a esquerda (...) muitas delas sofriam violência porque tinham filhos (...) como iriam sustentar os filhos se elas deixassem o marido (...) então era uma tortura*” (Teresa). Portanto, o movimento de economia solidária consegue aglutinar uma significativa quantidade de mulheres porque se revela como uma alternativa para a geração de renda.

Por último, registramos a opinião dos entrevistados sobre o que o fórum estadual representa para o movimento de economia solidária. Para um dos entrevistados o fórum estadual é “*um local, um pequeno norte do movimento, acho que a relação dele é essa, ele [FEEPSPI] é só um local, de formatar, mas ele é um espaço do movimento social*” (João). Em outra entrevista, o informante declara que o movimento de economia solidária no Piauí ainda está “*engatinhando, embora muito antigo, mas engatinhando, até por causa da dúvida dos seus próprios participantes*” (Carlos). Segundo este último entrevistado, nem sempre as pessoas que praticam economia solidária se reconhecem enquanto movimento social, para ele “*a gente por si próprio discute uma coisa e na prática nós faz outra*” se referindo à

dificuldade de convencimento acerca do consumo consciente, assim acredita que o papel do fórum seja *“articular esses segmentos e de trabalhar o consumo consciente”*.

Merece destaque, também, que quando se indagou acerca da localização de uma mobilização política mais intensa a favor da economia solidária no Piauí, a maioria dos entrevistados indicou que essa mobilização política se concentra na região norte do estado, justamente porque o fórum estadual atua quase que exclusivamente na capital e suas proximidades. Portanto, o fórum estadual, ao longo de seus doze anos de formação, parece ser o principal agente mobilizador das reivindicações a favor da economia solidária no estado. Como evidência disso, averigou-se, através das entrevistas, que ao tratar da economia solidária, enquanto movimento social no estado, o fato que foi reconhecido por todos os entrevistados como vitória do movimento é a aprovação da Lei Estadual de Economia Solidária, em 2001, em que o fórum estadual teve papel central na nomeação de uma comissão que foi a responsável pela redação do marco legal da política de economia solidária no estado. Para uma das entrevistadas, no entanto, a luta continua, porque *“(...) ainda tá faltando a aprovação do fundo, né, que é justamente o que vai garantir, independente do governo que esteja, recursos para a economia solidária no estado, e isso a gente discute nas reuniões”* (Silvana).

Logo, para a maioria dos entrevistados, o crescimento do movimento de economia solidária no estado está intrinsecamente ligado à descentralização das ações do fórum estadual. A causa de notada centralização da ação do fórum estadual na capital para uma das entrevistadas é justificada pela falta de apoio dos municípios, nas palavras da entrevistada: *“a gente até tá tentando criar fóruns municipais e territoriais, mas a gente ainda não conseguiu fazer isso, justamente porque quando a gente chega no município e precisa de apoio e os sindicatos não têm afinidade com a economia solidária aí fica difícil”* (Teresa).

Ao longo da entrevista, três dos entrevistados fizeram menção da existência do Fórum Municipal de Economia Popular e Solidária de Teresina (FMPEST) como mais um canal de articulação dos empreendimentos econômicos solidários na capital, um dos entrevistados considerou que *“o Municipal [FMPEST] é filho dele [FEEPSPI] porque todos os integrantes saíram dele [FMPEST], foram empoderados por ele [FEEPSPI], capacitados, acho que o municipal é o fruto do estadual, sem dúvida nenhuma”* (João).

Além disso, quatro dos entrevistados disseram participar de redes que trabalham também com a temática da economia solidária, são elas: a Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste (duas entrevistadas), Rede de Educadores em Economia Solidária (dois entrevistados), e a Rede Abelha – Nordeste (um entrevistado). Nota-se que duas dessas redes

são especificamente voltadas para o processo de comercialização e qualificação profissional dos empreendimentos econômicos solidários – a Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste e a Rede Abelha, e uma delas está voltada para o processo mais amplo de formação em economia solidária – a Rede de Educadores em Economia Solidária.

Entidades de Apoio e Fomento (EAF) – Total de 4 (quatro) entrevistas

Perfil dos entrevistados: duas mulheres (uma possui pós-graduação e a outra possui ensino superior incompleto), e dois homens (um possui pós-graduação e o outro possui ensino superior completo). As mulheres possuem idade entre 40 e 47 anos, os homens possuem idade entre 47 e 52 anos. As EAF contempladas nas entrevistas são de três tipos: uma organização sindical (FETAG-PI), uma organização religiosa (Cáritas Regional do Piauí) e duas organizações voltadas especificamente para a economia solidária (SEMPRE VERDE e CAFEPES).

Sobre o significado da economia solidária

O fenômeno da economia solidária aparece na fala dos quatro entrevistados relacionados ao trabalho coletivo, autogestionário e democrático, onde se estabelecem relações sociais de respeito às pessoas e ao meio ambiente. Alguns elementos se diferenciaram nas falas dos entrevistados: *“a economia solidária é um novo projeto sociedade onde as pessoas tenham as oportunidades, não se centrem só na questão econômica (...) pra mim um movimento social que acontece independentemente de uma política pública do Estado”* (Aparecida); *“seria a economia ideal para uma sociedade (...) tem uma nova visão de ter oportunidade igual para todos”* (Antônio), o entrevistado ainda enfatiza a questão da exploração nas relações entre patrão e empregado fazendo menção ao “capitalismo selvagem” que regula as relações sociais atualmente; *“[a economia solidária] tem como centro a solidariedade, né, a cooperação, enfim trabalhar a geração de renda”* (Diego); *“é uma alternativa ao desemprego, também a questão social que é muito importante (...) tudo isso é uma construção”* (Mariana).

Quando convidados a falar sobre a situação da economia solidária no Piauí, as opiniões dos entrevistados se confrontam, dois deles destacam a fragilidade do movimento e atribuem isso tanto a falta de apoio dos gestores públicos, como também a incipiente formação dos empreendedores econômicos solidários, nas palavras dos entrevistados, “no

estado do Piauí não tem, o governo não vê isso, são ações pontuais, ações descontínuas (...) um outro desafio quem produz também precisa saber que esta fazendo uma economia diferente, saber que faz parte de um movimento diferente” (Aparecida), *“um movimento, ainda muito é restrito, e assim, o mais organizado em Teresina (...) As pessoas estão muito presentes, mas, sem uma consistência clara e conceitual do que seja Economia Solidária, entendeu?”* (Diego), este último entrevistado ainda esclarece que as ações que são postas *“não dão conta da proposta metodológica que seja fazer economia solidária”*; os outros dois entrevistados preferem enfatizar os ganhos da economia solidária no cenário piauiense, referindo-se principalmente à aprovação da Lei Estadual e as experiências exitosas dos dois bancos comunitários presentes no estado, mesmo assim, apontam as maiores dificuldades dos empreendimentos econômicos solidários no Piauí, esses estariam relacionados principalmente a comercialização, também se referem ao fórum estadual como canal que promove a *“formação política”* (Antônio) *dos empreendimentos e que a trajetória de doze anos do fórum indica que o movimento está em “construção”* (Diego).

Além das dificuldades outrora comentadas, um dos entrevistados apontou a problemática da *“formação da identidade”* (Aparecida) do movimento, ou seja, para ela as pessoas participantes da economia solidária precisam *“se apropriar”* dos outros conceitos que permeiam as práticas de economia solidária, como o viés da cultura, de equidade de gênero e outros *“valores”*, exemplifica esta sua convicção com a seguinte comparação: *“na região sul do Brasil tem isso, a agroecologia e a economia solidária andam muito junto (...) aqui no Piauí elas não andam”*. Para outro entrevistado, a questão está em *“convencer as pessoas de que esse novo modelo de economia, né, pode inclusive tá salvando o país que hoje está em decadência”*, enxerga também a falta de assessoria aos empreendimentos como principal causa dos insucessos dos mesmos.

Quando convidados a listar suas principais ações, enquanto instituições no campo da economia solidária no Piauí foram pontuadas ações mais diretas como prestação de serviços de assessoria (SEMPRE VERDE e CAFEPES) ou ainda, formação de grupos de Fundo Solidário⁹³ (Cáritas Regional do Piauí) e também ações mais indiretas tais como a formação política dos grupos (FETAG-PI), à medida que a economia solidária representa para esta instituição *“um eixo estruturante do projeto político da federação”*, que por meio da escola de

⁹³ O Fundo Produtivo Solidário (FPS) criado pela Cáritas com recursos do Banco do Nordeste e de uma Instituição da Igreja Católica na Espanha visa financiar atividades econômicas desenvolvidas por grupos de famílias de agricultores na região de São Raimundo Nonato, Picos, Parnaíba e Campo Maior. A metodologia dos fundos solidários se insere no eixo das finanças solidárias e é uma proposta de reserva financeira que é gerida pelos grupos que o integram (Entrevista Representante da Cáritas Regional do Piauí).

formação Enfoc⁹⁴ leva a temática da economia solidária para os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Sobre o FEEPSPI e sua relação com o movimento de economia solidária

Através do fórum estadual de economia solidária, esses sujeitos podem se encontrar e traçar objetivos e estratégias para o movimento no Piauí. Ao perguntarmos sobre as atividades dos fóruns nas quais eles se fazem presentes, três dos entrevistados nos indicaram as reuniões ampliadas, as plenárias, as feiras estaduais e locais de economia solidária. Um dos entrevistados fez menção da participação em um projeto para formação de multiplicadores da economia solidária executado pelo CFES.

Em relação à frequência, a assiduidade das suas e de outras EAF no espaço do FEEPSPI. Dois dos entrevistados destacam que apesar das EAF que apoiam o FEEPSPI atuarem a bastante tempo com a temática da economia solidária, são poucas pessoas que compõem o quadro de colaboradores da instituição, a estrutura física e material é insuficiente, além disso, acompanham outros espaços de articulação como o Fórum do Semiárido e conselhos diversos, portanto, para tal entrevistado existe um *“acúmulo de várias atividades”* (Antônio) que compromete a dedicação de maior tempo para as ações em economia solidária, ou seja, *“a ausência das entidades às vezes tem a ver com as dificuldades que a gente tem financeiramente”* (Mariana). Para outra entrevistada, as EAF *“precisam se articular melhor, para ter interface maior das entidades”* (Aparecida), ela também alerta *“nós precisamos ter uma independência maior não é porque a gente agora vai esperar pela SENAES”*, e ainda, *“se a gente tiver mais união e integração podem ter um ministério, (...) o movimento é uma coisa e o governo outra, a gente junta por que a gente precisa,(...), mas isso não é maior desafio”* e conclui *“Precisa da SENAES! Não! Precisa é da gente mesmo!”*. Esta problemática da relação entre movimento e Estado também é indicada por outro entrevistado, para ele *“o movimento de economia solidária ele foi muito pra dentro do governo, então essa cooptação dificultou que entidades pudessem dá saltos maiores, organizativos e políticos, acabou dando saltos mais de ativismo, sabe? com grupos do que com aspectos mais de organização e formação e de incidência política”* (Diego).

No que diz respeito à avaliação dos sujeitos acerca da participação dos gestores públicos, todos os quatro entrevistados levantaram o fator “sensibilização” dos gestores

⁹⁴ A Enfoc, constituída em 2006, é uma escola de formação político sindical que assume a formação das lideranças do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

públicos, “*a gente não vê que os órgãos desse estado, com exceção de poucos, não acredita, eu acho que próprio órgão, a gente tem mais em pessoas, né, assim, eu acho que a gente acredita mais na pessoa que tá de frente ao órgão, né, que tem essa sensibilidade*” (Antônio), em outras palavras, “*a frente das instituições tem as pessoas e às vezes as pessoas que estão à frente das instituições podem fazer a diferença*” (Aparecida), além desse aspecto, foi lembrado pelos respondentes a alta rotatividade dos cargos no poder público. Dois dos entrevistados ainda mencionaram o apoio dado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) ao funcionamento do FEEPSPI, atribuindo esse apoio à sensibilidade da gestora, Dr. Paula Mazullo. Um dos entrevistados, contudo, percebe que essa relação Fórum/SRTE “*cria uma situação de dependência que também não é boa*” (Diego).

As maiores dificuldades que se apresentam ao FEEPSPI, na opinião dos entrevistados são: a manutenção de uma secretaria exclusiva para o fórum estadual, ou seja, mantida com recursos do fórum, cujo trabalho não fosse voluntariado, isso porque os encaminhamentos do fórum acabam ficando na responsabilidade exclusiva da coordenação estadual, que por sua vez, é formada por pessoas que não podem se dedicar integralmente a essas atividades; ampliação e descentralização das ações do fórum, hoje concentradas principalmente na capital; estabelecer articulações com outras instâncias de debate da sociedade civil, na fala de um entrevistado “*a gente precisa transversalizar essa discussão nas demais redes de articulação, fora os conselhos, né?*” (Diego). Outra problemática levantada por uma das entrevistadas nos pareceu bastante relevante: “*a mobilização do fórum de economia solidária ela não pode se restringir a uma agenda de governo, da SENAES*” (Aparecida); na fala, a entrevistada denuncia que as ações do fórum estadual de economia solidária têm se restringido às preparações das plenárias estaduais/nacionais e conferências estaduais/nacionais.

Acerca da temática – economia solidária e movimento social, foi solicitado aos entrevistados que respondessem as seguintes questões: 1) se ele considerava a economia solidária um movimento social, 2) se aconteciam articulações entre o fórum estadual e movimentos sociais, 3) o que o fórum estadual representaria para o movimento de economia solidária no Piauí. Diante da primeira indagação, as duas entrevistadas prontamente responderam que sim, a economia solidária é um movimento social, isso porque na opinião das mesmas, é um movimento muito antigo dos trabalhadores que não aceitam as relações de exploração do trabalho pelo capital e, portanto, esse movimento acontece independentemente de uma política pública; os outros dois entrevistados inicialmente demonstraram dúvida

quanto a essa questão, no entanto, à medida que desenvolviam seus raciocínios, formularam as seguintes conclusões: *“tem que ser um movimento formado por pessoas que vêm de um movimento social, que acredita nessa nova economia, né, que não é uma economia exploradora, então pra mim, com certeza, tem que ter essa visão do movimento social”* (Antônio), e ainda, *“é um movimento que agrega muitas forças, né, muitas bandeiras, então ele é um movimento com uma temática própria, que vai dando conta de aspectos políticos econômicos, sociais e até ideológicos”* (Diego).

Ao tratar sobre as articulações feitas pelo fórum estadual com movimentos sociais, as respostas também foram contrastantes. Dois dos entrevistados reconheceram que a própria segmentação do FEEPSPI permite a articulação do fórum estadual com movimentos sociais, uma vez que seus participantes já vêm de movimentos sociais específicos, tais como o movimento das mulheres, movimento pela moradia, movimento sindical, movimento agroecológico, movimentos religiosos, dentre outros, isso porque *“o movimento de economia solidária é um acolhedor dos outros movimentos”* (Mariana). Para os outros dois entrevistados, o diálogo do FEEPSPI com outras instâncias da sociedade civil não acontece, eles citaram o Fórum do Semiárido, o Fórum do Trabalho Escravo, dos quais participam as mesmas entidades de apoio e fomento que participam do FEEPSPI, mas que *“não tem esse diálogo”* (Aparecida), a entrevistada com isso conclui *“alguns podem até dizer – nós temos aproximação com SASC, é com prefeitura, houve, mas movimento, não!”* (Aparecida).

Por último, registramos a opinião dos entrevistados sobre a relação que se estabelece entre o FEEPSPI e o movimento de economia solidária. Os entrevistados falaram da importância da formação política das pessoas que integram os empreendimentos econômicos solidários, e que a perspectiva do fórum é justamente essa, apesar disso, um entrevistado acredita que *“precisamos construir com mais capacidade é uma formação mais ampla (...), eles [EES] possam se sentir mais, digamos assim, donos do Fórum, eles ainda estão muito à mercê de gestores e das Entidades de Apoio Fomento na gestão do Fórum, entendeu?”* (Diego).

Poder Público (PP) – Total de 3 (três) entrevistas

Perfil dos entrevistados: dois homens (um possui o ensino superior completo e o outro possui ensino médio completo); e uma mulher (possui pós-graduação). Os homens possuem idade entre 46 e 50 anos, enquanto que a mulher tem 52 anos de idade. Os órgãos públicos

que representam são dois: a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) e a Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina (SEMEST).

Sobre o significado da Economia Solidária

De maneira geral, os conceitos de economia solidária apareceram aparentemente uniformes nas falas dos entrevistados: *“é um movimento que se expressa a partir do coletivo, jamais do individual, cujo propósito maior é dividir, de maneira igual, o resultado do trabalho e da renda obtida, independentes de sexo, cor, altura, nível social, lastro cultural”* (José); *“na economia solidária a gente trabalha vindo da questão do resultado do trabalho, respeito à natureza, no companheirismo do trabalho”* (Felipe); *“infelizmente ainda não é um resultado como um emprego formal, mas dentro da informalidade é um emprego que é uma atividade, uma prática econômica solidária que gera renda e dá uma qualidade de vida a essas pessoas”* (Ana). Dessa forma, percebe-se que mais uma vez o conflito emprego/trabalho aparece na fala de um dos entrevistados, a geração de renda acaba sendo a perspectiva da economia solidária melhor apreendida pelos gestores públicos que ainda não possuem uma formação mais aprofundada sobre a temática.

Ao solicitar aos gestores públicos que fizessem uma avaliação sobre a situação da economia solidária no Piauí, surgiram duas questões principais: 1) *“ela tem se intensificado, pelo fato dessa prática acontecer com toda força na cidade de São João do Arraial, Pedro II, o norte, ela vem assim com mais intensidade (...) experiências que repercutiram a nível nacional”* (Ana); *“caminha com muita dificuldade (...) é vista como ‘coisa’ de pobre, de desempregado, de quem não encontra outra coisa para produzir, não é parâmetro para ninguém que quer ser “vencedor”, no ponto de vista capitalista”* (José). Logo, de acordo com os entrevistados, há tanto a existência, no Piauí, de experiências exitosas na economia solidária, como também se apresentam todas as dificuldades relacionadas à concepção da economia solidária enquanto modo de produção não capitalista.

As ações dos entrevistados no campo da economia solidária no Piauí, enquanto gestores públicos, está associada à formação e educação em economia solidária (no caso de um entrevistado que comentou ter sido o primeiro agente público em economia solidária no estado do Piauí), como também a articulação dos mesmos na Rede de Gestores de Economia Solidária (no caso de um dos entrevistados que chefia o Núcleo de Economia Solidária no Piauí – NES) estabelecendo o diálogo entre a sociedade civil e o Estado nas figuras das secretarias nacional (SENAES) e municipal (SEMEST) de economia solidária.

Os entrevistados ainda citaram o que para eles são as maiores dificuldades do movimento de economia solidária no Piauí: *“ampliar o entendimento sobre o verdadeiro significado da ECOSOL é o maior desafio (...) ninguém luta por aquilo que não conhece ou conhece superficialmente”* (José); *“a maioria desses empreendimentos, eles não entendem que a economia solidária vai bem além do processo comercializar, produzir, vender, o resultado que é o dinheiro”* (Ana)

Sobre o FEEPSPI e sua relação com o movimento de economia solidária

Ao indagarmos aos representantes do Poder Público sobre quais seriam suas responsabilidades dentro do FEEPSPI, surgiram as seguintes repostas: *“ajudar na articulação da ECOSOL, sem oportunismos gratuitos, sem qualquer expectativa de cooptação, inclusive, partidariamente, dos envolvidos nos empreendimentos de economia solidária”* (José), no entanto, para tal entrevistado *“o governo estadual não tem entendido, como deve, os princípios da economia solidária (...) tem empregado esforço inútil, utilizando inclusive recursos financeiros do governo federal, cujos resultados são mínimos e questionáveis”* (José); o outro entrevistado avalia satisfatoriamente a participação dos demais gestores públicos no FEEPSPI, considera que geralmente quando o fórum estadual precisa de apoio para a realização de eventos, como feiras e plenárias, podem contar com alguma contribuição dos gestores públicos, seja na forma de dinheiro ou auxílio material.

Em outros momentos da entrevista, um dos respondentes esclarece o que para ele é uma grande questão no que diz respeito ao perfil capitalista do Estado e a absorção da economia solidária enquanto política pública: *“o perigo é o Estado induzir os empreendimentos econômicos solidários repetirem os interesses da economia de mercado (...) como patronato, não distribuição de lucros, desrespeito ao trabalhador, ao meio ambiente”* (José).

Em relação à função do FEEPSPI para os empreendimentos econômicos solidários, um dos entrevistados respondeu que por ser um espaço de articulação, o fórum estadual oferece *“ajuda no sentido de reunir os protagonistas desse movimento para tomarem posições que contribuam para o avanço da economia solidária”* (José) ou ainda, *“a gente procura fazer com que esses empreendimentos façam gozo dos seus direitos e façam articulações dentro do município onde possam de fato tá agindo dessa forma”* (Ana). Portanto, percebe-se que essas representações do Poder Público possuem percepções semelhantes acerca do papel do FEEPSPI para os empreendimentos econômicos solidários.

Como desafios para o FEEPSPI, os entrevistados apontaram o seguinte: “*o FEEPSPI, para cumprir melhor o seu papel, tem que apostar mais na formação política de seus membros*” (José), para o entrevistado, as análises de conjuntura devem sempre estar sendo formuladas e reformuladas, como forma de acompanhar a transitoriedade dos modos da vida moderna. Além desse aspecto, o gestor também indicou a necessidade de “*ampliar a discussão nos municípios*” (José), aspecto também apontado pelo segundo entrevistado, que falou em um movimento mais concentrado no Norte e com pouca referência no Sul do estado, ainda mencionou a necessidade de se lutar para que a economia solidária seja uma verdadeira política de estado, nas suas palavras “*todos nós estamos precisando é de política de estado, porque é uma política que sai de uma situação paliativa pra uma situação mais estável*” (Ana).

Ainda assim, os entrevistados revelaram compreender a economia solidária como movimento da sociedade civil e, portanto, “*penso que a ECOSOL não pode funcionar, cumprir o seu papel de maneira totalizante, se estiver sob a tutela do estado (...) ECOSOL é um movimento típico da sociedade civil organizada*”. Os dois entrevistados apontam a Rede de Educadores em Economia Solidária como um parceiro que vem ajudando o fórum estadual a orientar melhor seus participantes sobre as diretrizes da economia solidária.